

# O Popular Descrito: A Arquitetura Popular na Linha Editorial do IPHAN

Hugo Stefano Monteiro Dantas

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

HUGO STEFANO MONTEIRO DANTAS

**O POPULAR DESCRITO:**

A ARQUITETURA POPULAR NA LINHA EDITORIAL DO IPHAN

Recife

2021

HUGO STEFANO MONTEIRO DANTAS

**O POPULAR DESCRITO:**

A ARQUITETURA POPULAR NA LINHA EDITORIAL DO IPHAN

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Desenvolvimento Urbano

Orientadora: Prof. Dra. Renata Campello Cabral.

Recife

2021

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Lílian Lima de Siqueira Melo – CRB-4/1425

D192p Dantas, Hugo Stefano Monteiro  
O popular descrito: a arquitetura popular na linha editorial do IPHAN/  
Hugo Stefano Monteiro Dantas. – Recife, 2021.  
272p.: il.  
Orientadora: Renata Campello Cabral.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro  
de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Urbano, 2021.

Inclui referências.

1. Arquitetura popular. 2. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico  
Nacional. 3. Cultura Popular- arquitetura I. Cabral, Renata Campello  
(Orientadora). II. Título.

711.4 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2021-114)



Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano  
Universidade Federal de Pernambuco

**Hugo Stefano Monteiro Dantas**

**“O popular descrito: a arquitetura popular na linha editorial do IPHAN”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 19/02/2021.

**Banca Examinadora**

Participação via Videoconferência

---

Profa. Renata Campello Cabral  
(Orientadora) Universidade Federal  
de Pernambuco

Participação via Videoconferência

---

Profa. Virgínia Pitta Pontual  
(Examinadora Interna)  
Universidade Federal de  
Pernambuco

Participação via Videoconferência

---

Profa. Natália Miranda Vieira-de-Araújo  
(Examinadora Interna) Universidade Federal  
de Pernambuco

Participação via Videoconferência

---

Profa. Márcia Genésia de Sant’Anna  
(Examinadora Externa) Universidade  
Federal da Bahia

Para as minhas Marias, como haveria de ser.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha orientadora Renata Cabral. Uma das pesquisadoras mais brilhantes que já conheci e que me mostrou com toda a sua calma e leveza os melhores rumos para este estudo.

Agradeço também a Virginia Pontual, Natália Vieira e Márcia Sant'Anna que vêm me acompanhando dentro e fora das bancas pelas quais meu trabalho passou. Virginia, junto a Renata, foram as responsáveis por unir meu gosto acerca da arquitetura popular com o IPHAN. Márcia tem me dado todos os aportes necessários para entender esta temática, me acolhendo também em sua disciplina na UFBA, a qual foi de grande importância para a construção deste estudo.

Tenho muito a agradecer a Renata Albuquerque, responsável por me acalmar em tantos momentos na coordenação do MDU. Obrigado por tornar a parte burocrática do mestrado tão mais leve.

Aos demais professores do MDU e para além dele, em especial, Ana Rita Sá, Betânia Brendle, Malu Freitas, Kainara Anjos, Marcus Queiroz, Lívia Miranda e Demóstenes Moraes. Agradeço por darem importantes aportes para a construção da minha narrativa. Kainara, em especial, tem me acompanhado há mais tempo, sendo sempre conforto e calma nessa trajetória.

Ao CNPq agradeço pela bolsa de estudo que me permitiu dedicação exclusiva à dissertação. Em um tempo tão sombrio, em que a educação é tida como inimiga, ter a segurança de que poderia terminar este trabalho com uma bolsa foi de grande importância.

Aos meus amigos do MDU, Jéssica, Pedro, Natália, Mariana, Thamires, Danielle, Matheus, Lízia, Barbara, Leticia e toda a turma da ME40, que com toda certeza foi uma turma tão especial. Vocês tornaram essa jornada uma construção coletiva. Obrigado por tanto.

À minha reunião de condomínio favorita: Maria Clara, Lucas, Carine, Mariana e Stéphanie, eu poderia ter uma dedicatória escrita apenas para vocês, tamanha a importância que vocês tiveram para mim neste período.

Aos meus irmãos Diego, Jeysibel, Rennan e Josemberg, agradeço por estarem sempre próximos a mim. Diego tem sido inspiração acadêmica por muito tempo, sempre me ajudando nesse árduo caminhar.

Aos meus amigos, Palloma, Nathália, Jéssica, Paulo César, Lizandra, Marco, Matheus, Raianne, Bia e Marina, que têm sido alívio em meio à tormenta. A dissertação que entrego é também resultado dos momentos para além dela. Agradeço também por permanecerem junto a mim.

Por fim, agradeço sempre às minhas Marias, Maria mãe e Maria vó, que mesmo não estando mais presentes aqui continuam sempre no meu coração me dando a força necessária para sempre ir em frente. Dedicar este trabalho a vocês é pouco em troca de tanto que ganhei. Se o menino de vocês se torna Mestre é por conta de todo incentivo que recebi durante toda minha vida.

“Só depois de ter conhecido a superfície das coisas – conclui – nos podemos aventurar a procurar o que está por baixo. Mas a superfície das coisas é inesgotável”<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> CALVINO, Italo. *Palomar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 33.

## RESUMO

Somando-se aos estudos que buscam elucidar aspectos da trajetória do Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, a presente dissertação compreende e problematiza o lugar ocupado pela arquitetura popular, e a cultura popular, na linha editorial do órgão, caracterizada pelas publicações “Revista do Patrimônio”, “Publicações do SPHAN” e “Boletim do SPHAN/FNpM”. A linha editorial do IPHAN pode ser entendida como o *locus* de ação do órgão que profere um discurso que constrói um certo patrimônio brasileiro, tendo maior abrangência no discurso patrimonial do que o *locus* de ação do tombamento. Tipologias de arquitetura popular que não foram comumente preservadas a partir do *locus* de ação do tombamento, puderam figurar com certa constância nas páginas das publicações do IPHAN. A presente pesquisa apresenta uma abordagem histórico-documental, em que a linha editorial do IPHAN se constitui como material primário a ser estudado, sendo entendida como um documento histórico. Foi possível construir, a partir da pesquisa, a ideia de uma arquitetura popular descrita, inventariada, em três momentos distintos dentro da linha editorial do IPHAN: 1. entre as décadas de 1930-1970, momento em que a chamada arquitetura “civil” ganha destaque, com momentos ainda de inflexão com a introdução de textos acerca das habitações indígenas; 2) Entre as décadas de 1980-1990, quando há uma maior pluralidade acerca da arquitetura popular, com a introdução de bens populares de matrizes africanas e de imigrantes; 3) processo continuado e expandido também no recorte das décadas 2000-2010, em que a arquitetura popular é descrita a partir de diferentes tipologias em quase todas as regiões do país.

**Palavras-chave:** arquitetura popular; IPHAN; linha editorial.

## ABSTRACT

In addition to the historiographical studies that seek to elucidate aspects of the trajectory of the National Historical and Artistic Institute - IPHAN, this dissertation comprehends and problematizes the place occupied by popular architecture, and popular culture, in the editorial line of the institute, characterized by the publications “Revista do Patrimônio”, “Publicações do SPHAN” and “Boletim do SPHAN/FNpM”. The editorial line of IPHAN can be understood as the locus of action of the institute that delivers a discourse that builds a certain Brazilian heritage, having a greater scope in the patrimonial discourse than the locus of action of “tombamento”. Typologies of popular architecture that were not commonly preserved from the locus of action of the tipping, could appear with some constancy in the pages of IPHAN publications. This research presents a historical-documentary approach, in which the editorial line of IPHAN is constituted as primary material to be studied, being understood as a historical document. It was possible to build, from the research, the idea of a popular architecture described, inventoried, in three different moments within the editorial line of IPHAN: 1. between the decades of 1930-1970, when the so-called “civil” architecture wins highlight, with moments of inflection with the introduction of texts about indigenous dwellings; 2) Between the 1980s and 1990s, when there is a greater plurality about popular architecture, with the introduction of popular goods of African origin and immigrants; 3) continued and expanded process also in the 2000-2010 decade, in which popular architecture is described from different types in almost all regions of the country.

**Key-words:** popular Architecture; IPHAN; editorial line.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Ilustração de Ismailovitch para os mucambos de madeira e palha de Pernambuco.	49
Figura 2 -	Capa da publicação “Mucambos do Nordeste”.	49
Figura 3 -	Planta de uma parte do Recife em 1840.	62
Figura 4 -	Planta de uma casa brasileira.	62
Figura 5 -	Guerreiros, Maceió/AL, c. 1943.	73
Figura 6 -	Mudança, no tempo, das fachadas das moradias brasileiras.	77
Figura 7 -	Mudança, em corte, das soluções das fachadas das moradias brasileiras.	77
Figura 8 -	Croqui de Lúcio Costa para a Vila Operária de Monlevade - MG (1936).	78
Figura 9 -	Vaso gravado, Marajó. N° 8.639.	82
Figura 10 -	Fazenda do Pacoval (Cururú), sobre estacas e assentando em um teso artificial, Marajó.	82
Figura 11 -	Capela de Santo Antônio em São Roque – SP.	85
Figura 12 -	Interior de uma habitação Pancarú.	87
Figura 13 -	Exemplo de residência do tipo "beira e bica".	88
Figura 14 -	Exemplo de residência do tipo "meia água".	89
Figura 15 -	Exemplo de residência do tipo “taponá”.	89
Figura 16 -	Barraquinha de Zinco onde Euclides da Cunha escreveu “Os Sertões”.	90
Figura 17 -	Redoma de vidro construída em 1928 dentro da qual se acha o ranchinho de zinco.	91
Figura 18 -	Construção de casa em Areia – PB.	94
Figura 19 -	Mocambo em construção em Baía da Traição, PB.	94
Figura 20 -	Desenhos de Luis Saia para exemplificar a presença de alpendres e latadas nas construções brasileiras.	96
Figura 21 -	Fazenda do Rio Fundo em Maricá – RJ.	99
Figura 22 -	Casa da Fazenda na ilha da Gipoia - RJ.	99

Figura 23 -	Fazenda do Columbandê em São Gonçalo - RJ.	100
Figura 24 -	Casa da fazenda de Padre Inácio, Cotia – SP.	101
Figura 25 -	Casa da aldeia do Ponto.	104
Figura 26 -	Plantas baixas típicas dos grupos Katuayé / Pepyé.	105
Figura 27 -	Construção de habitação do grupo Pepyé.	105
Figura 28 -	Desenhos de cimalthas e beirais encontrados nas casas térreas de Vassouras.	110
Figura 29 -	Representação de habitação do séc XVI em Andre Thevet.	112
Figura 30 -	Recorte da obra de Frans Post "Praefecturae Paranambucae pars Borealis, uma cum Praefectura de Itâmaracâ", 1647.	112
Figura 31 -	Conjunto urbano da cidade de Pilar de Goiás - GO.	142
Figura 32 -	Conjunto urbano de Rio das Contas - BA.	144
Figura 33 -	Conjunto urbano de Mucugê - BA.	146
Figura 34 -	Conjunto Urbano de Vila Flor - RN.	147
Figura 35 -	Conjunto urbano de Mazagão Velho - AM.	150
Figura 36 -	Mercado de Carne de Aquiraz - CE.	152
Figura 37 -	Terreio da Casa Branca - BA.	153
Figura 38 -	"Invasões" em Brasília - DF.	155
Figura 39 -	Casa Rural em Florianópolis - SC.	157
Figura 40 -	Casa do Professor e colégio em Timbó - SC.	158
Figura 41 -	Casarão do Chá em Mogi das Cruzes - SP.	159
Figura 42 -	Casa de morada completa em Amarante - PI.	160
Figura 43 -	Imóvel em Olinda - PE “que sofreu descaracterização, de feitio modernizante, considerada de gosto duvidoso”.	162
Figura 44 -	Moradia na rua do Amparo em Olinda - PE “com banheiro externo. Exemplo de saneamento precário”.	162
Figura 45 -	Diferentes patrimônios encontrados em Quissamã - RJ.	164
Figura 46 -	Arraial de Canudos, hoje alagado por uma represa.	172
Figura 47 -	Tecedeira preparando o algodão para fiação manual.	175
Figura 48 -	Residência rural em Cunha, SP.	177
Figura 49 -	Interior de uma residência rural em Cunha, SP.	178
Figura 50 -	Terreiro Casa Branca.	180

Figura 51 -	Detalhe da Coroa de Xangô.	182
Figura 52 -	Salão de festas do Terreiro da Casa Branca.	182
Figura 53 -	Quilombo Kalunga.	187
Figura 54 -	Quilombo Kalunga.	187
Figura 55 -	Detalhe da fachada da Casa da Flor.	189
Figura 56 -	Vista geral da casa da Flor, com escadaria de acesso no primeiro plano.	189
Figura 57 -	Casa construída sobre estacas em Pimenta Bueno, norte do Mato Grosso.	192
Figura 58 -	Taipa de pilão. Um muro em construção. Cuiabá, Mato Grosso.	192
Figura 59 -	Construção de uma casa de taipa de mão, Rio de Janeiro – RJ.	194
Figura 60 -	Anna Mariani. “Uauá”, Bahia, 1986.	195
Figura 61 -	Casa Chico Mendes, Xapuri AC.	212
Figura 62 -	Casa de porta e janela ao gosto brasileiro em Lagos, Nigéria.	217
Figura 63 -	Ritual Yaokwa do Povo indígena Enawene Nawe.	223
Figura 64 -	Capela de Nazaré, próximo ao Pará (Belém). Litografia.	226
Figura 65 -	Ritual de dança dos Kayapó Kuben-Krân-Krên, sul do Pará.	227
Figura 66 -	Ribeirinhos, Afuá, Ilha de Marajó (PA).	228
Figura 67 -	Trabalho comunitário entre os Baniwa Awiñapamiana, do médio rio Aiari.	234
Figura 68 -	Casas no centro histórico de Rio Branco (AC).	234
Figura 69 -	Casas de torcidas rivais dos boibumbás Garantido e Caprichoso, Parintins – AM.	234
Figura 70 -	Interior de casa, Prudentópolis (PR).	235
Figura 71 -	Serraria, Benedito Novo (SC).	235
Figura 72 -	Nicinha no Bairro Bembé do Mercado, Santo Amaro da Purificação (BA).	236
Figura 73 -	Primeiras moradias de imigrantes, região de Brusque (SC), entre 1860 e 1880.	238
Figura 74 -	Casa enxaimel, zona rural de Pomerode (SC).	240

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Revista do Patrimônio: ano de registro da publicação e ano de circulação.	68
Quadro 2 -	Predominância das temáticas por ano de publicação da Revista do Patrimônio (1937-1970).	117
Quadro 3 -	Temática dos artigos publicados x predominância do tema da arquitetura popular na Revista do Patrimônio (1937-1970).	118
Quadro 4 -	Artigos que categorizaram a arquitetura como popular x artigos que não categorizaram (1937-1970).	119
Quadro 5 -	Profissão dos autores presentes no recorte de estudo (1937-1970).	120
Quadro 6 -	Tipo de análise dos artigos do recorte 1937-1970.	123
Quadro 7 -	Bases teóricas utilizadas nos artigos do recorte (1937-1970).	124
Quadro 8 -	Localização dos objetos de estudo dos artigos no recorte 1937-1970.	125
Quadro 9 -	Recorte temporal dos artigos do recorte 1937-1970.	126
Quadro 10 -	Profissionais que atuaram no Boletim SPHAN/FNpM entre 1983-1989.	138
Quadro 11 -	Relação localidade x tipologia dos artigos presentes no Boletim SPHAN/FNpM.	167
Quadro 12 -	Predominância das temáticas por ano de publicação da Revista do Patrimônio (1937-1970).	202
Quadro 13 -	Temática dos artigos publicados x predominância do tema da arquitetura popular na Revista do Patrimônio (1984-1999).	204
Quadro 14 -	Profissão e ligação ao IPHAN dos autores e presentes no recorte de estudo (1984-1999).	205
Quadro 15 -	Tipo de análise dos artigos do recorte 1984-1999.	207
Quadro 16 -	Localização dos objetos de estudo dos artigos no recorte 1984-1999.	208

Quadro 17 -	Recorte temporal dos objetos de estudo dos artigos no recorte 1984-1999.	210
Quadro 18 -	Tombamentos de casas históricas no Livro de Tombo Histórico realizados pelo IPHAN.	215
Quadro 19 -	Predominância de temas por ano / número de publicação no recorte 2000/2020.	243
Quadro 20 -	Temática dos artigos publicados x predominância do tema da arquitetura popular na Revista do Patrimônio (2012-2019).	244
Quadro 21 -	Profissão e ligação ao IPHAN dos autores e presentes no recorte de estudo (2012-2020).	245
Quadro 22 -	Tipo de análise dos artigos do recorte 2012-2020.	246
Quadro 23 -	Localização dos objetos de estudo dos artigos no recorte 2012-2020.	247
Quadro 24 -	Recorte temporal dos objetos de estudo dos artigos no recorte 2012-2020.	249

## SIGLAS

CNCR	Centro Nacional de Referência Cultural
CNDU	Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DECOF	Departamento de Cooperação e Fomento
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
FNpM	Fundação Nacional Pró-Memória
FUNARTE	Fundação Nacional de Arte
IBPC	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
MAMNBA	Projeto Mapeamento de Sítios e Monumentos Religiosos Negros da Bahia
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MinC	Ministério da Cultura
MINTER	Ministério do Interior
PEP	Programa de Especialização do Patrimônio
PCH	Programa de Cidades Históricas
PRODASEN	Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal
SPAN	Serviço do Patrimônio Artístico Nacional
SPHAN	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b>	17
1.1	UM TERMO E UM RECORTE	21
1.2	UM ÓRGÃO, DIVERSAS MANEIRAS DE CONTAR A SUA HISTÓRIA	28
1.3	METODOLOGIA E ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	39
2	<b>ANUNCIAÇÕES DO POPULAR</b>	43
3	<b>ENTRE MISSÕES DE PESQUISA FOLCLÓRICA E VIAGENS DE PESQUISA: A ARQUITETURA POPULAR NA REVISTA DO PATRIMÔNIO ENTRE 1937 E 1967</b>	65
3.1	“A MENINA DOS OLHOS DE RODRIGO”: A REVISTA DO PATRIMÔNIO ENTRE 1937 E 1967	65
3.2	A ARQUITETURA POPULAR NA REVISTA	75
4	<b>O PATRIMÔNIO CULTURAL NÃO CONSAGRADO: A ARQUITETURA POPULAR NO BOLETIM SPHAN/FNPM E NA REVISTA DO PATRIMÔNIO ENTRE AS DÉCADAS DE 1970 E 1980</b>	127
4.1	AS DÉCADAS DE 1970 E 1980	127
4.2	UMA LINHA MAIS DIRETA: O BOLETIM SPHAN/FNPM	134
4.2.1	<i>A ARQUITETURA POPULAR NO BOLETIM</i>	141
4.3	A REVISTA DO PATRIMÔNIO ENTRE 1984-1999 E A ARQUITETURA POPULAR	166
5	<b>UM BRASIL AINDA MAIS PLURAL: A ARQUITETURA POPULAR NA REVISTA DO PATRIMÔNIO ENTRE 2000-2019</b>	211
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	249
	<b>REFERÊNCIAS</b>	257

## 1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação é fruto de uma inquietação que permeou todo o meu percurso no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU-UFPE). O meu entusiasmo inicial em querer estudar a arquitetura popular brasileira foi de encontro aos estudos baseados na História Cultural desenvolvidos pelo Laboratório de Urbanismo e Patrimônio Cultural (LUP) locado em tal Programa. No entanto, a linha editorial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN<sup>2</sup> não se constituiu como meu primeiro objeto de pesquisa, que era, na realidade, a arquitetura popular de platibanda nordestina.<sup>3</sup> Ao montar um estado da arte dos autores que possuíram trabalhos voltados à temática da arquitetura popular podemos perceber uma grande entrada de autores que escreviam para a Revista do Patrimônio. Esse fato nos aproximou à linha editorial do órgão, que parecia se constituir ainda como grande lacuna bibliográfica no tangente à arquitetura popular. Associado a isso, ao nos depararmos com diversas pesquisas que possuíram como objeto de estudo a trajetória do IPHAN, foi possível localizar também a existência de lacunas historiográficas acerca de como o órgão tem trabalhado a “arquitetura popular” em outros *locus* de atuação, como o da preservação patrimonial, caracterizado pelo tombamento.

Ao estudar processos de tombamentos e artigos da linha editorial do órgão, nos deparamos com o seguinte questionamento: a “arquitetura popular” sempre esteve presente no ideário<sup>4</sup> conservacionista do IPHAN? No ano de criação do órgão, por exemplo, foi publicado o estudo de Gilberto Freyre “Mucambos do Nordeste”, entretanto, como assinala Mesquita,<sup>5</sup> tal presença dos “mucambos” nesse volume não teve simetria na ação de tombamentos do órgão. Essa espécie de “amnésia” fica evidente quando - ao se olhar a lista de bens tombados pelo órgão - a categoria

---

<sup>2</sup> Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), de 1937 a 1946; Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), de 1946 a 1970; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), de 1970 a 1979; Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), de 1979 a 1990; Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), de 1990 a 1994; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 1994. Para melhor situar o leitor no contexto temporal em que os eventos ocorreram, buscaremos na presente dissertação utilizar as siglas correspondentes as suas respectivas datas.

<sup>3</sup> Cf DANTAS, Hugo Stefano Monteiro; CABRAL, Renata Campello. Arquitetura popular nordestina de platibanda: notas sobre enquadramentos discursivos e terminologias. *Mnemosine Revista*, v. 11, p. 110-123, 2020.

<sup>4</sup> Entendido como um conjunto de ideias principais que norteiam um programa de ação. O termo está presente em Garcez, 2016, que se refere a um “ideário modernista” de desenho de Brasil pelo IPHAN.

<sup>5</sup> MESQUITA, Gustavo Rodrigues. *O projeto regionalista de Gilberto Freyre e o Estado Novo: da crise do pacto oligárquico à modernização contemporizadora das disparidades regionais do Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2012, p. 227.

“popular” é citada uma única vez, referente à “Sub-coleção de Arte Religiosa e Popular da Coleção Mário de Andrade do IEB / USP.”<sup>6</sup>

Como poderá ser visto mais à frente, outras tipologias<sup>7</sup> populares estão presentes na lista, entretanto, não são categorizadas como “populares”. Nas palavras de Sérgio Miceli,<sup>8</sup> existiria, em verdade, uma “amnésia da experiência dos grupos populares” nas ações do IPHAN. O texto de Miceli, escrito em 1987, é atualizado por Marins, em 2016, que anota como essa amnésia, apesar de minimizada, continua sendo um desafio para o futuro. Tal dicotomia se tornou, assim, o norteador da presente investigação. Por que a “arquitetura popular” não foi entendida como um dos patrimônios do país a serem preservados pelo IPHAN e de que forma e em que medida essa não proteção aconteceu?

Essa pergunta, contudo, exigia respostas que nos levaram à análise de um corpo documental muito extenso: minimante, os processos de tombamento. Um recorte inicial precisou ser realizado para a construção da narrativa da presente dissertação. Ao entender que o estudo da linha editorial do IPHAN poderia nos dar respostas interessantes para o entendimento de como o IPHAN via a “arquitetura popular”, decidimos, à priori, realizar o estudo da linha editorial, numa perspectiva de, num futuro próximo, estudar, num doutoramento, os processos de tombamento. O eixo de atuação da linha editorial do IPHAN engloba a *Revista do Patrimônio*, a *Série Publicações do SPHAN* e o *Boletim SPHAN/FNpM*.<sup>9</sup>

---

<sup>6</sup> A lista completa dos bens tombados e em andamento pelo IPHAN pode ser acessada em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/BENS%20TOMBADOS%20E%20PROCESSOS%20EM%20ANDAMENTO%202019%20MAIO.pdf>.

<sup>7</sup> O termo tipologia, neste trabalho, segue os preceitos de Marina Waisman que entende a tipologia como produto da cultura, em que tal conceito seria a própria essência particular de uma arquitetura e que, ao mesmo tempo, a individualiza e lhe valida no meio cultural que está inserida. Ainda, pode ser entendida como “sujeito histórico, histórico porque decorre de uma ‘destilação’, por assim dizer, dos elementos fundamentais de uma série de objetos históricos, e históricos igualmente, porque se insere na história ao ser capaz de aceitar transformações, de servir de base a novas invenções, mantendo, no entanto, uma continuidade que poderia ser considerada de base estrutural. Ver WAISMAN, Marina. *O interior da história*. Historiografia para latino-americanos. São Paulo: Perspectiva, 2013. p. 102.

<sup>8</sup> MICELI, Sérgio. SPHAN: Refrigério da cultura oficial. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N° 22, p.44-47, 1987, p. 44.

<sup>9</sup> Welbia Dias afirma que há também outras fontes de comunicação na linha editorial do IPHAN, como o uso dos TICs – Tecnologia da informação e comunicação, como o portal online do IPHAN. Ver DIAS, Welbia Carla. *Boletim SPHAN/FNpM: um espaço de comunicação do patrimônio cultural*. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2012.

Partimos do pressuposto defendido por autores com Robson Ribeiro<sup>10</sup> e Cinthia Mayumi Silva<sup>11</sup> que apontam que a *Revista do Patrimônio* se constituiu como um espaço de fomentação e divulgação de ideias, como forma de legitimar o patrimônio nacional. Ribeiro vai além e mostra que nos dezoito primeiros números publicados da revista, 50% dos artigos eram referentes a bens tombados, de forma direta ou indiretamente, pelo órgão.<sup>12</sup> Os 50% restantes nos levam a pensar que a linha editorial do IPHAN tem também a função de ampliar o discurso patrimonial do órgão, embora ainda esteja atrelada à forma de atuação do IPHAN. Partimos, assim, da hipótese de que a arquitetura popular tenha tido espaço sobretudo entre os outros 50%<sup>13</sup> dos artigos, os dos bens não tombados, referentes à divulgação de pesquisas de técnicos e colaboradores, que, embora não tenham efetivamente levado ao tombamento dos bens imóveis em estudo, foram publicados como forma de legitimação social das pesquisas que estavam sendo realizadas pelo órgão em tal período. Tais pesquisas, como aponta Tarcila Guedes,<sup>14</sup> foram em sua maioria mais descritivas do que analíticas, no sentido em que as pesquisas se propunham a descrever e conhecer o patrimônio nacional.

A Série *Publicações do SPHAN* terá alguns números analisados, como pode ser visto no item “Metodologia” dessa introdução. Referente a ela, Márcia Chuva discorre:

A série Publicações do SPHAN foi uma coleção de monografia que publicava a cada número, o estudo de um único autor. Seu objetivo era produzir estudos minuciosos sobre objetos específicos da cultura material, basicamente aqueles integrantes do universo selecionado como patrimônio histórico e artístico nacional ou ainda estudos sobre os artistas e artífices que os produziram.<sup>15</sup>

Entretanto, como a autora nos mostra, a série que foi publicada dentre as primeiras trinta décadas de funcionamento do órgão, teve a maior parte de seus números (dez) voltados a bens tombados pelo IPHAN. Dessa maneira, apenas o primeiro número, a obra já citada de Gilberto Freyre, faz referência à “arquitetura popular”. Essa restrição nos leva a dar maior atenção ao *Boletim SPHAN/FNpM*. Sua circulação foi instituída em meio ao processo de reestruturação administrativa e

---

<sup>10</sup> RIBEIRO, Robson Orzari. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Textos de História da Arte engajados na política de preservação no Brasil*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, IFCH, Campinas, 2013.

<sup>11</sup> SILVA, Cíntia Mayumi de Carli. *Revista do Patrimônio: editor, autores e temas*. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais). CPDOC, Rio de Janeiro, 2010.

<sup>12</sup> Ribeiro, Robson. Op. Cit. 2013, p. 112.

<sup>13</sup> Como poderemos ver no decorrer do estudo, alguns dos exemplos de arquitetura popular presentes na Revista do Patrimônio também foram tombados.

<sup>14</sup> GUEDES, Tarcila. *O lado doutor e o gavião de penacho: movimento modernista e patrimônio cultural no Brasil: O serviço do patrimônio histórico (SPHAN)*. São Paulo: Annablume, 2000, p. 69.

<sup>15</sup> CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 249.

conceitual do IPHAN em 1979, quando ocorre a fusão do Centro Nacional de Referências Culturais – CNRC e a Fundação Nacional Pró-Memória – FNpM ao órgão. É importante salientar que durante os primeiros anos após tal reestruturação não houve publicação da *Revista do Patrimônio*. Cêça Guimaraens<sup>16</sup> defende que o Boletim, que manteve periodicidade nem sempre constante entre 1979 e 1988, substituiu a *Revista do Patrimônio* durante o período em que Aloísio Magalhães esteve à frente do órgão (1979-1982), registrando fatos e atos de sua gestão e das equipes que o sucederam.

Welbia Dias<sup>17</sup> discorre que o Boletim teve como objetivo divulgar as ações executadas pelo IPHAN, além de estabelecer um método comunicativo com as comunidades envolvidas no processo de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural. Por se constituir de breves notícias, editoriais e pequenos ensaios, é possível imaginar que a circulação do Boletim objetivasse o engajamento de um maior número de leitores, para além dos leitores especializados da *Revista do Patrimônio*.<sup>18</sup> Dessa forma, por sua natureza, o Boletim irá nos informar mais sobre as ações do órgão que possivelmente envolvam a “arquitetura popular” do que trazer considerações teóricas acerca da patrimonialização ou natureza de tais tipologias.

Entender a linha editorial do IPHAN a partir de uma perspectiva diacrônica exige uma leitura e caracterização de contextos intelectuais diversos; o IPHAN da década de 1930, o IPHAN da década de 1980, e o IPHAN dos dias atuais. Nesse sentido, nos defrontamos também com personagens já largamente trabalhados por diversas pesquisas, como Gilberto Freyre, Mário de Andrade e Lúcio Costa. Seria impossível, dentro do recorte da presente dissertação, aprofundar significativamente tais estudos contextuais sem que fugíssemos do nosso objetivo principal. Haverá momentos de aproximação, quando pertinente, para o auxílio de leituras de como tais agentes estiveram envolvidos com a linha editorial do IPHAN.

Como poderá ser visto, algumas hipóteses levantadas no decorrer deste trabalho não poderão também ser totalmente investigadas. O isolamento social condicionado a partir da propagação da pandemia Sars-CoV-2 durante o decorrer do estudo impossibilitou a confecção de pesquisas em arquivos e acervos como o Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro - RJ. Entretanto, a disponibilização do material primário principal da pesquisa pelo IPHAN em seu site oficial permitiu que a construção da narrativa não fosse afetada.

---

<sup>16</sup> GUIMARAENS, Cêça. Os museus do sistema SPHAN/FNpM. In: *XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR*: Salvador, 2005, p.1.

<sup>17</sup> DIAS, Welbia Carla. Op. Cit. 2012.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 19.

Espera-se, assim, que uma análise das diferentes publicações presentes na linha editorial do IPHAN voltadas para a “arquitetura popular” possa gerar subsídios para entender um interessante tensionamento entre estudo e proteção legal. Dito de outra forma, sabendo-se por diversos autores como Alayde Mariani,<sup>19</sup> Gunter Weimer,<sup>20</sup> Sergio Miceli,<sup>21</sup> entre outros, sobre as lacunas na proteção legal da “arquitetura popular”, como o mesmo órgão se comporta em relação a esse universo arquitetônico quando se trata de estudá-la?

A “arquitetura popular”, mencionada até aqui entre aspas não parece uma expressão de todo clara. É importante, para a pesquisa, poder precisar o que estamos entendendo por “arquitetura popular” e explicitar nossa escolha por assim chamá-la.

### 1.1 UM TERMO E UM RECORTE

Muitas são as terminologias aplicadas à produção arquitetônica “popular”. Essas terminologias carregaram, em si, muitas vezes, preceitos pejorativos, como seriam as adjetivações de “primitiva”, “instintiva” e “espontânea” que, a partir de visões evolucionistas e naturalistas, remetem à produção arquitetônica de sociedades pré-industriais, segundo crítica de Guimaraens e Cavalcanti.<sup>22</sup> De acordo com os autores, essas terminologias se referem a “sociedades onde a vida esteve organizada segundo uma base comunitária, tendo-se atrofiado ao primeiro impacto com o industrialismo”.<sup>23</sup>

Para além do teor pejorativo, percebemos também que, ao se utilizar de tais adjetivações, ignoram-se os processos de trocas culturais presentes majoritariamente nas sociedades contemporâneas. Como afirma Lévi-Strauss,<sup>24</sup> foram exatamente tais trocas que puderam consolidar as diferentes culturas que conhecemos em nossa atualidade.<sup>25</sup> Como poderemos ver a seguir, até as sociedades consideradas verdadeiramente nacionais, como as dos povos indígenas, passam por tais

---

<sup>19</sup> MARIANI, Alayde. A memória popular no registro do patrimônio In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 28, p.156-173, 1999.

<sup>20</sup> WEIMER, Günter. *Arquitetura popular Brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2005.

<sup>21</sup> MICELI, Sérgio. Op. Cit. 1987.

<sup>22</sup> GUIMARAENS, Dinah; CAVALCANTI, Lauro. *Arquitetura kitsch: suburbana e rural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 35.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 35.

<sup>24</sup> LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça y Cultura*. Altaya: Madrid, 1999.

<sup>25</sup> Marins, no já citado texto de 2016 (p. 19), identifica, a partir do elenco dos registros de patrimônio imaterial realizados a partir de 2002, que “há uma evidente opção por associar a identificação da cultura imaterial ao remoto, ao antigo”.

processos. Dessa maneira, escolhemos não utilizar tais termos (primitiva, instintiva e espontânea) para o nosso objeto de estudo.

Bernard Rudofsky, em 1964, na obra intitulada *Architecture without architects, an introduction to a non pedigree Architecture*, denomina esse tipo de produção como a “arquitetura sem arquitetos”, ou ainda, “arquitetura sem pedigree”.<sup>26</sup> A primeira delas carrega consigo todo o peso da palavra “arquiteto”, que, como aponta Francisco Andrade,<sup>27</sup> surge como uma denominação de uma profissão apenas no Renascimento, existindo de forma demasiadamente restrita a algumas culturas do ocidente. Além de carregar consigo um

cultismo que lhe foi próprio no idioma. Mesmo sem consistentes estudos sobre a história da palavra “arquiteto” na língua portuguesa, é notável que seu uso, durante séculos, esteve restrito aos documentos escritos por religiosos fluentes em latim ou em contextos cortesãos, nos quais a cultura renascentista italiana foi sempre uma influência forte.<sup>28</sup>

Dessa maneira, como nosso estudo forçosamente tratará de tipologias arquitetônicas civis pertencentes aos chamados ciclos históricos do Brasil, como a arquitetura do Brasil Colônia que figuraram nas páginas das linhas editoriais do IPHAN, a utilização do termo “arquitetura sem arquitetos” perde o sentido, uma vez que mesmo com registro da presença de arquitetos e urbanistas no Brasil desde 1585,<sup>29</sup> a presença desses profissionais não se deu como regra e não mereceria essa centralidade (mesmo que em negativa) em sua denominação.

Da língua francófona herdamos denominações tais como “arquitetura selvagem”<sup>30</sup>, ou ainda, doce, conceituada por Bernard Lassus em 1975, que evocaria uma prática espontânea, com a recusa ao desperdício de energia e materiais.<sup>31</sup> Tal conceituação bebe também nos dizeres do filósofo Jean-Jacques Rousseau e a evocação do “bom selvagem”, aquele que vive em sintonia com a natureza<sup>32</sup>.

---

<sup>26</sup> RUDOFSKY, Bernard. *Architecture without architects*. A Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture. London: Academy Editions, 1964.

<sup>27</sup> ANDRADE, Francisco de Carvalho Dias de. *Uma poética da técnica: a produção da arquitetura vernacular no Brasil*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s.n.], 2016.

<sup>28</sup> Ibidem, p. 28.

<sup>29</sup> Afonso Arinos aponta a presença de Cristóvão Lins, arquiteto e urbanista da cidade de Filipéia (atual João Pessoa). Ver: FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005, p. 58.

<sup>30</sup> O termo selvagem, como nos indica Peter Burke, passa a partir do fim do séc. XVIII a ter uma conotação positiva nos estudos sobre cultura, como os de Thomas Percy, sendo ligado ao natural, livre das regras do classicismo. BURKE, Peter. *A cultura popular na Idade Média*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010. p.23-24.

<sup>31</sup> LASSUS, Bernard. Mesurable et démesurable chez les habitants-paysagistes. *L'Architecture d'aujourd'hui*. N. 179, p. 2-28, 1975.

<sup>32</sup> LEOPOLDI, José Savio. Rousseau – o estado de natureza, o “bom selvagem” e as comunidades indígenas. *Revista Alceu*. V. 2, n. 4, p. 158-172, 2002, p. 159.

John Ruskin, no século XIX, assim sendo anterior à conceituação de Bernard Lassus, também utiliza o conceito da “arquitetura selvagem” para afirmar que é exatamente por ser rude e selvagem que a arquitetura gótica merece “a mais profunda reverência”.<sup>33</sup> A conceituação de Ruskin não acha correspondência no bom selvagem, trazida por Lassus, enquanto evoca uma noção mais voltada aos aspectos da paisagem do norte europeu. No entanto, as características evocadas por Lassus e Ruskin não são encontradas em todas as tipologias que desejamos estudar, não sendo, assim, a melhor denominação a ser utilizada.

A expressão “arquitetura tradicional”, também herdada da cultura francófona, é empregada muitas vezes em “situações que demandam uma diferenciação, sobretudo, temporal”<sup>34</sup>, segundo Andrade. A arquitetura tradicional é assim entendida como histórica, sendo ligada ao passado. Paul Oliver<sup>35</sup> afirma que no contexto internacional o termo “tradicional” é um dos mais utilizados para a classificação de tipologias advindas do povo. Entretanto, o autor nos mostra que o termo “tradicional” pode englobar todos os bens imóveis que sobreviveram até o dia presente. Assim, a arquitetura tradicional poderia definir tanto uma catedral gótica, quanto um templo maia. Não existiria, assim, um recorte bem definido entre a arquitetura erudita e a do povo. Dessa forma, o termo “tradicional” não parece o mais adequado para a denominação das tipologias presentes em nosso recorte de estudo.

Entre as expressões mais difundidas no ideário nacional está o kitsch, que seria, para Guimaraens e Cavalcanti, “uma redução do repertório estético vigente nas camadas superiores da cultura. Neste nível, o kitsch seria resultado da tradução de um código mais amplo para um mais reduzido e para um auditório mais largo”.<sup>36</sup> Por essa definição, o kitsch seria então uma denominação apropriada para a produção popular, entretanto, também é deixado de lado por estar vinculado, em sua maioria, “à busca da prosperidade da classe média em constante ascensão sócio cultural”.<sup>37</sup> O que não configura, como um todo, a produção popular que queremos ver como é tratada na linha editorial do IPHAN. Podemos observar, também, que o termo kitsch tem sido relacionado ao “mau gosto”. Autores como Ludwig Giesz<sup>38</sup> definem o kitsch como um diletantismo, em que se falta originalidade. O kitsch seria, também, algo visto como superficial. Buscamos afastar a imagem da “arquitetura

---

<sup>33</sup> RUSKIN, John. Selvaticueza (excerto de A Natureza do Gótico). *Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo (Online)*, (4), 67-76. 2008, p. 67.

<sup>34</sup> ANDRADE, Francisco Carvalho Dias de. Op. Cit. 2016, p. 28.

<sup>35</sup> OLIVER, Paul. *Built to Meet Needs: Cultural Issues in Vernacular Architecture*. Oxford: Elsevier, 2006, p. 144.

<sup>36</sup> GUIMARAENS, Dinah; CAVALCANTI, Lauro. Op. Cit. 1982, p. 16.

<sup>37</sup> *Ibidem*.

<sup>38</sup> GIESZ, Ludwig. El hombre-kitsch como turista. In: DORFLES, Gillo. *El kitsch*. Barcelona: Editorial Lumen, 1973, p. 155.

popular” como meramente espelho da arquitetura erudita, uma mera cópia. Assim, nos afastamos também do termo kitsch.

Por fim, temos as terminologias de “arquitetura vernacular” e “arquitetura popular”, que podem ser consideradas sinônimos a depender da corrente de pensamento que os estude.<sup>39</sup> O próprio termo “vernacular” pode implicar diferentes formas de se produzir arquitetura. Bernard Rudofsky<sup>40</sup> afirma que os métodos de construção da “arquitetura vernacular” ficaram perdidos em um passado distante, enquanto que para Amos Rapoport,<sup>41</sup> na “arquitetura vernacular” há uma ausência de pretensões teóricas ou estéticas.

Somando-se aos autores que indicam a similaridade entre os termos “vernacular” e “popular” está Paul Oliver. Para o autor, o que é chamado de “vernacular” na língua britânica muito se assemelha ao que é chamado de “popular” em países de tradição ibérica como Portugal<sup>42</sup> e Espanha<sup>43</sup>. Veremos, então, como Paul Oliver define “arquitetura vernacular” e como Carlos Flores, autor espanhol, define a “arquitetura popular” para explicitar essa concordância.

A conceituação de Paul Oliver para o termo arquitetura vernacular é aquela que:<sup>44</sup>

compreende as habitações e todos os outros edifícios do povo. Relacionados com seus contextos ambientais e recursos disponíveis, eles são habitualmente proprietários ou construídos pela comunidade, utilizando tecnologias tradicionais. Todas as formas de arquitetura vernacular são construídas para atender necessidades específicas, acomodando os valores, economias e modos de vida das culturas que os produzem. (tradução nossa)<sup>45</sup>

Por sua vez, Carlos Flores nos apresenta a sua definição para a arquitetura popular:

A arquitetura popular é aquela pertencente ao povo, livre de doutrinas, sistemas políticos ou econômicos impostos, bem como tendências artísticas e culturais forçadas. É constituída por patrimônio tangível e intangível, herdado de uma codificação geracional materializada na paisagem antropizada. É sobretudo local,

<sup>39</sup> Morales, 1987 apud GUIMARAENS, Dinah, CAVALCANTI, Lauro. Op. Cit. 1982, p. 16 / Merlin e Choay, 1988 apud JACQUES, Paola Beresstein. *Estética da gíngua: A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.

<sup>40</sup> RUDOFSKY, Bernard. Op. Cit. 1964.

<sup>41</sup> RAPOPORT, Amos. *House form and culture*. New Jersey: Prentice-Hall Inc, 1969.

<sup>42</sup> Para os estudos da arquitetura popular em Portugal, ver: ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES. *Arquitetura popular em Portugal*. 3.ed. -. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988.

<sup>43</sup> Para os estudos da arquitetura popular na Espanha, ver: FLORES, Carlos. *Miradas a la arquitectura popular en España*. Zamora: Museo Etnográfico de Castilla y León, 2017.

<sup>44</sup> O autor relata que tal definição seria uma sumarização do termo. Entretanto, haveria ainda o problema relativo às diferentes aplicações nas diversas culturas onde o termo é trabalhado: “This, I felt could summarize the *what* of vernacular architecture: what environmental conditions prevailed, what it was made of, what its types were, and for what purposes it was built. (...) A related problem of definition was that of the area under discussion in any entry. Nations are often implied in discussions about vernacular architecture; ‘Finnish’, ‘Nepalese’, ‘Mexican’ vernacular, for instance.” In OLIVER, Paul. *Built to meet needs: Cultural issues in vernacular architecture*. Oxford: Elsevier, 2006, p.30-31.

<sup>45</sup> Ibidem, p. 30.

produzindo tipologias adaptadas às condições climáticas, culturais e de recursos, com tantas variações quanto pontos no mapa: um catálogo de extrema riqueza e variedade conectadas pelos laços invisíveis do pensamento e do comportamento humanos. Seus tempos, em qualquer caso, são marcados por um ritmo que difere dos processos formais. (tradução nossa)<sup>46</sup>

Vemos que as duas definições partem de um conceito mais abrangente, o que permite que diversas tipologias possam ser classificadas como vernacular, ou popular. Os dois autores consideram tais tipologias a partir dos seus valores culturais e ecológicos, que refletem as necessidades do povo. Para Oliver<sup>47</sup>, a diferenciação que existe entre a arquitetura “vernacular” e a “popular” está exatamente nos termos “para” e “pelo” povo. As tipologias feitas “para” o povo, como conjuntos habitacionais, vilas operárias, entre outras, só se tornam “populares” (ou “vernaculares”, no sentido inglês) após a apropriação popular que deixe marcas evidentes de uso.<sup>48</sup>

Entretanto, tais definições não são consensuadas em âmbito nacional. Autores como Günter Weimer, a partir de um estudo etimológico da raiz do latim “verna”, que significa escravo, a difere da “arquitetura popular”. O autor distingue a arquitetura popular e a vernacular a partir de uma divisão de classes sociais. A arquitetura popular seria a arquitetura sem um projeto arquitetônico, o que independe da classe social. Tanto a arquitetura das favelas, como outras tipologias de classe média, por exemplo, são classificadas, nessa lógica, como “arquitetura popular”. Não seria dessa “arquitetura popular” de Weimer que estamos nos debruçando nessa dissertação.

Carlos Lemos<sup>49</sup> defende que a “arquitetura vernacular” “não é trasladável para outras terras”, por ser a expressão cultural que só “pode ser daquele povo e daquele sítio”. O autor parte do pressuposto de que a “arquitetura vernacular” é sinônimo da utilização de técnicas locais e de materiais também locais. Nesse sentido, a arquitetura advinda do povo poderia ser classificada em duas vertentes: a “arquitetura vernácula” que seria apenas a de povos indígenas e a “paravernacular”, que englobaria as demais tipologias realizadas pelo povo.<sup>50</sup> Ao olharmos para o IPHAN, contudo, não queremos apenas nos interrogar sobre como olham para produções que supostamente não passaram por trocas culturais. Nosso intuito é ampliar ao máximo nossa entrada no acervo documental a ser

---

<sup>46</sup> FLORES, Carlos. Op Cit. 2017, p. 11.

<sup>47</sup> OLIVER, Paul. Op Cit. 2006, p. 29.

<sup>48</sup> No ideário nacional temos também a utilização do termo “neovernacular”, para designar bens imóveis eruditos, projetados por arquitetos, que tenham inspiração na arquitetura popular. Entretanto, tal denominação não faz parte da nossa discussão conceitual. Ver: PEREIRA, Cristiane; SCHMID, Aloisio; CASTELNOU NETO, Antonio. Arquitetura neovernacular em Curitiba: Prospecção de suas contribuições para a sustentabilidade em três estudos de caso. *Arquitextos*. 232.03, ano 20, 2019.

<sup>49</sup> LEMOS, Carlos. *História da casa brasileira*. São Paulo: Pinsky, 1989, p. 14-15.

<sup>50</sup> *Ibidem*.

interrogado, para que as restrições / limitações / recortes / preferências apareçam a partir desse corpo e não como nosso ponto de partida. Por isso, também, iremos procurar identificar como o IPHAN trabalha não apenas a arquitetura, mas a cultura em suas publicações.

Como visto acima, diversas expressões foram por nós não adotadas por não representarem o que entendemos por “arquitetura popular”. Foram os casos das adjetivações de “espontânea”, “primitiva”, “instintiva”, “doce”, “selvagem”, “espontânea”, “sem arquitetos”, “sem pedigree”, “tradicional” e “kitsch”. A denominação de “arquitetura vernacular”, por sua vez, embora vista por alguns como sinônimo de “popular”, está por vezes atrelada a uma ideia de pureza da qual preferimos não nos restringir.

Essas denominações aparecem em textos de autores que abordaram o campo da arquitetura “popular”. Já olhando para o nosso material documental primário, antecipamos que duas denominações surgem e merecem aqui breve descrição.

As diversas habitações de povos indígenas se constituem como uma das tipologias com maior frequência na linha editorial do IPHAN e optamos por não as deixar de lado, apesar de seu enquadramento como “arquitetura popular” não ser de todo clara. Tende-se a vê-la como “vernacular” nos termos de Carlos Lemos anteriormente abordado.

Autoras como Sylvia Caiuby Novaes,<sup>51</sup> Maria Elisa Ladeira,<sup>52</sup> Aracy Lopes da Silva,<sup>53</sup> Lux Vidal<sup>54</sup> e Cristina Sá<sup>55</sup> já na década de 1980 apontam para os processos de aculturação que as habitações de povos indígenas estavam passando. Silva, por exemplo, diz que há dois fatores que podem explicar as alterações profundas no jeito do povo indígena Xavante de morar: “1º a sedentarização, que traz a necessidade de casas mais duráveis que as tradicionais; 2º o contato como situação de dominação, variante do colonialismo, em que o povo dominado é levado a incorporar padrões estéticos e sociais típicos da sociedade invasora.”<sup>56</sup> As autoras mostram que esse processo é comum a todos os povos indígenas estudados. Novaes<sup>57</sup> mostra que os grupos Bororó passam por diversos processos de

---

<sup>51</sup> NOVAES, Sylvia Caiuby. As casas na organização social do espaço bororó. In: NOVAES, Sylvia. (Org.) *Habitações indígenas*. São Paulo: Nobel: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1983.

<sup>52</sup> LADEIRA, Maria Elisa. Uma aldeia timbira. In: NOVAES, Sylvia. (Org.) *Habitações indígenas*. São Paulo: Nobel: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1983.

<sup>53</sup> SILVA, Aracy Lopes da. Xavante: Casa – Aldeia – Chão – Terra – Vida. In: NOVAES, Sylvia. (Org.) *Habitações indígenas*. São Paulo: Nobel: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1983.

<sup>54</sup> VIDAL, Lux. O espaço habitado entre os Kaiapó-xikrin (Jê) e os Parakanã (Tupî), do médio Tocantins, Pará. In: NOVAES, Sylvia. (Org.) *Habitações indígenas*. São Paulo: Nobel: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1983.

<sup>55</sup> SÁ, Cristina. Observações sobre a habitação em três grupos indígenas brasileiros. In: NOVAES, Sylvia. (Org.) *Habitações indígenas*. São Paulo: Nobel: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1983.

<sup>56</sup> SILVA, Aracy Lopes. Op. Cit. 1983, p. 47.

<sup>57</sup> NOVAES, Sylvia Caiuby. Op. Cit. 1983, p. 61-64.

aculturação, nem sempre positivos. A introdução de casas de alvenaria pelos missionários salesianos não foi bem sucedida na época, “aquilo que se constituía para os salesianos um impositivo moral se transformou em algo sem sentido para os índios”.<sup>58</sup> Assim, podemos entender as habitações indígenas também participantes do processo de aculturação, ou seja, a “pureza” da única arquitetura originária nacional, mencionada por autores como Carlos Lemos, parece não ocorrer em tais tipologias. O que nos leva a entender as habitações indígenas também como exemplares de “arquitetura popular”.

Outra terminologia foi cunhada dentro do IPHAN para a categorização da arquitetura feita pelo povo no período colonial: a “arquitetura civil”. Como poderá ser melhor explorado no decorrer da presente dissertação, autores como Afonso Arinos Melo Franco<sup>59</sup> e Rodrigo M. F. de Andrade<sup>60</sup> consideravam que entre as culturas fundadoras da nação, os portugueses - em seu processo de “amolecimento” e “miscigenação” - seriam os únicos a deixar registros materiais significantes. Esses registros foram materializados na arquitetura presente principalmente entre os séculos XVII e XVIII e são classificados por tais autores como “arquitetura civil”.

Entendemos, assim, que a terminologia “arquitetura civil” engloba exemplares de arquitetura popular, como também, exemplares de arquitetura erudita. Embora o IPHAN classifique tipologias como os sobrados como “arquitetura civil”, partimos do pressuposto de Weimer que sugere uma distinção entre popular e erudito a partir de uma divisão socioeconômica para o período colonial:

Quanto mais rica a cidade e seus habitantes, maior era a incidência de sobrados. Por influência das casas da nobreza, o sobrado teve uma conotação de poder e de riqueza, o que era enfatizado pela maior largura do lote ocupado. Utilizando a classificação hodierna, poder-se-ia dizer que os pobres moravam em casas térreas, os remediados, em sobrados estreitos, e os abastados, em sobrados largos ou prédios de mais pisos. Por isso mesmo, os últimos perdiam seu caráter eminentemente popular, ainda que, para a época, essa dicotomia tivesse pouco significado.<sup>61</sup>

---

<sup>58</sup> Ibidem, p. 64.

<sup>59</sup> Ainda aluno da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, Afonso Arinos iniciou-se na literatura e acompanhou o pai em missões diplomáticas no exterior. Bacharel em 1927, colaborou em jornais, exerceu a advocacia, e em 1929-1930 participou da campanha da Aliança Liberal. Por problemas de saúde, não participou da Revolução de 1930, que levou Vargas ao poder. No ano seguinte seguiu para a Suíça em busca de tratamento e aí cumpriu missão diplomática em 1932. De volta ao Brasil, assumiu em 1933 a direção dos jornais *O Estado de Minas* e *Diário da Tarde*, pertencentes à cadeia dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand. Após o rompimento de sua família com Vargas, fundou em 1934, junto com o irmão Virgílio, a *Folha de Minas*, que seria vendida um ano depois. Passou então a trabalhar na consultoria jurídica do Banco do Brasil e em 1936 tornou-se professor de história do Brasil da Universidade do Distrito Federal. Nos anos seguintes, enquanto o país vivia sob a ditadura do Estado Novo (1937-1945), dedicou-se à vida acadêmica, ministrando cursos no Brasil e no exterior. In: Biografias: Afonso Arinos. In: *Biografias FGV CPDOC* (online). Disponível em: < [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/afonso\\_arinos](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/afonso_arinos)>. Acesso em; 17 de set. 2020.

<sup>60</sup> ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de, 1967 apud ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Op. Cit. 1987.

<sup>61</sup> WEIMER, Günter. Op. Cit. 2005, p. 205.

Assim, podemos entender que a “arquitetura civil” englobou tanto a arquitetura erudita do período colonial, quanto a arquitetura popular que foi tombada pelo IPHAN. Nesse sentido, Günter Weimer<sup>62</sup> afirma que a arquitetura popular para ser preservada, foi “travestida” de arquitetura civil. A diferença entre as duas categorias estaria somente na possibilidade da sua preservação. Assim, alguns bens imóveis que tenham sido categorizados pelo IPHAN, em sua linha editorial, como “arquitetura civil”, estarão presentes em nosso recorte de estudo.

Em síntese, escolhemos denominar por “arquitetura popular” o tema geral que nos interessa. É um termo que parece menos comprometido em termos de adjetivações e que permite um olhar mais aberto para que possamos lançar perguntas ao nosso objeto empírico. Em termos de tipologia, englobaria a arquitetura proveniente de um fazer leigo, não de saber instruído, a arquitetura de ciclos históricos, os mocambos, os terreiros, os quilombos, a arquitetura popular de imigrantes, as habitações ribeirinhas e as habitações indígenas.

Definido o nosso entendimento do que seria a “arquitetura popular”, podemos, então, montar o estado da arte das pesquisas sobre o IPHAN.

Procuraremos situar quem tem trabalhado o tema e de que forma e como nosso estudo pretende dialogar com eles.

## 1.2 UM ÓRGÃO, DIVERSAS MANEIRAS DE CONTAR A SUA HISTÓRIA

A trajetória do IPHAN e as suas práticas foram estudadas por diversos autores no Brasil. O próprio órgão se voltou para a sua história ao publicar estudos como: *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil* (1980) e a *Série Memórias do Patrimônio* (2010, 2013). Para além das publicações oficiais do órgão, diversos pesquisadores dedicaram estudos para o entendimento da trajetória do órgão, entre eles podemos destacar: Silvana Rubino (*As Fachadas da História*, 1991), Márcia Sant’Anna (*Da Cidade Monumento à Cidade Documento*, 1995), Márcia Chuva (*Os Arquitetos da Memória*, 1998), José Reginaldo Gonçalves (*A Retórica da Perda*, 1996); Maria Cecília Londres Fonseca (*Da Modernização à Participação*, 1997, *Referências Culturais*, 2000), Alayde Mariani (*A Memória Popular no Registro do Patrimônio*, 1999); Raul Lanari (*O Patrimônio por Escrito*, 2010), Cintia Mayumi de Carli Silva (*Revista do Patrimônio: Editor, Autores*

---

<sup>62</sup> Ibidem.

e Temas, 2010), Brenda Fonseca e Telma Cerqueira (*Mapeamento Preliminar das Atividades dos Fotógrafos do IPHAN*, 2013), Welbia Dias (*Boletim SPHAN/FNpM*, 2012), Robson Ribeiro (*Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 2013), Paulo César Garcez Marins (*Novos Patrimônios, um novo Brasil?*, 2016) e André de Araújo Oliveira (*Novos velhos Patrimônios*, 2016).

Na publicação “Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil”, de 1980<sup>63</sup>, o órgão toma para si a função de escrever a sua própria história. Assim, pode ser observada a difusão do “mito de origem” da salvaguarda do patrimônio nacional. Nele, o SPHAN se configura como o herói do patrimônio nacional, atuando no que Luis Saia chamou de “fase heróica” após a “proto-história”. A “fase heróica” foi um período de trabalho, de “muito amor por romantismo” e “pouco respeito por desconhecimento”, como nos informa Silvana Rubino.<sup>64</sup> Na narrativa criada, há também o eclipsamento das demais iniciativas estaduais para a salvaguarda do patrimônio nacional. Algo que o próprio Rodrigo M. F. de Andrade mostrava conhecer, ao afirmar que projetos de leis escritos por inspetorias estaduais serviram de base para a criação do Decreto-Lei 25/37.<sup>65</sup>

Tal hegemonia vai ser, ao longo das décadas seguintes, contestada. O próprio IPHAN, em publicações como a série “Memórias do Patrimônio” da década de 2010, traz depoimentos de técnicos que dedicaram suas carreiras ao órgão. A partir das falas de personagens como Augusto da Silva C. Telles é possível perceber que a história homogênea e vitoriosa contada pelo órgão está cada vez mais sendo contrariada. Na publicação, Telles conta episódios como o da sua demissão, que foi ocasionada a partir do conflito de interesses na demissão da então diretora do Museu Nacional, Solange Godoy, em 1989. Telles, que estava à frente do SPHAN na época, era contrário à demissão de Godoy. Preferiu entregar seu cargo do que demiti-la. Casos como esse não seriam permitidos na narrativa criada pelo órgão na década de 1980, por contrariar a homogeneidade e a atuação sem conflitos que o órgão teria.<sup>66</sup>

<sup>63</sup> IPHAN. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: Uma trajetória*. Publicações da Secretária do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, N° 31, 1980.

<sup>64</sup> Silvana Rubino. *As fachadas da história - as origens, a criação e os trabalhos do SPHAN, 1936-1967*. Dissertação (Mestrado), UNICAMP/IFCH/Antropologia Social, Campinas, 1992.

<sup>65</sup> ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos*, 1952. Reedição comentada. Organização de Maria Beatriz Setubal Rezende da Silva. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012, p. 85-105.

<sup>66</sup> Augusto da Silva Telles foi Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória entre 1988 e 1989. Entrou para a Diretoria do Patrimônio Histórico e Nacional em 1957, como consultor técnico tornando-se, em 1978, titular da Diretoria de Tombamento e Conservação da Instituição. Como técnico da Instituição, realizou diversos estudos e projetos de restauração e conservação do patrimônio cultural, dentre os quais se destacam: o estudo da formação urbana de Vassouras, no Rio de Janeiro e da cidade de Olinda, em Pernambuco. Foi membro do Conselho Consultivo do IPHAN entre 1994 e 2002, sendo reduzido ao cargo em 2004, e membro do Conselho Consultivo do Instituto Moreira Salles, a partir de 2002. Fundou o Comitê Brasileiro do Icomos, sendo o seu presidente,

Silvana Rubino em sua dissertação intitulada “As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Sphan, 1937-1968”, apresentada em 1992,<sup>67</sup> começa a problematizar a narrativa até então criada pelo órgão ao analisar documentos, processos de tombamentos e textos publicados pelo IPHAN, como os presentes na Revista do Patrimônio. Assim, a autora pode construir um panorama do que foi tombado no órgão durante a gestão de Rodrigo M. F. de Andrade e a história oficial que esse conjunto de bens tombados conta acerca da “nação”. Tais informações são representadas a partir de mapas territoriais, temporais e tipológicos.

A autora, ao analisar a Revista do Patrimônio, chega à conclusão que a revista como documento nos revela uma outra história para além do mito de origem, por se constituir como um local de embate de opiniões controversas. Para a autora, na Revista do Patrimônio “o debate sobre a nacionalidade, a tradição e a modernidade brasileira ganham a dimensão escrita sobre o que se tomba ou deve tomba. Pois a publicação ao mesmo tempo informou o que se deveria preservar e explicou o que se estava preservando.”<sup>68</sup> A autora afirma, ainda, que, na Revista do Patrimônio, a arquitetura civil é a que possui maior foco no debate acerca da história e do caráter nacional.

Márcia Sant’Anna em sua dissertação “Da cidade-monumento à cidade-documento, a trajetória da Norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)”<sup>69</sup>, apresentada em 1995, focaliza o seu estudo em como os conjuntos urbanos foram vistos e trabalhados pelo IPHAN. A autora divide a trajetória de atuação do órgão em três partes.

Na primeira delas, a cidade é vista como um monumento. Nessa fase, o “conceito de área urbana-patrimônio é forjado no interior de uma estratégia de exaltação da nacionalidade e, ao mesmo tempo, de constituição de uma arte brasileira. ‘Nacional’, ‘original’ e ‘autêntico’ são os enunciados desse momento”.<sup>70</sup> No segundo momento, que se constitui a partir da década de 1970, como demonstra a autora, o patrimônio passa a ser firmado como um recurso econômico. O IPHAN começa então uma política de descentralização da gestão. A partir de tal descentralização foi possível aliar o patrimônio com políticas desenvolvimentistas do período. Foi o caso do Programa de Cidades Históricas (PCH). O turismo surge também como um atributo para as políticas de preservação. A

---

no período 1978 a 1982. Foi membro do Conselho do Iccrom, entre 1983 e 1989, e presidente de sua Assembleia Geral, entre 1987 e 1988, e delegado brasileiro do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco, de 1982 e 1989. Foi professor adjunto da FAU-UFRJ a partir de 1952 até se aposentar, em 1982. In: THOMPSON, Analucia. (org.) *Memórias do Patrimônio*, 2. Entrevista com Augusto da Silva Telles. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedec, 2010, p. 70.

<sup>67</sup> RUBINO, Silva. Op. Cit. 1992.

<sup>68</sup> *Ibidem*, p. 184.

<sup>69</sup> SANT’ANNA, Márcia. Op Cit, 1995.

<sup>70</sup> *Ibidem*, p. 245.

década de 1980 se configura como a terceira fase de atuação do órgão, quando surge a “cidade-documento”. Nela, o valor artístico e monumental deixou de ser o único a ser considerado nas escolhas de tombamentos, dando lugar à capacidade do bem em concentrar em si informações históricas. Contextos gerais que nos ajudam a entender a atuação do IPHAN no nosso largo recorte temporal.

Ao estudar não apenas os processos de tombamentos de conjuntos urbanos do IPHAN, mas, como também, os contextos em que estão inseridos, Sant’Anna toca em questões próximas ao tema da arquitetura popular. Referente aos processos de tombamento, a autora traz o exemplo do conjunto urbano de Mucugê – BA e a sua arquitetura “trivial e modesta” do sertão baiano. A autora explicita, também, diferentes experiências pontuais do órgão com os setores populares. O próprio processo de tombamento de Mucugê é representativo de quando a população local levantou reações contrárias ao tombamento, que chegaram a ser violentas, nesse caso. A participação popular também foi estudada a partir dos processos de Olinda – PE e Petrópolis – RJ, casos em que a população fez demandas ao órgão. Em Olinda, a partir de reuniões com a população, “decidiu-se concentrar esforços na recuperação ou melhoria das habitações de baixa renda”;<sup>71</sup> Já em Petrópolis – RJ, a população foi contrária ao entorno a ser tombado indicado pelo IPHAN, exigindo uma nova extensão que compreenderia, também, conjuntos selecionados pela “importância como pontos de convergência e convivência local”<sup>72</sup> e não apenas o valor arquitetônico, que havia primeiramente sido indicado pelo órgão.

José Reginaldo Gonçalves em sua tese de doutorado, apresentada em 1989, intitulada “A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil”, que fora publicada em 1996 pelo IPHAN, busca analisar as modalidades de invenção discursiva do Brasil instituídas pelos intelectuais associadas ao órgão, que buscaram, entre outras questões, construir uma memória e identidade nacional. Para alcançar este ponto, Gonçalves contrapõe a experiência de Rodrigo M. F. de Andrade e a de Aloísio Magalhães, em seus tempos à frente do IPHAN para discutir a construção do discurso do órgão sobre o patrimônio nacional. Gonçalves aponta, ainda, que tal narrativa é baseada em um processo de desaparecimento e destruição, em que o patrimônio está sempre ameaçado. “A nação só será redimida na medida em que seu patrimônio cultural venha a ser apropriado e protegido contra à destruição”<sup>73</sup>

---

<sup>71</sup> Ibidem, p. 202.

<sup>72</sup> Ibidem, p. 215.

<sup>73</sup> GONÇALVES, José Reginaldo. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora IPHAN, 1996, p. 38.

De acordo com Gonçalves, Rodrigo M. F. de Andrade e os intelectuais da época se intitularam como herdeiros de uma tradição que deveria ser resgatada contra os riscos de esquecimento e perda definitiva<sup>74</sup>, enquanto Aloísio Magalhães possuiu um discurso baseado em ideias como “desenvolvimento” e “diversidade cultural”, tendo o propósito de revelar a diversidade da cultura brasileira e assegurar que ela seja levada em conta no processo de desenvolvimento.<sup>75</sup> O autor passa, assim, a confrontar as visões e discursos dos dois diretores do IPHAN para montar a sua narrativa. Apesar de não entrar em tópicos como a Revista do Patrimônio ou a arquitetura popular, o trabalho de Gonçalves se caracteriza como um importante registro de como os discursos patrimoniais podem ser investigados, questão essa que pode ser transplantada para os discursos presentes na Revista do Patrimônio.

Márcia Chuva, em sua tese de doutorado “Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)” (1998), publicada em 2009 pela Editora da UFRJ, investiga a trajetória do SPHAN e a “invenção” da unidade nacional a partir de três *locus* de ação que foram privilegiados pelo órgão: i) as práticas administrativas e a relação entre os intelectuais do SPHAN e o Estado – em especial o Estado Novo, que foi capaz de reunir as condições para implementação e consolidação das práticas do SPHAN; ii) os processos de tombamentos e a arquitetura monumental; iii) as linhas editoriais do SPHAN que, para a autora, representaram juntos a ideia do que seria patrimônio no Brasil.<sup>76</sup>

Chuva nos mostra como as diversas práticas do SPHAN, articuladas ao processo de formação do Estado a partir de uma construção de rede de contatos ao nível nacional, revelam uma forma própria de administrar, fortemente baseada em relações pessoais. Tais relações foram essenciais para o engendramento de estratégias de ação do poder do Estado para a “invenção” do patrimônio nacional. Assim, a agenda de valorização do órgão se daria para aquele bem que “pudesse se enquadrar na classificação tradicional de história da arte no mundo ocidental”.<sup>77</sup>

Maria Cecília Londres da Fonseca trata acerca das práticas institucionais realizadas para a construção do patrimônio nacional. Em artigo para o nº 24 da Revista do Patrimônio de 1996,<sup>78</sup> a autora focaliza o período das décadas de 1970 e 1980, enquanto que no estudo “O patrimônio em

---

<sup>74</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>75</sup> Ibidem, p. 51.

<sup>76</sup> CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

<sup>77</sup> Ibidem, p. 374.

<sup>78</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres da. Op. Cit, 1996. Tal artigo poderá ser melhor investigado no capítulo 3.

processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil” publicado pelo próprio IPHAN em 2005 Fonseca trata também dos trinta primeiros anos do órgão, assim como da atuação do IPHAN nas últimas décadas de 1990-2000. Referente às décadas de 1970 e 1980, a autora discorre acerca dos avanços na política do patrimônio nacional. Assim, destaca a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e a expansão do conceito do que seria patrimônio para o IPHAN, quando o órgão esteve sob a direção de Aloísio Magalhães entre 1979-1982. A publicação se configura como um dos primeiros textos acerca do IPHAN que retrata os debates acerca de um tombamento de caráter popular, como foi o caso do processo de tombamento do terreiro Casa Branca, Ilê Axé Iyá Nassô Oká. Essa história, marcada por inflexões, será de certa forma problematizada em estudos como os de Marins,<sup>79</sup> à frente analisados, em que se vê uma história de continuidades, apesar dos avanços alcançados.

A autora discorre, ainda, em seus textos acerca da noção das “referências culturais” e da criação do INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais, uma das inovações da década de 1980. Escreveu ainda para o manual do INRC, publicado em 2000. Para Fonseca, a questão do entendimento das referências culturais de bens patrimoniais possibilitou a expansão de políticas patrimoniais, uma vez que bens que possuíssem valores simbólicos para além do valor de excepcionalidade e estético, pudessem ser protegidos pelo órgão.

Alayde Mariani é a primeira que propõe fazer uma investigação acerca de como a arquitetura popular foi entendida e protegida pelo IPHAN. O seu artigo “a memória popular no registro do patrimônio”<sup>80</sup> problematiza os poucos processos de tombamentos de arquitetura popular e a sua inscrição majoritariamente feita nos Livros de Tombo Histórico. A autora focaliza seus estudos na 1ª fase de atuação do órgão, quando se tombavam exemplares de arquitetura popular como arquitetura civil, e o segundo momento quando Aloísio Magalhães esteve à frente do órgão, se caracterizando como o primeiro estudo a procurar entender como a arquitetura popular foi valorizada e eclipsada pelo IPHAN.

Raul Lanari em sua dissertação “O patrimônio por escrito: a política editorial do Serviço Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo (1937-1946)”<sup>81</sup> procura entender, como o título

---

<sup>79</sup> MARINS, Paulo Cesar Garcez. Op. Cit. 2016.

<sup>80</sup> MARIANI, Alayde. Op. Cit, 1999. Tal artigo poderá ser melhor analisado também no ponto 3.3.

<sup>81</sup> LANARI, Raul de Oliveira. *O patrimônio por escrito: a política editorial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo (1937-1946)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, 2010.

já explícita, como a política editorial do SPHAN se inseriu no contexto sociocultural do Estado Novo. Entre os autores que estudaram a política editorial do órgão, Lanari foi o que mais se aprofundou na análise do material primário para além da própria linha editorial. Isso acontece exatamente pois o autor busca entender o contexto sociocultural como um todo. Nesse sentido, Lanari passa a identificar as principais publicações que antecederam a linha editorial do SPHAN, como a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB. O autor também mostra os conflitos referentes às publicações, como a posição contrária de Gustavo Barroso a alguns dos textos publicados na linha editorial do órgão, assim como a réplica de Rodrigo M. F. de Andrade para José Mariano Filho, no prefácio do n. 4 da série Publicações do SPHAN.

Para além das análises dos textos das duas séries de publicações, Lanari sintetiza também os prefácios de tais obras escritas por Rodrigo M. F. de Andrade, procurando entender quais foram as motivações de dar publicidade a tais assuntos, as intenções e expectativas. A análise dos prefácios, para o autor, poderia fornecer ainda “pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada pelos participantes das iniciativas editoriais, empreendimentos caracteristicamente coletivos.”<sup>82</sup>

As análises feitas pelo autor, dos textos publicados na linha editorial do SPHAN, buscam entender conceitos chave para a sedimentação e difusão do patrimônio nacional. Assim, Lanari chega ao recorte dos textos publicados acerca do barroco, que correspondem a 49% dos textos, mas também analisa outros recortes, que até então não haviam sido explorados pelos estudos da área. Entre eles estão os textos acerca dos valores histórico e artístico, que para Lanari foram também balizadores para a prática preservacionista do órgão.<sup>83</sup> Assim como os textos voltados a populações indígenas, que correspondem a 10% dos textos publicados na época. No entanto, podemos perceber que a ênfase maior do estudo de Lanari esteve no contexto sociocultural em que a linha editorial do SPHAN se inseriu. Autores que produziram pesquisas acerca da Revista após a publicação de Lanari, como Cinthia Silva e Robson Ribeiro, irão explorar mais detalhadamente os textos publicados na Revista do Patrimônio, como também de que maneira se constituiu tal publicação.

Cinthia Mayumi de Carli Silva em sua dissertação “Revista do Patrimônio: Editor, Autores e Temas”<sup>84</sup> (2010) focaliza nos 30 primeiros anos em que Rodrigo M. F. de Andrade esteve à frente do

---

<sup>82</sup> Ibidem, p. 44.

<sup>83</sup> Ibidem, p. 169.

<sup>84</sup> SILVA, Cinthia Mayumi de Carli. *Revista do Patrimônio: Editor, Autores e Temas*. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais). CPDOC, Rio de Janeiro, 2010.

órgão e seus rebatimentos na Revista do Patrimônio. A autora analisa as mais diversas questões relacionadas à Revista. Mostra como Rodrigo M. F. de Andrade possuía total controle acerca da publicação. Silva o intitula, nesse sentido, de “editor-autor”. Era ele quem escolhia os autores que iriam publicar, quem editava os textos e foi a partir das suas redes de sociabilidade que a revista pode chegar a diversos países do continente americano.<sup>85</sup>

A autora afirma que a trajetória da Revista do Patrimônio pode ser dividida em dois momentos: a construção do patrimônio nacional e o da especialização. Nos primeiros números da revista se tentou abarcar, segundo ela, os múltiplos patrimônios do Brasil. Assim, houve uma heterogeneidade nos artigos publicados. A seguir, teria havido uma certa especialização nos temas nos campos artísticos-arquitetônicos e de história. A Revista, seria, assim, um local de especialização e de difusão do saber.

Semelhante ao estudo de Cinthia Silva é o de Robson Ribeiro,<sup>86</sup> intitulado “Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Textos de história da arte engajados na política de preservação no Brasil”. Embora o autor não possua o enfoque central no editor da revista, como o faz Silva, Ribeiro concorda com a autora acerca do papel central que Rodrigo M. F. de Andrade possuiu nos dezoito primeiros números da publicação, sendo esse o seu recorte de estudo. Sua dissertação possui o objetivo de investigar a trajetória da Revista, a partir de suas características editoriais. Uma das chaves de interpretação do autor é comprovar que a ideologia da “civilização material” defendida por Afonso Arinos de M. Franco foi também uma das bases teóricas para os técnicos e colaboradores que escreveram na Revista. Nesse sentido, Ribeiro nos mostra que cerca de 50% dos bens registrados na Revista foram de forma direta ou indiretamente objetos de preservação do IPHAN.<sup>87</sup> O autor analisa, ainda, a ocorrência dos artigos por recorte regional, temporal, tipológico, fazendo, também, cruzamento entre os dados. Tais questões servirão de base para as análises da presente dissertação, que de modo comparativo irá analisar como a arquitetura popular se insere na linha editorial.

Brenda Fonseca e Telma Cerqueira em artigo intitulado “Mapeamento preliminar das atividades dos fotógrafos do IPHAN” publicado em 2013, além de mapear os principais fotógrafos que trabalharam para o órgão – como o próprio nome do artigo indica – procuram comprovar a importância das fotografias para os processos de tombamento. Chegam à conclusão de que as regiões

---

<sup>85</sup> Ibidem, p. 165.

<sup>86</sup> RIBEIRO, Robson. Op. Cit. 2013

<sup>87</sup> Ibidem, p. 112.

com maior número de fotógrafos são também aquelas que possuem maior número de processos de tombamentos.<sup>88</sup> Lygia Segala em trabalho específico acerca do fotógrafo francês Marcel Gautherot nos mostra como as encomendas de fotos advindas do órgão possuíam especificações rígidas, verdadeiros manuais das necessidades dos dirigentes do SPHAN. Tais fotografias fariam parte não apenas dos processos de tombamento, mas também das publicações do órgão, como a Revista do Patrimônio.<sup>89</sup>

A dissertação de Welbia Dias intitulada “*Boletim SPHAN/próMemória: um espaço de comunicação do patrimônio cultural*”<sup>90</sup> é o primeiro estudo do tipo que engloba outra publicação da linha editorial do IPHAN para além da Revista do Patrimônio, tendo como objeto o Boletim SPHAN/FNpM. A autora nos mostra como o Boletim foi composto por “pequenas reportagens de fácil leitura, expressando as ideias do sistema federal de preservação do patrimônio cultural em notas, editoriais, artigos, entrevistas”<sup>91</sup> O Boletim teria, assim, a função de divulgar as ações da gestão de Aloísio Magalhães e de seus sucessores, assim como de projetos desenvolvidos pelo órgão. A autora também discorre acerca da organização do Boletim. Nesse sentido, apenas os cinco primeiros números (do número zero ao quatro) foram editados pelo IPHAN, a partir do número cinco ao quarenta e seis foram editados pela FNpM. Para a autora, o Boletim se torna uma referência para as questões patrimoniais, pois a sua edição se fez pela via da participação social, e não pelo valor excepcional dos bens a serem retratados. Embora, como poderemos ver, isso também tenha se refletido na publicação da Revista do Patrimônio.

Paulo César Garcez Marins, em 2016, publica o artigo “Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980”.<sup>92</sup> Nele, o autor busca entender quais raízes plantadas na década de 1980, das políticas preservacionistas brasileiras, deram frutos nas décadas seguintes e em que medida o ideário modernista sobrevive concomitantemente a certas ampliações. Chega à conclusão que, na década de 1990, não houveram muitos avanços patrimoniais, o que tentaria ser reparado a partir da década de 2000, em especial com a implementação da

---

<sup>88</sup> FONSECA, Brenda Coelho; CERQUEIRA, Telma Soares. Mapeamento preliminar das atividades dos fotógrafos do IPHAN. In: Bettina Zellner Grieco (org.) *Entrevista com Erich Joachim Hess*. Memórias do patrimônio, 3. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/CONPEDEC, 2013.

<sup>89</sup> SEGALA, Lygia. A coleção fotográfica de Marcel Gautherot. In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo. N. Sér. v.13. n.2.p. 73-134, 2005.

<sup>90</sup> DIAS, Welbia. Op. Cit. 2012.

<sup>91</sup> Ibidem, p. 85.

<sup>92</sup> MARINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. In: *Estudos Históricos*, v. 29, n.57, Rio de Janeiro, 2016.

salvaguarda do patrimônio imaterial e de programas como o Cultura Viva. O autor faz um balanço dos novos patrimônios que foram protegidos pelo órgão. Mostra como conjuntos urbanos heterogêneos, o patrimônio dos imigrantes, e tipologias como da arquitetura eclética passaram a ser preservados ao nível federal, mesmo que de forma inicial. Em suas análises o autor busca, também, empreender a geografia de tombamentos do órgão, chegando à conclusão de que algumas tipologias são ainda muito vinculadas a certas regiões. Entretanto, o autor não considera a arquitetura popular como uma categoria para as suas análises, abordando apenas os terreiros e a arquitetura dos imigrantes.

André de Araújo Oliveira em sua dissertação intitulada “Novos velhos patrimônios: Trajetória da norma de preservação das culturas populares brasileiras (1988-2013)”<sup>93</sup>, apresentada em 2016, investiga as ações do IPHAN para os bens de cultura popular após a promulgação da Constituição de 1988. O autor afirma que até esse período o órgão não havia protegido bens de cunho popular, algo que será contestado na presente dissertação em que serão citados processos de tombamentos de cunho popular ainda no fim da década de 1930.

As análises de Oliveira buscam o entendimento acerca dos processos de tombamento e dos registros do patrimônio imaterial nacional, a partir de três grupos de análises: as dimensões simbólicas, políticas e sociais da trajetória do IPHAN. No recorte do autor, duas tipologias de bens imóveis são registradas: os tombamentos referentes aos cinco Terreiros de Candomblé e o Processo “1549-T-07 da Casa de Chico Mendes e acervo”, na cidade de Xapuri – AC. Entretanto, o autor não analisa de forma profunda tais processos, buscando entender como os bens se inserem na dinâmica mais geral do IPHAN. Oliveira nos mostra um importante dado: a predominância dos registros dos bens móveis de cultura popular em tal recorte, uma vez que existem outros quatro processos de tombamento em oposição a vinte e dois processos de registro para esses bens.

Oliveira identifica também a permanência de uma linha de pensamento que perpassa por toda a história do órgão, desde o que era defendido nos primeiros anos por Mário de Andrade, passando pela década de 1980 com os bens culturais de Aloísio Magalhães e chegando na década de 2000 com a promulgação da salvaguarda do patrimônio imaterial. Nesse sentido, os valores e as referências que atuam na norma de preservação dos bens das culturas populares seriam os mesmos. Seriam, para o autor, assim, “os novos velhos patrimônios que, do Folclore ao bem cultural, ressignificam os valores

---

<sup>93</sup> OLIVEIRA, André de Araújo. *Novos Velhos Patrimônios: Trajetória da Norma de Preservação das Culturas Populares Brasileiras (1988-2013)*. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFBA: Salvador, 2016.

e as referências da norma de preservação”.<sup>94</sup> Como nossa pesquisa perpassa um recorte temporal abrangente como o de Oliveira, será possível nos perguntar algo semelhante: em que medida há permanências e inflexões no entendimento da arquitetura popular na linha editorial do IPHAN?

Rodrigo José Cantarelli Rodrigues apresenta em 2019 a sua tese intitulada “Ante o vandalismo dos homens e os estragos do tempo: experimentos, preparações e invenções nas práticas de preservação do patrimônio brasileiro”, em que o autor busca identificar os discursos e as políticas de preservação no Brasil anteriores a criação do SPHAN em 1937, buscando, assim, desmistificar a noção de que a discussão do patrimônio nacional haveria sido iniciada juntamente ao SPHAN.<sup>95</sup> Nesse sentido, o autor investiga a criação das inspetorias de Monumentos de estados como Bahia, criada em 1927 e Pernambuco, criada em 1928 e a atuação de intelectuais como Mário de Andrade no Estado de São Paulo na década de 1920. Assim como as experiências a nível federal, de órgãos como a Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação, que inventaria monumentos históricos em 1931, a elevação de Ouro Preto à Monumento Nacional em 1933, assim como os trabalhos desenvolvidos no Museu Histórico Nacional entre 1934 e 1937.<sup>96</sup> O autor se volta, ainda, aos primeiros anos de funcionamento do SPHAN, principalmente no tangente aos processos de tombamento daquele momento. O objetivo central do autor é mostrar como tais narrativas anteriores ao SPHAN auxiliaram na efetivação do órgão.

Pelo exposto, podemos de forma sintética afirmar que os estudos sobre o IPHAN são bastante consolidados. Todavia, o popular dentro do órgão foi estudado apenas duas vezes, a primeira por Alayde Mariani<sup>97</sup>, que foca o seu trabalho na atuação da 1ª fase do órgão e o tombamento da chamada “arquitetura civil”, em especial a mineira, e por André Araújo Oliveira<sup>98</sup> que investiga as ações do órgão para com os bens de cultura popular após a promulgação da Constituição de 1988.

Processo semelhante ocorre nos estudos acerca da linha editorial do IPHAN. Os enquadramentos dados por Raul Lanari,<sup>99</sup> Cíntia Mayumi Carli da Silva,<sup>100</sup> Webia Dias<sup>101</sup> e Robson

---

<sup>94</sup> Ibidem, p. 213.

<sup>95</sup> RODRIGUES, Rodrigo José Cantarelli. *Ante o vandalismo dos homens e os estragos do tempo: experimentos, preparações e invenções nas práticas de preservação do patrimônio brasileiro*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, UFPE: Recife, 2019.

<sup>96</sup> Ibidem.

<sup>97</sup> MARIANI, Alayde. Op. Cit. 1999.

<sup>98</sup> OLIVEIRA, André de Araújo. Op. Cit. 2016.

<sup>99</sup> LANARI, Raul. Op. Cit. 2010.

<sup>100</sup> SILVA, Cíntia Mayumi Carli da. Op. Cit. 2010.

<sup>101</sup> DIAS, Welbia. Op. Cit. 2012.

Ribeiro<sup>102</sup> nos ajudam a entender como a linha editorial se constituiu como um lugar de produção e difusão de ideias. Entretanto, mesmo ao compreender o movimento de diversidade e de especificidade de assuntos tratados na Revista e no Boletim, os autores não buscam estudar especificamente como a arquitetura popular foi retratada em tais publicações. Em todos os estudos dos referidos autores não há diferenciação entre a arquitetura popular e a erudita.

O presente estudo busca, assim, somar-se ao de Márcia Chuva<sup>103</sup> no sentido de que a autora foi a primeira a tentar compreender a linha editorial como um todo, não apenas uma publicação específica. Não há, ainda, estudos que mostrem como a arquitetura popular foi compreendida e trabalhada pelo IPHAN em sua linha editorial, ou ainda, em cada série de publicações de forma específica. Com isso, nossa hipótese é a de que, ao investigar o lugar cedido à arquitetura popular na linha editorial do IPHAN, poderemos entender, também, os movimentos de interesse e esquecimento atreladas às tipologias populares dentro do IPHAN e quais foram os técnicos, ou ainda convidados, responsáveis por tais movimentos.

A partir das questões supracitadas e a partir do Estado da Arte acima produzido, a presente dissertação propõe-se a compreender o lugar que a arquitetura popular ocupa na face de atuação da linha editorial do IPHAN. O IPHAN da Revista do Patrimônio, da Série de Publicações do SPHAN e do Boletim do SPHAN/FNpM. Entender a arquitetura “popular” para além do IPHAN nos ajuda, nesse processo de pesquisa, a entender, em negativo, outras leituras desse popular não abarcadas pela linha editorial do órgão.

Para tanto, três objetivos específicos são arrolados: 01) **Identificar** e **problematizar** o lugar cedido à arquitetura popular na Revista do Patrimônio, na Série Publicações do SPHAN e no Boletim do SPHAN/FNpM 02) **Identificar** o contexto histórico/sociocultural em que tais publicações são produzidas; 03) **Identificar** quais os atores (dentro do IPHAN e convidados) responsáveis pelas diferentes formas de encarar a arquitetura popular nos estudos teóricos.

### 1.3 METODOLOGIA E ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Para alcançar os objetivos propostos, a metodologia desta pesquisa percorreu os seguintes passos: revisão bibliográfica dos estudos acerca da arquitetura popular; revisão bibliográfica acerca da

---

<sup>102</sup> RIBEIRO, Robson. Op. Cit. 2013.

<sup>103</sup> CHUVA, Márcia. Op. Cit. 2009.

produção da linha editorial do IPHAN referentes à arquitetura popular; pesquisa documental na linha editorial do IPHAN; interpretação das fontes primárias e contextualização das descobertas; e, por fim, a construção da narrativa.

A partir de uma leitura histórica/documental, a linha editorial do IPHAN se constituirá como material primário a ser estudado, sendo entendida como um documento histórico. Como indica Le Goff,<sup>104</sup> tal perspectiva considera o material primário como um produto da sociedade que o fabricou. A linha editorial será vista, assim, como evidência e resultado:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (...) O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (...) O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias.<sup>105</sup>

Assim, seguindo os moldes postos por Tania Regina de Luca,<sup>106</sup> não buscaremos contar a história da linha editorial do IPHAN, mas sim contaremos a história por meio dela. Esse deslocamento conceitual, que passa a ser usual a partir da década de 1970, nos permite colocar a linha editorial como objeto da pesquisa histórica. Nesse sentido, a autora afirma que é preciso averiguar as funções sociais dos impressos. “Historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentro de tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê.”<sup>107</sup>

A autora complementa, ainda, que se deve atentar para a ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo, ainda se deve

identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos (...) recorrer a outras fontes de informação para dar conta do processo que envolveu a organização, o lançamento e a manutenção do periódico.<sup>108</sup>

<sup>104</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

<sup>105</sup> *Ibidem*, p. 545-546.

<sup>106</sup> LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

<sup>107</sup> *Ibidem*, p. 132.

<sup>108</sup> *Ibidem*, p. 140-141.

Ao seguir tais preceitos, foi feita leitura dos 40 números publicados da Revista do Patrimônio entre 1937-2019; dos 48 números publicados do Boletim SPHAN/FNpM e de dois números da Série Publicações do SPHAN; para além da publicação nº1 “Mucambos do Nordeste” de Gilberto Freyre, a Publicação nº11 “Desenvolvimento da civilização material no Brasil” de Afonso Arinos também será estudada, ao se entender que o conceito de “civilização material” exposto em tal documento se constituiu como uma das bases da produção teórica do órgão.

A Revista, como é bem conhecido de todos, encontra-se disponibilizada *online* no portal do IPHAN, na seção “publicações.”<sup>109</sup> Por sua vez a Série de Publicações do SPHAN estão dispostas de forma material em bibliotecas e livrarias; já o Boletim do SPHAN/FNpM também está disponível *online*.<sup>110</sup>

A partir da organização e da seleção do material primário a ser analisado foi assim possível a construção da nossa narrativa, que será estruturada em quatro capítulos principais, apresentados a seguir:

No primeiro deles, intitulado “Anúncios do popular”, buscamos entender o contexto histórico/sociocultural em que o órgão e a linha editorial foram criados. Em um primeiro momento buscamos entender como o “popular” estava sendo recebido na sociedade brasileira da década de 1930 e como isso influenciou na criação do Decreto-Lei 25/37, assim como os embates por trás de tal criação. Em um segundo momento, analisamos as duas publicações da *Série Publicações do SPHAN* presentes no nosso recorte de estudo, assim como também o contexto histórico presente. Tal entendimento irá nos ajudar a compreender como tais publicações estão associadas com o processo de aceitação ou negação das tipologias de arquitetura popular na sociedade brasileira da época.

No segundo capítulo intitulado “A menina dos olhos de Rodrigo”, iremos discutir a formação da Revista do Patrimônio em seus trinta primeiros anos, momento em que Rodrigo M. F. de Andrade esteve à frente do órgão e da organização da linha editorial do IPHAN. Nesse primeiro recorte, estarão presentes os artigos advindos das missões de pesquisa folclóricas que objetivaram o descobrimento do país como uma nação, ao levar técnicos e colaboradores do SPHAN para diversas regiões do país. Desse modo, irão ser estudados artigos como: *A capela de Santo Antônio*, 1937, de Mário de Andrade;

---

<sup>109</sup> Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=23&busca=&pagina=4> (acesso em 12/12/2019).

<sup>110</sup> Disponível em: [http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/WebIndex/WIPagina/BOL\\_SPHAN/1099](http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/WebIndex/WIPagina/BOL_SPHAN/1099) (acesso em 25/06/2020).

*O Piauí e a sua Arquitetura*, 1938, de Paulo Thedim Barreto; *O Alpendre nas capelas brasileiras*, 1939, de Luis Saia e *A Habitação dos Timbira*, 1944, de Curt Niemendaju.

No terceiro capítulo intitulado “As décadas de 1970 e 1980 e o patrimônio cultural não consagrado”, procuraremos entender o processo de reestruturação administrativa e conceitual que o IPHAN passa no fim da década de 1970 e como tais processos influenciaram a linha editorial do órgão. É nesse recorte que a arquitetura popular volta a figurar nas páginas da Revista do Patrimônio, após quase trinta anos de ausência. É também nesse capítulo que poderemos discutir as edições do Boletim SPHAN/FNpM que tratem da arquitetura popular. Nesse recorte, irão ser estudados artigos como: *Arquitetura Vernacular: Vale do Paraíba*, 1986, de Antônio Luiz Dias de Andrade (Janjão); *A coroa de Xangô no Terreiro da Casa Grande*, 1986, de Maria Bernardete Capinam e Orlando Ribeiro; *A casa da Flor: uma arquitetura poética*, 1997, de Amélia Zaluar e *A memória popular no registro do patrimônio*, 1999, de Alayde Mariani.

No quarto e último capítulo intitulado “A arquitetura popular na Revista do Patrimônio a partir da década de 2000” buscaremos entender os processos em que a Revista se insere no século XXI, quando há a inserção de artigos sobre regiões brasileiras pouco estudadas até então, como a Região Sul. Temas como a arquitetura de imigrantes, até então ausentes na Revista do Patrimônio, também serão discutidos. Nesse recorte, podemos destacar artigos como: *Pilotis são palafitas: sobre ecologia da arquitetura e saberes que resistem na Amazônia Marajoara*, 2012, de Fernando Mesquita; *Entre o ser e o coletivo: o tombamento das casas históricas*, 2012, de Marcus Tadeu Ribeiro e *Enxaimel: patrimônio e turismo em Pomerode*, 2019 de Gladys Sievert. Tais análises nos ajudarão a criar a narrativa de como a arquitetura popular foi entendida e divulgada na linha editorial do IPHAN, assim como suas inflexões e permanências.

## 2 ANUNCIÇÕES DO POPULAR

A Revista do Patrimônio não se constitui como um editorial à parte do IPHAN. Para entendê-la é necessário, também, entender o contexto em que ela surgiu e as ideias que circulavam na época. E, para a presente pesquisa, como o popular estava sendo anunciado durante a construção do que viria a ser o SPHAN e a Revista do Patrimônio.

Lúcia Lippi Oliveira aponta que a cultura popular como um todo, e não apenas a sua expressão na arquitetura, passou a ser vista de forma positiva a partir do Romantismo, uma vez que até então, correntes como o Iluminismo já haviam se voltado para a temática, todavia, possuíam o intuito de apontar seus erros, suas superstições, como foi o caso do filósofo Voltaire. Nesse sentido, a gênese dos estudos da cultura popular, intitulada de movimento de primitivismo cultural por Peter Burke, em que qual o antigo, o distante e o popular eram todos iguais<sup>111</sup>, estaria centrada em autores como Albrecht von Haller (1708-1777) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Paul Louis Martin aponta ainda que Johann Gottfried von Herder (1744-1803) seria o responsável para atrair autores românticos para as questões das “referências ao povo”.<sup>112</sup> Assim,

Os intelectuais românticos se voltaram para a coleta de costumes populares, eram estimulados a pesquisar os costumes do povo. O estudo de costumes, da poesia – que representava a continuidade com o passado –, buscava o que cada povo tinha de singular. Entre as singularidades estava a língua falada, as histórias contadas por aqueles que guardavam a tradição.<sup>113</sup>

Nesse universo, inserir-se-ia, segundo Oliveira, o escritor Mário de Andrade, que acreditava, que o folclore brasileiro deveria ocupar um lugar decisivo na formulação de um ideal de cultura nacional.<sup>114</sup> Ele teve papel importante no que diz respeito ao ensino do folclore no Brasil. Inaugurou, em 1935, o curso de Folclore no Departamento Municipal de Cultura de São Paulo, do qual era o diretor. Com o intuito de captar “todo o universo da produção cultural”<sup>115</sup> coordenava e participava, também, de viagens etnográficas pelo país. Em 1936, Mário de Andrade escreveu<sup>116</sup> uma proposta de

<sup>111</sup> BURKE, Peter. *A cultura popular na Idade Média*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010. p. 28.

<sup>112</sup> MARTIN, Paul Louis. *À la façon du temps présent: trois siècles d'architecture populaire au Québec*. Québec: Les Presses de l'Université Laval, 1999, p. 359.

<sup>113</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2008, p. 87.

<sup>114</sup> *Ibidem*.

<sup>115</sup> *Ibidem*, p. 91.

<sup>116</sup> O documento “Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: Uma trajetória” do IPHAN afirma que a convite do então Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, Mario de Andrade havia escrito o anteprojeto em apenas duas semanas, enfatizando assim a sua genialidade. Entretanto, o documento entregue por Mario de Andrade possuía no cabeçalho o título do Departamento de Cultura de São Paulo, órgão que Mario de Andrade era diretor. O que

anteprojeto para o que viria a ser o SPAN. Silvana Rubino<sup>117</sup> afirma que, assim como tantos outros projetos de lei escritos entre as décadas de 1920 e 1930,<sup>118</sup> o de Mário de Andrade não foi contemplado em sua totalidade. Isso acontece, segundo a autora, dentre outras questões, ao fato de que o seu texto possuía mais um caráter teórico do que o enquadramento pragmático de um texto de lei.

Entretanto, mesmo sem ter sido escolhido como texto base para a criação do Decreto-lei, o texto de Mário de Andrade se mostra interessante por abranger diferentes aspectos culturais que só seriam oficialmente protegidos pelo IPHAN a partir do fim da década de 1970. O autor define Patrimônio Artístico Nacional como “todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais”.<sup>119</sup> A arte popular, seria, assim, uma das oito categorias de arte que deveriam receber proteção de acordo com o autor. No anteprojeto de lei, o patrimônio nacional poderia ser definido como,

todas as manifestações de arte pura ou aplicada, tanto nacional como estrangeira, que de alguma forma interessem à Etnografia, com exclusão da ameríndia. Essas manifestações podem ser:

- a) Objetos, Fetiches, cerâmica em geral, indumentária, etc.;
- b) Monumentos: arquitetura popular, cruzeiros, capelas e cruzeiros mortuários de beira-estrada, jardins, etc.;
- c) Paisagens: determinados lugares agenciados de forma definitiva pela indústria popular, vilarejos lacustres vivos da Amazônia, tal morro do Rio de Janeiro, tal agrupamento de mocambos no Recife, etc.;
- d) Folclore: música popular, contos, histórias, lendas, superstições, medicina, receitas culinárias, provérbios, ditos, danças dramáticas, etc.<sup>120</sup>

---

nos leva a questionar até que ponto esse documento havia sido um projeto escrito exclusivamente por Mário de Andrade. Autoras como Renata Cabral e Paola Berestein problematizam a criação do “mito fundador” que liga Mário de Andrade à criação do SPHAN, incluindo, ainda, a possibilidade de um personagem como Oswald de Andrade na fundação do SPHAN. Ver CABRAL, Renata; JACQUES, Berestein. O antropófago Oswald de Andrade e a preservação do patrimônio: um “devorador” de mitos? *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, [S. l.], v. 26, p. e32, 2018. DOI: 10.1590/1982-02672018v26e32.

<sup>117</sup> RUBINO, Silvana. *Ocupação Mário de Andrade*. [entrevista cedida a Duanne Ribeiro]. Itaú Cultural: 27 de junho de 2013.

<sup>118</sup> “Na esfera federal, quatro projetos de lei foram enviados ao Congresso, com vistas a normatizar o controle e a proteção do patrimônio sob administração do Estado, mas não chegaram a ser votados: o de autoria de Alberto Childe, voltado para a defesa do patrimônio arqueológico, em 1920; outro elaborado pelo deputado federal pernambucano Luís Cedro, em 1923; o do deputado federal por Minas Gerais Augusto de Lima, em 1924 – este específico para proibir a “saída de obras de arte retrospectiva do país”<sup>85</sup> – e, finalmente, o que foi escrito pelo deputado federal baiano José Wanderley de Araújo Pinho, em 1930.” In: MAGALHÃES, Aline Montenegro. A Inspeção de Monumentos Nacionais do Museu Histórico Nacional e a proteção de monumentos em Ouro Preto (1934-1937). In: *Anais do Museu Paulista*. vol. 25, n°3, p. 233-290, São Paulo, Nova Série, 2017, p. 252.

<sup>119</sup> Mário de Andrade. Anteprojeto elaborado por Mário de Andrade, a pedido do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, 1936. In: IPHAN. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: Uma trajetória*. Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, N° 31, 1981, p. 56.

<sup>120</sup> *Ibidem*, p. 57.

Silvana Rubino afirma que as definições tão precisas de Mario de Andrade para o que deveria ser o patrimônio nacional foram também uns dos motivos para a não escolha do seu anteprojeto.<sup>121</sup> Enquanto que o texto final – o Decreto-lei n. 25/37 de autoria do advogado Rodrigo Melo Franco de Andrade – não buscava definições tão fechadas. No texto, o patrimônio seria tudo aquilo que pudesse ter interesse nacional. Assim, seriam as futuras gerações do SPHAN/IPHAN as responsáveis por indicar o que seria de “interesse nacional”. Para Miceli,

A experiência social cosmopolita de um autodidata de gênio, mulato, sem profissão definida entre os homens de sua classe de origem, às voltas com uma sociedade complexa, diversificada, em ritmo alucinante de transformação, marcada pelo trinômio imigração-urbanização-industrialização, contrastava com o projeto de vida acalentado pelos herdeiros das elites mineiras, cindidos entre as lides burocráticas e o renome literário. Tanto isso não vem ao caso que os trunfos se mostraram complementares. Seja como for, a “generosidade etnográfica” da proposta Andradina revelou-se descompassada das circunstâncias daquele momento, ao passo que a entronização do barroco firmou-se como a pedra do toque da política preservacionista.<sup>122</sup>

Outra problemática envolvendo o anteprojeto escrito por Mário de Andrade estaria no fato de que o autor defendia a criação de um Museu de arqueologia, etnografia e arte popular, afastando assim a seção de etnografia, e suas respectivas coleções, do Museu Nacional, então dirigido por Heloísa Alberto Torres. Esse caso é amplamente relatado em estudos sobre o IPHAN e não cabe aqui discutirlo, mas apenas apontar para os dissensos e poderes em tensão naquele momento, com implicações na aprovação da proposta andradiana.<sup>123</sup>

<sup>121</sup> RUBINO, Silvana. Op. Cit. 2013.

<sup>122</sup> MICELI, Sérgio. Op. Cit. 1987, p. 44.

<sup>123</sup> Rodrigo M. F. de Andrade envia para Heloísa Torres uma cópia do anteprojeto de Mário de Andrade. A diretora do Museu Nacional, por sua vez, se posiciona contra a criação de um novo museu etnográfico: Se, por um lado, a separação da Seção de Etnografia das outras seções do Museu não é aconselhável e acarretaria desvantagens, por outro o seu divórcio dos estudos antropológicos propriamente ditos (antropologia física, psicologia racial, etc.) não encontraria justificativa de modo algum. À Seção de Antropologia, como a todo o Museu Nacional, só lhe faltam verbas (pessoal e material) e maior elasticidade administrativa para desenvolver suas atividades dentro dos métodos correntes na ciência mundial. Todo esse melhoramento poderia e deveria ser concedido aos estudos etnográficos dentro do Museu Nacional. Que vantagem adviria para o público com a criação do novo Museu Etnográfico?...?... Um prejuízo certo ocorreria: o deslocamento da figura do homem, do seu ambiente natural, geológico, botânico, zoológico, perturbando a visão do conjunto do quadro em que se vem processando a sua evolução. (TORRES, Heloísa. Carta a Rodrigo Melo Franco de Andrade. Rio de Janeiro, 9 de maio de 1936. In: Rodrigo Mello Franco de Andrade. *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987. 1987, p. 150) Sugere ainda que o SPHAN e o Museu Nacional possam trabalhar juntos, “Penso que se poderia estabelecer uma colaboração estreita entre a Seção de Etnografia do Museu Nacional e o “Serviço”, uma verdadeira articulação entre as duas entidades e da qual poderia resultar benefício considerável para este sem prejuízo dos trabalhos que aquela levasse a efeito. Todo o material de etnografia constaria do tombamento, os técnicos do Museu Nacional colaborariam no Conselho Consultivo do SPHAN, organizariam mapas com a distribuição geográfica dos monumentos a serem protegidos, elaborariam monografias a serem publicadas pelo SPHAN.” (Ibidem)

E de fato, como nos revela Judith Martins,<sup>124</sup> que na época da redação do Decreto-lei nº 25/37 trabalhava como secretária de Rodrigo M. F. Andrade no SPHAN, o anteprojeto *andradino* passou por uma série de reduções em seu aproveitamento no Decreto-lei:

O Decreto nº. 25. Foi uma luta tremenda reduzir o projeto do Mário de Andrade a esse Decreto-lei. O Mário de Andrade subordinava todos os museus ao Patrimônio. Tinha umas coisas, outras providências... Os diretores de museus se insurgiram, não quiseram concordar. E o trabalho de elaboração desse Decreto-lei foi muito grande, levou muitos meses para concatenar e resumir, reduzir todos os pareceres e reduzi-los à essência. É isso. O trabalho foi esse.<sup>125</sup>

Márcia Sant’Anna afirma ainda que, para além do anteprojeto *andradino*, Rodrigo M. F. de Andrade se baseou também em outros textos para a confecção do Decreto-lei 25/37.<sup>126</sup> Segundo a autora, é surpreendente a quantidade de pontos de contato entre os anteprojetos propostos por Jair Lins de 1925 e o Projeto de Lei nº 230 da autoria de Wanderley Pinho<sup>127</sup>, com o Decreto-Lei 25/37.<sup>128</sup>

Entretanto, apenas o anteprojeto de Mário de Andrade foi mitificado na história “oficial” contada pelo IPHAN a partir da década de 1980.

---

O próprio Mario de Andrade entendia que o seu anteprojeto não seria a versão final para o Decreto-lei. Seria um documento base aberto a ajustes e complementações: “Meu caro Rodrigo. Li seu projeto de lei que achei, pelos meus conhecimentos apenas, ótimo. Aliás, preliminarmente é preciso que eu lhe diga com toda a lealdade que dado o anteprojeto ao Capanema, eu bem sabia que tudo não passava de anteprojeto. Vocês ajudem com todas as luzes possíveis a organização definitiva, façam e desfaçam à vontade, modifiquem e principalmente acomodem às circunstâncias. (Carta de Mário de Andrade a Rodrigo Melo Franco de Andrade, 29 jul, 1936. In: *Mário de Andrade: cartas de trabalho*. Brasília, MEC/Sphan /Pró-Memória, 1981, p. 60.)

<sup>124</sup> Judith Martins foi uma das primeiras funcionárias do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, além de responsável pelo Arquivo Central e pela Seção de História e secretária de Rodrigo M. F. de Andrade. Tinha grande conhecimento pessoal da dinâmica da Instituição desde seu início. Desempenhou, por mais de 40 anos, diversos trabalhos relacionados diretamente ao IPHAN, ocupando cargos de direção e publicando resultados de suas pesquisas. In: THOMPSON, Analucia. Op. Cit. 2010, p.28.

<sup>125</sup> Judith Martins afirma ainda que Rodrigo M. F. de Andrade contou com a ajuda de personagens como Edmundo Lira, e Prudente de Moraes Neto (entre outros, que a sua memória já não podia mais lembrar) para a redação do Decreto-lei nº 25. In: THOMPSON, Analucia. Op. Cit. 2010, p. 31.

<sup>126</sup> SANTANNA, Márcia. Op. Cit. 1995.

<sup>127</sup> Renata Cabral, por sua vez, identifica as referências internacionais do projeto de Pinho. A autora chega à conclusão que o jurista baseou-se - inclusive transcrevendo trechos completos - em leis internacionais, como o Real Decreto-Ley espanhol de 9 de agosto de 1926, e, provavelmente, as leis italianas de tutela do patrimônio In: CABRAL, Renata Campello. Op. Cit. 2019.

<sup>128</sup> O próprio Rodrigo M. F. de Andrade discorre sobre o assunto: “Serviu-lhe de base o trabalho notável que, por solicitação de V. Excia., foi executado pelo professor Mário de Andrade e que já mereceu a provação do Snr. Presidente da República. Mas outros subsídios valiosos foram igualmente utilizados para sua elaboração, cumprindo destacar dentre estes os seguintes: o excelente esboço de ante-projeto de lei federal apresentado em 10 de julho de 1925 por uma comissão nomeada pelo Governo do Estado de Minas Gerais e da qual foi relator o Snr. Jair Lins; o projeto nº 230 de 1930 submetido à Câmara pelo deputado Wanderley Pinho, a legislação federal vigente, em particular o regulamento baixado pelo decreto nº 24.735 de 14 de julho de 1934, relativo ao Museu Histórico Nacional, e o regulamento do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, aprovado pelo decreto nº 24.337, de 5 de junho de 1934; finalmente, a legislação estrangeira, sobretudo a francesa e a mexicana.” Ver ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. Op. Cit. 1952 in Rodrigo Mello Franco de Andrade. Op. Cit. 2012.

O Decreto-Lei nº 25, de 20 nov. 1937, que busca organizar a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional passa a definir o patrimônio a ser tombado como: “o conjunto de bens móveis ou imóveis existentes no país e cuja conservação seja do interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.<sup>129</sup> Como apontam diversos estudiosos,<sup>130</sup> houve uma coerência conceitual no tangente à prática de preservação patrimonial durante todo o período do trabalho do SPHAN. Essa prática, que foi baseada no ideário modernista, canonizou a “arquitetura monumental, o barroco e a mestiçagem como evidência do *ethos* nacional”.<sup>131</sup> Foi também baseada em uma prática excludente “de eleição patrimonial, concentrada nos técnicos e na aparente neutralidade de suas escolhas, derivadas sobretudo da descrição formalista e estilística dos monumentos artísticos”.<sup>132</sup> Assim, diversas demandas culturais foram excluídas da política de preservação brasileira entre as décadas de 1930 a 1980.

(...) o SPHAN conferiu ao país não apenas um passado, mas sobretudo o *seu* passado. Mais do que o patrimônio histórico e artístico nacional os conjuntos mostrados (...) formam o patrimônio histórico e artístico do SPHAN. Seu acervo, que na aposentadoria de Rodrigo, que encerrou o período “heróico”, somava estes 689 tombamentos, é um retrato do Brasil que tem rosto e autoria. Um auto-retrato? Talvez, mas nem sempre é uma imagem coerente, previsível, acabada. Não é obra fechada: esses conjuntos, rearranjados sob outras hipóteses, revelariam certamente outras facetas dessa instituição inventora de tradições.<sup>133</sup>

Todavia, enquanto excluídas do hall de proteção do órgão, as expressões populares encontram, na linha editorial do SPHAN, grande interesse de pesquisa. De acordo com Francisco de Carvalho Dias de Andrade, a investigação acerca da arquitetura popular começou, efetivamente, a partir do início das atividades do SPHAN, onde a já mencionada Revista do Patrimônio merece local de destaque, assim como a série de monografias temáticas, que produziram inúmeros textos sobre a arquitetura brasileira.<sup>134</sup> Ainda segundo o autor, apenas a partir da década de 1970 “estudos feitos no âmbito universitário começaram a equiparar a qualidade dos artigos e monografias do SPHAN”.<sup>135</sup>

<sup>129</sup> BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, p. 1.

<sup>130</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Op. Cit. 2008; RUBINO, Silvana. Op. Cit. 1992; FONSECA, Maria Cecília Londres da. Op. Cit. 1996; MARINS, Paulo César Garcez. Op. Cit. 2016 entre tantos outros.

<sup>131</sup> MARINS, Paulo César Garcez. Op. Cit. 2016, p. 9.

<sup>132</sup> Ibidem, p. 9.

<sup>133</sup> RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 97-105, 1996, p. 105.

<sup>134</sup> ANDRADE, Francisco de Carvalho Dias de. Op. Cit. 2016, p. 109.

<sup>135</sup> Ibidem, p. 109.

Foi sob encomenda do órgão que, por exemplo, “Mucambos do Nordeste: algumas notas sobre o *typo* de casa popular mais primitivo do Nordeste do Brasil”, foi escrito em 1937 por Gilberto Freyre para ser a primeira publicação oficial da série *Publicações do SPHAN*.<sup>136</sup> Freyre, ao finalizar o trabalho, escreve para Rodrigo M. F. de Andrade:

Vai o trabalho sobre os Mucambos do Nordeste. Está curto, mas concentrado e não me parece de todo mau. (...) Mandei o nosso excelente M. Bandeira fazer outras ilustrações mais técnicas e é o que tem retraído a remessa do trabalho, que segue nesse papel de avião e batido, para economizar esforço. (...) E creio que, sendo o primeiro trabalho da série, V. Poderia escrever uma introdução algo alentada. Seria oportuno e esse seu amigo se sentiria honrado em sair com a introdução geral à série.<sup>137</sup>

Para a publicação existiu uma equipe de auxiliares de pesquisa, entretanto, no documento, consta apenas o nome de Clarival Valadares,<sup>138</sup> que participou das pesquisas na região de Pernambuco. A publicação consta ainda com ilustrações de Dimitri Ismailovitch<sup>139</sup> e, como dito na carta de Freyre, ilustrações técnicas de Manuel Bandeira (ver fig. 1). A capa foi feita por Luiz Jardim (fig. 2).<sup>140</sup>

<sup>136</sup> FREYRE, Gilberto. *Mucambos do Nordeste. Algumas notas sobre o tipo de casa popular mais primitivo do Nordeste do Brasil*. Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 1, Ministério da Saúde e Educação, Rio de Janeiro, 1937.

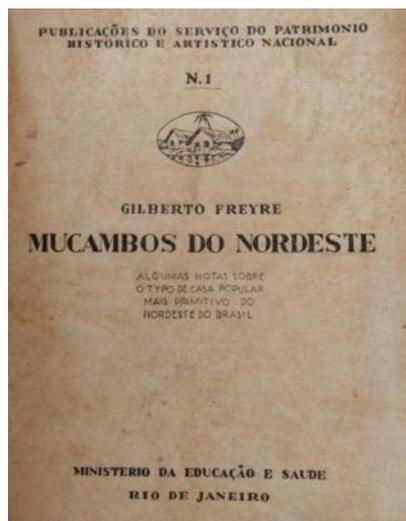
<sup>137</sup> Carta de Gilberto Freyre a Rodrigo Melo Franco de Andrade, datada de 25 de junho de 1937. Arquivos Pessoais da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, pasta Correspondências Pessoais – Gilberto Freyre, fl. 4. apud LANARI, Raul. Op. Cit. 2010, p. 80.

<sup>138</sup> Clarival do Prado Valladares (Salvador, Bahia, 1918 – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983). Crítico de arte, historiador de arte, fotógrafo, poeta e médico. Durante a juventude, vive no Recife, onde atua como auxiliar de pesquisa de campo do sociólogo Gilberto Freyre e inicia o curso de medicina. Em 1941, transfere-se para o Rio de Janeiro e, mais tarde, para Salvador, onde conclui a faculdade. Em 1952, defende tese de doutorado na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Entre 1953 e 1956, realiza pós-graduação em patologia, na Universidade de Harvard, e em biologia, no Massachusetts Institute of Technology (MIT), em Boston, Estados Unidos. Ao voltar ao Brasil em 1956, torna-se docente de anatomia patológica na UFBA. A partir de 1959, leciona também história da arte na Escola de Belas Artes e na Escola de Teatro da mesma universidade. In: ENCICLOPÉDIA CULTURAL, Clarival do Prado Valladares. Verbetes da enciclopédia (2020).

<sup>139</sup> Dimitri Ismailovitch (Satanof, Rússia – 1892, Rio de Janeiro, RJ – 1976) foi um pintor figurativista, profundamente religioso, realizou retratos, cenas de costumes, paisagens e naturezas mortas. Foi influenciado pela tradição dos ícones bizantinos. Fez seus primeiros estudos de pintura com Zinoviev, Seleznev, Dimitriev e Kantaski, na primeira década do século XX na Escola de Belas Artes da Ucrânia. Estudou arte bizantina e persa em Constantinopla. Em 1927 visitou Atenas, Londres e Estados Unidos, vindo no mesmo ano para o Brasil onde fixou residência. Notabilizou-se como retratista. In: *DICIONÁRIO DE ARTISTAS DO BRASIL*. (online). Disponível em: < [http://brasilartesciclopedias.com.br/tablet/nacional/ismailovitch\\_dimitri.php](http://brasilartesciclopedias.com.br/tablet/nacional/ismailovitch_dimitri.php) > (acesso em 15/03/2020)

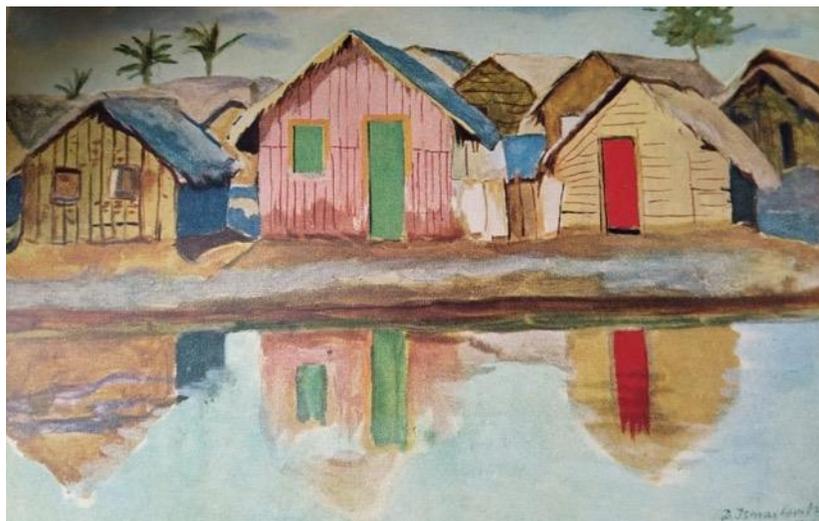
<sup>140</sup> Reconhecido por muitos intelectuais como uma figura de destaque da literatura brasileira e, não raro, como desenhista, o pernambucano Luís Inácio de Miranda Jardim, filho de Manuel Antônio de Azevedo Jardim e de Angélica Aurora de Miranda Jardim nasceu na cidade de Garanhuns, Pernambuco, no dia 8 de dezembro de 1901. Foi para o Rio de Janeiro por influência de Gilberto Freyre que o incentivou a fazer uma exposição dos seus trabalhos em aquarela e de lá não mais saiu. Foi funcionário do Instituto do Açúcar e do Alcool, do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional, da Editora José Olympio além de redator de vários jornais do Rio de Janeiro e de outros estados. In: LUÍS JARDIM. IN: *FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO*. Biografia (online). Disponível em: < [http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=803%3Aluis-jardim&catid=47%3Alettra-l&Itemid=1](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=803%3Aluis-jardim&catid=47%3Alettra-l&Itemid=1) > (acesso em: 16/03/2020)

Figura 2 - Capa da publicação “Mucambos do Nordeste”.



Fonte: Freyre (1937).

Figura 1 - Ilustração de Ismailovitch para os mucambos de madeira e palha de Pernambuco.



Fonte: Freyre (1937).

De acordo com Lúcia Lippi Oliveira, a publicação “indica o encontro de trabalhos e de perspectiva entre Gilberto e Rodrigo Melo Franco de Andrade. A pedido do próprio Gilberto Freyre, Rodrigo escreve a introdução de *Mucambos* e registra o descaso com a arquitetura popular, coisa que a publicação do texto de Gilberto procura sanar”.<sup>141</sup> Na introdução, Rodrigo M. F. de Andrade afirma:

Esta [a arquitetura popular] tem sido considerada entre nós com tão imerecido descaso, que só isso justifica a escolha de um trabalho sobre mocambos do Nordeste para preceder a tantos outros versando matéria de maior interesse artístico. Dir-se-ia de fato, tendo-se em vista a bibliografia relacionada com a finalidade deste Serviço (aliás muito escassa e lamentavelmente dispersa), que a história da arquitetura brasileira se processou apenas sob a influência dos estilos eruditos importados da Europa. Ao parentesco que tenham acaso os nossos monumentos considerados artísticos com os tipos de habitação criados no Brasil pelo engenho popular não se prestaram ainda quase nenhuma atenção. (...) Em verdade, reconhecida como já foi a importância considerável que as feições próprias da casa popular brasileira assumem quando se considera a sua influência sobre a nossa formação histórico-social, deve ter-se em vista igualmente o seu valor artístico. Porque os nossos tipos de habitação popular não têm somente interesse documentário, do ponto de vista do historiador e do sociólogo, senão ainda interesse como obras de arte, possuindo, como possuem muitas vezes, os traços essenciais que distinguem os exemplares autênticos de boa arquitetura.<sup>142</sup>

<sup>141</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Gilberto Freyre e a valorização da província. In: *Revista Sociedade e Estado*, v.26, n.1, 2011, p. 109.

<sup>142</sup> ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. Introdução. In: FREYRE, Gilberto. *Op. Cit.* 1937, p.9-10.

Podemos perceber os mecanismos de chancela do discurso presente na linha editorial do SPHAN daquele momento. Rodrigo M. F. de Andrade encomenda o texto a Freyre, e ele próprio escreve também o prefácio. Em outras palavras, a validação vem não de fora do SPHAN, mas de seu próprio diretor. Poderia existir maior validação do que essa?

Todavia, o que percebemos é que o discurso de Andrade, quando toca na valorização estética das tipologias populares, não possui rebatimento em outros *locus* de ação do SPHAN, como o da proteção legal. Como nos mostra Alayde Mariani,<sup>143</sup> a arquitetura popular nos trinta primeiros anos do órgão foi alocada em sua maioria nos Livros de Tombo Histórico e o Etnográfico.

É preciso notar, ainda, que Rodrigo M. F. de Andrade não se via como um especialista para tecer argumentos acerca da arquitetura popular. Para suprir tal questão, ao escrever a introdução da publicação, o autor se utiliza de longas citações do texto “Documentação Necessária” de Lúcio Costa, publicado no n.1 da Revista do Patrimônio, como também das ideias discutidas por Gilberto Freyre em “Casa Grande & Senzala”. O próprio Rodrigo M. F. de Andrade admite que transcreveu o texto de Lucio Costa “longamente, por não saber dizer tão bem sobre o assumpto quanto aquelle herdeiro legitimo da melhor tradição da Architecture brasileira e seu insigne renovador”.<sup>144</sup>

Rodrigo M. F. de Andrade volta a escrever sobre a temática em 1947 para o jornal Estado de S. Paulo, em que publica uma série de artigos acerca dos aspectos principais do acervo da arquitetura civil brasileira, dos seus sistemas de construção tradicionais, classificando-as a partir da sua finalidade e programa.<sup>145</sup> Chega ainda a escrever artigo exclusivamente acerca das “varandas tradicionais”, um dos elementos da arquitetura civil brasileira mais recorrentes, de acordo com o autor. Embora Rodrigo M. F. de Andrade não utilize o termo popular em seus artigos, chega a contrapor a arquitetura civil com a erudita, afirmando que apenas alguns exemplos de edificações civis “destinadas a sedes de governo, de câmaras municipais ou a residências urbanas de gente abastada constituíam obras da arquitetura mais erudita”.<sup>146</sup>

O fato de Rodrigo M. F. de Andrade utilizar tanto o termo “arquitetura popular” quanto o termo “arquitetura civil” para as produções arquitetônicas que não se caracterizam como arquitetura

---

<sup>143</sup> Mariani, Alayde. Op. Cit. 1999.

<sup>144</sup> ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. Introdução. In: FREYRE, Gilberto. Op. Cit. 1937, p. 11.

<sup>145</sup> Ver: ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. Classificação do acervo de nossa arquitetura civil in: O Estado de São Paulo, SP, 26.08.1947; Idem. Os nossos sistemas de construção tradicionais. In: O Estado de São Paulo, SP, 03.09.1947; Idem. As edificações civis, segundo sua finalidade e programas. In: O Estado de São Paulo, SP, 17.09.1947; Idem. Varandas Tradicionais. In: O Estado de São Paulo, SP, 04.10.1947. in: Idem. *Rodrigo e seus tempos*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986, p.83-94.

<sup>146</sup> *Ibidem*, p. 88.

dita “erudita” revela uma prática que foi corriqueira no SPHAN nos primeiros trinta anos do órgão. Os bens imóveis populares do período colonial, em especial do ciclo mineiro e de interesse do órgão para a inscrição nos Livros de Tombo foram classificadas como “arquitetura civil”, enquanto que as demais expressões que iriam figurar na Revista do Patrimônio e nas publicações do SPHAN, mas não no hall do tombamento, foram classificadas como “popular”. Günter Weimer afirma que:

eventuais obras de caráter popular consideradas relevantes foram travestidas de eruditas [pelo IPHAN] para que pudessem ser levadas às passarelas palacianas. Esse é o caso típico da arquitetura do ciclo mineiro, quando mestres portugueses de formação artesanal foram qualificados como arquitetos eruditos na medida em que só passaram a ser valorizadas suas obras de destaque, em especial as construções religiosas. Quando isso não era possível, como no caso do mulato Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, usou-se o expediente de contornar o problema de sua formação deficiente atribuindo-lhe qualificativos de excepcionalidade, e ele passou a ser festejado como artista máximo do período por sua pretensa genialidade. Aliás, são os atributos de genialidade que têm justificado a promoção de muitos arquitetos modernistas quando, na realidade, seu “gênio” tem consistido em atender – e bem – às demandas dos que gozam os maiores privilégios em nossa sociedade.<sup>147</sup>

Anos após as publicações de seus textos acerca da arquitetura civil, Rodrigo M. F. de Andrade, em artigo publicado na Revista Cultura do Ministério da Educação e Cultura – MEC, em 1968, volta a falar sobre a arquitetura popular, justificando o porquê da inscrição nos Livros de Tombo apenas de bens com valor excepcional. Para o advogado, exemplares de arquitetura – tais como a arquitetura popular – que não possuam valor nacional, deveriam ser protegidas em instâncias diferentes da Diretoria do Tombamento do SPHAN:

Com efeito, **nos referidos livros do Tombo não se inscrevem, em rigor, senão as coisas consideradas de valor excepcional.** Consequentemente, há no país uma vasta quantidade de bens culturais cuja preservação embora de manifesta conveniência pública, **escapa à alçada do serviço** mantido pela União para cuidar do setor. Massas consideráveis de documentos de interesse histórico existentes em arquivos dos órgãos de administração, nos cartórios judiciais, nos arquivos eclesiásticos, nos das associações civis e em recintos particulares. Remanescentes da pilhagem sistemática operada pelos negociantes do gênero, parcelas apreciáveis do espólio de obras de arte antiga e de artesanato tradicional deixado por nossos antepassados, disperso por muitos lugares. (Grifo nosso)<sup>148</sup>

O diretor continua:

Poupados ainda à especulação imobiliária e aos empreendimentos mal concebidos das municipalidades, sítios urbanos e rurais em que predominam os traços de ancianidade,

<sup>147</sup> WEIMER, Günter. Op. Cit. 2005, p. XXXVI-XXXVII.

<sup>148</sup> ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Âmbito do patrimônio histórico e nacional, 1968 in ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Op. Cit. 1987, p. 71-72.

de pitoresco ou de beleza de paisagem. Disseminados em locais diversos do litoral e do interior, em nosso imenso território, **exemplares numerosos de edificações que, conquanto não assumam a importância de monumentos nacionais, são, contudo, produções genuínas de arquitetura brasileira, popular ou o seu tanto erudita, merecendo estudo e conservação.** Nas sedes de institutos históricos estaduais e municipais, nos de museus regionais, porventura nas lojas maçônicas subsistentes, coleções valiosas de peças a reclamar proteção desvelada. Tudo isso e muita coisa mais, omitida para não alongar indefinidamente a enumeração, entra na esfera das atribuições do Conselho Federal de Cultura por intermédio de sua Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,<sup>149</sup> enquanto fica excluído da área de atividade da Diretoria da mesma denominação, pela impossibilidade de ser tombado tamanho acervo de bens. (Grifo nosso)<sup>150</sup>

Márcia Sant’Anna, ao estudar o processo de tombamento do conjunto urbano de Petrópolis, em que a população exigiu o tombamento ao nível federal de todo o conjunto urbano e não apenas de monumentos isolados como estava sendo indicado pelo órgão, reflete que a instituição do “valor nacional” para bens de valor excepcional, como defendido acima por Rodrigo M. F. de Andrade, “favoreceu também a sedimentação da ideia de que os valores regionais, estaduais e municipais seriam valores de segunda classe, provocando a não aceitação da proteção legal local”. Para a autora, aceitar tombamentos em outros níveis de instância – seja ele estadual ou municipal – significa também, para muitos, o reconhecimento do valor secundário do bem: “Essa é uma das razões pelas quais os tombamentos estaduais e municipais, que foram criados para complementar a proteção federal, são poucos utilizados”.<sup>151</sup>

Voltemos agora para a publicação n.1 do SPHAN em que Rodrigo M. F. de Andrade escreve o prefácio. Em “Mucambos do Nordeste” Gilberto Freyre chega ainda à conclusão de que a arquitetura popular nordestina, caracterizada principalmente pelos mocambos, havia sido influenciada primariamente pelas culturas indígenas e africanas, e, com menor influência, mas ainda presente, da

---

<sup>149</sup> O Conselho Federal de Cultura foi um órgão que existiu entre os anos de 1966-1990. O Conselho era dividido em quatro câmaras: Artes, Letras, Ciências Humanas e Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. De acordo com Lia Calabre, entre as atribuições do Conselho previstas na legislação estavam: “formular a política cultural nacional; articular-se com os órgãos estaduais e municipais; estimular a criação de Conselhos Estaduais de Cultura; reconhecer instituições culturais; manter atualizado o registro das instituições culturais; conceder auxílios e subvenções; promover campanhas nacionais e realizar intercâmbios internacionais.” Ver CALABRE, Lia. Intelectuais e Política Cultural: O Conselho Federal de Cultura. *Revista Intelectus*. Ano 05, V. II, 2006. s/p.

Rodrigo Melo Franco de Andrade atribuía então ao Conselho Federal de Cultura a missão de salvaguardar os bens móveis e imóveis que não seriam mercedoras da preservação ao nível Federal. O Conselho ao possuir maior articulação entre os níveis municipais e estaduais poderia, assim, auxiliar tal preservação.

<sup>150</sup> ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Âmbito do patrimônio histórico e nacional, 1968 in ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Op. Cit. 1987, p. 71-72.

<sup>151</sup> SANT’ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento. A trajetória da Norma de Preservação de áreas urbanas no Brasil*. (1937-1990). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. UFBA, Salvador, 1995, p. 217.

cultura portuguesa.<sup>152</sup> Para ele, os *mucambos* possuiriam diversas qualidades referentes a adaptação climática e ao fato de ser mais próxima da natureza, sendo assim, mais ecologicamente correta,<sup>153</sup> chegando a ser superior à arquitetura erudita em alguns pontos:

Aquella superioridade da cabana nativa sobre a casa européa que Alain Gerbault observou na Oceania, observa-se até certo ponto no Brasil: a superioridade do mucambo sobre a casa de pedra e cal, tantas vezes má e até péssima pelas condições de aeração e insolação. No mucambo como na choupana em geral, a iluminação e ventilação, como já observou M. Mariosa nas Philippinas e entre nós Aluizio Bezerra Coutinho, fazem-se por “aberturas vastas do frontão e realizam-se de modo muito mais perfeito do que seria licito esperar se fizessem através de janelas, mesmo as mais largas possíveis”. Para esse estudioso da hygiene dos mucambos dois são os grandes factores “de sua melhor conducta em face das condições mesológicas”: “o isolamento thermico proporcionado pelo material de que é feita a cobertura” – e ás vezes a casa inteira: “a ventilação devida á abertura deixada no frontão.” Esses factores interessam também á esthetica do mucambo, que é condicionada por elles. Tambem sob esse ponto de vista pode-se notar mais de um traço de honestidade artística do mucambo, com a sua simplicidade de linhas, a sua economia de ornamentos, o seu apoio quase exclusivo sobre a qualidade do material.<sup>154</sup>

A valorização via questões higiênicas, proposta por Freyre acima, chega em um momento em que os mocambos são perseguidos exatamente por se constituírem como peças insalubres das cidades brasileiras. O que mostra o posto de confiança dado à Freyre dentro do SPHAN, que, como vimos, estava ainda por se sedimentar como órgão público na sociedade brasileira, e mesmo assim permitiu que se publicassem artigos polêmicos, que muito provavelmente receberiam retaliações públicas. Freyre em tal escrito pode contrariar, inclusive, os próprios companheiros do movimento regionalista, como o médico Amaury de Medeiros, um dos fundadores do movimento, que chamava de “pieguice a defesa de mocambos”, como nos mostra Telma Correia.<sup>155</sup>

Apesar das aversões de Amaury de Medeiros, a forma como Gilberto Freyre trabalha os mocambos nordestinos entra em sintonia com os principais preceitos do movimento regionalista, como nos mostra José Lira:

---

<sup>152</sup> “Na construção de casa popular mais simples é que a influencia dominante foi e é ainda a africana ou a indígena. Tanto que a denominação de casa desse typo que mais se generalizou no Nordeste foi a africana: mucambo ou m o c a m b o. (...) Ainda que em sua construção se tenham ás vezes introduzido elementos de technica européa – como as janelas ou portas de madeira, por exemplo – o mucambo do Nordeste permanece, na sua simplicidade de casa toda ou quasi toda de palha, de folha, ou de capim-assú, um typo de habitação caracteristicamente primitiva. E por essa sua simplicidade extrema, contrata fortemente com a casa européa de pedra, tijolo, telha, azulejo, vidro, soalho.” FREYRE, Gilberto. Op. Cit. 1937, p. 20. A escrita está conforme o texto original de Freyre.

<sup>153</sup> FREYRE, Gilberto. Op. Cit. 1937.

<sup>154</sup> Escrita conforme o texto original. Ibidem, p. 28-29.

<sup>155</sup> CORREIA, Telma de B. Gilberto Freyre e Amaury de Medeiros: tensões entre culto à tradição e messianismo sanitário (Recife, 1923-1926). *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, [S. l.], v. 28, p. 1-60, 2020. DOI: 10.1590/1982-02672020v28e13.

É desse modo que nosso regionalismo pode contribuir com o elemento nacional-popular e ser moderno: transforma o tradicional em figura de exotismo, o elemento cotidiano em mito fundador, preenchendo modelos teóricos originários em uma certa cultura erudita com uma coloração alicerçada no típico, no trópico, no solo natural, no telúrico. O mocambo brasileiro, enquanto abrigo mais primitivo, idílico e ecológico, como núcleo pobre de romantização da família, ao reencontrar sua virtude mestiça, de negros, índios e brancos, suavemente adaptados, é mostrado em sua face mais graciosa a um projeto de reconstrução de nossas raízes culturais, do homem brasileiro, da memória nacional.<sup>156</sup>

Podemos perceber como os ideais regionalistas partem de preceitos também utilizados pelos modernistas fundadores do IPHAN. O discurso acerca dos mocambos do Nordeste se equivale aos discursos acerca da arquitetura colonial, em que as duas tipologias regionais – ao entender que a arquitetura colonial evocada era majoritariamente mineira – são consideradas como tipologias fundadoras da nação.

É visto ainda que, mesmo com a publicação de Freyre, os mocambos do Nordeste, e em especial os de Pernambuco, continuaram a ser vistos de forma negativa por boa parte da sociedade. Lira nos mostra que, a partir da década de 1930, políticas locais passam a tratar os mocambos como problemas urbanísticos. Nesse sentido, a questão habitacional “nas grandes cidades era reconvertida em tema central de uma política habitacional estruturada, de forte apelo moralizador”.<sup>157</sup> O médico higienista Aluizio Bezerra Coutinho, citado acima por Freyre e que defendia as qualidades dos mocambos, arguia em tese defendida em 1930 que se deveria modificar os mocambos para torna-los mais próprios para a moradia:

O estudo das propriedades da casa nativa dos trópicos, e o conseqüente reconhecimento das causas determinadoras de suas vantagens, permite entrever a maneira de realizar a casa racional, já pelos materiais a serem empregados, já pelos recursos técnicos aplicados no sentido de obterem a reprodução de suas qualidades, evitando o aparecimento dos seus defeitos, oriundos, evidentemente, dos recursos precários de que pode dispor o nativo.<sup>158</sup>

Vemos, assim, que Freyre se apropria apenas da parte do discurso de Aluizio Coutinho que o convém para a valoração dos mocambos. O que nos mostra a importância de não entender o documento impresso como verdade absoluta. Uma vez que o leitor que estude apenas a publicação de Freyre poderia entender que o médico higienista não defendia a devastação dos mocambos das áreas urbanas, o que, na realidade, como visto acima, aconteceu.

---

<sup>156</sup> LIRA, José Tavares Correia de. A construção discursiva da casa popular no Recife (década de 30). *Análise Social*, n. 3, volume XXIX (127), 1994, P. 737.

<sup>157</sup> *Ibidem*, p. 743

<sup>158</sup> COUTINHO, Aluizio Bezerra. Op. Cit. 2005, p. 86.

Podemos perceber, ainda, que existiam diversas instituições que atuavam em consonância com o discurso de Aluizio Coutinho. Entre elas, a Fundação da Casa Operária que durante as décadas de 1920 e 1930 já indicavam a necessidade de criação de vilas operárias em detrimento do desbastamento dos mocambos na cidade do Recife. Somaram-se ao combate dos mocambos a Diretoria de Reeducação e Assistência Social da Prefeitura, em 1937 e a Comissão Censitária dos Mocambos do Recife em 1938.<sup>159</sup> A partir do ano de 1939, foi formada a Liga Social contra o Mocambo que, segundo o relatório da liga de 1942, se constituiu numa cruzada do governo apoiada por todas as classes sociais, não somente contra os mocambos, mas também com o intuito de resolver problemas de aterros de terra, de saneamento e abastecimento d'água.<sup>160</sup> Esses eram objetivos contemplados em busca da casa popular higiênica e saneada na cidade do Recife. Para isso, diversos mocambos espalhados pela cidade foram destruídos, e vilas e grupos de casas populares foram construídos no município. Até 1942 foram demolidos mais de oito mil mocambos e foram construídas 32 vilas e mais de duas mil casas.<sup>161</sup>

A fala do então governador do Estado de Pernambuco, Agamenon Magalhães, trazida por Lira, revela a ideologia por trás do combate dos mocambos:

O fim moral da Cruzada, foi precisamente este. Criar o pudor do mocambo, destruindo o mocambo e fazendo casas. Mostrando o contraste entre a casa higiênica e alegre e a casa que não é casa por não ter ar, nem sombra, nem repouso, nem nada [...] Mostrando o contraste entre a paisagem morta, a paisagem sem movimento, a paisagem que não muda e a paisagem da casa, que se movimenta no ímpeto dos ventos que lhe sacodem as portas, no colorido dos jardins, na alegria das crianças, que esperam os pais, no zelo das esposas que tratam dos móveis, bordam as toalhas, limpam os cantos e enchem os vasos de flores. Mostrando enfim, que há na vida um mínimo de felicidade, de condição humana, de bem social que todos podem ter desde que procurem alcançá-lo, pelo trabalho e pela confiança num melhor destino.<sup>162</sup>

José Lira afirma que tal ideologia faz parte da “revolução branca” presente na utopia disciplinadora da casa, expressa nas noções de “casa higiênica” e “casa econômica”<sup>163</sup> que aconteceu na vida privada dos habitantes não só de Recife, mas de todo o Brasil. Nesse sentido, os mocambos, representantes da arquitetura popular, deixaram de ser vistos a partir de uma visão romântica, que enaltecia certas qualidades de tais tipologias, para serem vistos como o problema das grandes cidades.

---

<sup>159</sup> LIRA, José. Op. Cit. 1994, 748

<sup>160</sup> LIGA SOCIAL CONTRA OS MOCAMBOS. *Relatório da liga social contra os mocambos* – julho de 1939 a julho de 1942. Recife, PE.

<sup>161</sup> *Ibidem*.

<sup>162</sup> MAGALHÃES, Agamenon, 1939 apud LIRA, José. Op. Cit., 1994, p. 751.

<sup>163</sup> *Ibidem*.

Percebemos que essa empreitada pode ser considerada, também, como uma das respostas à negação da salvaguarda patrimonial da arquitetura popular entre as décadas de 1930-1960.

Lira aponta, também, que a Liga Social contra o Mucambo se constituiu como um ponto perfeitamente solidário ao projeto do Estado Novo, ao visar uma “instituição da casa, da vida privada e da domesticidade proletária”.<sup>164</sup> Escolhemos retratar o contexto da cidade de Recife por ser a cidade sobre a qual Freyre escrevia, mas acredita-se que o combate contra os mocambos e cortiços aconteceu em todo o país. Como é bem sabido, o governo de Getúlio Vargas foi imprescindível para a consolidação do SPHAN como instituição nacional. Entretanto, como aponta Tarcila Guedes,<sup>165</sup> o Governo Vargas também reprimiu com “mão de ferro” as instituições que não se enquadrassem no seu projeto político.

Nesse sentido, a autora mostra como todo o quadro do Departamento Municipal de Cultura de São Paulo passou por retaliações, por seus membros estarem ligados diretamente ou indiretamente ao Partido Democrático. Partimos do pressuposto de que a salvaguarda dos mocambos e outras tipologias de arquitetura popular iriam contra as intervenções propostas pelo Estado Novo, em que o Estado pela primeira vez tomou para si a criação de conjuntos habitacionais e vilas populares como forma de ganhar legitimidade com as massas populares.<sup>166</sup> Assim, é de se imaginar que o SPHAN, em um momento em que o órgão buscava também legitimidade social e política, mesmo com entusiastas da arquitetura popular como Mário de Andrade e Gilberto Freyre no quadro técnico – que possuíam ainda certa liberdade dentro do órgão –, a proteção de tipologias populares foi reprimida, nesse momento, pelo quadro político e social. No entanto, não pudemos realizar pesquisa documental mais ampla que pudesse sustentar tal hipótese. Vimos também que o órgão mostra interesse em preservar certa “arquitetura civil”. Se essa “arquitetura civil” não encontra no mocambo uma expressão, encontra, contudo, na arquitetura colonial.

Nesse sentido, é importante trazermos para iluminar esse contexto geral a publicação de n.11 da Série *Publicações do SPHAN*, referente ao texto *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*,<sup>167</sup> estudo de Afonso Arinos Melo Franco publicado originalmente em 1944. Tal publicação é fruto de

---

<sup>164</sup> Ibidem, p. 750.

<sup>165</sup> GUEDES, Tarcila. Op. Cit, p. 52.

<sup>166</sup> BONDUK, Nabil. Origens da habitação social no Brasil. *Análise Social*. vol. xxix (127), 1994. 711-732.

<sup>167</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Op Cit, 2005.

cinco cursos que Afonso Arinos M. Franco lecionou para os técnicos do SPHAN ainda em 1938, a pedido de Rodrigo M. F. de Andrade.

Franco, ao tentar entender qual civilização estaria representada nos monumentos-documentos da nação, e qual passado nacional se deveria resgatar,<sup>168</sup> chega à conclusão de que a noção de civilização material seria aquela capaz de encerrar de melhor forma a complexidade de tal desafio. José Murilo de Carvalho, ao escrever o prefácio para a 3ª edição do livro, em 2005, destaca que para Afonso Arinos M. Franco o termo civilização não se assemelharia ao termo *cultura*:

(...) para ele, cultura teria a ver com valores, consciência coletiva, ciência, religião, etc. Seria o domínio subjetivo do mundo. Civilização, por outro lado, seria um produto da cultura, suas manifestações aparentes, materializadas em objetos práticos. Civilização seria o domínio objetivo do mundo pela técnica. Em suas próprias palavras, (...) a civilização é a cultura realizada pela técnica.<sup>169</sup>

Essa diferenciação é de extrema importância para o entendimento da obra do autor, uma vez que ao construir um lento panorama acerca de como a civilização material brasileira se sedimentou ao longo dos séculos, a partir de uma visão bastante centrada nas questões raciais, Franco admite a contribuição de diversas culturas na construção do Brasil, como a contribuição dos povos indígenas e dos negros, no entanto, existiria apenas uma única civilização: a portuguesa. Essa seria ainda a única a deixar registros significativos na civilização material brasileira:

A contribuição negra e índia, muito notável na elaboração do nosso psiquismo nacional, é pouco importante na civilização material, não somente por ter sido absorvida no choque com um meio muito mais evoluído, mas também porque as condições de sujeição em que viviam as raças negras e vermelha não permitiam a expansão plena das suas respectivas formas de cultura. Por isto mesmo os elementos negros e índios, presentes na nossa civilização material, salvo um ou outro mais notáveis, são de difícil identificação.<sup>170</sup>

Em verdade, o autor se nega inclusive a estudar o registro de certas aldeias indígenas, pois para ele, tais aldeias não “interessam ao nosso estudo.”<sup>171</sup> Essa escolha do autor reflete diretamente no entendimento da noção do que seria a “arquitetura civil” trabalhada pelo SPHAN. Afonso Arinos de Melo Franco ao mesmo tempo em que negava as influências dos negros e índios para a civilização

<sup>168</sup> TEIXEIRA, Luciano dos Santos. *Civilização Material, História e Preservação em Afonso Arinos*. In: XXV Simpósio da ANPUH, 2009.

<sup>169</sup> CARVALHO, José Murilo de. Prefácio. In: MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 3ª. ed., 2005, p. 14.

<sup>170</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Op Cit, 2005, p. 37.

<sup>171</sup> Ibidem, p. 131.

material nacional, afirmava que nos primeiros séculos a principal influência para a arquitetura brasileira estaria exatamente na arquitetura popular lusitana, assim como afirmara Lúcio Costa.<sup>172</sup> Tais registros seriam exatamente o que o SPHAN intitularia de “arquitetura civil”, tipologia – anteriormente já citada e categorizada neste trabalho – que apresentaria “apreciáveis qualidades de simplicidade, pureza e robustez.”<sup>173</sup> Os mocambos, influenciados principalmente pela cultura negra<sup>174</sup> e as habitações indígenas não seriam, assim, registros merecedores a ser preservados da civilização material brasileira.

Voltemos agora para a relação de Gilberto Freyre com o IPHAN. O autor, além de contribuir de forma teórica, também fez parte do corpo técnico do SPHAN, como aponta Gustavo Rodrigues Mesquita.<sup>175</sup> Segundo dados do autor, “O recrutamento para colaborar com a instituição cultural ocorreu ainda em 1937 por indicação expressa de Rodrigo M. F. de Andrade, e seu ingresso no serviço público, (...) consistiu em atuar como **representante máximo** do Serviço na 4ª Região, isto é, no estado de Pernambuco” (Grifo nosso).<sup>176</sup> Para Mesquita, a publicação do livro “Casa Grande e Senzala” permitiu que Freyre fosse reconhecido em âmbito nacional, dando autoridade para ele no tangente a questões de externalização de assuntos culturais. Freyre teria sido escalado como “Delegado do Serviço” em Pernambuco sem a mediação da avaliação formal das habilidades técnicas entre todos os outros possíveis concorrentes ao cargo no estado.<sup>177</sup> Em carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Freyre ele explicita que

O assistente técnico do Serviço em Pernambuco é você. Você é quem é o responsável por todas as atividades dele aí. Por conseguinte, você mesmo é quem escolhe os auxiliares da repartição tanto em Pernambuco quanto na Paraíba, em Alagoas e no Rio Grande do Norte. Acho que o Ulysses deve ser excelente auxiliar. Mas auxiliar. Quem orienta, dirige o trabalho e responde por ele é você, pois a seus conhecimentos, à sua competência especializada, à sua familiaridade com o que desejo realizar é que recorri. Estou certo de que o nosso “Bigodão” [Ulysses Freyre] prestará ótimos serviços, com a inteligência e a atividade que possui. Fica entendido, porém, que você reassumiu o exercício das funções que lhe competem.<sup>178</sup>

---

<sup>172</sup> Ibidem, p. 60.

<sup>173</sup> Ibidem, p. 60.

<sup>174</sup> FREYRE, Gilberto. Op. Cit. 1937.

<sup>175</sup> MESQUITA, Gustavo Rodrigues. O projeto regionalista de Gilberto Freyre e o Estado Novo: da crise do pacto oligárquico à modernização contemporizadora das disparidades regionais do Brasil. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2012.

<sup>176</sup> Ibidem, p. 132.

<sup>177</sup> Ibidem, p. 132.

<sup>178</sup> Carta de Rodrigo M. F. de Andrade. Para Gilberto Freyre, 18 jan. 1938, Rio de Janeiro. CEDOC/FGF. in: MESQUITA, Gustavo. Op. Cit. 2012, p. 139.

Mesquita aponta ainda que o regionalismo, defendido por Freyre, teve influência no desenvolvimento institucional do SPHAN nos anos 1930 e 1940 com a

política oficial de conhecimento e revitalização da tradição agropatriarcal brasileira do passado. Nesse sentido, pode-se perceber que a postura assumida pelo SPHAN que privilegiava a recuperação do passado colonial do Brasil foi pensada, na parte referente às obras com arquitetura residencial e o mobiliário civil, com base em Casa Grande & Senzala.<sup>179</sup>

Entretanto, essa influência teve seus limites, pois assim como aconteceu com Mário de Andrade, os fenômenos da “pluralidade cultural característica do ‘povo brasileiro’ – e bastante presente nas obras de Freyre – não foram integradas à ordem de prioridade do trabalho de proteção legal do SPHAN”.<sup>180</sup> O autor que junto ao Movimento Regionalista buscava valorizar exemplares até então desprezados ao nível nacional de várias regiões do Brasil como o mocambo ou a casa do caboclo e as artes populares – como defendido pelo próprio no Manifesto Regionalista de 1926 –, à frente do SPHAN privilegiou:

o tombamento oficial de bens pertencentes à arquitetura barroca religiosa, às casas-grandes rurais, ao mobiliário civil e aos edifícios militares. Com efeito, o SPHAN realizou na região, durante o período, as obras de restauração de bens materiais da elite dirigente do passado, tais como a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, a Igreja da Sé de Olinda, o Palácio Episcopal, o Seminário de Olinda, o sítio de Santana (propriedade rural perto do Recife), o Teatro de Santa Isabel, o Convento de S. Francisco etc.<sup>181</sup>

Gilberto Freyre foi também responsável por introduzir o pensamento arquitetônico e urbanístico do engenheiro francês Louis L. Vauthier, que viveu em Recife<sup>182</sup> por meia década (1840-1846) e foi responsável por traçar planos urbanísticos para a cidade, como também, a construção do Teatro Santa Isabel. As observações feitas por Vauthier em sua estadia no Brasil foram divididas em duas publicações dentro da linha editorial do órgão. “O Diário Íntimo do Engenheiro Vauthier (1840/1846)” foi publicada como o n.4 da Série Publicações do SPHAN, em 1940, em que Gilberto Freyre escreve o prefácio e as notas. O conjunto de cartas do engenheiro foram publicadas como

---

<sup>179</sup> Ibidem, p. 143.

<sup>180</sup> Ibidem, p. 136.

<sup>181</sup> Ibidem, p. 140.

<sup>182</sup> Vauthier foi um dos muitos técnicos europeus chamados para trabalhar em Recife a partir de 1830. Ver: FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1960.

artigo intitulado “Casas de Residência do Brasil” para o n. 7 da Revista do Patrimônio no ano de 1944, em que Gilberto Freyre também escreve a introdução.<sup>183</sup>

Vauthier foi um dos primeiros a escrever também acerca da arquitetura popular brasileira, como indica Freyre, acerca das cartas do engenheiro: “acabaria talvez aí descobrindo os principais pontos de referência para o estudo da nossa história social”<sup>184</sup> a partir de uma visão arquitetônica. De acordo com Claudia Poncioni, para Vauthier “tratava-se de demonstrar que a arquitetura é antes de tudo resultado da relação entre o homem e o espaço construído, relação que devia poder ser direcionada para a transformação da sociedade”.<sup>185</sup>

Como poderemos ver, a visão do engenheiro francês para a arquitetura popular permeou também as ideias defendidas por Freyre, em publicações como “Mucambos do Nordeste” em que Freyre parte de uma análise acerca dos valores ecológicos dos mocambos da cidade do Recife.

O grande primeiro impacto da paisagem brasileira para Vauthier seria exatamente a falta de marcas do feudalismo, tão característico nas cidades europeias: “não verá jamais erguer-se, no perfil de uma montanha, os restos desmantelados, mas imponentes ainda, de um daqueles castelos cujas ruínas pitorescas cobrem nossas regiões europeias”.<sup>186</sup> Nas cidades importantes brasileiras seria comum um emaranhado de numerosos tetos de telha cobrindo construções mais humildes. Onde mais uma vez, diferentemente do que poderia ser visto na Europa, não há “edifício algum de proporções grandiosas revelando, pelo esplendor da sua arquitetura externa, a residência de alguma personalidade muito acima da média”.<sup>187</sup>

O primeiro contato de Vauthier com a produção popular brasileira se dá ainda no litoral com as cabanas de pescadores:

Em contraste, por toda parte, na costa, em pontos onde a ressaca não projeta as vagas com muita força, verá, disseminados entre os coqueiros, cabanas de pescadores, com paredes e tetos de folhagem. Essas construções pouco espaçosas, abertas a todos os ventos, lhe revelarão que aqueles que habitam não conhecem os requintes de uma civilização complicada, mas, por outro lado, não têm muito a recear dos rigores do clima ou das intempéries das estações.<sup>188</sup>

---

<sup>183</sup> Cf FREYRE, Gilberto. Casas de Residência no Brasil: Introdução. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 7, p.99-127, 1944.

<sup>184</sup> Ibidem, p. 103.

<sup>185</sup> PONCIONI, Claudia, 2009 apud MARSON, Izabel. Um Engenheiro Francês no Brasil: (Re)descobrimo Louis-Léger Vauthier. Resenha. *Acervo*, v. 23, no 1, p. 175-180, 2010. P. 180.

<sup>186</sup> Ibidem.

<sup>187</sup> Ibidem p. 130.

<sup>188</sup> Ibidem. p. 131.

É interessante notar que, mesmo com a visão eurocêntrica que possuía, Vauthier conseguiu ainda achar qualidades para a arquitetura popular brasileira, no sentido da boa adaptação climática. Que junto à natureza dos materiais de construção, foram as duas “circunstâncias capitais” que o engenheiro destaca acerca do tipo de construção aqui vista: “A casa brasileira não comporta combinações tão requintadas. Contanto que esteja situada de modo a receber a ventilação, nada mais se quer ou se exige dela”.<sup>189</sup>

O engenheiro observa, ainda, a tradição mourisca herdada pelo Brasil no tangente ao desenho urbano de nossas cidades, que possuíam ruas estreitas e casas geminadas. (ver fig. 3)

As quadras nas cidades brasileiras dividem-se em um grande número de habitações independentes. Seja por tradição da mãe pátria, seja por necessidade de construção local, essas habitações são estreitas e longas. Cada casa ocupa sobre a rua apenas uma largura de 5 a 8 metros; as que ultrapassam essa dimensão constituem fenômenos.<sup>190</sup>

Vauthier aponta, ainda, para a pouca diversidade de solução arquitetônica para as residências brasileiras, que possuíam um tipo em planta único, alongado e estreito (ver fig. 4). Para ele, “quem viu uma casa brasileira viu quasi todas”.<sup>191</sup> Esse entendimento de Vauthier é consonante com o que é discutido por John Luccock e Jean Baptiste Debret em suas respectivas passagens pelo Brasil (1808-1818 e 1816-1831). Enquanto Luccok menciona a monotonia das casas brasileiras, por serem “baixas, pequenas e sujas”,<sup>192</sup> Debret retrata que tais casas são “absolutamente idênticas” diferindo apenas no número de janelas.<sup>193</sup>

Na Carta II, Vauthier descreve “mais demoradamente” as soluções construtivas das residências brasileiras. Onde a “alvenaria de tijolos constitue mais ou menos tôda a construção”.<sup>194</sup> O engenheiro aponta ainda para outros materiais disponíveis como o granito, que só são explorados em algumas localidades específicas, como é o caso do Rio de Janeiro. Em relação à produção popular, Vauthier destaca as “casas de taipa que caracterizam a província de São Paulo, e construções de pau a pique de grande diversidade de espécies. Mas, como regra geral, na arquitetura urbana propriamente dita, êsses sistemas diversos constituem uma exceção.” A construção com tijolos seria o mais comum em solo urbano.

---

<sup>189</sup> Ibidem p. 137.

<sup>190</sup> Ibidem.

<sup>191</sup> Ibidem p. 143.

<sup>192</sup> LUCCOK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia Editora, 1975.

<sup>193</sup> DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2008.

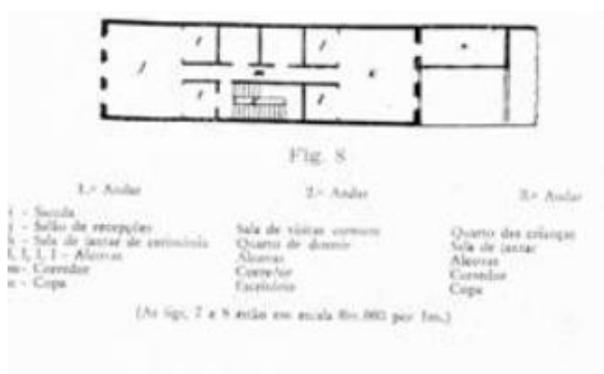
<sup>194</sup> VAUTHIER, Louis L. Op Cit. p. 151.

Figura 3 - Planta de uma parte do Recife em 1840.



Fonte: Vauthier (1943).

Figura 4 - Planta de uma casa brasileira.



Fonte: Vauthier (1943).

Na Carta III Vauthier, ao se afastar da urbanização central de Recife, passa a se deparar com uma “arquitetura menos cuidada, e um aspecto mais agreste”, começa a surgir assim na paisagem suburbana a casa de taipa, com paredes de pau-a-pique com cobertura de folha de coqueiro que substitui as telhas de canal já encontradas na cidade.<sup>195</sup> Freyre, em nota introdutória, indica que tais tipologias não seriam outra do que os mocambos.<sup>196</sup> Também no diário, e por consequente, na publicação de n.4 da Série Publicações do SPHAN, Vauthier indica a presença das casas de palha na paisagem de Recife e de Olinda:

Sua estrutura é feita de alguns espegues. A folha de coqueiro fornece tudo o mais – teto e paredes. Quanto ao teto, assemelha-se bastante aos colmos dos nossos campos, apenas muito mais espesso. Para as paredes arrumam-se as folhas com muito mais

<sup>195</sup> VAUTHIER, Louis L. Op Cit. p. 182.

<sup>196</sup> Ibidem, p. 182.

regularidade. Cortam-nas em duas e essas metades são colocadas uma sobre a outra, superpondo-se. A aresta da folha coloca-se horizontalmente e o revestimento se faz de fora para dentro – de sorte que a água que escorre por um dos lados penetra na face interna da parede. As portas são feitas com mais cuidado. A folha do coqueiro é sempre a matéria prima, porém aí é trançada. As choças são sempre assentadas com a parede de empena voltada para a costa. As paredes de frente podem ter 4 ou 5 pés de altura e até a cumieira têm 7 ou 8. A porta é sempre rasgada na empena.<sup>197</sup>

Freyre discorre que nas análises de Vauthier para os mocambos não havia sinal de repugnância. Para Freyre, o engenheiro os via como parte integrante da paisagem suburbana de Recife e Olinda.<sup>198</sup> Entretanto, notamos que a análise de Vauthier para tais tipologias se encerra na descrição técnica do exterior, o engenheiro não busca entender questões de uso e disposição do interior das habitações, como o fez para as casas urbanas. Entendemos que mesmo sem possuir aversão a tais tipologias, Vauthier não as via como sendo de mesma importância quanto as tipologias urbanas.

Tal forma de estudo das tipologias urbanas populares foi de grande valia para o órgão, que, como já foi discutido, as categoriza como “arquitetura civil”. Nesse sentido, os textos de Vauthier serviram de base para outros textos acerca da “arquitetura civil”, como foi o caso do texto “Vassouras”, de Augusto Silva Telles, presente no n.16 da Revista do Patrimônio e o texto “Arquitetura Civil do Período Colonial” de Robert Smith, presente no n.17 da mesma publicação.

Ressaltamos aqui a leitura de Freyre para com os mocambos, mas veremos adiante, ao tratar dos primeiros números da Revista, como sua leitura da centralidade da herança portuguesa na sua condição de adaptação, amolecimento frente às heranças indígenas e negras são marcantes no pensamento que valora a arquitetura civil do período colonial, construindo uma linha de continuidade entre essa e a Arquitetura Moderna.

Até o momento podemos identificar as ideias que circulavam e seus proponentes e interlocuções com agentes do IPHAN, explorando particularmente as publicações monográficas. No entanto, para adentrar os artigos da Revista do Patrimônio precisamos, a priori, compreender o que foi a Revista nos seus primeiros anos, como ela se constituía e as suas principais características.

---

<sup>197</sup> Idem. *Diário íntimo do Engenheiro Vauthier*. Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. N. 4, Rio de Janeiro, 1940, p. 108.

<sup>198</sup> VAUTHIER, Louis L. Op Cit. p. 182.



### 3 ENTRE MISSÕES DE PESQUISA FOLCLÓRICA E VIAGENS DE PESQUISA<sup>199</sup>: A ARQUITETURA POPULAR NA REVISTA DO PATRIMÔNIO ENTRE 1937 E 1967

#### 3.1 “A MENINA DOS OLHOS DE RODRIGO”: A REVISTA DO PATRIMÔNIO ENTRE 1937 E 1967

De acordo com Márcia Chuva, uma das principais ações adotadas pelo SPHAN em seus primeiros anos foi um massivo investimento na produção de imprensa. Para a confecção da Revista do SPHAN (nome dado à Revista do nº 1 ao nº 12) se montou uma rede de colaboradores categorizados por intelectuais de renome nacional.<sup>200</sup> Como aponta Cíntia M. de Carli Silva, durante a época em que ficou à frente do órgão, Rodrigo M. F. de Andrade foi também aquele que organizou a Revista. Era ele quem convidava autores, editava textos e promovia - a partir de suas redes de sociabilidade - a sua divulgação.<sup>201</sup> Como disse Lucio Costa, o espaço editorial do SPHAN seria a “menina dos olhos de Rodrigo”.<sup>202</sup> O trecho de uma carta enviada por Rodrigo M. F. de Andrade para Mário de Andrade revela a necessidade que Rodrigo M. F. de Andrade tinha de possuir nomes de renome para a Revista:

Para o primeiro número, sua colaboração é imprescindível. Consulto-o, portanto, se Você não terá aí alguma coisa pronta que sirva para a revista. Caso não tenha, ser-lhe-á inteiramente impossível escrever uma nota, pequena que seja, – pelo menos para prestigiar a publicação com seu nome entre o dos colaboradores? Os originais me devem chegar às mãos até o próximo dia 15 deste.<sup>203</sup>

Assim, foi possível reunir intelectuais das mais diversas formações para a confecção da Revista: arquitetos, engenheiros, advogados, médicos, antropólogos, historiadores, historiadores da arte – nesse último caso, com presença de autores estrangeiros. Como aponta Chuva, os arquitetos e engenheiros civis figuraram “concentradamente entre os funcionários, demonstrando o fato de que

<sup>199</sup> As missões de pesquisas folclóricas foram caracterizadas por viagens de estudos para os estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão e Pará, nas regiões Nordeste e Norte do País, em 1938, chefiada por Mário de Andrade. Também esteve presente o arquiteto Luís Saia. Ver: SANDRONI, Carlos. O acervo da Missão de Pesquisas Folclóricas, 1938-20121. *Debates*, UNIRIO, v. 12, p. 55-62, 2014. De tais missões foi possível o surgimento de artigos como “O Alpendre na casa Brasileira” de Saia, publicado na Revista do Patrimônio em 1944.

<sup>200</sup> CHUVA, Márcia. Op. Cit. 2009, p. 245.

<sup>201</sup> SILVA, Cíntia Mayumi de Carli. Op. Cit. 2010.

<sup>202</sup> Depoimento de Lucio Costa, colhido em 4 de julho de 1997 por Márcia Chuva, Lia Motta e Cícero Almeida, na residência do arquiteto, no Rio de Janeiro/RJ. In: CHUVA, Márcia. Op. Cit. 2009, p. 245.

<sup>203</sup> Carta de Rodrigo Mello Franco de Andrade a Mário de Andrade. Rio de Janeiro 05-06-37 in: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Op. Cit. 1987, p. 129.

vinha se constituindo como o profissional ‘adequado’ para o trato direto com o patrimônio histórico e artístico nacional”.<sup>204</sup> Cíntia Silva mostra que entre os autores mais assíduos da Revista, aqueles que publicaram em torno de três artigos, 75% deles (12 autores) foram em algum momento associados ao órgão.<sup>205</sup> Robson Ribeiro nos mostra também, que, para além da associação dos autores com o órgão, esses eram também muitas vezes associados ao ensino, nas mais diferentes instâncias. Nas décadas de 1930 a 1960 o magistério seria uma fonte de renda e de prestígio e muitos eram professores de faculdades. O autor afirma que essa característica era também representativa da concepção de origem do órgão, que esteve vinculado ao organograma do Ministério da Educação e Saúde Pública.<sup>206</sup>

Nesse sentido, foi comum encontrarmos colaboradores da Revista que atuavam no ensino. Artur César F. Reis, Carlos Ott, Hannah Levy, Alfredo Galvão, Francisco Marques dos Santos, Joaquim Cardoso, Mario Barata, Sérgio Buarque de Holanda, Paulo Thedim Barreto e Robert Smith, por exemplo, foram professores universitários; D. Clemente Maria da Silva-Nigra, atuou no ensino secundário; Lúcio Costa foi diretor da Escola Nacional de Belas Artes; Mário de Andrade desenvolveu vários cursos ligados à área do folclore quando esteve no Departamento de Cultura, em São Paulo. O reconhecimento intelectual que esses autores traziam consigo tornavam-nos “autoridades” em qualquer assunto que abordassem, conferindo ao Sphan a legitimidade de que necessitava, calcada no respeito que essas personalidades inspiravam. Tais autores foram os que mais diversificaram quanto aos temas de suas pesquisas. Contudo, suas abordagens mantiveram-se dentro dos quatro principais temas da revista – Fontes, história, arquitetura e Artes Plásticas.<sup>207</sup>

Raul Lanari nos mostra como Mário de Andrade e Gilberto Freyre auxiliaram Rodrigo M. F. de Andrade na indicação de autores como Luis Saia, Nuno Santana e Estevão Pinto para a publicação de textos na Revista do patrimônio.<sup>208</sup> Gilberto Freyre, por exemplo, em 1937 escreve para Rodrigo:

Será um trabalho bom, sabido e de interesse. Estevão Pinto, incumbido por nós de ir à aldeia indígena de Tacaratú, trouxe bom material para uma monografia sobre máscaras de dança e outros pontos de interesse artístico naquele veio de cultura primitiva. Fará também um trabalho sobre “Vestígios árabes na arquitetura do Recife e Olinda”. É um bom elemento. Aníbal deve mandar um artigo sobre os traços de influência italiana na arquitetura do Recife. Artigo para a Revista. Estou colhendo material para um trabalho sobre estética e técnica de cozinha e doçaria, inclusive a arte do papel recortado dos tabuleiros de bolo, rendilhados de toalhas e enfeites de

<sup>204</sup> CHUVA, Márcia. Op. Cit. 2009, p. 265.

<sup>205</sup> SILVA, Cíntia Mayumi de Carli. Op. Cit. 2010.

<sup>206</sup> RIBEIRO, Robson. Op. Cit. p. 135.

<sup>207</sup> Ibidem.

<sup>208</sup> LANARI, Raul. Op. Cit. 2010, p. 74.

doces, pratos e louça de barro, pilão, urufênia, alfemim (bichos de açúcar), etc, tudo a ser ilustrado pelo Bandeira, que também vai colaborar comigo num guia: Olinda.<sup>209</sup>

Embora ao possuir 75% dos autores ligados ao SPHAN, Rodrigo M. F. de Andrade no nº 1 da Revista, em seu texto “Programa”, afirma que “a publicação desta revista não é uma iniciativa de propaganda do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cujas atividades, por serem ainda muito modestas e limitadas, não justificariam tão cedo a impressão dispendiosa de um volume exclusivamente para registrá-las”.<sup>210</sup> O objetivo da Revista seria, então, a divulgação do patrimônio histórico e artístico do Brasil. O que mostra que a Revista se constitui como um espaço de fomentação e divulgação de estudos de excelência. Entretanto, como já discutido anteriormente, Robson Ribeiro, ao analisar os dezoito primeiros números da publicação, atesta que, de forma direta ou indiretamente, 50% dos artigos publicados no período estavam ligados a bens tombados pelo IPHAN.<sup>211</sup> O que mostra que a Revista foi, também, um lugar de legitimação para as ações do órgão.

Em relação à diversidade dos temas tratados na Revista, Rodrigo M. F. de Andrade atestava que “o presente número [n. 1] desde logo se ressentia de grandes falhas, versando quase todo sobre monumentos arquitetônicos, como se o patrimônio histórico e artístico nacional consistisse principalmente nesses”,<sup>212</sup> embora esse tenha sido um dos números com maior abrangência de temas, como veremos no decorrer do presente estudo. Foi no nº 1, por exemplo, que esteve o primeiro artigo voltado à etnografia: “Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil”, de Heloísa Torres. Há, ainda, artigo acerca do mobiliário nacional, esse sem autor definido, e artigo acerca da litografia brasileira, de Francisco Marques dos Santos. De acordo com Márcia Chuva:

Dentre os artigos do nº 1 (1937), quatro fizeram uma espécie de apresentação, traçando um panorama geral, tanto de diferentes tipos de patrimônio histórico e artístico nacional, quanto das possibilidades de sua proteção e das formas e meios para executá-la, com especialistas de variada atuação profissional, configurando uma diversidade de objetos e conhecimentos.<sup>213</sup>

---

<sup>209</sup> Carta de Gilberto Freyre a Rodrigo Melo Franco de Andrade, datada de 7 de julho de 1937. Arquivo da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, pasta Correspondências Pessoais – Gilberto Freyre, fl.5. apud LANARI, Raul. Op Cit. 2010, p. 74.

<sup>210</sup> ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Programa. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 01, p.03-04, 1937b, p.1

<sup>211</sup> RIBEIRO, Robson. Op. Cit. p. 112.

<sup>212</sup> ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Op Cit. 1937b, p. 4.

<sup>213</sup> CHUVA, Márcia. Op. Cit. 2009, p.260-261.

Robson Ribeiro nos revela os movimentos teóricos em que a Revista se insere no decorrer dos números publicados. O autor aponta que o décimo volume pode ser considerado como um divisor de águas na publicação, sendo a partir desse número que a estrutura interna se modifica.

Os artigos ficam mais extensos e ao mesmo tempo, mais escassos, diminuindo a quantidade de estudos por revista. Apesar da média de páginas da *Revista* manter-se inalterada, os artigos, que até então contabilizavam cerca de 12,8 (na média) por edição, caem para 6 (na média) por volume, isto é, menos da metade a partir de 1946. (...) Não se sabe ao certo o porquê das mudanças, mas atendo-se ao periódico vemos seu décimo volume como um “divisor de águas” na continuidade da publicação. Até 1945 a revista procurou abranger variados temas, cedendo espaços para inúmeros estudiosos. Nesse momento houve espaço para a arqueologia, etnologia, coleções de museus e publicação de inúmeros documentos inéditos. A partir do número 10 alguns desses temas desapareceram e só retornam ao periódico nos números 17 e 18, quando a revista já não estava mais sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade.<sup>214</sup>

Como poderemos ver mais à frente, os artigos acerca da arquitetura popular também estão inseridos nessa dinâmica, que é ainda temporalmente mais expandida para a temática. Presentes até a publicação de volume 8, os artigos acerca da arquitetura popular só voltam a figurar na Revista na década de 1970, no volume de número 17.

Um ponto elencado tanto por Robson Ribeiro quanto por Cinthia Silva foi a periodicidade da revista. A maior parte dos números publicados não corresponde ao ano impresso na capa da Revista. Isso aconteceria por diversos motivos, como a falta de verbas e o atraso na entrega dos artigos (ver quadro 1).

Quadro 1 - Revista do Patrimônio: ano de registro da publicação e ano de circulação.

<b>Ano de registro do número da <i>Revista</i></b>	<b>Ano em que circula</b>
Nº 1 (1937)	1938
Nº 2 (1938)	1940
Nº 3 (1939)	1940
Nº 4 (1940)	1940/41 <sup>215</sup>

<sup>214</sup> RIBEIRO, Robson. Op. Cit. p. 74.

<sup>215</sup> Referente ao n. 4, podemos perceber a partir da troca de cartas entre José Mariano Filho e Rodrigo M. F. de Andrade que a publicação já circulava em agosto de 1941, entretanto, não é possível precisar a data correta em que a publicação chegou ao público. Mariano Filho se refere ao artigo de Nair Batista intitulado “Valentim da Fonseca e Silva” em carta para o diretor do SPHAN: “Rodrigo, Por cinco fontes distintas fui avisado de que você havia deliberado – com a ajuda da guarda de ferro que constituí o corpo de conselheiros do SPHAN – as delícias de zelador remunerado do patrimônio de arte da nação – assunto pelo qual você jamais devotara a mais leve e ingênua curiosidade. Sob o pseudônimo de Nair, aparece você convenientemente resguardado pelos encantos de uma senhora a me endereçar picuinhas covardes. Dentro do próprio Serviço sabe-se abertamente que você executa, corrige, apara e remenda os artigos de seus colaboradores.” Ver Carta de José Mariano Filho a Rodrigo M.F. De Andrade, de agosto de 1941. Arquivos Pessoais da Fundação Casa Rui

Nº 5 (1941)	-
Nº 6 (1942)	-
Nº 7 (1943)	1944
Nº 8 (1944)	1947
Nº 9 (1945)	1952
Nº 10 (1946)	1953/54*
Nº 11 (1947)	1954/55*
Nº 12 (1955)	1955/56*
Nº 13 (1956)	1957
Nº 14 (1959)	1960
Nº 15 (1961)	-

Fonte: Silva (2011).<sup>216</sup>

\*Volumes impressos nos dois últimos meses do ano. Não foram achados dados que indiquem quando aconteceu a circulação dos números 4, 5, 6 e 15.

Para Cinthia Silva, o registro de datas que não correspondiam às datas de impressão, na capa dos números da Revista, se constituiu como uma estratégia, pois era preciso manter uma aparência de estabilidade no período de construção do órgão.<sup>217</sup> A revista precisava mostrar sua solidez e seriedade “para adquirir legitimidade e autoridade, tanto para o SPHAN como para o campo que se visava construir”.<sup>218</sup> Robson Ribeiro mostra, também, a dificuldade encontrada por Rodrigo M. F. de Andrade de conseguir autores para a revista para a publicação de número 15. Em “Janeiro de 1960 foram enviados convites à Alfredo Galvão, Ivo Porto de Menezes, Cônego Raimundo Trindade, Wanderley Pinho e Dom Clemente Maria da Silva-Nigra para terem seus textos publicados na Revista. Desses, apenas Ott, Menezes e Galvão atendem seu pedido.”<sup>219</sup>

Para além da falta de verbas para a Revista e o atraso na entrega dos artigos pelos autores, Robson Ribeiro nos traz mais uma hipótese em relação aos complicadores da descontinuidade da Revista: o “controle de Rodrigo”:<sup>220</sup>

Os convites eram expedidos por Rodrigo Melo Franco de Andrade, ele fazia a seleção dos autores que publicariam na Revista, os comentários dos textos entregues, a solicitação das imagens para ilustrar o estudo e as cartas de resposta aos pedidos de

Barbosa, fundo Rodrigo M.F. De Andrade, série Correspondências Pessoais, pasta José Mariano Filho, fl. 6. Apud LANARI, Raul de Oliveira. Op. Cit. 2010, p. 116.

<sup>216</sup> No presente estudo será considerado o ano de registro da publicação, para fins de citação. Ibidem, p. 86.

<sup>217</sup> Ibidem.

<sup>218</sup> Ibidem, p. 156.

<sup>219</sup> RIBEIRO, Robson. Op. Cit. p. 84.

<sup>220</sup> RIBEIRO, Robson. Op. Cit. p. 85.

envio das edições. A multiplicidade de suas funções, evidencia que o diretor controlava a edição da revista do começo ao fim – do planejamento à distribuição do periódico.<sup>221</sup>

Em relação a tal problemática, o depoimento de José de Souza Reis, técnico do SPHAN em seus primeiros anos, nos mostra que Rodrigo M. F. de Andrade era auxiliado por Luís Jardim em relação a linha editorial do órgão, que também contou com a participação de Joaquim Cardozo e Prudente de Moraes Neto:

Desde os primeiros tempos Rodrigo contava com a colaboração do Luis Jardim, escritor e desenhista emérito que já havia ilustrado o Guia de Ouro Preto de Manuel Bandeira e agora era o organizador das publicações do SPHAN, a Revista e as monografias. Jardim desenhava as capas, escrevia artigos e acompanhava, passo a passo, a impressão daqueles volumes que constituem hoje uma fonte preciosa de conhecimento especializado do nosso patrimônio histórico e artístico. E para sediar esta seção do SPHAN o Diretor conseguiu uma outra sala, fronteira à nossa seção técnica, no sexto andar, onde instalou o Lula (Luis Jardim) juntamente com o amigo do peito e colega de letras e leis, o Prudente de Moraes Neto, o nosso Prudentinho, que já estava colaborando com a Direção. E aí também foi parar, recém vindo do Recife, o Joaquim Cardozo, cuja vasta gama de conhecimentos passou a ser aproveitada nos diversos setores do SPHAN.<sup>222</sup>

O papel centralizador de Rodrigo M. F. de Andrade é consenso entre os estudos do IPHAN, mas buscamos nos perguntar até que ponto esse controle não contou com a ajuda de terceiros. O depoimento de José de Souza Reis converge com o nosso pensamento. Embora fosse o editor da linha, Rodrigo M. F. de Andrade contou com a ajuda de personagens como Luis Jardim, Prudente de Moraes Neto e Joaquim Cardozo. Como poderemos ver nos próximos capítulos, após a aposentadoria de Rodrigo M. F. de Andrade, a organização da Revista é também periódica, diversos personagens ligados ao órgão foram, assim, editores de números nesse período.

Raul Lanari<sup>223</sup> observa também os conflitos existentes acerca das publicações tanto da Revista do Patrimônio quanto da Série Publicações do SPHAN. Entre o material coletado pelo autor estão cartas de Gustavo Barroso se posicionando contra algumas publicações. Gustavo Barroso foi Diretor do Museu Histórico Nacional e desde a década de 1920 participava de ações “para a proteção cultural nacional, ajudando na elaboração de iniciativas estaduais em Minas Gerais nas gestões de Melo Viana

---

<sup>221</sup> Ibidem.

<sup>222</sup> REIS, José de Souza. “Documentário sobre Rodrigo Melo Franco de Andrade e a fase inicial do SPHAN”. Arquivo Central do IPHAN, Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, série Personalidades/ Rodrigo Melo Franco de Andrade/ caixa 96, pasta 320. fl.1-3. apud LANARI, Raul. Op. Cit., p. 104.

<sup>223</sup> LANARI, Raul. Op Cit, p. 108.

e Antônio Carlos de Andrade.”<sup>224</sup> Como diretor do Museu Nacional, foi também membro do Conselho Consultivo do SPHAN. Entretanto, como as reuniões não mantinham certa periodicidade, acabou por ser esquecido entre o vasto grupo de intelectuais que contribuíram com o órgão. Lanari nos mostra que na linha editorial do SPHAN houveram poucas menções às ações de Gustavo Barroso e ao Museu Histórico Nacional.<sup>225</sup> Márcia Chuva<sup>226</sup> nos mostra também que Gustavo Barroso teceu críticas ao órgão e às suas publicações em artigos escritos nos Anais do Museu Histórico Nacional.

(...) já tive a ocasião de ver, aliás, com tristeza, num estudo que publicou na bela Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a nota redacional de que a diretoria do mesmo se excluía de qualquer responsabilidade nos conceitos emitidos. Também me vi forçado nos Anais do Museu Histórico Nacional, a refutar seus patrióticos, mas infundados propósitos da criação dum pseudo estilo em mobiliário – D. Maria I, utópico eacrônico, como diria o divino Platão (...) E ainda por ter lido o que escreveu especialmente para a simpática revista Acrópole, de São Paulo, no seu número de maio do ano corrente.<sup>227</sup>

Lanari, baseado em Regina Abreu, afirma, ainda, que o choque teórico de Gustavo Barroso com os intelectuais ligados ao SPHAN estaria no fato de que, para ele, existiria uma continuidade histórica em que valores do passado poderiam se afirmar no presente. Barroso possuiria assim um tom passadista.<sup>228</sup> Já os intelectuais ligados ao SPHAN defendiam as noções de tradição e modernidade, “projetando os caracteres da nacionalidade para um futuro de redenção”.<sup>229</sup> Lanari afirma ainda que não houve respostas aos textos de Gustavo Barroso: a estratégia adotada foi a do silêncio.<sup>230</sup> Seria uma maneira de não gerar publicidade para tal embate, o que poderia botar em cheque a legitimidade das publicações da Revista.

Em relação às imagens que ilustram as páginas da Revista do Patrimônio, Cinthia Silva afirma que muito provavelmente sejam de autoria de fotógrafos que foram contratados pelo órgão para percorrer o país.<sup>231</sup> Brenda Fonseca e Telma Cerqueira afirmam que 353 fotógrafos puderam ser

---

<sup>224</sup> Ibidem, p. 108.

<sup>225</sup> Ibidem, p. 109.

<sup>226</sup> CHUVA, Márcia. Op. Cit.

<sup>227</sup> BARROSO, Gustavo. Exame de Consciência. Anais do Museu Histórico Nacional, n.4, 1947, p. 594. apud CHUVA, Márcia. Op Cit. p. 128-129.

<sup>228</sup> LANARI, Raul. Op. Cit. p. 109

<sup>229</sup> Ibidem, p. 110.

<sup>230</sup> Ibidem, p. 110.

<sup>231</sup> SILVA, Cinthia. Op. Cit. p. 89.

mapeados a partir das imagens presentes no Arquivo Central do IPHAN.<sup>232</sup> As autoras mostram que os técnicos do SPHAN foram instruídos a também produzir levantamentos fotográficos, demanda vinda de Lúcio Costa, em 1949, então diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos do órgão. Assim, podemos ver que técnicos do órgão como Augusto C. da Silva Telles e Dora Alcântara produziram também um grande acervo de fotos, 202 e 317 fotos respectivamente. O acervo de fotografias do IPHAN no Arquivo Central possuía na época da pesquisa das autoras – ou seja, até 2013 – um total de 60.086 fotografias.<sup>233</sup>

A fotografia possui grande importância para o órgão. Brenda Fonseca e Telma Cerqueira mostram que muitos tombamentos foram feitos a partir das fotografias enviadas, em especial para lugares mais afastados e de difícil acesso.<sup>234</sup> É justificável, então, a preocupação da qualidade das fotografias. Em carta para Rodrigo M. F. de Andrade, Mário de Andrade revela sua preocupação com as fotografias resultantes do trabalho de Germano Graeser:

Ah, Rodrigo!... recebi a sua carte na manhã de hoje em que ainda estava desensarado do desespero em que fiquei ontem de noite com o caso das fotografias. (...) Você bem viu pelas primeiras fotos enviadas que escolhi um fotógrafo mesmo bom, digno de serviço limpo. Pois ontem mesmo me aparece o Luis Saia com a cara no chão. (...) Imagine que uma seleção severíssima, do próprio Luis, só permitiria aceitar 9 em 170 fotos! Outra seleção mais razoável feita por mim, permitiu aceitar 46. Foi hoje ao Graeser a carta de recusa do resto, justificando caso por caso. Havia coisas de tal forma incríveis que às vezes eu imaginava ontem que o homem estivesse louco, palavra. Pela nossa combinação ele tem que refazer, por sua própria conta, todas as viagens já feitas e dar fotos novas.<sup>235</sup>

Lygia Segala, em pesquisa acerca da produção do fotógrafo Gautherot (ver fig. 5), afirma que as encomendas de fotografias pelo órgão eram pormenorizadas e os enquadramentos estipulados. “A preocupação complementar em distinguir e solenizar monumentos definia instruções para a construção de pontos de vista à vocação emblemática. Essas fotografias eram reproduzidas, quando de interesse em publicações e exposições”.<sup>236</sup> Para comprovar sua afirmação, a autora traz instruções feitas para a listagem de monumentos em Ouro Preto, pelo Ministério da Educação/SPHAN em 1945:

---

<sup>232</sup> Entre eles estariam: Erich Hess com 5.367 fotos; Edgar Jacintho Silva com 2.814 fotos; Eurico Calvente com 1.039 fotos; Marcel Gautherot com 1.185 fotos; Silvanísio Pinheiro com 1.259 fotos; o já mencionado Clarival do Prado Valladares com 648 fotos, etc.

<sup>233</sup> FONSECA, Brenda Coelho; CERQUEIRA, Telma Soares. Op. Cit. 2013, p. 29-30.

<sup>234</sup> Ibidem.

<sup>235</sup> Mário de Andrade. Carta a Rodrigo M. F. de Andrade. S. Paulo XI.37. in: ANDRADE, Mário de. *Mário de Andrade: cartas de trabalho*. Brasília, MEC/Spahn /Pró-Memória, 1981, p. 110-111.

<sup>236</sup> SEGALA, Lygia. A coleção fotográfica de Marcel Gautherot. In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo. N. Sér. v.13. n.2.p. 73-134, 2005, p. 79.

[...] Igreja Santa Ifigênia do Alto da Cruz: armar andaime e fotografar a imagem do nicho no conjunto, vendo-se a data 1762, e nos pormenores as cabeças dos anjos, da Santa e do menino. Matriz do Pilar: fotografar o oratório sobre a cômoda da sacristia e, separadamente, as 2 cabeças de querubins; o conjunto da sacristia, trindade no retábulo da capela mor: primeiro visto de frente e depois vista de cada lado, das sacadas das tribunas. São Francisco de Assis: conjunto do arco cruzeiro com os dois púlpitos, vendo-se ao fundo o retábulo da capela-mór; os dois púlpitos separadamente inclusive pormenores dos baixos-relevos das taças; o conjunto do retábulo da capela-mór visto um pouco de lado e de baixo; novo pormenor da coluna inteira do chão ao entablamento (inclusive) e bastante de lado para acentuar-lhe o perfil construtivo. Conviria nesta foto, afastar o consolo para a parede. Pormenor do coroamento do retábulo com a Santíssima Trindade, o conjunto da igreja vista do coro, vendo-se o forro e a capela-mór ao fundo; o lavatório da sacristia sem os anjos [...]. Nova Lima [...] o sacrário abrangendo as respectivas volutas laterais (desarticular primeiro o suporte da cortina afim de removê-la completamente); uma das colunas dos retábulos dos altares laterais vista de baixo e de lado, inclusive a mísula com o mesmo propósito de atentar a sinuosidade característica (retirar primeiro o socket da lâmpada do seu fuste), o púlpito sem se ver a grade da escada [...].<sup>237</sup>

Figura 5 - Guerreiros, Maceió/AL, c. 1943.



Fonte: Fotografias de Marcel Gautherot. Acervo do Instituto Moreira Salles. In: Segala (2005).

Rodrigo M. F. de Andrade, em relato para o livro “Brasil: monumentos históricos e arqueológicos”, mostra que, mesmo ao possuir uma tiragem limitada, as publicações do SPHAN, e assim, a Revista do Patrimônio, eram remetidas a 222 estabelecimentos e personalidades. Segundo ele,

<sup>237</sup> MINISTÉRIO, 1945-1956. apud SEGALA, Lygia. Op. Cit. 2005, p. 86-87.

“sendo 39 na Argentina, 3 na Bolívia, 1 no Canadá, 8 no Chile, 4 na Colômbia, 1 no Equador, 92 nos Estados Unidos, 18 no México, 4 no Paraguai, 5 no Perú, 2 na República Dominicana e 45 no Uruguai”.<sup>238</sup> Cíntia Silva afirma que foi possível localizar, também, 55 órgãos nacionais que recebiam as publicações.

Assim, é possível perceber que a Revista do Patrimônio se constituiu como uma ferramenta de difusão de conceitos e ideias em âmbito também internacional. Como apontam Marco Gomes e José Carlos Espinoza, a partir de 1920 a produção e a multiplicação de periódicos especializados foram uma das formas encontradas por profissionais e responsáveis públicos de diferentes países do continente americano para a ampliação de interlocução acerca de problemas comuns na constituição do campo da arquitetura e urbanismo.<sup>239</sup> A segunda saída, ainda segundo os autores, seria o “desenvolvimento de eventos profissionais com uma perspectiva pan-americana, criando uma espécie de rede, conectando especialistas de várias cidades do continente”.<sup>240</sup>

Os autores não consideraram a Revista do Patrimônio para o recorte do seu estudo, mas pode-se perceber - a partir da fala de Rodrigo M. F. de Andrade - que a Revista do Patrimônio, mesmo ao possuir uma temática específica para a questão do patrimônio histórico e artístico nacional, se constituiu como um elemento de difusão de ideias em âmbito internacional. De acordo com Clara Malhano,<sup>241</sup> Rodrigo M. F. de Andrade recebeu, no ano de 1942, uma homenagem na *Segunda Exposição Internacional de Publicações Periódicas*, realizada pela Biblioteca Pública Santiago Alvarez, da Escola Provincial de Artes Plásticas Tarascá, em Cuba, o que mostra o renome internacional que a publicação já em seus primeiros anos possuiu.

A Revista teve, também, grande importância no cenário brasileiro. Autores como Francisco Iglésias e Antônio Cândido, como nos afirma Robson Ribeiro, “são categóricos em afirmar a importância do periódico para o pensamento brasileiro”.<sup>242</sup> Francisco Iglésias na publicação “Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira” afirma que os artigos presentes na revista foram de grande contribuição para a historiografia brasileira, ao trazer informações precisas baseadas em fontes primárias e ricas de documentação.<sup>243</sup>

<sup>238</sup> ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Op. Cit. 1952 in ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Op. Cit. 2012, p. 221.

<sup>239</sup> GOMES, Marco Aurélio A. de Figueiras; ESPINOZA, José Carlos Huapaya. Olhares cruzados: visões do urbanismo moderno na América do Sul, 1930-1960. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Figueiras (Org.) *Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960*. Salvador: EDUFBA, 2009.

<sup>240</sup> Ibidem, p. 24.

<sup>241</sup> MALHANO, Clara Emília Sanches Monteiro de Barros. *Da materialização à legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do estado*. 1920-1945. Rio de Janeiro: Lucerna: FAPERJ, 2002, p. 152.

<sup>242</sup> RIBEIRO, Robson. Op. Cit. 63.

<sup>243</sup> IGLÉSIAS, 2000 apud RIBEIRO, Robson, Op. Cit. p. 63.

Como visto, a Revista do Patrimônio como documento levanta muitas questões que passam pelo papel do editor, pelo lugar que a fotografia ocupa, pela circulação da revista, pelas análises das temáticas, das relações entre essas e os tombamentos, dentre outras questões. São questões que nos ajudam a entender motivos de seleção de temas, autores, tensões entre visões diferentes de patrimônio. Algumas delas terão maior rebatimento em nossas análises, outras menos, como é o caso da fotografia, por não dominarmos em profundidade as questões e métodos da História Visual.

Após a compreensão inicial da Revista do Patrimônio no período em estudo, podemos agora analisar os artigos referentes à arquitetura popular presentes nela. É pelo número 1 da Revista do Patrimônio que começaremos nossa análise, percorrendo, no tempo, os textos e procurando identificar como a arquitetura popular aparece.

### 3.2 A ARQUITETURA POPULAR NA REVISTA

No número 1 da Revista esteve presente o artigo “Documentação Necessária”, de Lúcio Costa. O autor afirma que a arquitetura civil brasileira havia sido, até aquele momento, pouco estudada.<sup>244</sup> Para substanciar o seu ponto de vista traz uma citação de Anibal Matos que afirmava ser culpa dos “incultos” portugueses e seu tipo de construção o pouco valor estético que as casas brasileiras possuíam. Costa passa a afirmar então que

(...) a arquitetura popular apresenta em Portugal, a nosso ver, interesse maior que a “erudita” – servindo-nos da expressão usada por Mário de Andrade, para distinguir da arte do povo a “sabida”. É nas suas aldeias, no aspecto viril das suas construções rurais a um tempo rudes e acolhedoras, que as qualidades da raça se mostram melhor. Sem o ar afetado e por vezes pedante de quando se apura, aí, à vontade, ela se desenvolve naturalmente, adivinhando-se na justeza das proporções e na ausência de “make up”, uma saúde plástica perfeita – se é que assim podemos dizer. Tais características transferidas – na pessoa dos antigos mestres e pedreiros “incultos” – para a nossa terra, longe de significarem um mau começo, conferiram desde logo, pelo contrário, à arquitetura portuguesa na colônia, esse ar despretenso e puro que ela soube manter, apesar das vicissitudes por que passou, até meados do século XIX.<sup>245</sup>

Podemos perceber, assim, que o autor passa também a categorizar tipologias populares como arquitetura civil, algo que como poderemos ver, será sedimentado na linha editorial por outros autores. Costa se baseia também nos estudos de Gilberto Freyre para compreender como os índios, os

<sup>244</sup> COSTA, Lúcio. Documentação Necessária. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 01, p.31-39, 1937.

<sup>245</sup> *Ibidem*, p. 32.

portugueses e os negros contribuíram com a arquitetura civil brasileira, mostrando, assim, uma certa coerência conceitual entre os autores escolhidos para publicar na linha editorial do SPHAN:

Dificuldades materiais de toda a sorte, inclusive a da mão-de-obra a princípio bisonha dos nativos e dos negros: o índio, afeito a vagares, estranhou, com certeza, a grosseria no fazer e a impaciência dos brancos; o negro, mesmo que tenha com o tempo se demonstrado um habilíssimo artista, mostrando mesmo uma certa virtuosidade um tanto “acadêmica”, nos trabalhos mais antigos, quando ainda interpreta desajeitadamente a novidade, lembra o louro bárbaro e bonito do Norte em seus primeiros contatos com a civilização latina, ou, mais tarde, pretendendo traduzir, com o sotaque ainda áspero e gótico, os motivos greco-romanos renascidos. Em ambos o mesmo jeito de quem está descobrindo coisa nova e não acabou de compreender direito.<sup>246</sup>

Costa ao tratar do “amolecimento” em que a arquitetura lusitana passou em terras brasileiras, mesmo que bisonhamente – tomando as suas próprias palavras – tenta elucidar certos valores na contribuição negra, que de acordo com o autor se demonstraram hábeis artistas. Vemos que o autor possui, assim, uma visão menos restrita a tais contribuições do que Afonso Arinos de Melo Franco, por exemplo.

Costa chega, ainda, à conclusão de que, mesmo sem tanto rigor plástico quanto a arquitetura erudita, seria um erro afirmar que a arquitetura civil brasileira não possuiria nenhum valor. Defende, assim, que é necessário conhece-la melhor.<sup>247</sup> Seria necessário então não só olhar para “a casa de aparência mais amável da primeira metade do século XIX” e para “as casas grandes de fazenda ou os *sobradões* de cidade com sete, nove ou onze janelas”.<sup>248</sup> Dever-se-ia olhar “também as pequenas casas térreas, de pouca frente, muito fundo e duas águas apenas, alinhadas ao longo das ruas; sem se esquecer, por fim, a casa ‘mínima’ (...) a do colono (...) a única que ainda continua ‘viva’ em todo o país, apesar do seu aspecto tão frágil”.<sup>249</sup> No mesmo artigo, Lúcio Costa exemplifica graficamente a mudança, no tempo, das moradias brasileiras (ver fig. 6), assim como a mudança das suas fachadas, do beiral até a platibanda por meio do desenho de cortes, que mostram o estilo moderno como a continuidade orgânica da tipologia colonial (ver fig. 7). Essa transformação, ainda segundo Costa, foi possibilitada pelo surgimento das calhas.<sup>250</sup>

---

<sup>246</sup> Ibidem, p. 32-33.

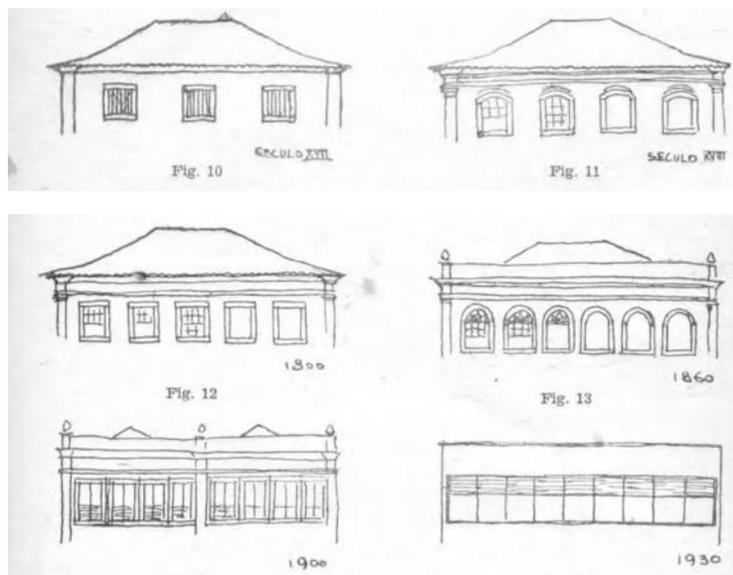
<sup>247</sup> Ibidem, p. 32.

<sup>248</sup> Ibidem, p. 33.

<sup>249</sup> Ibidem, p. 33.

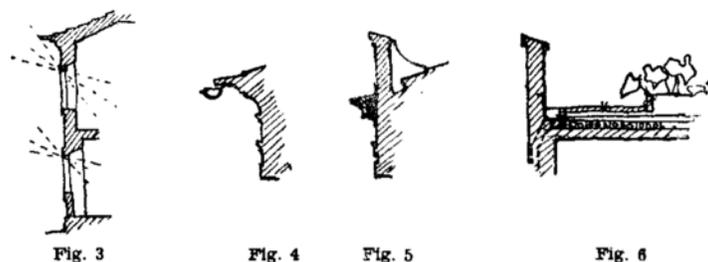
<sup>250</sup> Ibidem, p. 33.

Figura 6 - Mudança, no tempo, das fachadas das moradias brasileiras.



Fonte: Costa (1937).

Figura 7 - Mudança, em corte, das soluções das fachadas das moradias brasileiras.



Fonte: Costa (1937).

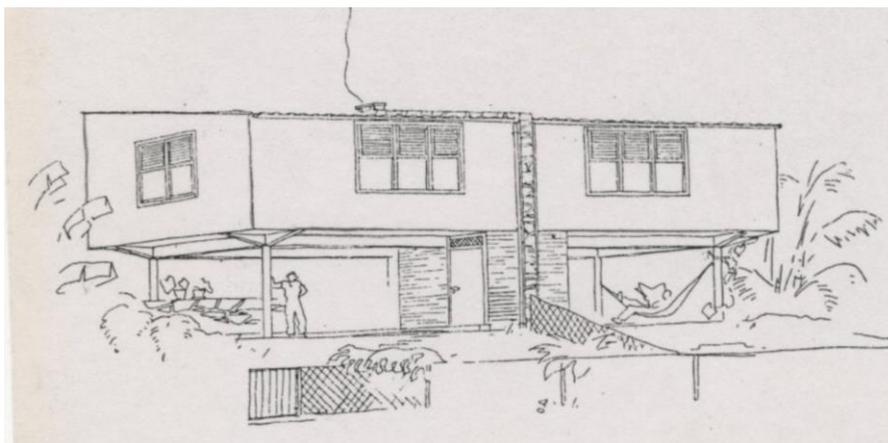
Atualmente, essa continuidade orgânica defendida por Lucio Costa entre o colonial e o moderno tem sido refutada por autores como Carlos Martins, que, se baseando em textos de Geraldo Ferraz, afirma que a arquitetura moderna não representa uma ligação do fio condutor entre a arquitetura colonial e a busca por uma legitimidade nacional.<sup>251</sup> Na realidade, a arquitetura moderna seria uma verdadeira quebra da continuidade, onde o movimento moderno “tenta se libertar de um

<sup>251</sup> MARTINS, Carlos Alberto Ferreira. “Há algo de irracional...” notas sobre a historiografia da arquitetura brasileira. In: GUERRA, Abílio (Org.) *Textos fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira*: v 2. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

passado identificado com o peso de uma tradição cultural opressiva”. Se caracteriza assim como “um produto das ideias do século 20, dado que sua adjetivação (...) pertence a um estado de espírito adstrito às transformações que se operam na vida do homem de nosso tempo”.<sup>252</sup>

É preciso relativizar a visão de continuidade dada por Lúcio Costa, para que se possa entender também a ideologia que estava sendo montada pelos modernistas dentro do SPHAN naquele momento. O moderno ser visto como a continuação orgânica do colonial, nos explica por que as duas tipologias foram elegidas como partes do patrimônio nacional. Como também, essa continuidade foi propagada ao menos no tangente aos próprios projetos de Costa. O arquiteto aproxima as duas tipologias em obras como a da Vila Operária em Monlevade – MG, que apresenta elementos característicos do período colonial, como o beiral, em uma tipologia modernista (ver fig. 8).

Figura 8 - Croqui de Lúcio Costa para a Vila Operária de Monlevade - MG (1936).



Fonte: Instituto Tom Jobim (online).<sup>253</sup>

Silvana Rubino aponta a influência que Freyre teve, também, para a construção da tese proposta por Lucio Costa no texto “Uma documentação necessária”.<sup>254</sup> Para a autora,

Lúcio Costa lançou o que seria sua tese e a marca de sua arquitetura: a aproximação entre o colonial e o moderno. A casa tradicional brasileira, afirmou, traz a pureza das formas que encanta o arquiteto moderno. E é na terminologia de Freyre que o arquiteto encontrou uma explicação menos formal para tal casa, salientando a

<sup>252</sup> Ibidem, p. 146.

<sup>253</sup> Disponível em: < [http://www.jobim.org/lucio/bitstream/handle/2010.3/4171/III\\_C\\_04-03856\\_L.pdf?sequence=3](http://www.jobim.org/lucio/bitstream/handle/2010.3/4171/III_C_04-03856_L.pdf?sequence=3) > Acesso: 17/10/2020.

<sup>254</sup> RUBINO, Silvana. Entre o CIAM e o SPHAN: diálogos entre Lúcio Costa e Gilberto Freyre. In: KOMINSKY, Ethel Volfzon; LÉPINE, Claude; PEIXOTO, Fernanda Arêas. (Orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: EDUSC; São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

influência de índios e negros na arquitetura que aqui chamou portuguesa, sofrendo um amolecimento.<sup>255</sup>

Gilberto Freyre, suscitado por Silvana Rubino, também contribuiu para o número da revista com o artigo “Sugestões para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e das Colônias”. Nele, o autor defende a necessidade da cooperação entre Portugal e suas colônias para o estudo das relações entre as artes cultas e populares em tais localidades.

Só por esse esforço, em comum, será possível determinar com segurança as características gerais da arte de sabor português e as suas diferenciações, nas várias terras onde se fez sentir não só a influência do sangue como a da cultura da gente de Portugal. Um povo com a capacidade única de perpetuar-se em outros povos. Dissolvendo-se neles a ponto de parecer ir perder-se nos sangues e nas culturas estranhas, mas ao mesmo tempo comunicando-lhes tantos dos seus motivos essenciais de vida e tantas das suas maneiras mais profundas de ser que, passados séculos, os traços portugueses se conservam na face dos homens e na fisionomia das casas, dos móveis, dos jardins, das embarcações, das formas de bolo.<sup>256</sup>

O autor continua

Na arte do doce, na da cozinha, na da louça, na do jardim, na do móvel, na da escultura religiosa, na dos trabalhos de ouro e prata, na dos instrumentos de música, na dos brinquedos dos meninos, na das embarcações de rio e mar, a força criadora do português, em vez de impor-se com intransigência imperial, ligou-se no Brasil ao poder artístico do índio e do negro e, mais tarde, ao de outros povos, sem, entretanto, desaparecer. (...) Por outro lado, não deixou de haver sobre a arte culta e popular de Portugal, sugestão da natureza brasileira. E não só sugestão dessa natureza em seu estado cru como influência de uma paisagem e de um meio social coloridos fortemente pela escravidão e pela miscigenação.<sup>257</sup>

Percebe-se por esses trechos como o discurso de Gilberto Freyre perpassa tanto o texto de Lúcio Costa, quanto no já mencionado estudo de Afonso Arinos Melo Franco.<sup>258</sup> Embora esse último não reconheça as influências significativas dos negros e dos índios na civilização material brasileira, Freyre e Costa<sup>259</sup> buscam identificar em tais raízes a arte brasileira. Os três autores convergem, ainda, no sentido de que a herança lusitana tenha sido a de maior valor.

---

<sup>255</sup> Ibidem, p. 271.

<sup>256</sup> FREYRE, Gilberto. Sugestões para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e das Colônias. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, N° 01, 1937, p. 42.

<sup>257</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>258</sup> FRANCO, Afonso Arinos Melo. Op Cit. 2005.

<sup>259</sup> O autor volta a se basear em tal teoria para a confecção do texto “Notas sobre a evolução do mobiliário luso-brasileiro.” Presente no n.2 da Revista. Todavia, como o texto não faz referência à arquitetura popular, não é estudado na presente dissertação. Cf. COSTA, Lúcio. Notas sobre a evolução do mobiliário luso-brasileiro. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, N° 03, p. 149-150, 1939.

Nota-se que tal narrativa converge com a chamada, e atualmente bastante criticada, “democracia racial” proposta por Freyre. De acordo com Jessé de Souza, Freyre “teria construído a contrapartida teórica de uma noção rósea e humanitária do passado escravista brasileiro, abrindo a possibilidade de constituição de uma ideologia social apenas aparentemente inclusiva e extremamente eficiente.”<sup>260</sup> No entanto, buscamos, com um certo distanciamento temporal, mostrar que tal construção não foi de fato algo inclusivo, ou ainda, solidário. A partir do artigo 12 do documento-lei “Diretório dos Índios” escrito em 1757 pelo Marquês de Pombal, por exemplo, podemos perceber que a introdução de habitações ao modo português nos povos indígenas foi uma imposição e não um processo de difusão entre culturas:

Sendo também indubitável, que para a incivilidade, e abatimento dos Índios, tem concorrido muito a indecência, com que se tratam em suas casas, assistindo diversas Famílias em uma só, na qual vivem como brutos; faltando àquelas Leis da honestidade, que se deve à diversidade dos sexos; do que necessariamente há de resultar maior relaxação nos vícios; sendo talvez o exercício deles, especialmente o da torpeza, os primeiros elementos com que os Pais de Família educam a seus filhos: Cuidarão muito os Diretores em desterrar das Povoações este prejudicialíssimo abuso, **persuadindo aos Índios que fabriquem as suas casas a imitação dos Brancos;** fazendo nelas diversos repartimentos, onde vivendo as Famílias com separação, possam guardar, como Racionais, as Leis da honestidade, e polícia. (Grifo nosso).<sup>261</sup>

Assim, criticamos, com mais clareza e distanciamento no tempo, hoje, a visão proposta pelos autores em que as heranças culturais dos negros e índios para a nossa civilização material tenham sido retratos de um processo inclusivo, em que as habilidades do negro e do índio tenham sido vistas como virtuosas, como propõe Costa. Tal processo, parece ter sido muito mais de dominação e obrigatoriedade do que uma grata contribuição entre as três culturas.

Também no Nº 1 da Revista do Patrimônio datada de 1937, outros dois textos fazem menção à arquitetura popular. O texto “Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil” de Heloisa Alberto Torres<sup>262</sup> defende a proteção de jazidas arqueológicas,

<sup>260</sup> SOUZA, Jessé. Democracia racial e multiculturalismo: ambivalente singularidade cultural brasileira. *Estud. afro-asiát.* Rio de Janeiro, n. 38, p. 135-155, 2000. s/p.

<sup>261</sup> Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e do Maranhão enquanto sua majestade não mandar o contrário, 1757 in ALMEIDA, Rita Heloísa. *O Diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1997. p. 362.

<sup>262</sup> Heloísa Alberto Torres (1895-1977) ingressou no Museu Nacional como auxiliar de Roquette Pinto em 1918. Entre 1926 e 31 chefiou a seção de Antropologia e Etnografia. Foi vice-diretora da casa entre 1935 e 37 e diretora entre 1938 e 55. Teve uma trajetória relevante nos campos da antropologia, arqueologia e etnografia. Participou do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, do Conselho Nacional de Proteção ao Índio, do Conselho Internacional de Museus e do Conselho Federal de Cultura. Foi interlocutora de Rodrigo Melo Franco de Andrade quanto

coleções e espécimes arqueológicos e etnográficos, e para produtos de arte de populações indígenas atuais.<sup>263</sup> Entretanto, não há debate de ideias sobre a arquitetura popular brasileira. Todavia, na parte II do texto referente a “Coleções ou espécimes arqueológicos e etnográficos existentes em museus pertencentes à união, aos estados, aos municípios ou a particulares” se tem o registro de uma fazenda em palafitas na ilha de Marajó (ver fig. 10). No entanto, a autora não discorre sobre o bem imóvel. Mesmo sem ter uma discussão teórica acerca da tipologia em palafitas, entendemos como positivo o registro da tipologia ainda no n.1 da publicação. Para se ter ideia, tipologias em palafitas serão novamente registradas na Revista apenas no número 37, em 2017.

Por sua vez, no artigo intitulado “Estilização”, do autor Roquette Pinto,<sup>264</sup> objetos da cultura de povos indígenas são mais uma vez registrados (ver fig. 9), confirmando o tom etnográfico para com a produção indígena.<sup>265</sup> Como afirma Silvana Rubino, entre 1938 e 1967, as populações indígenas e seringueiras eram consideradas objeto de investigação antropológica, mas jamais dignos de uma história documental e evocativa.<sup>266</sup>

---

à organização do Sphan, tendo travado embates com Mário de Andrade acerca das funções do Museu Nacional com a criação do Serviço. In: Cinthia Silva. Op. Cit. 2010, p. 124.

<sup>263</sup> TORRES, Heloísa Alberto. Contribuição Para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N° 01, p.9-30, 1937.

<sup>264</sup> Roquette-Pinto (Edgar R.-P.), médico legista, professor, antropólogo, etnólogo e ensaísta, nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 25 de setembro de 1884, e faleceu na mesma cidade em 18 de outubro de 1954. Foi diretor do Museu Nacional entre os anos 1926-1937, também foi professor de História Natural na Escola Normal do Distrito Federal (1916) e professor de Fisiologia na Universidade Nacional do Paraguai (1920). Fundou, em 1923, na Academia Brasileira de Ciências, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que tinha fins exclusivamente educacionais e culturais e que, em 1936, doou ao Ministério da Educação. Em 1912 Roquette-Pinto fez parte da Missão Rondon e passou várias semanas em contato com os índios nambiquaras que até então não tinham contato com os civilizados. De volta trouxe para o Museu Nacional vasto material etnográfico e como resultado dessa viagem publicou, em 1917, o livro *Rondônia*, com o sub-título *Antropologia etnográfica*, clássico da antropologia brasileira. Foi Roquette quem sugeriu dar a essa região o nome de Rondônia. Nesse campo de estudos publicou *Ensaio de Antropologia Brasileira* (1933) e *Estudos Brasileiros* (1941) (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D198/biografia>, acesso 08/03/2020)

<sup>265</sup> PINTO, Roquette. *Estilização*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N° 01, p.51-68, 1937.

<sup>266</sup> RUBINO, Silvana. Op. Cit. 1992, p. 135. É preciso ressaltar ainda que a autora se referia aos processos de tombamentos, entretanto é visto que a afirmação também se faz verdadeira para as primeiras publicações da Revista do Patrimônio. Que permanece assim até a publicação do n°8 da Revista com o artigo “A habitação dos timbira” de Curt Nimuendaju, em 1944.

Figura 9 - Vaso gravado, Marajó. N° 8.639.



Fonte: Coleção Museu Nacional. Disponível em: Pinto (1937)

Figura 10 - Fazenda do Pacoval (Cururú), sobre estacas e assentando em um teso artificial, Marajó.



Fonte: Torres (1937)

Apesar de pontuais, as contribuições para a temática de Pinto e Torres podem ser também entendidas a partir do contexto sociocultural das décadas de 1920 e 1930. Como apontam Cabral e Jacques<sup>267</sup> a questão do primitivo, das raízes culturais brasileiras, foi também pauta da discussão patrimonial a partir da relação de Blaise Cendrars, Mário de Andrade e Oswald de Andrade. De acordo com as autoras, na década de 1920 os dois andrades fizeram parte do movimento “Pau Brasil”, em que a discussão da “brasilidade” estaria bastante ligada ao primitivismo – neste momento o primitivismo estaria relacionado, também, às favelas. Embora a relação dos andrades tenha se

<sup>267</sup> CABRAL, Renata Campello; JACQUES, Paola Berestein. Op. Cit. p. 12.

encerrado em 1929<sup>268</sup>, tal noção influenciou diretamente a construção das narrativas literárias de Mário de Andrade, assim como a construção do seu anteprojeto de 1936. Oswald de Andrade, por sua vez, exalta, a partir do Manifesto Antropófago (1928), a tradição cultural do indígena primitivo.<sup>269</sup> Podemos perceber, assim, que mesmo estando à parte da criação do SPHAN, ou ainda, sem ter escrito para a Revista do Patrimônio, as ideias difundidas por Oswald de Andrade no Manifesto Antropófago podem ser tidas como uma das razões para a inserção da discussão das questões de grupos indígenas na Revista do Patrimônio, nesse momento e em edições posteriores.

Também presente no nº 01 da Revista do Patrimônio está o artigo “A capela de Santo Antônio”, de Mário de Andrade,<sup>270</sup> resultado das viagens que o autor conduziu em busca do patrimônio histórico e artístico do Estado de São Paulo. Após constatar que “São Paulo não pode apresentar documentação alguma que, como arte, se aproxime sequer da arquitetura ou da estatuária mineira, da pintura, dos entalhes e dos interiores completos do Rio, de Pernambuco ou da Baía”,<sup>271</sup> Andrade decide que, para se documentar a arquitetura paulista, se deve usar outro critério para além do valor estético: “**Tem de ser histórico**, e em vez de se preocupar muito com beleza, ha de reverenciar e defender especialmente as capelinhas toscas, as velhices dum tempo de luta e os restos de luxo esburacado que o acaso se esqueceu de destruir” (Grifo nosso).<sup>272</sup> Foi assim que o autor chega à capela de Santo Antônio, no município de São Roque – SP. O que nos leva a pensar que se a capela de Santo Antônio estivesse em outro estado brasileiro como Minas Gerais, Bahia ou Pernambuco, o bem imóvel não haveria recebido tal atenção.

A busca por um valor estético ou histórico dos bens de São Paulo foi um dos pontos que Rodrigo M. F. de Andrade, em 25 de maio de 1937, escreve para Mário de Andrade. O primeiro Andrade solicita que Mário de Andrade elaborasse um inventário tão completo quanto possível das obras de arquitetura com valor estético ou histórico existentes no estado.<sup>273</sup> Nesse momento, Rodrigo M. F. de Andrade ainda não havia escrito para Mario de Andrade acerca da Revista do Patrimônio, uma vez que até mesmo o Decreto-Lei 25/37 não havia sido promulgado. Entretanto, a discussão, ou

---

<sup>268</sup> Ibidem, p. 20.

<sup>269</sup> FONSECA, Maria Augusta, 2007 apud CABRAL, Renata Campello; JACQUES, Paola Berestein. Op. Cit. p. 24.

<sup>270</sup> ANDRADE, Mário de. A capela de Santo Antônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 01, p.119-126, 1937. É interessante notar que o Sítio, onde está a capela, anos depois passou a ser pertencido por Mário de Andrade, que o doou para o SPHAN. O Sítio foi tombando pelo órgão em 1941. A capela presente no sítio é referenciada em artigo de Luis Saia presente no nº 08 da Revista do Patrimônio e no nº 28 da mesma revista em artigo de Alayde Mariani.

<sup>271</sup> Ibidem, p. 119.

<sup>272</sup> Ibidem, p. 119.

<sup>273</sup> Rodrigo Melo Franco de Andrade. Carta a Mário de Andrade. Rio de Janeiro 17-V-37 in ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Op. Cit. 1987, p. 125.

negação do valor estético dos bens paulistanos por Mario de Andrade iria chegar também até as páginas da Revista do Patrimônio. Mario responde a carta supracitada de Rodrigo M. F. de Andrade da seguinte forma:

E há o problema geral de S. Paulo. Você entenderá comigo que não é possível entre nós descobrir maravilhas espantosas, do valor das mineiras, baianas, pernambucanas e paraibanas em principal. **A orientação paulista tem de se adaptar ao meio: primando a preocupação histórica à estética.** Recensear e futuramente tomar o pouco que nos resta seiscentista e setecentista, os monumentos onde se passaram grandes fatos históricos. Sob o ponto de vista estético, mais que a beleza propriamente (esta quase não existe) tomar os problemas, as soluções arquitetônicas mais características ou originais. Acha bom assim? (Grifo nosso).<sup>274</sup>

Rodrigo M. F. de Andrade passa, então, a concordar com a sugestão de Mário de Andrade: “(...) Penso como Você que, em São Paulo a preocupação histórica deve primar a estética e que valerá a pena adquirir as chapas das fotografias de cada obra juntamente com duas cópias no mínimo”.<sup>275</sup> Dez dias após iria ocorrer o convite para Mário de Andrade contribuir para a Revista do Patrimônio,

Se não for abusar de sua bondade, peço-lhe também com muito empenho o favor de ver se me arranja até aquela data, além de alguma coisa de sua autoria, qualquer colaboração dos auxiliares que Você tomou, relacionada com uma das obras a tomar pelo Serviço. O que é preciso, de qualquer maneira, é que São Paulo não deixe de figurar na revista.<sup>276</sup>

Ainda em 1937, enquanto Assistente Técnico da Sexta Região, Mário de Andrade volta a tocar no assunto durante o relatório de atividades realizadas no Estado de São Paulo:

As condições históricas e econômicas deste meu Estado, a contínua evasão de Paulistas empreendedores para outras partes do Brasil nos sécs. XVII e XVIII, o vertiginoso progresso ocasionado pelo café, são as causas principais da nossa miséria artística tradicional. Ou ruínas de quanto o progresso rastaquera não cuidou de conservar, ou precariedades duma gente dura e ambiciosa, que menos cuidava de delícias que aventura. Se é sempre certo que sobram aos Paulistas mil meios de se consolar de sua pobreza artística tradicional: consolação não modifica a verdade.<sup>277</sup>

<sup>274</sup> Mário de Andrade. Carta a Rodrigo M. F. de Andrade, S. Paulo, 23-V-37. In: ANDRADE, Mário de. Op. Cit. 1981, p. 69.

<sup>275</sup> Rodrigo Melo Franco de Andrade. Carta a Mário de Andrade. Rio de Janeiro 25-05-37. In: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Op. Cit. 1987, p. 127.

<sup>276</sup> Rodrigo Melo Franco de Andrade. Carta a Mário de Andrade. Rio de Janeiro 05-06-37. In: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Op. Cit. 1987, p. 129.

<sup>277</sup> ANDRADE, Mário de. Relatório de atividades do Estado de S. Paulo, 16-10-37. In: ANDRADE, Mário de. Op. Cit. 1981, p. 80.

Silvana Rubino afirma que a negação aos valores estéticos paulistas e as “toscas casas bandeiristas e capelas jesuíticas”, como o próprio Mario de Andrade chegou a se referir, se deve ao fato de que no estado, os séculos XVI, XVII não teriam deixado bens excepcionais como aconteceu no estado vizinho, Minas Gerais. Tese também defendida por Afonso Arinos Melo Franco nos cursos acerca da civilização material brasileira.<sup>278</sup> Haveria uma forte presença da arquitetura urbana e rural do século XVIII, representada pelas casas bandeiristas e capelas jesuíticas.<sup>279</sup> Já os registros do século XIX e XX, do café e do imigrante, respectivamente, foram eclipsados na história contada pelo SPHAN, por representaram correntes contrárias ao que o órgão queria instituir como identidade nacional.

A capela de Santo Antônio (ver fig. 11) foi construída pelo capitão Fernão Paes de Barros no século XVII a mando da sua mulher D. Maria Mendonça. E possuía construção em taipa e pau-a-pique. Para Andrade, “Talvez um dos mais curiosos elementos da capela de Santo Antônio seja a sua fachada. É por completo feita de madeira e, com toda a probabilidade, se conserva como foi primitivamente”.<sup>280</sup>

Figura 11 - Capela de Santo Antônio em São Roque – SP.



Fonte: Andrade (1937).

O artigo de Mário de Andrade se faz interessante para o nosso estudo ao descrever um bem imóvel que normalmente não seria considerado pelo órgão como um patrimônio nacional a ser protegido. Apesar de não ser entendido como uma arquitetura popular pelo autor, a questão referente à expansão da valoração para além do artístico também é de grande importância para as tipologias de

<sup>278</sup> FRANCO, Afonso Arinos Melo. Op. Cit. 2005.

<sup>279</sup> RUBINO, Silvana. O Mapa do Brasil passado. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 97-105, 1996.

<sup>280</sup> ANDRADE, Mário de. Op. Cit. 1937, p. 122.

arquitetura popular, que na maior parte dos casos é apenas apreciada a partir do seu valor histórico, ou ainda, o valor etnográfico.

Um dos elementos que ajudam na leitura da capela como sendo de criação popular está no detalhe que Mário de Andrade chama de “um problema de arquitetura regional”.<sup>281</sup>

Observa-se perfeitamente que nos gradeados emoldurando as envasaduras das janelas, os balaústres são dispostos losangularmente. Este dispositivo arquitetônico, criador de movimento e maior riqueza de claro-escuro, se repete frequentemente nas construções dos arredores da capital de São Paulo. Na própria parte ainda existente da casa-grande<sup>282</sup> de Santo Antônio ele é usado nas janelas. Não me recordo de ter visto esta losangulação de balaústres noutras regiões do Brasil.<sup>283</sup>

Uma das características da arquitetura popular, ou da criação popular como bem coloca Carlo Ginzburg,<sup>284</sup> é exatamente a releitura da linguagem erudita e a criação de uma nova linguagem a partir de tal releitura. Assim, os balaústres que são para Mario de Andrade o problema de categorizar a capela como uma construção específica da região, nos ajudam a poder enquadrá-la como uma arquitetura popular. Podemos perceber, ainda, a forma como um “erudito” lê tal transgressão popular: como um problema.

A ideia de “releitura” também aparece em artigo de Lúcio Costa para a Revista de n.5 intitulado “Arquitetura jesuítica no Brasil”, quando se refere à ideia de “inspiração”, somados a adjetivações como a de “rudimentar”, como veremos mais detalhadamente adiante. Costa informa que a Capela de Santo Antônio seria um dos primeiros exemplos de arquitetura de inspiração e gosto jesuítico, sendo do “tipo mais singelo, que teria sido o das capelas rudimentares dos primeiros tempos e no qual a capela-mor e a nave constituem um mesmo corpo de construção dividido convencionalmente em duas partes por um arco ‘cruzeiro’”.<sup>285</sup>

No ano seguinte, 1938, é lançada o nº 2 da Revista do Patrimônio em que está presente o artigo “Alguns aspectos da cultura artística dos pancarús de Tacaratú (Índios dos sertões de Pernambuco)” de Estevão Pinto, encomendado por Freyre, como assinalado anteriormente.<sup>286</sup> O

---

<sup>281</sup> Ibidem.

<sup>282</sup> Enquanto no texto está escrito casa-grande, a figura que é *linkada* a parte do texto se refere à capela, assim como a descrição feita.

<sup>283</sup> Ibidem.

<sup>284</sup> GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Tradução: Maria Betania Amoroso, São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>285</sup> COSTA, Lúcio. A arquitetura jesuítica no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Nº 05, p. 12-13, 1941, p. 29.

<sup>286</sup> PINTO, Estevão. Alguns aspectos da cultura artística dos pancarús de Tacaratú. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 02, p.57-92, 1938.

artigo, que tem cunho de documentação etnográfica, não se atrela à produção de habitações dos índios Pancarús. Essa só é revelada a partir do seu interior (ver fig. 12) para a documentação do “tosco e elementar”<sup>287</sup> mobiliário. Assim como o mobiliário, boinas, vestimentas e cestas produzidas pelo grupo também são documentadas. Também são registradas as suas festas e danças típicas. Como já exposto por Silvana Rubino,<sup>288</sup> esse é mais um dos artigos em que a cultura indígena é entendida a partir de uma investigação antropológica, mas jamais digna de uma história documental e evocativa da identidade nacional.

Figura 12 - Interior de uma habitação Pancarú.



Fonte: Pinto (1938).

No mesmo número da revista também está contemplado um extenso artigo de Paulo Thedim Barreto<sup>289</sup> intitulado “O Piauí e sua arquitetura”.<sup>290</sup> Nele, pela primeira vez, é associado o termo

---

Estevão de Menezes Ferreira Pinto foi um antropólogo e historiador brasileiro. Ensinou sociologia, então História da civilização, no Instituto de Educação de Pernambuco, do qual também foi diretor. Participou da criação, em 1950, da Faculdade de Filosofia de Pernambuco, da qual foi o primeiro diretor e o primeiro professor titular de Antropologia e Etnografia. Em Recife, fundou em 1961 o Instituto de Antropologia. Foi membro da Academia Pernambucana de Letras (Recife), do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (Recife), da Sociedade Brasileira de Geografia (Rio de Janeiro), da Sociedade Geográfica Americana (Buenos Aires) e da Sociedade de Americanistas (Paris). In: FUNDAJ, Estevão Pinto.

<sup>287</sup> PINTO, Estevão. Op. Cit. 1938, p. 59-60.

<sup>288</sup> RUBINO, Silvana. Op. Cit. 1992, p. 135.

<sup>289</sup> Paulo Thedim Barreto (Rio de Janeiro/RJ, 1906 – Rio de Janeiro/RJ, 1973) Formado em arquitetura, trabalhou como professor na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil. Integrou o primeiro grupo de técnicos mobilizados por Rodrigo M. F. de Andrade, quando organizou o SPHAN. Em 1960 se tornou chefe da Seção de Arte da Diretoria de Estudos e tombamento da DPHAN. De suas pesquisas resultou grande quantidade de documentos relativos aos monumentos que inventariou. Suas últimas funções foram exercidas no Departamento de Assuntos Culturais do Ministério de Educação e Cultura (MEC), como assessor do então diretor Renato Soeiro. in: THOMPSON, Analucia (org.) Op. Cit. 2010, p. 267-268.

<sup>290</sup> BARRETO, Paulo Thedim. O Piauí e sua arquitetura. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N° 02, p.187-224, 1938.

“popular” à arquitetura popular brasileira na Revista do Patrimônio, pois como vimos, Lúcio Costa apesar de mencionar o popular na arquitetura portuguesa, quando se refere à brasileira, a intitula de arquitetura civil. De acordo com Barreto:

Em geral as casas são de um só pavimento; é raro encontrar-se de dois e três. A **arquitetura é de pura expressão popular**. A planta tem por origem, o tipo maranhense de “porta e janela”, cuja evolução compreende os tipos de meia morada”, e “morada inteira”. A planta geralmente é em forma de L; algumas vezes em U. A superposição da planta da “morada-inteira” originou os *sobradões* de azulejos de São Luís, cujas fachadas posteriores, se nos apresentam totalmente de madeira. A “morada inteira”, esparramada, é a casa do Piauí: cômodos maiores, paredes mais grossas: tudo aumenta e se abaixa. A “morada-inteira” no Maranhão é vertical; no Piauí – horizontal (Grifo nosso).<sup>291</sup>

O autor conceitua os diferentes tipos de moradia popular piauiense: “porta e janela”, “beira e bica”, “meia morada” e “moradia inteira”, “beira e bica” (ver fig. 13), “meia água” (ver fig. 14). Barreto registra, também, as soluções arquitetônicas encontradas para combater o clima do Estado:

No Piauí, onde o clima é quente e sujeito a poucas chuvas, as varandas são sistematicamente abertas. Como o sol é causticante, o pé direito da varanda diminui sensivelmente; e, muitas vezes, a parte mais baixa do telhado tem 1,60 de alto. Além disso, o piauiense é obrigado a arborizar o seu terreno, ao longo de toda a varanda (...). É forçado a criar o máximo de sombra. As varandas e os quartos que com estas têm comunicação direta são os melhores e os mais agradáveis cômodos da casa piauiense.<sup>292</sup>

Figura 13 - Exemplo de residência do tipo "beira e bica".



Fonte: Barreto (1938)

<sup>291</sup> Ibidem, p. 195.

<sup>292</sup> Ibidem, p. 196.

Figura 14 - Exemplo de residência do tipo "meia água".



Fonte: Barreto (1938).

Mais adiante, Barreto descreve as casas de palha ou palhoças e as de taipa, ou - como eram chamadas no Estado - “taponas” (ver fig. 15), que são cobertas com palha ou telha. “Algumas vezes, as ‘taponas’ cobertas com palha tem o beiral de talha e são caiadas. Os recursos de construção são os mesmos, já bastante conhecidos a matéria prima é a carnaúba e o buriti. Apenas acentuamos que a planta da casa já descrita, influencia muitas vezes a palhoça”.<sup>293</sup>

Figura 15 - Exemplo de residência do tipo “taponas”.



Fonte: Barreto (1938)

Como pode ser visto, o artigo possui um tom descritivo, o que até então tem sido o tom de todos os artigos voltados à temática. Paulo T. Barreto além de introduzir a casa dos “sertanejos”, introduz também o Piauí na linha editorial do órgão. Estado esse que normalmente não estava presente na narrativa histórica presente nos artigos anteriormente citados, sendo o único voltado à temática no

---

<sup>293</sup> Ibidem, p. 215.

Estado em todo o período da Revista do Patrimônio (1937-2019). Podemos ver, também, que o autor segue a linha de valoração proposta por Vauthier e Gilberto Freyre, que em seus estudos indicaram a boa adequação climática da arquitetura popular. Notamos, assim, uma continuidade na forma de registro - descritivo e valorando ideia de adaptação ao clima - e divulgação das tipologias populares na linha editorial do órgão.

No nº 2 da Revista do Patrimônio também está presente o artigo “A barraquinha de Euclides da Cunha” (ver fig. 16) de Francisco Venâncio Filho.<sup>294</sup> Embora tenha dado o título ao artigo, a barraquinha de zinco não é o foco do estudo do autor, que busca entender a ligação de Euclides da Cunha, a construção da ponte do Rio Pardo e a escrita do livro “Os Sertões” nos três anos em que Euclides da Cunha passara fiscalizando a obra. Apenas no fim do artigo Venâncio Filho se volta a ela:

Ao lado da ponte, junto do aterro, debaixo de linda paineira, ha uma tosca barraquinha de táboas, coberta de zinco, de cerca de quatro metros quadrados; serviu de escritório ao engenheiro e nos raros intervalos da faina fatigante, ali escreveu e anotou um pouco d’“Os Sertões”.<sup>295</sup>

Figura 16 - Barraquinha de Zinco onde Euclides da Cunha escreveu “Os Sertões”.



Fonte: Venâncio Filho (1938)

<sup>294</sup> VENÂNCIO FILHO, Francisco. A barraquinha de Euclides da Cunha. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 02, p.241-254, 1938.

Francisco Venâncio Filho (Rio de Janeiro/RJ em 14 de abril de 1894 – São Paulo/SP ? 1946) Foi um historiador, professor, fundador da Associação Brasileira de Educação e possui um marcante e multifacetado trabalho em prol da educação no Brasil. Ficou conhecido como o “primeiro euclidiano” e é considerado por estudiosos como o pedestal para a glória da obra de Euclides da Cunha. In: COSTA, Francisco. A legião de Euclides da Cunha. In: *Revista USP*. N. 54, p. 52-65, São Paulo, 2002, p. 54.

<sup>295</sup> VENÂNCIO FILHO. *Op. Cit.* p. 253.

O autor não busca descrever a obra a partir de questões estéticas – característica marcante dos artigos publicados naquele momento na Revista –, possuindo, sim, uma visão reducionista à barraquinha, considerada por ele tosca, enfatizando o seu valor histórico como bem da geografia bibliográfica de Euclides da Cunha. Venâncio Filho indica ainda que em 1928 o então prefeito da cidade, Dr. João Gabriel, constrói um abrigo – uma redoma de vidro – para “que conserva até hoje o humilde casébre, onde se gerou muito do grande livro”<sup>296</sup>. Vemos que tal narrativa não se preocupa também com as questões da ambiência da barraquinha, que é totalmente modificada a partir da redoma de vidro (ver fig. 17).

Figura 17 - Redoma de vidro construída em 1928 dentro da qual se acha o ranchinho de zinco.



Fonte: Venâncio Filho (1938).

Venâncio Filho termina o artigo afirmando que “no acervo do patrimonio histórico e artístico do Brasil não haverá monumento que, na humildade da sua estrutura, represente tanta opulencia de beleza espiritual como a barraquinha tosca de S. José do Rio Pardo.”<sup>297</sup> Entendemos que o autor ao caracterizar a barraquinha como representativa de uma “opulência de beleza espiritual” estava, mais uma vez, evocando não os aspectos artísticos da obra, mas sim o seu valor histórico ligado à presença de Euclides da Cunha. Podemos entender, ainda, o artigo como uma espécie de inventário embrionário para o processo de tombamento do bem. Naquele momento os processos de tombamento possuíam o caráter de despacho direto, sem possuir estudos significativos que justificassem as escolhas tomadas.

---

<sup>296</sup> Ibidem, p. 254.

<sup>297</sup> Ibidem.

Sobre o tombamento da barraquinha de Euclides da Cunha, assim como o tombamento da já citada Capela de Santo Antônio, podemos constatar que esses foram um dos poucos tombamentos feitos pelo órgão exclusivamente no Livro Histórico. Como nos indica Maria Cecília Londres da Fonseca, até os anos 1950 optou-se pelas inscrições “no Livro de Belas Artes – LBA (340), seguidas pelas duplas inscrições no Livro Histórico e no de Belas Artes – LH/LBA (217)”.<sup>298</sup> As inscrições apenas no Livro Histórico seriam referentes a “casas natais, algumas fortalezas e ruínas”.<sup>299</sup> Segundo a autora:

Embora não fosse admitido explicitamente, na prática o Livro Histórico, e também, em certa medida, o Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico terminaram por servir para abrigar aqueles bens que, por falta de maior interesse estético, ou por se acharem adulterados ou parcialmente destruídos, não tinham condições de atender às exigências para inscrição no Livro de Belas Artes.<sup>300</sup>

Podemos entender assim que, mesmo se constituindo como um dos únicos exemplares de arquitetura popular inscritos em um dos Livros do Tombo, e também registrado na linha editorial do órgão, nos primeiros anos de funcionamento do IPHAN, a Barraquinha de Euclides da Cunha esteve, nas duas instâncias, à mercê do fato histórico inscrito nela.

\*\*\*

Para Francisco de Carvalho Dias de Andrade, durante os primeiros 30 anos do SPHAN (1937-1967), o arquiteto Luis Saia se mostra como um dos maiores entusiastas acerca da temática da arquitetura popular.<sup>301</sup> Saia também chefiou a 4ª regional do SPHAN e foi um dos membros fundadores da Sociedade de Etnografia e Folclore, ligada ao Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Chefiou, ainda, a “Missão de Pesquisas Folclóricas” em 1938, missão idealizada por Mário de Andrade, que segundo Patricia Cecília Gonsales, “tinha o propósito de registrar elementos culturais ameaçados de desaparecerem em função da chegada da indústria cultural estrangeira no país”.<sup>302</sup> Para a autora,

O objetivo da Missão era registrar cantigas, danças e festas tradicionais do Norte e Nordeste do Brasil e o material colhido foi farto e de muito boa qualidade. No entanto, Luis Saia e sua equipe foram além dos propósitos iniciais e colheram também

<sup>298</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005.

<sup>299</sup> *Ibidem*, p. 119.

<sup>300</sup> *Ibidem*, p. 119.

<sup>301</sup> ANDRADE, Francisco de Carvalho Dias de. *Op. Cit.* 2016.

<sup>302</sup> GONSALES, Patricia Cecília. A missão de pesquisas folclóricas realizada pelo Departamento de Cultura de São Paulo na gestão de Mário de Andrade (1934 a 1938) e sua contribuição para a cultura popular brasileira. In: *Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades*, v. 01, n. 07, 2013, p. 59.

dados relativos à cidade, instituições e à arquitetura que traduziam o cotidiano da vida nas comunidades, relatando técnicas de trabalho e dados relativos à infraestrutura desses povoados.<sup>303</sup>

Alguns anos após a Missão, Saia relata:

O que pudesse recolher de arte e técnicas populares, além do nosso objetivo específico, ficava, portanto inteiramente por conta das circunstâncias. [...] Pessoalmente me interessava estudar, nos momentos de folga, tudo quanto fosse coisa popular de valor artístico ou documentário, especialmente arquitetura. Desde logo me larguei à prática aventureira de espiar, anotar, fotografar casas velhas, capelas, arquitetura popular.<sup>304</sup>

Assim, Luis Saia produziria, durante as missões etnográficas, importantes pesquisas voltadas à arquitetura popular, registrando, também, diferentes tipologias populares (ver fig. 18 e 19). Entretanto, de acordo com Francisco de Carvalho Dias de Andrade, as suas pesquisas eram voltadas aos procedimentos das técnicas, ignorando os “aspectos simbólicos ou a qualquer princípio organizativo das arquiteturas por ele estudadas, indicando também a sua concepção meramente operativa da técnica vernacular”,<sup>305</sup> entrando em consonância com os demais pesquisadores que produziram artigos para a Revista do Patrimônio. Tal narrativa pode ser vista a partir do relato de Luis Saia transcrito abaixo, acerca de solução de captação de água na cobertura de algumas habitações na cidade de Areia, Paraíba:

Outra coisa que se verifica sistematicamente na arquitetura desta zona, mesmo e sobretudo urbana, surge um encanamento para utilizar a água da chuva que cai nos telhados das casas cobertas com telhas. A calha é colocada inclinadamente na beira destes telhados de maneira que a água escorrendo, vai para a tina ou recipiente de barro colocado em posição no chão, na posição de fim da calha na sua parte mais baixa [desenho]. Às vezes isto é encontrado de tal maneira bem arranjado e tecnicamente definido que nota-se ser uma necessidade perfeitamente definitiva na zona onde água é uma falta sempre problemática. [...] Nas casas rurais desta zona (e também intensamente na beira de estrada de Olinda até João Pessoa) surge nos lados da casa uns paus furados e tapados de barro nas extremidades. Criam-se aí abelhas [...].<sup>306</sup>

---

<sup>303</sup> Ibidem, p. 61.

<sup>304</sup> SAIA, Luis, 1944 apud SODRÉ, José Clark de Abreu. Viagem e repartição: Luiz Saia e o saber histórico. In: *I ENANPARQ – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*. Rio de Janeiro: 2010.

<sup>305</sup> ANDRADE, Francisco de Carvalho Dias de. Op. Cit. 2016, p. 116.

<sup>306</sup> SAIA, Luis. Caderneta de campo 6, 1938 apud SODRÉ, José Clark de Abreu. Op. Cit. 2010, p. 22-23.

Figura 18 - Construção de casa em Areia – PB.



Fonte: Fotografia de Luis Saia, 1938. Em Andrade (2016).

Figura 19 - Mocambo em construção em Baía da Traição, PB.



Fonte: Fotografia de Luis Saia, 1938. Em Andrade (2016).

Foi no nº 03 da Revista do Patrimônio, datada de 1939, em que Luis Saia escreveu o seu primeiro ensaio para a Revista, com o título “O alpendre nas capelas brasileiras”.<sup>307</sup> Juliana Melo

---

<sup>307</sup> SAIA, Luis. O alpendre nas capelas brasileiras. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 03, p.235-250, 1939.

Pereira afirma que tal artigo passou por alterações de Rodrigo Melo F. de Andrade, a fim de evitar conflitos entre Saia e Gilberto Freyre, uma vez que Freyre já havia defendido uma tese acerca da temática e Saia discordava do que foi defendido por Freyre, afirmando que a sua tese deixava lacunas.<sup>308</sup> Freyre, em Casa Grande e Senzala, considerava que os alpendres nas capelas brasileiras seriam um traço assimilado da arquitetura residencial das casas grandes. Por sua vez, Luis Saia afirma que:

Não creio, porém, que a existência de alpendres em certas capelas brasileiras possa ser suficientemente explicada pela arquitetura residencial das casas grandes, porque, além de ser o alpendre uma solução tradicional já europeia, sua existência nas capelas não é peculiar da zona de predominância da casa grande. Com efeito, a solução capela com alpendre não é exclusivamente rural e vizinha das casas grandes alpendradas, mas também urbana.<sup>309</sup>

Rodrigo Melo Franco de Andrade entrevistou, uma vez que “a autoridade do diretor, ainda que não fosse explícita, era fundamental para manter a coerência das práticas da instituição”.<sup>310</sup> Em carta enviada para Saia, Andrade justifica alterações no artigo:

Vou tratar imediatamente de fazer o que V. recomenda e, uma vez que lhe ocorreu espontaneamente me facultar introduzir alterações no artigo, tomarei a liberdade de retirar do seu trabalho a feição que ele tinha originalmente de retificação a um ponto de vista do Gilberto Freyre. Isso por duas razões: 1º) porque as considerações que V. faz, apoiado em observações e pesquisas pessoais, assim como em profusa bibliografia tem um alcance que excede ao caráter de uma simples retificação ao palpito Gilbertiano; 2º) porque, tendo aparecido ultimamente várias críticas pejorativas aos livros do Gilberto (sobretudo um artigo muito pretensioso do José Mariano publicado no Jornal do Comércio de Domingo passado), parecerá talvez inamistoso acrescermos neste momento o número dos impugnadores da obra desse nosso companheiro (...).<sup>311</sup>

Podemos perceber a partir do escrito por Rodrigo M. F. de Andrade a opção que o então diretor do órgão fez para apaziguar as tensões entre dois representantes do SPHAN. Ao buscar eclipsar possíveis embates internos, Andrade interdita o discurso de Luis Saia, buscando manter também a legitimidade do discurso de outro técnico do SPHAN perante a sociedade e possíveis

---

<sup>308</sup> PEREIRA, Juliana Melo. *Admiráveis insensatos: Ayrton Carvalho, Luís Saia e as práticas no campo da conservação no Brasil*. Dissertação (Mestrado). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, CAC. Desenvolvimento Urbano, 2012.

<sup>309</sup> SAIA, Luís. Op. Cit. 1939, p.267.

<sup>310</sup> PEREIRA, Juliana Melo. Op. Cit. 2012, p. 76.

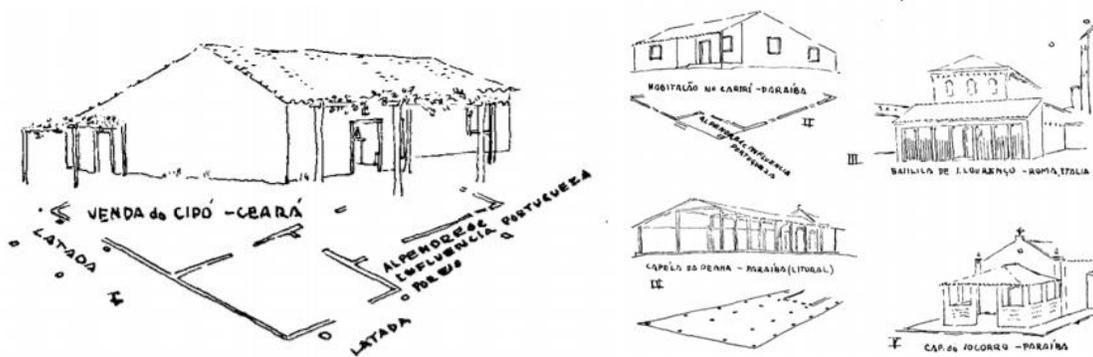
<sup>311</sup> Rodrigo Melo Franco de Andrade. Carta a Luís Saia, 24-10-39 apud PEREIRA, Juliana Melo. Op. Cit. 2012, p. 77.

adversários. Isso acontece, nas palavras de Foucault, pois quem domina o discurso domina também os mecanismos de poder.<sup>312</sup>

Voltemos então para o artigo de Luis Saia presente no nº 3 da Revista do Patrimônio. Ao discutir a questão dos alpendres nas capelas brasileiras, Saia afirma que teria encontrado questões semelhantes na arquitetura popular civil brasileira (ver fig. 20). Assim, passa a relatar as soluções técnicas vistas por ele e suas possíveis “influências”:

A latada nordestina é uma peça da casa sertaneja, formada por 4 esteios e uma cobertura horizontal de galhos e folhas. Geralmente encostada na habitação, nunca participa completamente desta. Com toda a certeza, proveniente de uma influência diversa daquela que determinou o plano geral e a técnica de fatura da habitação do sertão do nordeste, a latada se conservou tecnicamente independente dela, separada do edifício principal. É uma solução evidentemente mestiçada. Talvez seja o resultado de uma influência ispano-americana, trazida das bandas do oeste para as regiões pastorís do interior nordestino. (...) Em viagem que fiz pelo nordeste observei que a latada surgia das maneiras mais variadas: em edifício com alpendre de influência ibérica (cuja cobertura é constituída pelo prolongamento de uma das águas do telhado: no sul do Ceará, em diversos exemplos, surgia duas vezes na mesma habitação; em certas regiões encontrei uma verdadeira orgia de alpendres e latadas circundando quase totalmente a habitação. (...) É evidente, portanto, que se trata de uma peça incorporada à casa sertaneja, juntamente com traços de cultura pastoril e que, por outro lado se conservou fiel, quanto à técnica de fatura e mesmo de aproveitamento, à experiência da solução que veio a mestiçar-se.<sup>313</sup>

Figura 20 - Desenhos de Luis Saia para exemplificar a presença de alpendres e latadas nas construções brasileiras.



Fonte: Saia (1939)

<sup>312</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

<sup>313</sup> Luis Saia. Op. Cit. 1939, p. 236-237.

Pode-se perceber que embora Luis Saia amplie o escopo de estudo no seu artigo, sendo o primeiro referente à arquitetura popular que estuda mais de uma localidade, o autor continua a seguir os moldes descritivos dos artigos anteriores. O autor amplia também o quadro de referências da arquitetura popular investigado dentro do órgão por autores como Afonso Arinos Melo Fraco, Gilberto Freyre e Lúcio Costa, que até então indicavam a influência lusitana (e as culturas influentes também nessa cultura, como a árabe), a negra e a indígena, ao indicar uma influência “ispano-americana” no interior nordestino.

Dois números à frente, ou seja, no nº 5, em 1941, está presente o já mencionado artigo de Lúcio Costa, intitulado “A Arquitetura Jesuítica no Brasil”. Embora o artigo não seja voltado para a questão da arquitetura popular, Costa volta a tratar acerca de “obras de sabor popular”. Segundo o autor:

Convém, no entanto, desde logo reconhecer, que não sempre as obras academicamente perfeitas, dentro dos cânones greco-romanos, as que, de fato, maior valor *plástico* possuem. As obras de sabor popular, desfigurando a seu modo as relações modulares dos padrões eruditos, criam, muitas vezes, relações plásticas novas e imprevistas, cheias de espontaneidade e de espírito de invenção, o que eventualmente as coloca em plano artisticamente superior ao das obras muito bem comportadas, dentro das regras de estilo e “bon ton”, mas vazias de seiva criadora e de sentido plástico real.<sup>314</sup>

Ao mencionar que a arte popular “desfigura ao seu modo” os padrões eruditos, Costa nos informa que a arte popular cria a sua própria linguagem, que pode ser superior à própria arte erudita. A seguir, o autor continua “Não são, pois, (...) simples copias inhabeis mas, muito pelo contrário, legítimas ‘recriações’”.<sup>315</sup> O autor confirma, assim, que, em sua concepção, a arte popular vai muito além do que simples espelho do erudito. Embora o autor trate do barroco, um dos estilos mais valorizados na experiência do IPHAN, tais afirmativas surpreendem pela compreensão dos valores da arte popular e também pelo fato de reconhecer a feição popular do barroco.

---

<sup>314</sup> COSTA, Lúcio. A arquitetura jesuítica no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Nº 05, p. 12-13, 1941, p. 63.

<sup>315</sup> *Ibidem*, p. 63.

Em 1943, na Revista do Patrimônio nº 7, Joaquim Cardozo<sup>316</sup> publica o artigo “Um tipo de casa rural do Distrito Federal e Estado do Rio”.<sup>317</sup> O autor começa o seu texto explanando a pouca atenção que as pesquisas brasileiras estavam dando à história da arquitetura para além da arte religiosa e barroca. Cardozo apontava, assim, os poucos estudos acerca da arquitetura civil brasileira. Isso, para o autor, seria explicado também pelo culto ao gênio projetista, algo que não aconteceria na arquitetura civil, em que “a personalidade do projetista se perde na multidão, como que se apaga para deixar sensível o gosto popular e coletivo.”<sup>318</sup>

Cardozo se mostra atento às pesquisas já realizadas acerca da arquitetura civil dentro e fora do SPHAN. Cita os estudos de Louis Vauthier, Gilberto Freyre, Lúcio Costa, Luis Saia e Paulo Barreto, anteriormente trabalhados no presente estudo. O fato de citar a pesquisa sobre os mocambos do Nordeste de Gilberto Freyre como representativo dos estudos da arquitetura civil mostra que para Cardozo não haveria diferenças entre a arquitetura popular e a civil, o que também pode ser entendido a partir da citação em que fala do gosto popular e coletivo dessa tipologia. No entanto, Cardozo centra a sua pesquisa em tipologias rurais, mais especificamente no Estado do Rio de Janeiro, a partir de levantamentos de visitas *in loco* e fotografias.

O autor monta uma classificação inicial de tais tipologias subdividindo-as em classes. A primeira classe se caracteriza por casas de fazendas com fachadas retangulares quadrangulares, com muitas portas e janelas e de grandes proporções (ver fig. 21). A segunda classe definida por Cardozo reúne casas mais modestas em que o prolongamento das duas águas do telhado modifica a fachada (ver fig. 22). De acordo com o autor, este tipo apresentaria processos “construtivos mais primitivos e rudimentares do que os que foram empregados em todos os outros, parecendo pertencer a uma época mais remota. Quando não seja este um tipo primitivo no tempo, sê-lo-á pelo menos no espaço

---

<sup>316</sup> Joaquim Cardozo nasce em 26 de agosto de 1897 em Recife. Em 1914 inicia seus estudos na Escola Livre de Engenharia de Pernambuco (atual Escola de Engenharia de Pernambuco), concluídos em 1930, após diversas interrupções, por problemas de ordem financeira e pessoal. Torna-se professor dessa escola, lecionando até 1939, quando é atingido por medidas repressivas do Estado Novo. Após pronunciar discurso em que critica os procedimentos governamentais no campo da arquitetura e da engenharia, Cardozo é preso, afastado da sala de aula, demitido do cargo na Secretaria Estadual de Viação e Obras Públicas, e se vê obrigado a mudar-se para o Rio de Janeiro. Na então capital federal, ganha projeção como poeta e engenheiro calculista, sobretudo, quando inicia parceria com Oscar Niemeyer fazendo os cálculos de seus projetos arquitetônicos em diversas cidades brasileiras e, particularmente, na construção de Brasília. JOAQUIM Cardozo. Em 1940 começa a trabalhar no SPHAN. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa3908/joaquim-cardozo>>. Acesso em: 13 de Nov. 2020. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

<sup>317</sup> CARDOZO, Joaquim. Um tipo de casa rural do Distrito Federal e Estado do Rio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N. 7, p. 209-254, 1943.

<sup>318</sup> *Ibidem*, p. 210.

social.”<sup>319</sup> Enquanto que a terceira classe se caracterizaria por exemplares mais “cuidados”, sobradados, “com mais requinte das esquadrias, melhor acabamento na execução da alvenaria e nos revestimentos.”<sup>320</sup>

Figura 21 - Fazenda do Rio Fundo em Maricá – RJ.



Fonte: Cardozo (1943).

Figura 22 - Casa da Fazenda na ilha da Gipoia - RJ.



Fonte: Cardozo (1943).

Cardozo se detém a investigar de melhor maneira o quarto grupo que se caracteriza por “um telhado de quatro águas, terminando numa das fachadas em larga varanda; (...) a larga varanda da frente tem como suporte do telhado colunas de alvenaria de tijolo muito bem construídas, revelando pelo esmero de execução, terem sido a principal preocupação do projetista.”<sup>321</sup> (ver fig. 23)

---

<sup>319</sup> Ibidem, p. 223.

<sup>320</sup> Ibidem, p. 224.

<sup>321</sup> Ibidem, p. 224.

Figura 23 - Fazenda do Columbandê em São Gonçalo - RJ.



Fonte: Cardozo (1943).

O alpendre nas fazendas e capelas rurais passa a ser então um dos enfoques trazidos por Cardozo em seu texto para o quarto grupo. O autor relata a influência dos claustros franciscanos nos alpendres estudados. No entanto, Cardozo aponta que - devido à liberdade de expressão do artista não erudito - os alpendres são reinterpretados em diferentes formas e contornos para além da cátedra franciscana.

O autor traz à tona, também, a discussão entre Luis Saia e Gilberto Freyre, acerca das capelas terem recebido seus alpendres do modelo das casas-grandes de engenho. Cardozo, ao relatar o processo das capelas saírem de dentro da casa-grande para o seu exterior, reflete que não seria absurdo admitir que em algumas destas tenha-se herdado os alpendres da casa-grande. Mostrando, assim, que a hipótese de Gilberto Freyre, em sua visão, não estava errada, como Luis Saia havia sugerido. No entanto, para escrever tal narrativa, Cardozo valora também as ideias de Saia, validando, assim, os dois discursos:

Observa-se, então, que a capela, na sua passagem do interior da casa-grande para o exterior, fica instalada num recanto da varanda, que é então utilizada como nártex e não é absurdo admitir-se que, ao descer da varanda para se colocar ao largo da casa, tenha levado consigo a necessidade de um alpendre; neste caso, apesar da excelente documentação do Sr. Luís Saia, no seu artigo já citado, ser toda ela verdadeira, isso de modo algum invalida a possibilidade de uma descoberta, e assim pode-se muito bem aceitar, em alguns casos bem se vê, a sugestão do Sr. Gilberto Freyre de que as capelas tenham herdado o seu alpendre das casas-grandes.<sup>322</sup>

---

<sup>322</sup> Ibidem, p. 225.

No número seguinte, de 1944, Luis Saia também escreve sobre a temática no artigo “Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século”.<sup>323</sup> Em análise semelhante a feita por Cardozo, todavia, Saia centra-se na tipologia paulista, que havia sido investigada pelo SPHAN desde 1937. O autor estuda doze exemplares da arquitetura rural de São Paulo, distinguindo-os em dois grupos: 1. os “mais puros como solução arquitetônica do problema da residência, sem data inscrita, mais ortodoxos do ponto de vista de planejamento e de execução técnica, vem de meados do segundo século (XVII)”<sup>324</sup> (ver fig. 24) e 2. o segundo grupo seria aquele em que os exemplares são “menos seguros no tocante à solução construtiva e ao funcionamento, datam do fim do século XVII ou do século seguinte.”<sup>325</sup>

Figura 24 - Casa da fazenda de Padre Inácio, Cotia – SP.



Fonte: Saia (1943).

Discute, ainda, acerca das principais semelhanças e diferentes dos exemplares arquitetônicos, desde o assentamento de tais bens no entorno e no terreno; configuração arquitetônica, e as intenções plásticas e funcionais do edifício. Saia aponta ainda as semelhanças gerais entre a tipologia rural paulista: plantas desenvolvidas em retângulo, com paredes de taipa e telhado de quatro águas.<sup>326</sup> Segundo o autor, “é, sobretudo, na aliança das paredes de taipa com o telhado de quatro águas que

<sup>323</sup> SAIA, Luis. Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N° 8, p. 211- 275, 1944.

<sup>324</sup> *Ibidem*, p. 212.

<sup>325</sup> *Ibidem*.

<sup>326</sup> *Ibidem*, p. 228.

reside a característica mais firme desta arquitetura. Aliança que se manteve rígida enquanto durou o prestígio daquele tipo de colono.”<sup>327</sup>

No entanto, diferentemente do que faz em seu artigo publicado em 1941, Luís Saia não procura classificar a tipologia como arquitetura popular, categorizando-a apenas como “arquitetura rural”. Em verdade, o autor por várias vezes diz que as obras foram feitas por arquitetos, mas não apresenta os nomes dos profissionais, ou ainda, qualquer registro projetual. Apenas quando fala sobre o material de construção (taipa), muda a denominação para taapeiros. Afirma, ainda, que tais profissionais foram imprescindíveis para a manutenção da tipologia, por serem “perfeitos conhecedores do processo tradicional”.<sup>328</sup> Nos questionamos se o eclipsamento da categoria “popular” por Saia foi, também, uma manobra discursiva para não associar bens de interesse patrimonial do SPHAN naquele momento à categoria, ou se, em verdade, Saia considerava tais tipologias como exemplares eruditos. Tendemos a acreditar – apesar de não conseguirmos provar – na primeira hipótese.

É interessante notar, ainda, que, Saia procura não entrar na polêmica acerca do alpendre nas capelas rurais, iniciada por ele e no ano anterior revivida por Joaquim Cardozo. Apenas cita que a capela com alpendre serve como continuação da casa-grande e dá maior espaço para os ritos religiosos, em que se pode assisti-los perfeitamente do alpendre. Menciona ainda que “a ocorrência sistemática de capela e alpendre nas habitações de que tratamos seria, portanto, um fenômeno peculiar da vida rural.”<sup>329</sup> Entendemos que o uso do adjetivo “peculiar” por Saia seria uma maneira de relativizar as ideias postas por Cardozo, que por sua vez defendia a tese *freyreana* refutada pelo engenheiro paulista.

Se compararmos, ainda, o texto de Mário de Andrade publicado em 1938, o de Joaquim Cardozo de 1943 e o de Luis Saia em 1944, podemos perceber como as tipologias rurais paulistas – e no caso de Cardozo, as do Rio de Janeiro – deixaram de possuir meramente o valor histórico descrito por Mário de Andrade, para se tornarem, também, objeto de pesquisas que valorizaram os aspectos estéticos de tal tipologia. Cardozo e Saia tomam as características estéticas como forma principal de agrupar e investigar tais bens imóveis.

---

<sup>327</sup> Ibidem, p. 271.

<sup>328</sup> Ibidem, p. 229.

<sup>329</sup> Ibidem, p. 275.

Também no nº 8 da Revista do Patrimônio, Curt Nimuendaju,<sup>330</sup> escreve o artigo “A habitação dos timbira”. Como informa Sylvia Novaes,<sup>331</sup> o artigo se constitui como a primeira investigação em nível nacional que busca analisar de forma específica as habitações de povos indígenas<sup>332</sup>. De acordo com a autora, até então as pesquisas voltadas à temática focavam nos aspectos antropológicos e culturais das aldeias indígenas, em que as habitações acabavam por ficar em segundo plano. Movimento esse que, como pode ser visto, aconteceu também dentro da Revista do Patrimônio. Assim, Curt Nimuendaju detalha a forma de habitar do povo indígena Timbira do Maranhão e as aldeias Kenpókateye-Krahó, Ramkókamekra, Apanyekra, Kre/púmKateye, Krikatí e Púkópye (ver fig. 25):

Os próprios Timbiras consideram como um dos mais característicos elementos da sua cultura a forma circular das suas aldeias. Enquanto os Timbiras ainda possuírem a sua consciência étnica não se deixarão persuadir a abandonar esta forma de habitar em conjunto, intimamente ligada à sua organização social e cerimonial.<sup>333</sup>

---

<sup>330</sup> NIMUENDAJU, Curt. A habitação dos timbira. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 08, p.76-101, 1944. O alemão Curt Nimuendaju (1883-1945), sem formação acadêmica, chegou ao Brasil em 1903 e logo foi conviver com os índios no Estado de São Paulo, passando a estudá-los e a reunir coleções etnográficas – mais tarde adquiridas pelo Museu Nacional. In: SILVA, Cinthia Mayumi Carli. Op. Cit. 2010, p. 130. De acordo com Alegria Benchimol e Lena Pinheiro o nome de batismo do autor é Curt Unkel, ao conviver com a tribo Apapokuva-Guarani foi batizado pelo grupo de Nimuendaju. Ainda de acordo com as autoras, Nimuendaju foi o curador pioneiro do Museu Paraense Emílio Goeldi. Assim, possuía ligação direta com pesquisadores como Carlos Estevão de Oliveira e Heloísa Torres. BENCHIMOL, Alegria; PINEIRO, Lena Vania Ribeiro. *Nimuendaju: do “coração verde” da Alemanha às matas verdes do Brasil*. In: XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2010. Torres, como já pode ser visto, foi uma das primeiras autoras da Revista do Patrimônio, também escrevendo um artigo com caráter etnográfico.

<sup>331</sup> NOVAES, Sylvia. Op. Cit. 1983.

<sup>332</sup> Nota-se, ainda, que no número 8 da Revista do Patrimônio está presente também outro artigo referente aos grupos indígenas brasileiros. O texto “A Aldeia dos Reis Magos” de Serafim Leite faz uma reconstrução história de uma sesmaria doada por jesuítas para os índios da região que hoje se encontra o estado do Espírito Santo. No entanto, tal narrativa possui o enfoque na história da ascensão da aldeia, não entrando nas questões arquitetônicas ou ainda urbanísticas da aldeia, se afastando, assim, do nosso recorte de estudo. Ver: LEITE, Serafim. Aldeia dos Reis Magos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N. 8, p. 189-210, 1944.

<sup>333</sup> NIMUENDAJU, Curt. Op. Cit. 1944, p. 76.

Figura 25 - Casa da aldeia do Ponto.



Fonte: Nimuendaju (1944).

O autor narra as exigências levantadas pelas aldeias para a escolha dos campos onde irão se assentar por um tempo médio de 10 anos: questões de técnicas construtivas e de produção urbanística/paisagística, como a criação de lagos. Segundo o autor,

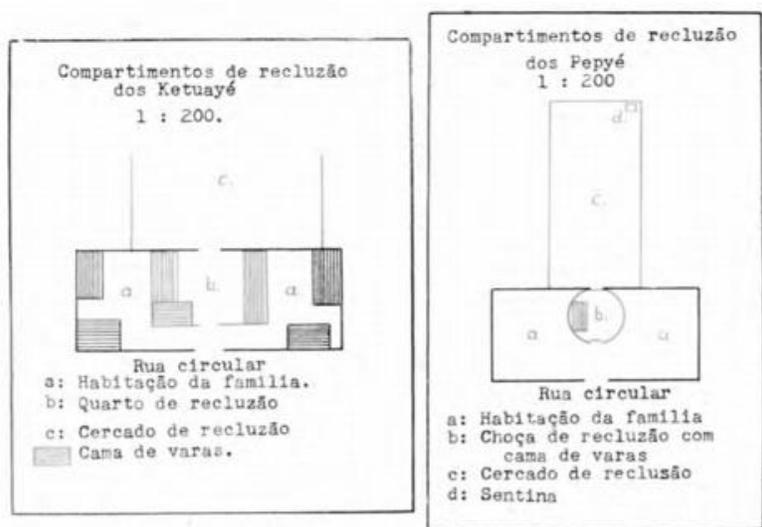
Trezentos metros ao norte da aldeia existia uma pequena baixa que desaguava para o Santo Estêvão. No seu fundo só durante a estação das chuvas se formava um pequeno curso de água. Logo que os Ramkókamekra fundaram a aldeia do Ponto, plantaram pela baixa afora, numa extensão de meio quilômetro, numerosas palmeiras buritis, razão por que hoje nela se encontra água, mesmo no rigor da sêca. Pegaram também peixinhos e até um filhote de jacaré, soltando êstes animais no novo curso de água criado pelos índios, na expectativa de que êles, na qualidade de animais aquáticos, contribuiriam eficientemente para a formação de um genuíno córrego do campo.<sup>334</sup>

O antropólogo busca entender a forma de construir dos povos indígenas não apenas a partir das técnicas e materiais disponíveis, mas como essas construções fazem parte de um universo maior que envolve símbolos, mitos, festas e os usos das tribos. No entanto, é visto que a análise de Nimuendaju para a configuração e a técnica das habitações indígenas é feita de forma detalhista. O autor busca, por exemplo, montar desenhos técnicos das plantas das habitações, como o faz para as habitações dos Katué / Pepyé (ver fig. 26), como também investiga o modo de construir dos grupos, como é o caso da construção da figura 27.

---

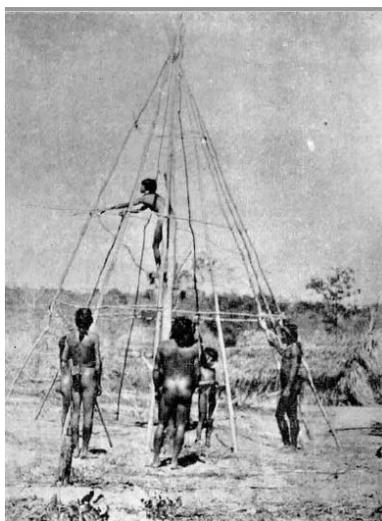
<sup>334</sup> Ibidem, p. 79.

Figura 26 - Plantas baixas típicas dos grupos Katuayé / Pepyé.



Fonte: Nimuendaju (1944).

Figura 27 - Construção de habitação do grupo Pepyé.



Fonte: Nimuendaju (1944).

Vemos, assim, que Nimuendaju é o primeiro autor na Revista do Patrimônio que toma as habitações indígenas como objeto de pesquisa histórica e arquitetônica para além das pesquisas antropológicas antes realizadas na publicação. Além disso, o fato de o autor ser um antropólogo faz com que a sua pesquisa englobe não só os aspectos materiais das habitações, mas também todos os símbolos presentes nas aldeias indígenas, o que também é, na Revista do Patrimônio, algo inédito.

Na medida em que tal artigo surpreende por retratar as habitações indígenas, nos causa também um certo estranhamento, ao pensar que dentro do órgão, naquele momento, não havia qualquer política acerca dos povos indígenas, apesar de estarem citados no projeto de Mário de Andrade e de Oswald de Andrade. Entendemos que a presença do artigo na Revista do Patrimônio pode ser concretizada a partir do renome que Nimuendaju possuía por ser o primeiro curador do Museu Paraense Emílio Goeldi, e a sua ligação com personagens como Heloísa Torres.<sup>335</sup> Como poderá ser visto, a temática retorna à publicação apenas na década de 2010, entretanto, vemos que até os dias de hoje não houve outro autor que tenha tratado da temática com o rigor de Nimuendaju.

No nº 9 da Revista do Patrimônio há dois artigos que tratam da já discutida “arquitetura civil” brasileira. O primeiro deles intitulado “A casa de moradia no Brasil antigo” tem autoria de José Wash Rodrigues<sup>336</sup> que narra a imutabilidade da casa brasileira. Isso aconteceria, segundo o autor, porque no Brasil, onde não havia uma cultura já bem assentada de tipologias arquitetônicas, como aconteceu por toda América Latina,<sup>337</sup> se absorveu o modo de construção lusitano, e pouco se criou a partir dele.

O autor começa a narrar um breve histórico da construção civil brasileira e como só a partir do século XVII foram deixados vestígios dignos de preservação. Como já pode ser visto, tal narrativa toma como base o estudo da civilização material de Afonso Arinos Melo Franco. Rodrigues passa também a narrar acerca dos principais materiais da construção civil, entre eles a taipa, adobe e tijolos, defendendo uma cronologia orgânica no aparecimento e uso de tais materiais:<sup>338</sup>

Vista de relance, dentro dos vastos limites do país e pelo passado, notamos em primeiro lugar, que as casas rústicas, de pau e barro, com vãos e coberturas rudimentares, levantadas nos primeiros cercados de paliçada, ao iniciar-se a colonização, são iguais às primeiras casas existentes junto aos engenhos e nas aldeias

<sup>335</sup> BENCHIMOL, Alegria; PINEIRO, Lena Vania Ribeiro. Op. Cit. 2010.

<sup>336</sup> RODRIGUES, José Wash. A casa de moradia no Brasil antigo. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 9, p. 159-198, 1945.

José Wash Rodrigues (São Paulo, São Paulo, 1891 - Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1957). Pintor, desenhista, ceramista, ilustrador, historiador e professor. Por volta de 1918, inicia estudos sobre história colonial, e é um dos pioneiros na análise sistemática das atividades artísticas praticadas nesse período. Em 1932, integra o grupo de fundadores da Sociedade Pró-Arte Moderna - SPAM. Entre 1935 e 1936, realiza projeto para a restauração dos bancos e das grades de ferro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Ouro Preto. In: *Enciclopédia Cultural*, Wash Rodrigues.

<sup>337</sup> Marina Waisman nos mostra que esse processo, em verdade, aconteceu por toda América Latina, não apenas no Brasil. Segundo a autora: “na América Latina não ocorreu um desenvolvimento estilístico coerente, ou que permita descobrir uma continuidade nas ideias arquitetônicas, pois, ao longo dos séculos, a arquitetura baseou-se em ideias transculturais, que foram interpretadas, modificadas ou transformadas de acordo com circunstâncias histórico-cultural-tecnológicas locais. Os artífices locais, em geral, não tiveram a oportunidade de aperfeiçoar códigos e, posteriormente, de engendrar novas ideias a partir de suas soluções, que quase sempre tiveram o caráter de soluções terminais (...) precisamente, pela constante intrusão de novas ideias europeias, adotadas ou impostas pela situação de dependência política e/ou cultural.” WAISMAN, Marina. *O interior da história*. Historiografia para latino-americanos. São Paulo: Perspectiva, 2013, p.59-60.

<sup>338</sup> RODRIGUES, José Wash. Op. Cit. 1945.

em Pernambuco, quando da invasão holandesa; iguais às dos primeiros arraiais de Minas um século depois, na época febril do ouro; iguais às casas isoladas, pioneiras, que vemos em qualquer rumo do sertão, esparsas à beira dos rios, nas roças longínquas ou dentro da mata espessa. A casa que veio em seguida, feita, do mesmo modo, de paus cruzados e barro; de pedra irregular ligada com argamassa, de adôbe ou taipa de pilão, é já de melhor construção e realizada com ensinamentos e reminiscências da casa portuguesa, pois, edificada por portugueses, segue os seus sistemas de construção, apenas adaptados ao meio e aos materiais existentes.<sup>339</sup>

É interessante notar que Rodrigo M. F. de Andrade, dois anos após o artigo de Rodrigues,<sup>340</sup> publica o artigo “os nossos sistemas de construção tradicional” no jornal Estado de S. Paulo.<sup>341</sup> No artigo, o autor afirma que os sistemas construtivos tradicionais brasileiros não existiram separadamente em uma ordem cronológica, contrariando, assim, a tese defendida por Rodrigues na Revista do Patrimônio:

Em verdade, no desenvolvimento das construções civis, quer da cidade do Rio de Janeiro, quer das outras cidades e vilas do Brasil, não houve uma fase que se caracterizasse pelo emprego de adobes, sucedendo a um período anterior que se tivesse caracterizado pelo emprego de taipa. Aqueles sistemas ou processos de construção tradicional coexistiram simultaneamente com o de alvenaria de pedra, não tendo constituído fases sucessivas da evolução da nossa arquitetura civil e sim produtos de determinadas circunstâncias eventuais. Consequentemente, a classificação das obras de arquitetura civil brasileira, segundo os respectivos sistemas de construção, não corresponde a uma ordem cronológica.<sup>342</sup>

Vemos, ainda, que mesmo ao contrariar uma das teses defendidas dentro da Revista do Patrimônio, Rodrigo M. F. de Andrade não busca confrontar tal tese dentro da própria publicação – como tentara fazer Luis Saia –, ou ainda, não cita o nome de Rodrigues. Mantendo, assim, a integridade do texto publicado na Revista.

O segundo artigo referente à temática no nº 9 da Revista do Patrimônio é intitulado “Casas dos séculos 18 e 19 em Sorocaba”<sup>343</sup> com autoria de Aluísio de Almeida.<sup>344</sup> O autor começa o artigo

---

<sup>339</sup> Ibidem, p. 145.

<sup>340</sup> De acordo com Cinthia M. C. Silva o nº 9 da Revista do Patrimônio só viria circular em 1952. SILVA, Cinthia Mayumi Carli da. Op. Cit. 2010. Entretanto, o ano da edição, e assim, o ano em que Rodrigo M. F. de Andrade teve conhecimento do texto de Rodrigues, seria 1945.

<sup>341</sup> ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Op. Cit. 1947.

<sup>342</sup> Ibidem, p. 87.

<sup>343</sup> ALMEIDA, Luis Castanho de. Casas dos séculos 18 e 19 em Sorocaba. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 9, p.351 – 368, 1945.

<sup>344</sup> Luís Castanho de Almeida foi um padre, escritor e pseudo-historiador. Publicou vários livros com o pseudônimo de Aluísio de Almeida. Tornou-se conhecido a nível nacional por seus artigos que abordam sobre folclore, costumes, história, biografias, religião entre outros. Trabalhou devotadamente pela preservação da memória sorocabana. In: Enciclopédia Sorocabana, Luis Castanho de Almeida.

citando os exemplares mais ricos de sobrados e sobradões em Sorocaba – SP.<sup>345</sup> Apenas ao avançar do texto ele passa a referenciar a “casa pobre”:

Ora, as casas muito pobres, como essas, não só deixam de mostrar os arcos romanos até mesmo arcos abatidos. A linha reta prevalece. São baixinhas. Chão socado. Nem sequer têm porta do meio, porque lhes falta corredor. Ou são apenas sala, varanda e cozinha, servindo de quarto a varanda, ou contam um quarto de dormir a que corresponde, para a rua o cômodo com balcão e prateleiras, para taberna e venda. Entre umas e outras observa-se um tipo de casa muito comum, de moradores nem ricos nem pobres, e cuja fachada compreende porta com uma ou duas janelas de cada lado. É ainda comum a casa pobre com uma porta e uma janela, mas provida de corredorzinho e porta do meio. Tôdas, então, apresentam linhas coloniais das portadas, parede de quase meio metro de largura em taipa de pilão, grossa madeira visível do teto, tudo isso indicando o século 18.<sup>346</sup>

A partir do escrito acima podemos perceber que Almeida se afasta dos demais autores até aqui discutidos ao não utilizar terminologias como “popular” para caracterizar seu estudo e sim o termo “casas pobres”. Essa escolha influência também a forma que Almeida descreve o seu objeto, sempre de forma negativa, em que se falta algo, ou ainda, adjetivando as características no diminutivo. Essa forma de classificação pode ser entendida a partir do caráter do estudo de Almeida, que começa a descrever imóveis “ricos”, para, depois, descrever os “pobres”. Os primeiros são tidos como o centro – em termo utilizado por autores como Carlo Ginzburg<sup>347</sup> –, em que todas as descrições são montadas a partir dessa categoria, sendo as casas “pobres”, tidas como a periferia, vistas sempre como lugar de afastamento e atraso.

A temática da arquitetura civil, ou ainda, da arquitetura popular vem ser retomada sete números após, em 1968, na publicação de nº 16 da Revista do Patrimônio, quando Augusto Silva Telles reedita o artigo “Vassouras”.<sup>348</sup> Tal hiato da temática popular/civil pode ser explicado por duas questões principais. O número de artigos presentes na Revista do Patrimônio passa a ser menor por publicação, com um ritmo de cinco/seis artigos publicados nesse período. Também, os artigos publicados tem

---

<sup>345</sup> Como nos informa Italo Campofiorito os imóveis casas de nº32 e de nº 55 da rua das Palmeiras e casa nº 200 da rua Sorocaba (processos 742-T e 68-T) foram os únicos bens imóveis ecléticos tombados pelo órgão em sua primeira fase de atuação. Ver CAMPOFIORITO, Italo, 1985 apud FONSECA, Maria Cecília Londres da. Op. Cit. 2005, p. 137.

<sup>346</sup> Ibidem, p. 351.

<sup>347</sup> No texto “História da arte italiana” Carlo Ginzburg discute as noções da difusão da arte a partir de classificações como centro e periferia. De acordo com o autor “Identificar pura e simplesmente a periferia como atraso significa, em última análise, resignar-se a escrever eternamente a história do ponto de vista do vencedor do *round*?”. GINZBURG, Carlo. História da arte italiana. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. (Org.) *A micro história e outros ensaios*. Editora DIFEL: Lisboa, 1989. P. 54-55.

<sup>348</sup> TELLES, Augusto C da Silva. Vassouras (estudo da construção residencial urbana). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 16, p.9-136, 1968.

como objeto, em sua maioria, estudos acerca de tipologias como palácios, fortes e igrejas. São também encontrados estudos biográficos de engenheiros, arquitetos e artistas do período colonial, temas esses que fogem do nosso escopo de estudo.

Em “Vassouras”, Augusto Telles se dedica a estudar o processo histórico urbanístico da formação de Vassouras – RJ como vila colonial e no período do Império. Ao analisar as construções urbanas da cidade, Telles chega à conclusão que, diferentemente do que acontecia nas demais cidades do período, as construções mais abastadas eram caracteristicamente térreas e imensas, influenciadas pelas sedes das fazendas de café, sendo os sobrados em poucos números na vila no século XIX.<sup>349</sup>

Para comparar o programa das residências de Vassouras, Telles toma como base as análises feitas por Vauthier em “Casas de Residência do Brasil”, texto tratado no capítulo anterior. Confirmando a nossa hipótese de que os estudos do engenheiro francês se constituíram também como balizadores dos estudos da arquitetura civil brasileira dentro do órgão. O autor toma como influência, também, o que foi discutido por Afonso Arinos de Melo Franco, apesar de não fazer citação direta como o faz com Vauthier, ao discutir que “durante os três primeiros séculos de colonização, praticamente só uma influência generalizada se fêz sentir, tanto na arquitetura religiosa, quanto na civil: a influência da civilização portuguesa (...)”<sup>350</sup>

Em relação às edificações “mais simples e mais antigas”, Telles afirma que essas são mais similares às congêneres mineiras, nos seus partidos e em plantas, como no seu aspecto plástico.<sup>351</sup> O autor continua:

Infelizmente, muito pouco resta hoje em dia dos conjuntos dessas pequenas residências, porquanto foram eles os mais prejudicados pelo “progresso” da cidade; podemos no entanto ajuizar do seu aspecto, por várias fotos do início do século, de diversos pontos da cidade, em que aparecem, com bastante nitidez e fidelidade, esses contínuos agrupamentos de casas térreas, sequencias de portas e janelas, que se alternam ou se vão repetindo, tendo como elemento de ligação, de união, uma forte dominante horizontal, constituída pelas cimalthas e pelos beirais. [ver fig. 28]<sup>352</sup>

---

<sup>349</sup> Ibidem, p. 62.

<sup>350</sup> TELLES, Augusto Silva. Op. Cit. 1969, p. 79.

<sup>351</sup> Ibidem, p. 83.

<sup>352</sup> Ibidem, p. 83.

Figura 28 - Desenhos de cimalkas e beirais encontrados nas casas térreas de Vassouras.



Fonte: Telles (1968).

Telles discute que as construções mais abastadas da cidade de Vassouras se constituíram como um caso à parte na arquitetura brasileira, no entanto, essa discussão foge do nosso recorte de estudo. O autor ainda nos informa que na cidade de Vassouras as casas “mais simples”, segundo terminologia adotada por Telles, de cunho popular, se caracterizam por manter o padrão de influência lusitana, como é possível perceber também pelos desenhos de Telles (ver fig. 28). Ainda segundo o autor:

Essas construções, apesar de serem semelhantes, e de, em geral, não possuírem individualmente valor arquitetônico muito apreciável, nem tratamento plástico de maior apuro, valem pelos conjuntos, que se vão acomodando à topografia urbana, regulares, mas normalmente de grande valor paisagístico e como solução de agenciamento urbano.<sup>353</sup>

Podemos perceber como a fala de Augusto da Silva Telles está alinhada às noções presentes na Carta de Veneza<sup>354</sup>, promulgada quatro anos antes do seu texto.<sup>355</sup> O artigo 1º da carta afirma que a noção de monumento histórico compreende tanto o monumento isolado, quanto os sítios urbanos e que “estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.”<sup>356</sup> Telles afirma que, mesmo sem o Brasil ter participado da formulação da Carta de Veneza, essa não era estranha para os técnicos do órgão: “A Carta foi traduzida

<sup>353</sup> Ibidem, p. 87.

<sup>354</sup> Acerca do contexto de criação da Carta de Veneza e maiores aprofundamentos sobre o assunto cf KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 18, n. 2, p. 287-320, 2010. DOI: 10.1590/S0101-47142010000200008.

<sup>355</sup> Lia Mayumi cita, por exemplo, que a Carta de Veneza foi extensamente utilizada por Silva Telles em suas aulas, inclusive no Curso de Pós Graduação em Preservação e Restaurado da FAUUSP em que Silva Telles lecionou um dos blocos. Ver MAYUMI, Lia. *Taiipa, canela-preta e concreto*. Estudo sobre o restauro de casas bandeiristas. São Paulo: Romano Guerra, 2008.

<sup>356</sup> Carta de Veneza (1964). In: CURY, Isabelle. *Cartas Patrimoniais* - 3ª Ed. Brasília: IPHAN, 2000.

logo. E foi distribuída para os técnicos. E eu acho que houve umas duas ou três reuniões e conversas.”<sup>357</sup> Podemos ver, assim, como o contexto externo também influenciou a linha editorial do órgão, como foi o caso da promulgação da Carta de Veneza.

A temática da arquitetura civil é retomada no número seguinte, n. 17, no artigo “Arquitetura civil do período colonial”,<sup>358</sup> publicado em 1969, com autoria de Robert Smith.<sup>359</sup> Nele, Smith faz uma construção semelhante à de Afonso Arinos de Melo Franco em “Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil”. Nesse sentido, o autor nos mostra como nos primeiros séculos de colonização não houve registros que sobrevivem até os dias da sua pesquisa. Entretanto, ao se voltar para os autores da época que registraram tais bens imóveis, Robert Smith chega a autores como Jean de Léry e André Thevet. Esse último, em seu livro *Cosmographie Universaille*, registra “uma das casas, semelhantes às ocas indígenas, compridas e baixas, em que se abrigavam o chefe francês e seus homens”<sup>360</sup>, considerado um dos primeiros registros da arquitetura do século XVI (ver fig. 29). Em relação ao século XVII, Smith menciona a obra de Frans Post “*Praefecturae Paranambucae pars Borealis, uma cum Praefectura de Itamaracá*” de 1647 que o ajuda a defender a tese da influência das longas ocas indígenas na composição de uma senzala, assim como na cobertura de casas-grande em Pernambuco que eram “casas cobertas de palmas ao modo do gentio”<sup>361</sup> (ver fig. 30). Tais imagens são raras representações das habitações que Smith chamava de primitiva, em que a influência indígena foi predominante em um primeiro momento.

<sup>357</sup> TELLES, Augusto da Silva. Entrevista com Augusto da Silva Telles. in: THOMPSON, Analucia (Org.) *Memórias do Patrimônio*, 2. Entrevista com Augusto da Silva Telles. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedec, 2010, p. 88. O autor continua: “Eu me lembro muito bem de uma reunião que houve em São Paulo, em que eu fui incumbido de falar sobre a Carta de Veneza. Eu estava falando sobre a Carta, e o (Luís) Saia ficou irritadíssimo, porque a Carta de Veneza tinha uma série de coisas que não havia na Carta de Atenas. Há uma diferença de conceitos, não só no sentido de contenção, como também no sentido de liberdade. (...) A Carta de Veneza dá uma leitura muito mais rica e, portanto, mais perigosa: mais liberdade, mas ao mesmo tempo mais exigências.”

<sup>358</sup> SMITH, Robert. Arquitetura civil do período colonial. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N. 17, p. 27-126, 1969.

<sup>359</sup> Robert Smith (new Jersey, 1912 – Pensilvânia, 1975) “foi pesquisador e historiador de arte barroca luso-brasileira, com uma produção bibliográfica de 257 publicações, entre livros, artigos e resenhas. (...) estimulado por Rodrigo, dedicou-se à investigação e documentação brasileira em arquivos portugueses, principalmente no Arquivo Ultramarino. O resultado dessa pesquisa foi sendo enviado ao Patrimônio e difundido, inclusive em sua revista. Plantas de monumentos brasileiros, bem como documentos e eles referente, foram publicados nas revistas nº4, de 1940, e nº 5, de 1941, nas Atas do IV Congresso de História Nacional (vol. IX, de 1949), nos Arquivos números 7 e 20 (Recife, 1945) e na Revista da Academia Nacional de Belas-artes de Lisboa nº1, 1948.” in. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Nº 26, 1997, p. 269.

<sup>360</sup> SMITH, Robert. Op. Cit. 1969, p. 29.

<sup>361</sup> Ibidem, p. 30.

Figura 29 - Representação de habitação do séc XVI em Andre Thevet.



Fonte: Thevet (1575).

Figura 30 - Recorte da obra de Frans Post "Praefecturae Paranambucae pars Borealis, una cum Praefectura de Itamaracâ", 1647.



Fonte: Coleção Brasil Itaiú<sup>362</sup>

<sup>362</sup> Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/18306/praefecturae-paranambucae-pars-borealis-uma-cum-praefectura-de-itamaraca> (Acesso em 23/07/2020).

A partir da análise de tais imagens, embora Smith não as insira em seu texto, apenas as descreve, podemos perceber que o autor avança em relação ao que foi discutido por Afonso Arinos de Melo Franco,<sup>363</sup> que se negou a estudar a civilização material de influência indígena brasileira. No decorrer do texto, Smith passa a preencher outras lacunas deixadas por Franco. Nesse sentido, o autor narra acerca das construções em cidades como Salvador e Olinda. Entretanto, como o autor nos mostra, tais projetos partiram de arquitetos como Luís Dias e Pedro de Carvalhais,<sup>364</sup> não se constituindo, assim, como interesse do nosso estudo.

Smith, já no fim de seu artigo, discorre acerca da autoria das obras coloniais do séc. XVIII. Como mostrado acima, o autor menciona diferentes arquitetos urbanistas que trabalharam no Brasil Colônia, entretanto, mostra que a dificuldade de registrar a autoria dos bens de cunho civil do período se constituem como um dos principais problemas da historiografia da arquitetura brasileira.<sup>365</sup> Segundo o autor:

As raízes do problema vêm de Portugal, onde, de modo geral, a situação é idêntica. Em 1822, Adrien Balbi sugeriu-lhe uma das causas, ao criticar os portugueses por deixarem de reconhecer a profissão do arquiteto civil. No seu dizer, preferiam eles permitir que os arquitetos militares monopolizassem o ramo civil da arquitetura restringindo-lhe o ensino às escolas de engenharia militar, o que não somente explica a similitude e falta de imaginação características da maioria dos edifícios da autoria de arquitetos militares, mas também o anonimato no qual caíram muitas de suas obras. As personalidades dos autores desapareceram no emaranhado da burocracia militar. Em alguns casos ficaram lembrados pelas fortificações que projetaram; quase nunca pelos palácios ou igrejas que criaram. Com raras exceções, tiveram como rivais os mestres pedreiros e carpinteiros, homens de pouco saber e sem outra habilidade a não ser a de simples artífices, e cujos nomes estão hoje em grande parte esquecidos.<sup>366</sup>

Smith amplia assim a discussão acerca dos limites entre a diferenciação da arquitetura popular e erudita no período colonial brasileiro, que até então se encontrava centrada na pouca presença de profissionais em território nacional. Para o autor, baseado em estudos franceses, a resposta estaria exatamente na presença de arquitetos e engenheiros militares portugueses e a respectiva burocracia militar que impedia o reconhecimento da autoria das obras. Todavia, Smith também afirma que nesse contexto ainda seriam poucos os profissionais da área. Mais à frente Smith mostra como pesquisas em arquivos municipais e particulares trouxeram à tona alguns profissionais até então eclipsados na

---

<sup>363</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Op. Cit. 2005.

<sup>364</sup> SMITH, Robert. Op. Cit. 1969, p. 33.

<sup>365</sup> Ibidem, p. 115.

<sup>366</sup> Ibidem, p. 115-116.

historiografia nacional como Antônio Moreira Duarte, Manuel Francisco Lisboa e José Pereira Arouca que atuaram entre 1723 e 1780 em Minas Gerais.<sup>367</sup>

Entretanto, podemos perceber que tais profissionais foram responsáveis por projetos da parte mais abastada da população, construindo palácios e sobrados. Assim, a diferenciação feita por Weimer,<sup>368</sup> e já anteriormente citada, em que o autor divide a arquitetura popular e erudita a partir de uma divisão socioeconômica, continua a ser a que melhor compreende tal problemática.

\*\*\*

O tema da arquitetura popular irá ser retomado apenas em 1986, em meio à discussão de expansão do significado do patrimônio histórico e artístico nacional. A partir dos dados supracitados podemos, agora, montar um primeiro quadro de análises acerca da arquitetura popular na publicação em seus trinta primeiros anos.

No presente recorte foram estudados dezessete artigos referentes à arquitetura popular. A partir da análise do conjunto podemos perceber que até o número 5 (1941) da revista a temática da arquitetura popular se fez de forma mais presente. A publicação de n.1 foi a que mais conteve artigos sobre a temática: um total de cinco. A partir da publicação de n.7 (1943) é possível perceber os artigos com a temática se tornando mais pontuais, embora nas publicações de n.8 e n.9 (1994/1945) existem dois artigos publicados. Nossa análise corrobora com o que é discutido por Cinthia M. C. da Silva, que afirma que nos primeiros números da Revista do Patrimônio há uma maior abrangência de temas referentes ao patrimônio nacional, e em seguida há uma certa especialização nos temas.<sup>369</sup> A arquitetura popular seria, assim, um dos diversos patrimônios citados na fase de “abrangência” da publicação, não sendo escolhida como um dos patrimônios representativos da fase de “especialização”, que prioriza, também, a arquitetura civil. O que faz com que a incidência da arquitetura popular nas páginas da Revista diminua.

A nossa chave de entrada encontrou registros de “arquitetura civil”, “arquitetura rural”, “arquitetura popular”, “habitação indígena” e “arte popular”. No quadro 2 abaixo podemos sintetizar a predominância das temáticas por ano de publicação. Nesse sentido percebemos que a temática da arquitetura civil foi a única que permaneceu durante todo o período.

---

<sup>367</sup> Ibidem.

<sup>368</sup> WEIMER, Günter. Op. Cit. 2005, p. 205.

<sup>369</sup> SILVA, Cinthia Mayumi Carli da. Op. Cit. 2010.

Quadro 2 - Predominância das temáticas por ano de publicação da Revista do Patrimônio (1937-1970).

Tipologia	1937	1938	1939	1941	1943	1944	1945	1968	1969
“Arquitetura civil”	1			1			2	1	1
“Arquitetura rural”					1	1			
“Arquitetura popular”	2	2	1						
“Habitação indígena”	1					1			
Arte popular	2								

Fonte: o autor (2021).

Entre os primeiros números, é possível notar também uma maior diversidade acerca das tipologias tratadas. São escritos artigos acerca da arquitetura civil, arquitetura rural, da arte popular e erudita, habitações indígenas, registro de habitações em palafitas, arquitetura popular, entre outros. É possível notar, ainda, que a partir da publicação de n.9 (1945) os quatro artigos que tratam da temática são associados à arquitetura civil, em que a arquitetura popular é vista ora como “primitiva”, como acontece com o artigo de Robert Smith, ora como uma arquitetura mais “simples” como é o caso do artigo de Augusto Silva Telles, ou ainda, como “casas de pobres” como é o caso do artigo de Aluísio de Almeida.

O tema da arquitetura civil é, assim, o mais presente no recorte, com seis artigos na temática. Acerca da arquitetura popular são escritos cinco artigos; acerca da habitação indígena são escritos dois artigos; acerca da arquitetura rural são escritos dois artigos e sobre arte popular são também escritos dois artigos. A partir da análise do quadro 3 abaixo podemos perceber ainda que a maioria dos artigos não possuíram o tema da arquitetura popular como o principal a ser tratado. Os artigos acerca da arquitetura civil e arte popular apresentam tal característica, assim como também o texto “A barraquinha de Euclides da Cunha” de Venâncio Filho, que, ao tratar de um exemplar de arquitetura popular, tem como objeto de análise principal o processo histórico envolvido na criação do livro *Os Sertões* de Euclides da Cunha. Ao retirar os artigos referentes à arquitetura civil, a proporção se inverte, os artigos em que a arquitetura popular é o tema principal passam a ser maioria.

Quadro 3 - Temática dos artigos publicados x predominância do tema da arquitetura popular na Revista do Patrimônio (1937-1970).

Tipologia tratada	Artigo e número da Revista	Predominância da temática em números
Arquitetura civil	<p>“Documentação Necessária” e “A arquitetura jesuítica no Brasil” – Lúcio Costa (n. 1; n. 5);</p> <p>“A casa de moradia no Brasil” – José Wasth Rodrigues (n. 9);</p> <p>Casas dos séculos 18 e 19 em Sorocaba – Aluísio de Almeida (n. 9);</p> <p>“Vassouras” – Augusto Silva Telles (n. 16);</p> <p>“Arquitetura do período colonial” – Robert Smith (n. 17)</p>	Principal (1); Secundária (5)
Arquitetura rural	<p>“Um tipo de casa rural do Distrito Federal e Estado do Rio” – Joaquim Cardozo (n. 7);</p> <p>“Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século” – Luís Saia (n. 8)</p>	Principal (2)
Arquitetura popular	<p>“Contribuição para o estudo da proteção...” – Heloísa Torres (n. 1);</p> <p>“A capela de Santo Antônio” – Mario de Andrade (n. 1);</p> <p>“O Piauí e sua arquitetura” – Paulo T. Barreto (n. 2);</p> <p>“A barraquinha de Euclides da Cunha” – Venâncio Filho (n. 2);</p> <p>“O Alpendre nas capelas brasileiras” – Luís Saia (n. 3)</p>	Principal (3); Secundária (2)
Habitação indígena	<p>“Alguns aspetos da cultura artística dos pancarús de Tacaratú” – Estevão Pinto (n. 1);</p> <p>“A habitação dos timbira” – Curt Nimuendaju.(n. 8)</p>	Principal (1); Secundária (1)
Arte popular	<p>“Sugestões para o estudo da arte brasileira...” – Gilberto Freyre (n. 1);</p> <p>“Estlização” – Roquete Pintto (n. 2)</p>	Secundária (2)
	TOTAL	Principal (7) Secundária (10)

Fonte: o autor (2021).

Acerca dos artigos escritos sobre a temática há ainda aqueles que entendem o objeto em estudo como exemplares de “arquitetura popular” e os artigos que foram selecionados no recorte a partir das bases teóricas estudadas. O quadro 4 abaixo nos revela que apenas Paulo T. Barreto e Luís Saia categorizaram as suas tipologias estudadas como “popular”. Essa discussão, ao ser estendida para a temática da “arquitetura civil”, revela também que apenas Lúcio Costa categorizou a arte e a arquitetura popular em seus artigos, enquanto os demais autores, como já discutimos acima, categorizaram a partir de outras terminologias, como “primitiva” ou “simples”.

Quadro 4 - Artigos que categorizaram a arquitetura como popular x artigos que não categorizaram (1937-1970).

Categorizaram a arquitetura como popular	Categorizam a arquitetura como rural	Não categorizam a arquitetura em nenhum tipo	Categorizam a arquitetura como civil
<p>“O Piauí e sua arquitetura” – Paulo T. Barreto (n. 2);</p> <p>“O Alpendre nas capelas brasileiras” – Luís Saia (n. 3);</p> <p>“Documentação Necessária” e “A arquitetura jesuítica no Brasil” – Lúcio Costa (n. 1; n. 5)</p>	<p>“Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século” – Luís Saia (n. 8)</p>	<p>“Contribuição para o estudo da proteção...” – Heloísa Torres (n. 1);</p> <p>“A capela de Santo Antônio” – Mario de Andrade (n. 1);</p> <p>“A barraquinha de Euclides da Cunha” – Venâncio Filho (n. 2);</p>	<p>“Um tipo de casa rural do Distrito Federal e Estado do Rio” – Joaquim Cardozo (n. 7);</p> <p>“A casa de moradia no Brasil” – José Wasth Rodrigues (n. 9);</p> <p>Casas dos séculos 18 e 19 em Sorocaba – Alúcio de Almeida (n. 9);</p> <p>“Vassouras” – Augusto Silva Telles (n. 16);</p> <p>“Arquitetura do período colonial” – Robert Smith (n. 17)</p>

Fonte: o autor (2021).

Como pode ser visto acima, Lúcio Costa e Luís Saia foram os únicos autores que escreveram mais de um artigo na temática para a Revista nesse período. Se contarmos as *Publicações do SPHAN*, Gilberto Freyre também escreve dois textos. O que mostra que a temática perpassou por diferentes autores com diferentes profissões. Como pode ser visto no quadro 5 abaixo, escreveram para a

temática cinco historiadores, quatro antropólogos, três engenheiros, dois arquitetos e um escritor. O que mostra que, embora os arquitetos fossem maioria no órgão e na sua linha editorial, como indica Robson Ribeiro,<sup>370</sup> apenas Lúcio Costa e Paulo T. Barreto escreveram sobre a temática da arquitetura popular, o que revela o distanciamento dos profissionais da época com a temática, que ficou nas mãos principalmente de antropólogos e historiadores. De acordo com Alayde Mariani a arquitetura popular foi entendida, nesse período:

sob a lente dos modernistas ou dos pensadores da unidade nacional, aparecia na instituição SPHAN como objeto investigativo, etnográfico, ou em sua face exótica, curiosa. Refletia o interesse científico presente no debate do campo folclórico ou ainda uma tentativa de salvação dos resquícios tradicionais das culturas primitivas, no projeto modernista de colecionar e refazer os traços da coletividade.<sup>371</sup>

Quadro 5 - Profissão dos autores presentes no recorte de estudo (1937-1970).

Profissão	Autores	Nº de artigos
Historiador	Gilberto Freyre* (n. 1); Venâncio Filho (n. 2); José Wash Rodrigues* (n. 9); Aluísio de Almeida (n. 9); Robert Smith (n. 17)	5
Antropólogo	Heloísa Torres (n. 1); Roquette Pinto* (n. 1); Estevão Pinto* (n. 2); Curt Nimuendaju (n. 8)	4
Engenheiro civil	Luís Saia (n. 3/7); Joaquim Cardozo (n. 7)*; Augusto Silva Telles (n. 16)	3
Arquiteto	Lúcio Costa (n. 1; n. 5); Paulo T. Barreto (n. 2)	3
Escritor	Mário de Andrade (n. 1)*	1

Fonte: o autor (2021).

\* Possuíram mais de um campo de atuação.

Ao cruzar os dados supracitados podemos notar, ainda, que os autores que categorizaram a arquitetura como popular foram engenheiros e arquitetos: Luís Saia, Paulo T. Barreto e Lúcio Costa. Foram esses autores também que possuíram artigos em que a temática foi predominante – para além deles, os artigos de Mário de Andrade, Joaquim Cardozo e Curt Nimuendaju também tiveram a temática como predominante. O que mostra que, apesar do estudo da arquitetura popular ter sido atrelado, na Revista do Patrimônio, a historiadores e antropólogos, foram os arquitetos e engenheiros

<sup>370</sup> RIBEIRO, Robson. 2013, p. 132.

<sup>371</sup> MARIANI, Alayde. Op. Cit. 1999, p. 165.

que buscaram entendê-la de forma mais completa. Enquanto que os artigos dos demais profissionais possuíram a temática como parte de um recorte maior, seja antropológico ou historiográfico.

Podemos analisar também que, embora no geral 62% dos autores que mais escreveram para a Revista do Patrimônio foram vinculados ao SPHAN,<sup>372</sup> essa proporção se inverte para o nosso recorte de estudo. Apenas 47% dos autores do recorte estiveram em algum momento ligados ao órgão. Nesse recorte encontramos os engenheiros e arquitetos supracitados, juntam-se a eles Gilberto Freyre e Mário de Andrade.

Podemos dizer, ainda, que entre os autores que tiveram a arquitetura popular como temática principal de seus artigos – Saia, Barreto, Costa, Andrade, Cardozo e Nimuendaju –, apenas o último não esteve ligado em nenhum momento ao órgão. Tal informação é convergente com o que é dito por Francisco Carvalho de Andrade, que sugere que foi a partir do SPHAN e de seus técnicos que a investigação acerca da arquitetura popular começou efetivamente no país.<sup>373</sup>

Em relação aos estudos dos autores, duas análises ainda se fazem interessantes. A primeira delas é referente ao tipo de abordagem, que, como podemos perceber a partir da exposição dos artigos, se fez principalmente pela forma descritiva. Podemos entender assim que os artigos procuraram identificar os diferentes patrimônios nacionais, descrevendo-os em seus diferentes aspectos, em uma espécie de inventário que pode ou não servir como material para processos de tombamentos. De acordo com Robson Ribeiro a utilização de artigos com teor descritivo para além da legitimação das pesquisas propostas, consolidava a “neutralidade e as conclusões lógicas que protegiam o serviço das críticas ideológicas, perigosas àquele momento. A repartição imunizava-se com a imparcialidade que contentava a maioria”.<sup>374</sup>

A correlação entre a escrita descritiva e a legitimação de tais narrativas, além da própria legitimação do SPHAN pode ser entendida a partir da noção de discurso competente de Marilena Chauí.<sup>375</sup> De acordo com a autora, nessa perspectiva a atribuição de juízo de valor por meio do autor

<sup>372</sup> RIBEIRO, Robson. 2013, p. 132.

<sup>373</sup> ANDRADE, Francisco de Carvalho Dias de. Op. Cit. 2016, p. 109.

<sup>374</sup> RIBEIRO, Robson. Op. Cit. 2013, p. 184.

<sup>375</sup> “O discurso competente é o discurso instituído. É aquele em que a linguagem sofre de uma restrição que poderia se resumir assim: não é qualquer pessoa que pode dizer algo a qualquer pessoa, em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, portanto, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, ou seja, com um discurso em que os interlocutores eram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, em que os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para que seja permitido falar e ouvir e, por fim, em que o conteúdo e a forma já foram autorizados de acordo com os cânones da esfera de sua própria competência.” CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. San Pablo: Cortez, 2007, p. 118.

é camuflada no momento em que os valores passam a emanar dos próprios objetos.<sup>376</sup> Assim, os autores da Revista do Patrimônio se munem de imparcialidade ao descrever de forma minuciosa os atributos e valores dos bens imóveis arquitetônicos e urbanísticos. Embora, seja ainda possível identificar certas intenções dentro do tom descritivo dos artigos, como foi visto anteriormente, a partir de denominações como “casas pobres” ou “primitiva”.

O quadro 6 abaixo nos mostra, ainda, que alguns artigos além de descrever tipologias arquitetônicas se constituíram também como propostas metodológicas para futuras pesquisas. Vemos, assim, que Lúcio Costa e Gilberto Freyre em seus artigos expõem maneiras de se estudar a arquitetura e a arte brasileira. Tais propostas metodológicas, de acordo com Robson Ribeiro,<sup>377</sup> já eram empregadas dentro do SPHAN e agora estariam também disponíveis para os demais leitores da Revista do Patrimônio. Vejamos um trecho da delimitação metodológica de Costa:

O estudo deveria demorar-se examinando ainda: os vários sistemas e processos de construção, as diferentes soluções de planta e como variaram de uma região a outra, procurando-se em cada caso determinar os motivos – de programa, de ordem técnica e outros – por que se fez desta ou daquela maneira; (...) Resultariam, de um exame assim menos apressado, observações curiosas (...).<sup>378</sup>

Há ainda os artigos resultantes de pesquisas com teor etnográfico, em que antropólogos entraram em contato com povos indígenas no intuito de entender e descrever tais culturas, como foi o caso de Estevão Pinto e Curt Nimuendaju.

O artigo de Robert Smith se constituiu como uma pesquisa documental, em que o autor estuda pinturas coloniais para construir sua narrativa. Já os artigos referentes à arquitetura civil, como o de Augusto Silva Telles, também possuíram parte da sua pesquisa com caráter documental, em busca do registro de tipologias que já não mais existiam, entretanto, percebemos que apenas Robert Smith apresentou suas principais fontes documentais e as analisou como material primário. Enquanto que Augusto Silva Telles apenas descreve a existência das fontes<sup>379</sup>, se detendo a uma análise descritiva do patrimônio existente. Pode-se entender o baixo número de pesquisas documentais – tão preciosas para o SPHAN – na temática, devido aos registros documentais quase nulos da arquitetura popular

---

<sup>376</sup> Ibidem.

<sup>377</sup> RIBEIRO, Robson. Op. Cit. 2013, p. 159.

<sup>378</sup> COSTA, Lúcio. Op. Cit. 1937, p. 34.

<sup>379</sup> O autor cita, por exemplo, a consulta da Seção “Iconografia” na Biblioteca Nacional. Escrituras localizadas em acervo da “Irmandade da Conceição”; Atas da sessão da Câmara da cidade; assim como o próprio “projeto de tombamento parcial de Vassouras, in arquivo da D.P.H.A.N.”, entre outras fontes. Cf. TELLES, Augusto Silva. Op. Cit.

brasileira em arquivos e museus. Por isso, também, que Robert Smith recorre não aos desenhos técnicos, mas sim às pinturas coloniais.

No entanto, vemos que tanto as pesquisas etnográficas, quanto as propostas metodológicas e as categorizadas como pesquisas documentais possuíram também um teor descritivo.

Quadro 6 - Tipo de análise dos artigos do recorte 1937-1970.

Tipo de análise	Artigos	Total
Arquitetônica / Descritiva	<p>“A capela de Santo Antônio” – Mario de Andrade (n. 1);</p> <p>“Contribuição para o estudo da proteção...” – Heloísa Torres (n. 1);</p> <p>“O Piauí e sua arquitetura” – Paulo T. Barreto (n. 2);</p> <p>“A barraquinha de Euclides da Cunha” – Venâncio Filho (n. 2);</p> <p>“Estlização” – Roquete Pinto (n. 2);</p> <p>“O Alpendre nas capelas brasileiras” – Luís Saia (n. 3);</p> <p>“Um tipo de casa rural do Distrito Federal e Estado do Rio” – Joaquim Cardozo (n. 7);</p> <p>“Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século” – Luis Saia (n. 8);</p> <p>“A casa de moradia no Brasil” – José Wash Rodrigues (n. 9);</p> <p>“Casas dos séculos 18 e 19 em Sorocaba” – Aluísio de Almeida (n. 9);</p> <p>“Vassouras” – Augusto Silva Telles (n. 16);</p>	11
Estudo etnográfico / descritiva	<p>“Alguns aspetos da cultura artística dos pancarús de Tacaratú” – Estevão Pinto (n. 1);</p> <p>“A habitação dos timbira” – Curt Nimuendaju (n. 4)</p>	2
Proposta metodológica / descritiva	<p>“Sugestões para o estudo da arte brasileira...” – Gilberto Freyre (n. 1);</p> <p>“Documentação necessária” – Lúcio Costa (n. 1);</p> <p>“A arquitetura jesuíta no Brasil” – Lúcio Costa (n. 5);</p>	3
Pesquisa Documental / descritiva	<p>“Arquitetura do período colonial” – Robert Smith (n. 17)</p>	1

Fonte: o autor (2021).

Ao expor os artigos durante o capítulo buscamos também entender quais diálogos intertextuais passaram por diferentes autores. O quadro 7 abaixo nos mostra que três autores foram presentes em diferentes artigos: Afonso Arinos de Melo Franco, Louis L. Vauthier e Gilberto Freyre. Podemos notar que enquanto Afonso Arinos de Melo Franco e Gilberto Freyre estiveram diretamente ligados

ao órgão, os escritos de Louis L. Vauthier fizeram parte de diferentes publicações do SPHAN. O que mostra a convergência conceitual que alguns dos autores (7) apresentaram em seus textos.

Quadro 7 - Bases teóricas utilizadas nos artigos do recorte (1937-1970).

Autores citados	Artigo	Total
Afonso Arinos de Melo Franco	“Sugestões para o estudo da arte brasileira...” – Gilberto Freyre (n. 1); “Documentação necessária” – Lúcio Costa (n. 1); “A casa de moradia no Brasil” – José Wash Rodrigues (n. 9); “Vassouras” – Augusto Silva Telles (n. 16); “Arquitetura do período colonial” – Robert Smith (n. 17)	4
Louis L. Vauthier	“O Piauí e sua arquitetura” – Paulo T. Barreto (n. 2); “Um tipo de casa rural do Distrito Federal e Estado do Rio” – Joaquim Cardozo (n. 7); “Vassouras” – Augusto Silva Telles (n. 16); “Arquitetura do período colonial” – Robert Smith (n. 17)	3
Gilberto Freyre	“Documentação necessária” – Lúcio Costa (n. 1); “O Piauí e sua arquitetura” – Paulo T. Barreto (n. 2); “Um tipo de casa rural do Distrito Federal e Estado do Rio” – Joaquim Cardozo (n. 7);	3

Fonte: o autor (2021).

Podemos perceber que Afonso Arinos influenciou principalmente os estudos acerca da arquitetura civil brasileira, sobretudo no tocante aos registros da influência da arquitetura popular lusitana em tal tipologia. Freyre em seu artigo se aproxima também de tal teoria, apesar de não tratar da arquitetura civil. Por sua vez, Vauthier também é citado pelos autores que escrevem acerca da arquitetura civil, principalmente a partir dos seus escritos para “Casas de Residência do Brasil”. Paulo T. Barreto por sua vez se aproxima das teorias de Vauthier a partir do que o engenheiro francês diz acerca da boa adaptação climática da arquitetura popular brasileira. Tal ideia é também explorada por Gilberto Freyre. Como já discutido anteriormente, Freyre também influenciou de forma direta o estudo de Lúcio Costa, principalmente a partir dos seus estudos acerca do amolecimento do construtor português, capaz de sentir a influência dos negros e índios. Joaquim Cardozo, por sua vez, toma os estudos acerca dos mocambos do Nordeste de Freyre como um dos aportes dos estudos da arquitetura civil brasileira.

Com os principais aspectos dos autores e artigos sintetizados, podemos agora entender o conteúdo dos artigos, ou seja, os diferentes aspectos acerca das tipologias populares tratadas nos estudos do recorte de 1937-1970. Começaremos pela localização dos artigos estudados, categoria sintetizada no quadro 8 abaixo:

Quadro 8 - Localização dos objetos de estudo dos artigos no recorte 1937-1970.

Localização (por região)	Artigo	Nº total
Norte	“Contribuição para o estudo da proteção...” – Heloísa Torres (n. 1); “Estlização” – Roquete Pintto (n. 2);	2
Nordeste	“O Piauí e sua arquitetura” – Paulo T. Barreto (n. 2); “O Alpendre nas capelas brasileiras” – Luís Saia (n. 3); “Alguns aspetos da cultura artística dos pancarús de Tacaratú” – Estevão Pinto (n. 1); “A habitação dos timbira” – Curt Nimuendaju (n. 4)	4
Sudeste	“A capela de Santo Antônio” – Mario de Andrade (n. 1); “A barraquinha de Euclides da Cunha” – Venâncio Filho (n. 2); “Um tipo de casa rural do Distrito Federal e Estado do Rio” – Joaquim Cardozo (n. 7); “Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século” – Luis Saia (n. 8); Casas dos séculos 18 e 19 em Sorocaba – Alúcio de Almeida (n. 9); “Vassouras” – Augusto Silva Telles (n. 16);	6
Sem local definido	“Documentação necessária” – Lúcio Costa (n. 1) “Sugestões para o estudo da arte brasileira...” – Gilberto Freyre (n. 1);	2
Nordeste e Sudeste juntos	“A arquitetura jesuíta no Brasil” – Lúcio Costa (n. 5); “A casa de moradia no Brasil” – José Wash Rodrigues (n. 9); “Arquitetura do período colonial” – Robert Smith (n. 17)	3

Fonte: o autor (2021).

A partir da leitura do quadro 8 podemos perceber a predominância dos estudos localizados entre o eixo das regiões Nordeste-Sudeste, que juntas somam treze dos dezessete artigos publicados. Os artigos referentes à região Norte são aqueles voltados para os aspectos de povos indígenas. Enquanto que os categorizados como “sem local definido” são referentes a artigos que tratam de aspectos gerais da arte e arquitetura brasileira. Os artigos voltados à arquitetura civil brasileira em sua

maioria foram construídos a partir do eixo Nordeste-Sudeste, priorizando as principais capitais da região: Recife, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro. A exceção desse grupo é o artigo de Aluísio de Almeida que tem como objeto de estudo a cidade de Sorocaba no Estado de São Paulo, assim como os estudos de Luis Saia e Joaquim Cardozo, que por estudarem tipologias rurais, possuíam recortes para além das capitais dos seus respectivos estados.

Ainda não existem artigos nesse momento acerca das regiões Centro-Oeste e Sul na temática. Uma das respostas para esse eclipsamento estaria, também, no fato de que as principais viagens de estudo feitas nesse período se centravam no eixo Norte-Nordeste-Sudeste. Podemos perceber, assim, que a prioridade dada ao eixo Nordeste-Sudeste em outros *locus* de atuação do órgão, como os tombamentos,<sup>380</sup> também foi refletida dentro da Revista do Patrimônio em seus trinta primeiros anos, o mesmo acontece para a arquitetura civil, o que mostra certa convergência entre os dois *locus* de atuação.

Analizamos também o recorte temporal dos artigos, sintetizados no quadro 9 abaixo:

Quadro 9 - Recorte temporal dos artigos do recorte 1937-1970. Fonte:

Recorte temporal	Artigo	Número total
s/d	“Estilização” – Roquete Pinto (n. 2); “Sugestões para o estudo da arte brasileira...” – Gilberto Freyre (n. 1); “Documentação necessária” – Lúcio Costa (n. 1)	3
XVII	“A capela de Santo Antônio” – Mario de Andrade (n. 1);	1
XIX	“A barraquinha de Euclides da Cunha” – Venâncio Filho (n. 2);	1
XX	“Contribuição para o estudo da proteção...” – Heloísa Torres (n. 1); “O Piauí e sua arquitetura” – Paulo T. Barreto (n. 2); “Alguns aspetos da cultura artística dos pancarús de Tacaratú” – Estevão Pinto (n. 1); “O Alpendre nas capelas brasileiras” – Luís Saia (n. 3); “A habitação dos timbira” – Curt Nimuendaju (n. 4)	5
Entre séculos	“A arquitetura jesuíta no Brasil” – Lúcio Costa (n. 5); “Um tipo de casa rural do Distrito Federal e Estado do Rio” – Joaquim Cardozo (n. 7); “Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século” – Luis Saia (n. 8);	7

<sup>380</sup> Cf RUBINO, Silvana. Op. Cit. 1992.

	“A casa de moradia no Brasil” – José Wash Rodrigues (n. 9); “Casas dos séculos 18 e 19 em Sorocaba” – Aluísio de Almeida (n. 9); “Vassouras” – Augusto Silva Telles (n. 16); “Arquitetura do período colonial” – Robert Smith (n. 17)	
--	--	--

Fonte: o autor (2021).

Podemos perceber que o século XX é o grande privilegiado para o estudo da arquitetura popular na Revista do Patrimônio no recorte entre 1937-1970. Isso é um resultado direto das pesquisas de viagens produzidas pelo órgão, que inventariaram bens imóveis ainda existentes no início do séc. XX. Uma vez que a maioria dos artigos não publica a data de criação das suas respectivas obras de estudo, apontamos que tal recorte pode se estender também para o séc. XIX. Mais uma vez a pouca presença de fontes documentais da arquitetura popular pode ser uma das razões para a maioria massiva dos artigos referentes ao séc. XX.

A Barraquinha de Euclides da Cunha, por sua vez, é a única com uma data de criação comprovada, pois tal data corresponde também ao período em que o autor escreveu “Os Sertões”, sendo a construção referente ao séc. XIX. Apenas o texto de Mário de Andrade é referente a um século mais antigo, exatamente por se voltar a uma das arquiteturas “sobreviventes” do período inicial do ciclo dos bandeirantes paulistas. Por sua vez, os artigos sem data (s/d) são aqueles em que não foi possível localizar um bem imóvel específico referente ao artigo.

A categoria “entre séculos” engloba principalmente os artigos da temática da arquitetura civil e arquitetura rural que buscaram criar panoramas da sedimentação de tais tipologias em seus recortes de estudo. Enquanto que os artigos de Lúcio Costa, Robert Smith e José Wash Rodrigues tratam de um recorte maior entre séculos, os artigos de Luis Saia, Joaquim Cardozo, Aluísio de Almeida e Augusto Silva Telles, por tratarem de cidades mais recentes, se voltam para o século XVIII e XIX.

Ao cruzar os dados dos quadros 8 e 9 podemos perceber que enquanto os bens imóveis localizados no Nordeste foram referentes ao século XX, os bens imóveis localizados no Sudeste foram aqueles referentes aos séculos XVII, e entre os séculos XVII-XIX. O que mostra que a arquitetura popular registrada no Nordeste é uma arquitetura de ciclos mais recentes se comparada à arquitetura civil tratada nos artigos de bens imóveis do Sudeste.

Foram exatamente dois bens imóveis localizados no Sudeste e referentes aos séculos XVII e XIX que foram os únicos bens imóveis do recorte inscritos no Livro de Tombo Histórico pelo órgão,

respectivamente, a capela de Santo Antônio e a Barraquinha de Euclides da Cunha. Ou seja, apenas 14,2% dos bens de arquitetura popular presentes no nosso recorte foram tombados, uma proporção bem menor que a proposta por Robson Ribeiro, que discorre que cerca de 50% dos bens imóveis presentes na Revista do Patrimônio foram tombados de forma direta ou indiretamente pelo SPHAN.<sup>381</sup> O que comprova nossa hipótese<sup>382</sup> de que a Revista do Patrimônio ampliou o escopo do patrimônio nacional dentro do órgão, e que a arquitetura popular seria exatamente uma das tipologias presentes em tal ampliação.

A partir de todos os dados supracitados podemos entender que a arquitetura popular foi registrada na Revista do Patrimônio, entre 1937-1970, a partir de pesquisas descritivas que ora comandadas por antropólogos e historiadores tinham a arquitetura popular como um tema secundário de pesquisa, ora por engenheiros e arquitetos que se subdividiram em dois grupos: aqueles que buscaram descrever tipologias de arquitetura popular e aqueles que registraram como temática secundária em pesquisas voltadas para a arquitetura civil brasileira. Tais pesquisas se centraram entre o eixo Nordeste-Sudeste, em que os estudos do Nordeste se voltaram para tipologias do século XX e não resultaram em processos de tombamento, enquanto que as pesquisas do Sudeste voltadas para os séculos XVII-XIX resultaram em dois tombamentos pontuais. Podemos entender, assim, que nesse período a arquitetura popular foi descrita, mas não preservada pelo órgão.

Com essa síntese passamos agora a entender os processos de renovação conceitual e de infraestrutura que o IPHAN passou no fim da década de 1970 e como isso refletiu nos artigos publicados na Revista do Patrimônio. Para tal tarefa, não pudemos contar com um número tão significativo de estudos já realizados, uma vez que os primeiros trinta anos do IPHAN são sem dúvida os mais investigados por pesquisas acadêmicas nacionais. Atrelado a tal problemática, o isolamento social condicionado a partir da propagação da pandemia Sars-CoV-2 no ano de 2020 impossibilitou que pesquisas primárias fossem realizadas para o preenchimento de eventuais lacunas historiográficas acerca da composição da Revista do Patrimônio nos demais recortes temporais.

---

<sup>381</sup> RIBEIRO, Robson. Op. Cit. 2013, p. 112.

<sup>382</sup> Ver página 16.

## 4 O PATRIMÔNIO CULTURAL NÃO CONSAGRADO: A ARQUITETURA POPULAR NO BOLETIM SPHAN/FNPM E NA REVISTA DO PATRIMÔNIO ENTRE AS DÉCADAS DE 1970 E 1980

### 4.1 AS DÉCADAS DE 1970 E 1980

O contexto cultural das décadas de 1960 e 1970 foi marcado por diversos movimentos relacionados à descolonização do chamado “terceiro mundo”, aos movimentos negros pelos direitos civis, à contracultura nos Estados Unidos e à “morte do sujeito” na filosofia europeia,<sup>383</sup> tal período foi caracterizado por Carlos Alberto Messeder Pereira como “a crise da modernidade.”<sup>384</sup>

Maria Cecília Londres da Fonseca nos mostra que nesse período o modernismo foi objeto de contestação e de crítica. “Mas o objeto dessa crítica não era o modernismo irreverente dos anos 1920, e sim o alto modernismo dos anos 1950, que já não era mais percebido como uma cultura de oposição, que se tornara uma cultura afirmativa.”<sup>385</sup> A autora afirma que o DPHAN se encontrava em um processo de desgaste do seu modelo implantado na década de 1930. Embora houvesse conseguido manter certa estabilidade após o fim do Estado Novo, e nos novos regimes democráticos que os seguiram,<sup>386</sup> a instituição não conseguiu se renovar. Nas palavras de Antônio Augusto Arantes o DPHAN “não se renovou: tecnificou-se”.<sup>387</sup> Ainda de acordo com Maria Cecília Londres da Fonseca:

Se, nos anos 1930 e 1940, o SPHAN atraía para seus quadros inúmeros dos intelectuais de maior prestígio no momento, identificados à vanguarda, em 1960, o cenário era bem diferente. Dado o caráter vitalício dos cargos no Conselho Consultivo, sua composição teve uma taxa muito baixa de renovação. Nos quadros técnicos, os arquitetos modernistas eram sucedidos por seus discípulos. Além disso, havia claros sinais de restrição das atividades de pesquisa e de divulgação, que, sob a alegação de falta de recursos, foram praticamente abandonados. Por outro lado, os adversários do SPHAN não eram mais apenas vigários obtusos ou prefeitos “modernos”, mas, principalmente, a poderosa especulação imobiliária. Esses fatos, agravados pela crônica falta de recursos financeiros e humanos, levaram o órgão a se concentrar na questão mais premente – porém parcial em termos de preservação – dos tombamentos e das obras.<sup>388</sup>

<sup>383</sup> JAMESON, Frederic, 1991 apud FONSECA, Maria Cecília Londres da. Op. Cit. 2005, p. 143.

<sup>384</sup> PEREIRA, Carlos Alberto Messeder, 1981, apud FONSECA, Maria Cecília Londres da. Op. Cit. 2005, p. 143.

<sup>385</sup> HUYSSSEN, 1991 apud FONSECA, Maria Cecília Londres da. Op. Cit. 2005, p. 144.

<sup>386</sup> Joaquim Falcão, em artigo para a Revista do Patrimônio afirma que tal estabilidade era sintoma do pouco interesse que tais regimes e seus opositores deram à questão do patrimonial. Ver. FALCÃO, Joaquim. Política de preservação e democracia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 20, p.45-49, 1984, p. 45.

<sup>387</sup> ARANTES, Antônio Augusto. Documentos históricos, documentos de cultura. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, p.48-55, 1987, p. 52.

<sup>388</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres da. Op. Cit. 2005, p. 148-149.

Na década de 1960 o DPHAN se constituiria uma “ilha à parte das grandes questões culturais e políticas”<sup>389</sup> brasileiras. Ainda de acordo com Maria Cecília Londres da Fonseca, o órgão estaria falhando no objetivo “mais amplo de mobilizar governo e sociedade para a causa da preservação, mobilização considerada, no final dos anos 1960, indispensável inclusive para o sucesso da conservação material dos monumentos.”<sup>390</sup> Aliado a essas questões, também na década de 1960 o DPHAN se depara com novos problemas acerca de seus conjuntos urbanos tombados. Isso, segundo Márcia Sant’Anna,<sup>391</sup> aconteceria devido a arrancada industrial que o país passava naquele momento. Até então, os problemas apresentados por tais conjuntos eram de cunho da manutenção das suas características formais.

O surgimento dessas questões encontra o SPHAN completamente despreparado, e, para enfrenta-las, Rodrigo M. F. de Andrade solicita em 1965 apoio técnico à UNESCO. (...) A resposta da UNESCO foi o envio de Michel Parent, Inspetor Principal dos Monumentos Franceses, para assessorar o SPHAN na tarefa de formular uma política para a conservação do patrimônio e colocar o Brasil no mapa do turismo cultural.<sup>392</sup>

Após percorrer o Brasil inteiro entre anos de 1966 e 1967, Parent formula o relatório “Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico”,<sup>393</sup> “que passa a constituir a base de toda a atuação futura não só do SPHAN, mas de todo o governo federal com relação ao patrimônio: sua preservação através do planejamento urbano e do aproveitamento turístico.”<sup>394</sup>

Com o foco na priorização do turismo apoiado no patrimônio cultural brasileiro<sup>395</sup>, Parent, entre outras questões, busca “o estabelecimento de um inventário exaustivo”, “a adoção de medidas administrativas consequentes de proteção”; e “a dotação dos meios financeiros necessários para a manutenção, restauração e animação desse patrimônio”<sup>396</sup> Essas medidas visariam “manter sob controle os impactos do desenvolvimento turístico na conservação dos conjuntos históricos, e ação

---

<sup>389</sup> Ibidem.

<sup>390</sup> Ibidem.

<sup>391</sup> SANT’ANNA, Márcia. Op. Cit. 1995, p. 153.

<sup>392</sup> Ibidem.

<sup>393</sup> Cf PARENT, Michel. Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico. In: LEAL, Claudia Feirabend (Org.) *As Missões da Unesco no Brasil: Michel Parent*. (Série Pesquisa e Documentação do IPHAN, 3). Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

<sup>394</sup> SANT’ANNA, Márcia. Op. Cit. 1995, p. 153.

<sup>395</sup> Para um maior aprofundamento do assunto Cf PEREIRA, Cecilia Ribeiro *O turismo cultural e as missões UNESCO no Brasil*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAC. Desenvolvimento Urbano, 2012.

<sup>396</sup> PARENT, Michel. In LEAL, Claudia Feirabend. Op. Cit. 2008, p. 42.

integrada do poder público como forma de gestão.”<sup>397</sup> Para alcançar tais pontos, Parent indica a reestruturação administrativa do órgão, que deveria ter seu investimento aumentado para o recrutamento e formação de novos quadros técnicos, e “principalmente, repartir a tarefa da preservação com outras esferas de poder.”<sup>398</sup> Tais ações, em especial a descentralização do sistema, como aponta Sant’Anna, eram preconizadas para atender as novas normas de preservação nos moldes indicados pela Carta de Veneza.<sup>399</sup>

No intuito da descentralização da política de preservação nacional foram promovidas reuniões de governadores que produziram o Compromisso de Brasília (1970) e o Compromisso de Salvador (1971)<sup>400</sup>, tais encontros foram sugestão do ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, a quem o então diretor da DPHAN, Renato Soeiro, solicitou apoio às atividades do SPHAN.<sup>401</sup>

Nos documentos Compromisso de Brasília e Compromisso de Salvador se recomendava que estados e municípios exercessem uma atuação supletiva à federal na proteção dos bens culturais de valor nacional e assumissem, sob a orientação técnica do então Departamento do Patrimônio Histórico e Nacional, a proteção dos bens de valor regional. Para atender a esse objetivo, estados e municípios deveriam criar, quando fosse o caso, instituições e legislação próprias.<sup>402</sup>

De acordo com Maria Cecília Londres da Fonseca a concretização da descentralização do órgão se deu em 1973 com a criação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas – PCH.<sup>403</sup> O programa tinha como objetivo “criar infraestrutura adequada ao desenvolvimento e suporte de atividades turísticas e ao uso de bens culturais como fonte de renda para regiões carentes do Nordeste, revitalizando monumentos em degradação”.<sup>404</sup> Ainda segundo a autora, a criação do PCH veio a suprir a falta de recursos financeiros e administrativos do DPHAN, que ainda estaria a

---

<sup>397</sup> SANT’ANNA, Márcia. Op. Cit. 1995, p. 153-154.

<sup>398</sup> Ibidem, p. 154.

<sup>399</sup> Ibidem, p. 154.

<sup>400</sup> Para um maior aprofundamento do assunto Cf BACELAR, Aline; PEREIRA, Juliana; PONTUAL, Virgínia. Patrimônio, Planejamento urbano e Turismo cultural: os Encontros de Governadores de Brasília e Salvador. *Revista Jatobá*, v. 2, 2 nov. 2020.

<sup>401</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres da. Op. Cit. 2005, p. 151.

<sup>402</sup> Ibidem, p. 152.

<sup>403</sup> Sobre o assunto cf CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. *O Programa de Cidades Históricas (PCH): por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural – 1973/1979*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília, Brasília, 2012. E o dossiê da Revista dos Anais do Museu Paulista sobre o PCH. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/issue/view/8973> (acesso em 31/12/2020).

<sup>404</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres da. Op. Cit. 2005.

cargo do direcionamento conceitual e técnico.<sup>405</sup> A partir do PCH foi possível, também, a criação de novos órgãos de preservação aos níveis estaduais e federais.

Para atender as novas demandas da política de preservação que surgiam na década de 1970 foi criado também o Centro Nacional de Referência Cultural – CNCR, em 1975. O CNCR não surgiu no interior da burocracia estatal, mas sim a partir de pequenas reuniões entre Aloísio Magalhães, Severo Gomes, o então ministro da Indústria e Comércio, Waldimir Murtinho, o então Secretário da Educação e Cultura do Distrito Federal, o matemático Fausto Alvim Junior, a então diretora do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, Cordélia Robalinho Cavalcanti e a socióloga Bárbara Freitag, sendo os três últimos professores da Universidade Brasília.<sup>406</sup>

De acordo com Lúcia Lippi Oliveira,<sup>407</sup> a criação do CNCR foi uma experiência fundamental para a valorização da cultura como patrimônio no Brasil. Isso porque o “centro objetivava mapear, documentar e entender a diversidade cultural do Brasil. As referências da dinâmica cultural brasileira seriam então incorporadas e articuladas em bancos de dados – realidades virtuais – para serem devolvidas às comunidades”.<sup>408</sup> À frente do Centro estava Aloísio Magalhães, que também assumiu a diretoria da DPHAN em 1979, ano em que o órgão foi unificado ao CNCR e à Fundação Nacional Pró-Memória e se transformou em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN.

Aloísio Magalhães afirma que o CNCR em seus primeiros anos agia de forma não institucionalizada, possuindo maior liberdade de atuação experimental e pesquisa, sendo “um projeto elástico, mas espalhando-se pelo Brasil inteiro, documentando e elucubrando sobre nossas realidades”.<sup>409</sup> Entretanto, a partir de 1978 o Centro “de tal maneira se desenvolvera em número de colaboradores e de atividades que necessitava ser institucionalizado. Então cheguei à conclusão de que já existia um órgão oficial onde o CNCR caberia perfeitamente: o IPHAN”.<sup>410</sup> Assim, para Magalhães, a fusão do CNCR com o IPHAN daria o aporte legal que o CNCR precisava para devolver as pesquisas do órgão para o grande público, por meio do instrumento legal existente no IPHAN.

---

<sup>405</sup> Ibidem.

<sup>406</sup> Ibidem, p. 153.

<sup>407</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Op. Cit. 2008.

<sup>408</sup> Ibidem, p. 126.

<sup>409</sup> MAGALHÃES, Aloísio. Op. Cit. 1985, p. 110.

<sup>410</sup> Ibidem, p. 113.

Por sua vez, a Fundação Nacional Pró-Memória – FNpM foi “concebida com o fim de empreender um conjunto de ações integradas e organicamente estruturadas no âmbito dos bens do acervo cultural brasileiro, propiciando à comunidade nacional melhor conhecimento, maior participação e adequado uso desses bens”.<sup>411</sup> De acordo com Magalhães, a Fundação foi criada para suprir institucionalmente o IPHAN durante o “processo de esvaziamento extremamente perigoso, a ponto de ficar no vermelho” que a instituição passara quando começa a ser “cercado, inibido, prisioneiro, sujeito às estruturas do DASP”.<sup>412</sup> Assim, seria imprescindível articula-la também com o CNCR e o IPHAN em 1979.

Ao assumir o cargo, Aloísio Magalhães encontrava o Brasil em meio a sua pior crise econômica de toda a história. Como indica Márcia Sant’Anna, “as sucessivas altas no preço do petróleo e nos juros internacionais, além da retração do crédito exterior, põem em crise o modelo de desenvolvimento então adotado e produzem reflexos que se prolongam por toda a década de 80.”<sup>413</sup> Assim, o poder monetário do Estado destinado à centralização e a formulação de políticas públicas foi diminuído. Somado a isso, “a crise de legitimidade do governo militar abriu espaço para a reformulação da política cultural e para a revisão no ideário do patrimônio, criando um contexto político e institucional favorável à implantação de um novo sistema federal de preservação.”<sup>414</sup>

Atento ao contexto econômico, associado ao processo de achatamento da cultura que o país passava, Aloísio Magalhães propõe a introdução de indicadores culturais na formulação de políticas de desenvolvimento.<sup>415</sup> Tais ações, para Magalhães, iriam se processar em dois planos: o do “metadesenvolvimento” e o do “paradesenvolvimento”, o primeiro seria referente “ao nível macro, das infra-estruturas de apoio” enquanto que o segundo “ao nível micro, de identificação de necessidade ligadas a comportamentos e hábitos, usos e costumes da comunidade (...) Neste nível a identificação é difícil, complexa e requer o emprego de instrumentos sensíveis e qualitativos.”<sup>416</sup> O “paradesenvolvimento” serviria para identificar os valores desconhecidos da nossa cultura, parte imprescindível para que o macro desenvolvimento não terminasse por achatar os valores culturais do Brasil.

---

<sup>411</sup> Ibidem, p. 131.

<sup>412</sup> Ibidem, p. 124-125.

<sup>413</sup> Ibidem.

<sup>414</sup> SANT’ANNA, Márcia. Op. Cit. 1995,

<sup>415</sup> MAGALHÃES, Aloísio. Bens Culturais: Instrumento Para um Desenvolvimento Harmonioso. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N° 20, p.40-44, 1984, p. 40.

<sup>416</sup> Ibidem, p. 42.

Ou seja, ao mesmo tempo em que a identificação dos diversos contextos culturais existentes no Brasil propiciaria a apreensão dos elementos formadores da nossa cultura, a análise de sua contribuição poderia, além de conferir caráter ao produto nacional, ajudar a reanimar fazeres tradicionais que levassem ao desenvolvimento e à melhoria das condições de vida das próprias populações detentoras de conhecimento.<sup>417</sup>

Aloísio Magalhães, segundo Lúcia Lippi Oliveira, defendia que o Brasil ainda não teria construído uma imagem própria, no tangente à sua produção material e simbólica. Para ele, o país vivia “às voltas com problemas de sobrevivência e sua cultura não conseguia se sedimentar. Absorvia de modo avassalador valores estranhos, que atingiam os meios de comunicação de massa e o pensamento intelectual”.<sup>418</sup>

Para Oliveira, Aloísio Magalhães ainda defendia que, devido à valorização dos bens móveis e imóveis que representavam bens de criação individual, na política preservacionista brasileira, o fazer popular ainda era pouco conhecido e divulgado.<sup>419</sup> Segundo o autor, “a nossa realidade é riquíssima, a nossa realidade é inclusive desconhecida. É como se o Brasil fosse um espaço imenso, muito rico, e um tapete velho roçado, um tapete europeu cheio de bolor e poeira tentasse cobrir e abafar este espaço”.<sup>420</sup> Assim, “Aloísio evitava noções de ‘cultura popular’ e ‘folclore’, já que não via os bens culturais como sobrevivências do passado. Nos anos 1980 ele cunhou a expressão “**patrimônio cultural não consagrado**”<sup>421</sup>”, para se referir a manifestações não reconhecidas até então como bens culturais” (grifo nosso).<sup>422</sup>

Para Alayde Mariani,<sup>423</sup>

Duas noções, a de permanência e a de continuidade, são fundamentais nesta fase para se entender o enfoque e a apreensão do bem de natureza popular. Tratava-se de

<sup>417</sup> SANT’ANNA, Márcia. Op. Cit. 1995, p. 190.

<sup>418</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Op. Cit. 2008, p. 127.

<sup>419</sup> Ibidem.

<sup>420</sup> MAGALHÃES, Aloísio. Op. Cit. 1985, p. 15.

<sup>421</sup> “A expressão “patrimônio cultural não-consagrado” surgiu para designar aqueles bens culturais que, até então, não integravam o universo do patrimônio histórico e artístico nacional. Quando muito, nele figuravam como bens de valor etnográfico. Tratava-se das produções dos “excluídos” da história oficial: indígenas, negros, populações rurais, imigrantes etc. Para os funcionários do SPHAN, essa exclusão se justificava pelo fato de não haver, no Brasil, testemunhos materiais significativos da cultura desses grupos sociais, e por estarem esses bens, em geral, imersos em uma dinâmica de uso que inviabilizava o tombamento”. FONSECA, Maria Cecília Londres da. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 24, p.153-164, 1996, p. 159.

<sup>422</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Op. Cit. 2008, p. 127.

<sup>423</sup> Alayde Wanderley Mariani, Socióloga, autora da dissertação de mestrado “A pedagogia da memória nos anos 70-90: um estudo sobre a noção de memória social ensinada pelo IPHAN”. Coordenou o Setor de Educação do Paço Imperial do IPHAN. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 28, 1999. P. 285

descobrir aqueles elementos permanentes da cultura brasileira que, constantemente ressignificados pela prática e pelo uso, expressariam a particularidade da nação.<sup>424</sup>

Maria Cecília Londres da Fonseca nos mostra que as instituições SPHAN e CNCR que no discurso de Aloísio Magalhães apareciam como convergentes, possuíam experiências e objetivos dispares.<sup>425</sup> De acordo com Márcia Sant’Anna a fusão das instituições ao invés de unificá-las, “produziu uma instituição cindida e dividida em grupos que disputavam internamente o poder ou simplesmente trabalhavam de costas um para os outros.”<sup>426</sup> Ainda segundo a autora:

Durante toda a década de 80, conviveram no interior do sistema diferentes orientações quanto à preservação do patrimônio, representadas, principalmente, pela tradicional linha do trabalho do IPHAN, voltada para a proteção de bens patrimoniais consagrados e trabalhos de restauração; e pela linha de trabalho do CNCR, voltada para a referência cultural e para a proteção de bens não necessariamente pertencentes à tradição euro-cristã.<sup>427</sup>

Tais cisões, como nos mostram as autoras, foram intensificadas a partir da ausência de Aloísio Magalhães no órgão, “primeiro por estar absorvido pelos seus novos encargos como secretário da Cultura e, depois, em razão de seu falecimento, em junho de 1982”.<sup>428</sup> Após o falecimento de Magalhães, no jogo de poderes entre as duas instituições, permaneceu a antiga e bastante sedimentada estrutura do SPHAN, devido também a falta de estrutura organizacional da FNpM.<sup>429</sup> Márcia Sant’Anna aponta que esse fato fortaleceu,

juntamente com a legislação, a sobrevivência e permanência da prática que se queria mudar. Não se viabilizou ou se alterou nenhuma complementação ou alteração da legislação, de modo a adequá-la ao universo patrimonial ampliado e, principalmente, à nova prática de preservação inserida na dinâmica cultural e fundada na participação da sociedade. Ao contrário, acabou por firmar-se nas fileiras técnicas da área de referência cultural a convicção de que o Decreto-lei nº 25/37 era vago e genérico o suficiente para abarcar os novos conceitos. Firmou-se também a ideia de que a aplicação do tombamento aos novos bens culturais teria a vantagem adicional de colocá-los no mesmo patamar e status dos bens já consagrados, funcionando também como “ações-exemplo” para mobilização e conscientização do governo e da sociedade em prol de sua preservação, conforme estratégia traçada por Aloísio Magalhães.<sup>430</sup>

---

<sup>424</sup> MARIANI, Alayde. Op. Cit. 1999, p. 166.

<sup>425</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres da. Op. Cit. 2005, p. 186.

<sup>426</sup> SANT’ANNA, Márcia. Op. Cit. 1995, p. 192.

<sup>427</sup> Ibidem.

<sup>428</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres da. Op. Cit. 2005, p. 186.

<sup>429</sup> SANT’ANNA, Márcia. Op. Cit. 1995, p. 192.

<sup>430</sup> Ibidem, p. 192-193.

Nesse contexto, de acordo com Maria Cecília Londres da Fonseca, a síntese pretendida por Aloísio Magalhães se deu mais na esfera do discurso, uma vez que não conseguiu se concretizar de forma completa. Entretanto, como poderá ser visto, tal discurso perpassou por toda a linha editorial do órgão naquele momento. É o que iremos investigar agora.

#### 4.2 UMA LINHA MAIS DIRETA: O BOLETIM SPHAN/FNPM

O Boletim SPHAN/FNpM surge ainda em 1979, ano da fusão do IPHAN/PCH/CNCR e da posse de Aloísio Magalhães à frente do SPHAN e da FNpM. Como mencionado anteriormente, durante a gestão de Aloísio Magalhães (1979-1982) não houve publicação da Revista do Patrimônio. Nossa hipótese inicial, baseada em artigo de Cêça Guimaraens,<sup>431</sup> era de que o Boletim SPHAN/FNpM viria suprir a ausência da Revista do Patrimônio. No entanto, como nos mostra Welbia Dias - que em sua pesquisa entrevistou diversos atores ligados diretamente ao Boletim SPHAN/FNpM - a Revista do Patrimônio e o Boletim “constituíam-se em dois veículos de comunicação institucional com formatos e linhas editoriais distintos.”<sup>432</sup> Nesse sentido, João de Souza Leite<sup>433</sup> afirma que a interrupção da edição da Revista do Patrimônio se deu devido à prioridade dada para a acomodação da mudança estrutural que o órgão passava.<sup>434</sup> Ainda segundo Leite,<sup>435</sup> o próprio Aloísio Magalhães possuía intenção de dar continuidade à publicação da Revista, algo que só veio a se concretizar durante a gestão de Marcos Villaça em 1984.

Francisco Antônio Cereto<sup>436</sup> destaca, ainda, algumas diferenças entre as duas publicações:

A Revista não era distribuída, ela era vendida; e o Boletim era distribuído gratuitamente. O Boletim era factual e a Revista não era. O Boletim além de coisas que ele aprofundava, ele também tratava de pautas, de coisas que estavam acontecendo agora; então, ele também tinha esse viés de exclusividade. A Revista

<sup>431</sup> GUIMARAENS, Cêça. Op. Cit. 2005,

<sup>432</sup> DIAS, Welbia. Op. Cit. 2012, p. 114.

<sup>433</sup> Designer, com mestrado em Comunicação e Cultura, e doutorado em Ciências Sociais. À época, somente com a graduação em design. Responsável pela concepção gráfica e editorial do Boletim SPHAN/FNpM. In: DIAS, Welbia. Op. Cit.

<sup>434</sup> LEITE, João de Souza, 2012 apud DIAS, Welbia. Op. Cit. 2012, P. 114.

<sup>435</sup> LEITE, João de Souza, 2012 apud CARVALHO, Aluizio Victor de Souza. Op. Cit. 2012, p. 60.

<sup>436</sup> Francisco Antônio Cereto é jornalista e fez parte da equipe de técnicos que trabalhou na produção do Boletim SPHAN/próMemória de 1984 até 1989. Atualmente, é o responsável pelas atividades relacionadas à assessoria de imprensa na Superintendência do IPHAN-RJ. Este depoimento foi adquirido por meio de entrevista presencial gravada em aparelho de áudio digital, no dia 27 de março de 2012, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. in: DIAS, Welbia. Op. Cit. 2012, p. 85.

tinha textos muito elaborados, inacessíveis a certas pretensões [...]. A linha editorial era totalmente diferente, a proposta era totalmente diferente, e os próprios repórteres, redatores também eram muito diferentes. Nós éramos muito jovens, e o pessoal que fazia a Revista já tinha uma certa idade, era um texto excessivamente rebuscado, porque eram artigos; na verdade, era uma coletânea de artigos em cada edição. Não era um formato jornalístico, era um formato acadêmico.<sup>437</sup>

A partir da fala de Cereto podemos perceber certa oposição a como a Revista do Patrimônio era organizada e seu cunho “elitista”. Essa tensão, segundo Maria Cecília Londres da Fonseca,<sup>438</sup> esteve presente entre os novos técnicos, advindos de diversas áreas - no caso do Boletim vindos principalmente da área da Comunicação - e os antigos técnicos do órgão e seu *modus operandi* bastante sedimentado. Nesse sentido, podemos observar que aqueles à frente do Boletim da SPHAN/FNpM possuíam concepções bastante adversas aos técnicos à frente da Revista do Patrimônio. Embora, como poderá ser visto, o Boletim e o ideário de Aloísio Magalhães tenham influenciado diretamente as publicações futuras da Revista.

De acordo com Maria de Lourdes Castro Oliveira,<sup>439</sup> Aloísio Magalhães almejava uma publicação que concretizasse a ideia de uma identidade institucional.

Ele achava que o povo tinha que ver, tinha que materializar. Que o IPHAN, o PCH e o CNRC estavam sendo uma coisa só. É evidente que ele queria que isso circulasse pelas cidades, mas era uma coisa de identidade própria das três (...); o grande norte, o grande impulsionador da ideia, o detonador da ideia, era juntar os fazeres das três instituições em uma coisa só, porque nós teríamos que ser uma coisa só.<sup>440</sup>

Embora Aloísio Magalhães, assim como Rodrigo M. F. de Andrade em 1937, tenha utilizado o potencial da mídia e dos meios de comunicação para divulgação das questões da prática de preservação e da defesa do patrimônio cultural brasileiro,<sup>441</sup> há uma grande diferença de metodologia entre os dois diretores. Enquanto que Rodrigo M. F. de Andrade buscou, dentro da linha editorial do órgão, reunir agentes renomados em diversas áreas para as publicações, Aloísio Magalhães e a equipe responsável pela edição do Boletim SPHAN/FNpM primaram o anonimato dos textos publicados,

<sup>437</sup> Ibidem, p. 114.

<sup>438</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. Op. Cit. 2005.

<sup>439</sup> É jornalista e especialista em Comunicação e Política Pública. Foi convidada por Aloísio Magalhães para assumir a área de comunicação e de assessoria de imprensa da SPHAN/FNpM. A fim de atender a uma demanda solicitada por Aloísio Magalhães, foi a pessoa diretamente responsável pela criação do Boletim SPHAN/próMemória. Atuou por muitos anos como a editora-chefe do Boletim e foi idealizadora e chefe de outras áreas e projetos de promoção e divulgação institucional no âmbito da SPHAN, como a área de Projetos Especiais e Relações Comunitárias. In: DIAS, Welbia. Op. Cit. 2012, p. 88.

<sup>440</sup> OLIVEIRA, Maria de Lourdes Castro, 2012 apud DIAS, Welbia Dias. Op. Cit. 2012, p. 88.

<sup>441</sup> DIAS, Welbia Dias. Op. Cit. 2012, p. 68.

salve algumas exceções como os textos publicados na seção “Opinião”. Apenas a partir do número 25 do Boletim são publicadas informações sobre os profissionais da produção. Acerca de tal questão Maria de Lourdes Castro Oliveira discorre:

Até o 25 eu senti que a gente devia ser absolutamente anônimo, porque a gente estava construindo uma nova identidade [...]. Então, não tinha nome porque a briga de ego nos primeiros tempos era muito grande nas três instituições [...], o Aloísio comprou essa história. Também não se assinava foto [...]. Só passou a ter [assinatura] no 25, porque a instituição já estava costurada; as três já eram uma instituição, [que] já estava consolidada. Aí não tinha mais sentido não assinar ou por nome (...).<sup>442</sup>

De acordo com Welbia Dias, Maria de Lourdes Castro Oliveira e Aloísio Magalhães foram os responsáveis pela elaboração do projeto de comunicação do SPHAN/FNpM. Em sua gênese ao mesmo tempo que possuiu certa autonomia institucional, a linha editorial não possuía um projeto estruturante prévio, sendo uma “obra em construção durante a própria operação.”<sup>443</sup> Ainda de acordo com Welbia Dias, a linha editorial do órgão foi naquela época:

um espaço onde se desenvolviam atividades e trabalhos relacionados à publicidade, uma espécie de miniagência que tinha, entre outras funções, firmar convênios e parcerias com instituições públicas e privadas com a finalidade principal de divulgar o patrimônio cultural em espaços alternativos, como em sacolas de supermercados, em camisetas da *Hering*, em brinquedos educativos da *Grow Jogos e Brinquedos S.A.*, em guardanapos de empresas aéreas, como a *VARIG*, em volantes de Loteria e em Jornais impressos, como o *Jornal de Letras*. Ao longo das edições do Boletim SPHAN/FNpM encontramos notas informando sobre tais parcerias, e na Seção Cartas encontramos trechos de leitores elogiando a iniciativa.<sup>444</sup>

Para além de Maria de Lourdes Castro Oliveira e os outros técnicos acima citados, o quadro 10 abaixo, sintetizado por Welbia Dias, nos mostra os profissionais que atuaram no Boletim SPHAN/FNpM:

Quadro 10 - Profissionais que atuaram no Boletim SPHAN/FNpM entre 1983-1989.

Cargo/Função	Profissional
Editor(a) responsável ou editor chefe	Maria de Lourdes Castro Oliveira; Marcus Vinícius De Lamônica Freire; Mauro Jorge Cunha Chaves.
Coordenação de Produção	Mauro Jorge Cunha Chaves.
Chefe de Redação	Maria da Graça Nobre Mendes; Rodney Dias Ribeiro.

<sup>442</sup> OLIVEIRA, Maria de Lourdes Castro, 2012, apud DIAS, Welbia Dias. Op. Cit. 2012, p. 89.

<sup>443</sup> LEITE, João de Souza, 2012 apud DIAS, Welbia. Op. Cit. 2012, p. 86.

<sup>444</sup> Ibidem, p. 89.

Redação	Marcus Vinícius De Lamonica Freire; Maria da Graça Nobre Mendes; Ulisses Lacava Bigaton; Francisco Cereto; Rodney D. Ribeiro; Laudessi Torquato; Marcos Cambraia; Lúcia Cristina de Oliveira; Adelina Lapa Nava Rodrigues; Stella Aponte Caymmi; Eliana Thompson Henriques; Rosane Carneiro.
Revisão	Maria da Graça Nobre Mendes; Lilian Lopes da Silva; Luciana Kuhn Viégas de Medeiros; Melanie de Oliveira Avellar e Almeida; Sylvio Clemente da Motta.
Diagramação, Produção Gráfica e/ou Arte-Final	Batista Arruda; Aimojara Xavier; Gioietta Lana; Rita de Cássia Betta Araújo.
Colaboradores	Glauco Campelo; Roberto Sabato; Cláudio Moreira; Ricardo Costa Pinto; Esther Caldas Bertoletti; Marcos Cambraia; Maria Betânia Uchôa Cavalcanti; Mauro Jorge Cunha Chaves; Rosane Maria Freitas; Roberto Pereira Medeiro; Sônia Rabello; Marcos Vinícius Vilaça; Adelina Lapa Nava Rodrigues; José Leme Galvão Júnior; Júlio Nicolau B. de Curtis; Ulisses Lacava; Luciana Viegas de Medeiros; Maria Angélica Fernandes Teixeira; Eliana Thompson Henriques; Mônica Valadão Reis. Estagiários Laudessi Torquato; Lúcia Cristina de Oliveira; Rodney Dias Ribeiro; Ulisses Lacava; Stella Aponte Caymmi; Luciana Kuhn Viégas de Medeiros.
Composição ou Pesquisa e Expedição	Norivan Rosa da Silva; Geísa Martins; Denise Taveira do Couto.
Publicidade e Marketing	Rodney Dias Ribeiro.
Circulação	Maria Emília Medeiros do Nascimento.
Estagiários	Laudessi Torquato; Lúcia Cristina de Oliveira; Rodney Dias Ribeiro; Ulisses Lacava; Stella Aponte Caymmi; Luciana Kuhn Viégas de Medeiros.
Produção ou Impressão	Agência Quatro, serviços de comunicação integrada LTDA; Editora Lidador LTDA.

Fonte: Dias (2012, p.89-90)

Com exceção dos “colaboradores”, os demais profissionais eram da área da comunicação social ou da arte gráfica. Por sua vez, os profissionais colaboradores escreveram para a seção “Opinião”, sendo em sua maioria autores ligados ao órgão. Como afirma Welbia Dias “dos 36 artigos publicados, 19 eram de funcionários que exerciam algum cargo técnico e/ou de chefia dentro da

SPHAN/FNpM ou do MEC.”<sup>445</sup> Os demais profissionais estavam vinculados a outras instituições governamentais e instituições de ensino superior.

Podemos perceber ainda que a seção “Opinião” insere artigos analíticos, que fogem da proposta descritiva dos artigos da Revista do Patrimônio na sua primeira fase. Como já pode ser discutido anteriormente, a inserção de artigos descritivos foi também uma medida para auxiliar a legitimação da Revista do Patrimônio e a história homogênea que o órgão buscava construir.

A inserção de artigos em que diferentes autores debatiam as suas ideias é vista como um avanço dentro do órgão, que buscava uma maior correspondência com a sociedade, embora os autores da seção fossem, assim como na Revista do Patrimônio, especialistas da área. Como poderá ser visto mais a frente, textos como o de Briane Elisabeth Panitz Bicca<sup>446</sup> discorrem inclusive contra práticas sedimentadas do órgão.

Uma outra adição à linha editorial do órgão, no Boletim SPHAN/FNpM, está na seção “Cartas”. As cartas nos trinta primeiros anos do SPHAN eram endereçadas diretamente a Rodrigo M. F. de Andrade, uma vez que não existia tal seção na Revista do Patrimônio. A partir do n.5 (março/abril, 1980) do Boletim SPHAN/FNpM tal seção foi incluída. De acordo com Welbia Dias<sup>447</sup> a seção foi criada devido ao volume considerável de correspondências enviadas ao órgão em função das matérias publicadas nos boletins anteriores. Ainda segundo a autora, foram publicados os trechos considerados fundamentais, havendo, em alguns casos, réplica do SPHAN/FNpM.

Essa iniciativa se mostra também um avanço, na medida que o órgão permitiu que críticas e correções das matérias produzidas fossem disponibilizadas. Como por exemplo a carta presente no número 15, de Hardy F. Martin, que escrevia para complementar os dados expostos por um texto presente no Boletim de número 13: “Tomamos a liberdade de, dentro da seriedade que deve nortear todos os trabalhos de pesquisa, permitir-nos um breve acréscimo ao artigo público à pág. 25, SPHAN 13.”<sup>448</sup> Esse espaço aberto para reflexões e correções não esteve presente na proposta metodológica da primeira fase do órgão, que não permitia que a autoridade do discurso do órgão fosse contestada.

---

<sup>445</sup> DIAS, Welbia. Op. Cit. 2012, p. 97.

<sup>446</sup> Doutora em urbanismo, Briane teve uma atuação profissional marcante no fortalecimento das políticas para a preservação do patrimônio cultural no Brasil. Coordenou o Grupo de Trabalho sobre Preservação e Elaboração do dossiê referente à candidatura de Brasília ao título de Patrimônio Mundial, e foi coordenadora do Setor de Cultura da UNESCO no Brasil. Disponível em: [http://www.unesco.org/new/pt/rio-20/single-view/news/note\\_of\\_regret\\_for\\_the\\_death\\_of\\_briane\\_elisabeth\\_panitz\\_bicca/](http://www.unesco.org/new/pt/rio-20/single-view/news/note_of_regret_for_the_death_of_briane_elisabeth_panitz_bicca/) (acesso em 15/08/2020).

<sup>447</sup> DIAS, Welbia. Op. Cit. 2012, p. 91.

<sup>448</sup> SPHAN/FNpM. Cartas. Boletim SPHAN/FNpM.n. 13, p. 26, 1981.

No entanto, podemos entender que - para além do diálogo que a Seção proporcionou entre o SPHAN/FNpM com o público leitor - a introdução de tal seção pode ser identificado uma estratégia de validação institucional. Francisco Antônio Cereto discorre que a equipe “publicava as cartas que eram mais interessantes. Aquelas que elogiavam, aquelas que tocavam em assuntos contundentes”<sup>449</sup> aqueles assuntos, que assim, seriam de interesse do órgão. Dessa forma, podemos entender a inserção da Seção “Cartas” como uma forma de difundir o prestígio e o alcance que o SPHAN/FNpM estava alcançando nesse momento.

Welbia Dias nos mostra que a partir da Seção “Cartas” pode-se ter também uma noção inicial do alcance geográfico da circulação do Boletim SPHAN/FNpM:

Dos trechos publicados ao longo dos 46 números, 26 são de instituições ou pessoas residentes no Estado do Rio de Janeiro (RJ) e 26 do Estado de São Paulo (SP); dezenove são do Rio Grande do Sul (RS); dezesseis de Minas Gerais (MG); o Estado da Bahia (BA) e o Distrito Federal (DF) tiveram a mesma quantidade (p. 94) de cartas publicadas, ou seja, sete cada um. O Estado de Santa Catarina (SC) e Sergipe (SE) com cinco, cada um; Goiás (GO) e Paraná (PR) com quatro, cada um; Pernambuco (PE) e Pará (PA) com três, cada um; Espírito Santo (ES) com dois; os Estados do Rio Grande do Norte (RN), Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Piauí (PI), Paraíba (PB) e Amazonas (AM) com um, cada; e, onze trechos de correspondências publicadas não apresentam a identificação de região geográfica.<sup>450</sup>

A partir das cartas publicadas no Boletim SPHAN/FNpM pode-se perceber, assim, que o Boletim possuiu alcance nacional. Embora a maior parte das correspondências partissem do Sudeste, em especial dos Estados Rio de Janeiro e São Paulo, houveram correspondências advindas de todas as regiões brasileiras. Houve também cartas de destinatários internacionais, em número reduzido se comparado às nacionais. Segundo Welbia Dias “dos trechos de correspondências publicadas, três se referem a pessoas residentes em Portugal; dois do Uruguai e dois da Colômbia; um trecho ou depoimento de uma pessoa residente nos Estados Unidos; no Chile; Equador; Peru; na Itália; Argentina; e na Guatemala”<sup>451</sup>. Laudessi Torquato Soares<sup>452</sup> complementa ainda que “além dos assinantes que já constavam em uma lista de endereços, o Boletim era encaminhado para todos os

<sup>449</sup> CERETO, Francisco Antônio, 2012 apud DIAS, Welbia. Op. Cit. 2012, p. 97.

<sup>450</sup> DIAS, Welbia. Op. Cit. 2012, p. 95.

<sup>451</sup> Ibidem.

<sup>452</sup> É jornalista. Em 1984, entrou na Fundação Nacional próMemória como estagiário do Boletim SPHAN/próMemória. Atualmente, exerce atividades relacionadas à assessoria de imprensa no Museu Histórico Nacional (MHN), na cidade do Rio de Janeiro. Este depoimento foi adquirido por meio de entrevista presencial gravada em aparelho de áudio digital, no dia 30 de março de 2012, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. In: DIAS, welbia. Op. Cit. 2012, p. 96.

consulados e embaixadas do Brasil”.<sup>453</sup> O que mostra que a circulação internacional da Revista do Patrimônio foi também alcançada pelo Boletim SPHAN/FNpM.

Entre 1979 e agosto de 1985 o Boletim SPHAN/FNpM manteve uma periodicidade de em média seis publicações por ano. Entre agosto de 1985 até novembro de 1987 não houve publicações. De acordo com João de Souza Leite isso aconteceu devido a criação do Ministério da Cultura – MEC, em 1985, que por diversas circunstâncias “provocou sérios impasses políticos entre a SPHAN e a FNpM, que, pela primeira vez, passaram a ser dirigidas por pessoas diferentes.”<sup>454</sup> De acordo com Welbia Dias foi também nesse período que a então editora chefe do Boletim, Maria de Lourdes Castro Oliveira, se afastou da FNpM. Sem a presença de Oliveira, a FNpM não colocava mais a publicação do Boletim como prioridade.<sup>455</sup>

A própria SPHAN/FNpM deixou indícios dentro do Boletim de alguns dos problemas enfrentados pelo órgão que afetariam diretamente a circulação do Boletim SPHAN/FNpM. No número 23, por exemplo, lê-se o informe do Núcleo de Redação – NR:

Comunicamos aos nossos prezados leitores que, diante da escassez de recursos orçamentários, o Boletim SPHAN/próMemória passará a circular, temporariamente, a partir das presentes edições, com menor número de páginas e de ilustrações e impresso em corpo reduzido. Esta foi a forma por nós encontrada para que a publicação continuasse a circular, adequando-a à situação ora enfrentada. Comunicamos ainda que será mantida a bimestralidade do Boletim, que, esperamos, não sofrerá prejuízos em seu caráter documental.<sup>456</sup>

O Boletim em suas primeiras edições contava com poucas páginas publicadas. A edição zero, de 1979, por exemplo, foi constituída de apenas duas páginas. Entretanto, com o decorrer das publicações, o Boletim passa a ter mais informações, com edições chegando a ter mais de cinquenta páginas, como foi o caso da publicação de n. 30, referente a Maio/Junho de 1984 que possuiu 56 páginas. Podemos perceber, assim, que a crise vivida em 1983 foi logo resolvida, pois, no ano seguinte, as publicações voltaram a ter um número maior de páginas.

Nos anos 1987 e 1989 a bimestralidade do Boletim não foi mantida, e em 1989 o Boletim SPHAN/FNpM foi extinto. Welbia Dias associa o mandato do ex-presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992) a tal extinção. Foi nesse período que o Ministério da Cultura – MinC e uma série

---

<sup>453</sup> Ibidem.

<sup>454</sup> LEITE, João de Souza, 2012 apud DIAS, Welbia. Op. Cit. 2012, p. 114.

<sup>455</sup> Ibidem, p. 115.

<sup>456</sup> Informação contida em SPHAN/FNpM. Cartas. *Boletim SPHAN/FNpM*, n.23, p. 20, 1983.

de instituições, entre elas a SPHAN/FNpM, foram extintas.<sup>457</sup> No momento de sua extinção o Boletim SPHAN/FNpM possuía tiragem de cerca de 30.000 exemplares.<sup>458</sup>

Após entender como se constituiu o Boletim da SPHAN/FNpM podemos agora investigar como a arquitetura popular foi tratada em tal publicação.

#### 4.2.1 A ARQUITETURA POPULAR NO BOLETIM

Diferentemente do proposto por Rodrigo M. F. de Andrade, - que no “Programa” presente na primeira edição da Revista do Patrimônio, defendia que a publicação não seria um registro das atividades do SPHAN<sup>459</sup> - Aloísio Magalhães, na “Apresentação do Boletim”, afirma que a publicação do Boletim SPHAN/FNpM seria o primeiro passo para enfrentar os novos desafios atrelados às políticas de preservação patrimonial, em especial o diálogo contínuo e aberto com a sociedade.<sup>460</sup> Magalhães discorre, ainda, acerca do processo de fusão entre o PCH/IPHAN/FNpM, discutido no ponto 3 do presente estudo.

Por se constituir como um local de difusão das obras realizadas pelo órgão, o Boletim SPHAN/FNpM não possuiu longos artigos como os publicados na Revista do Patrimônio. Assim, iremos investigar algumas experiências do órgão que envolveram a arquitetura popular em outros *locus* de ação do SPHAN. Muitas dessas experiências ocorrem para além dos processos de tombamento e refletem também o processo de descentralização das políticas preservacionistas do órgão.

Ainda nos primeiros números do Boletim SPHAN/FNpM uma das adições referentes à arquitetura popular se dá na proteção de conjuntos urbanos do ciclo do ouro no Centro-Oeste. As tipologias da chamada arquitetura civil são citadas já no estudo de Afonso Arinos de Melo Franco,<sup>461</sup> no entanto, não figuraram as páginas da Revista do Patrimônio. No Boletim de n. 3, publicado em 1979, está presente o texto “IPHAN conclui obra em Pilar de Goiás”. No texto não se discute muito acerca das características do conjunto urbano da cidade (ver fig. 31). Todavia, é informado que o

<sup>457</sup> DIAS, Welbia. Op. Cit. 2012, p. 116.

<sup>458</sup> RIBEIRO, Rodney Dias, 2012 apud DIAS, Welbia. Op. Cit. 2012, p. 116.

<sup>459</sup> ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Op. Cit., 1937b, p.1.

<sup>460</sup> MAGALHÃES, Aloísio. Apresentação do Boletim. *Boletim SPHAN/Pró-Memória*. N. 0, p.1-2, 1979.

<sup>461</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Op. Cit. 2005.

conjunto foi tombado pelo IPHAN naquele ano e que estariam previstas quatro obras de restauração para a cidade.<sup>462</sup>

É interessante notar, ainda, o destaque dado no texto para a opinião popular. Assim, é aberto espaço para que a própria população solicite usos para os prédios que seriam restaurados, como é o caso da fala do jovem Caru, integrante do Clube dos Jovens de Pilar de Goiás, que no momento solicitava o uso da casa da Intendência, restaurada e de propriedade do IPHAN:

A cidade atualmente não tem condições de ter uma vida cultural. Não tem cinema, não tem uma quadra de esportes, não tem nada. Nem água encanada e nem esgoto nós temos. Uma organização como a nossa, contando com o apoio a nível federal, tenho certeza que há de fornecer algo à cidade para que a sociedade de Pilar tome conhecimento da necessidade de preservar a cultura e isso sem se esquecer de progredir, é lógico, o progresso tem que vir.<sup>463</sup>

Figura 31 - Conjunto urbano da cidade de Pilar de Goiás - GO.



Fonte: IPHAN (1979).

No Boletim de n. 3, referente aos meses de novembro e de dezembro de 1979 é registrada uma ação do IPHAN em relação aos sistemas de construção popular que vai além dos processos de tombamento. No texto “Sistemas Construtivos” é apresentado o projeto que estava sendo desenvolvido por meio do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, por meio

<sup>462</sup> IPHAN. IPHAN conclui obra em Pilar de Goiás. *Boletim IPHAN*. N. 3, p. 9-10, 1979.

<sup>463</sup> *Ibidem*. p. 9.

do Programa de Tecnologia Urbana e da Habitação e o CNRC, que consistia na produção de um filme, dirigido por José Zanine Caldas,<sup>464</sup> que documentaria as diferentes soluções construtivas para habitação utilizadas pelas camadas de baixa renda, em diferentes regiões do país.<sup>465</sup> No texto é dito que o documentário estava em fase de finalização, no entanto, não se sabe se realmente chegou a ser finalizado e onde foi exibido. No texto se descreve, também, as diferentes soluções tratadas no documentário:

Instigado pela mais extrema necessidade, o homem resolve as dificuldades de construir em terreno excessivamente inclinado e acidentado dos morros do Rio de Janeiro; descobre a solução de alinhar uma casa atrás da outra – numa fila interminável – para aproveitar as terras devolutas que acompanham a linha do trem, em Campos; usa de sistemática astúcia para conseguir um espaço para sua moradia, na favela do bairro de Coroadinho, em São Luís do Maranhão; fabrica rapidamente, para uso imediato, um cômodo precário, com paredes e teto de palha, em torno do qual, posteriormente, constrói em taipa a casa definitiva. Pode, então, derrubar o primeiro abrigo, que lhe assegurou posse do terreno. Incrivelmente, quando não lhe sobra mais um solo onde morar, inventa a solução de criá-lo, a partir da acumulação de lixo sobre os Alagados, em Salvador.

Inventividade, inteligência e sensatez se evidenciam no aproveitamento da sucata, no uso da matéria-prima natural local e nas técnicas construtivas documentadas. O filme mostra a utilização de pneus usados para a fabricação de telhados; o uso da palha, da pedra, da madeira ou do barro quando se oferecem disponíveis nas regiões; a variação das técnicas construtivas relacionadas aos recursos humanos e naturais.

Quando a câmara se detém, na cidade de Linhares, numa antiga casa de fazenda estruturada em madeira, com telhas do mesmo material e cujos tijolos são de adobe, ou quando realiza um passeio sobre os telhados seculares de São Luís, sugere que as técnicas de construção ecológica e esteticamente harmônicas daquela época passada continuam sendo usadas quando a necessidade conduz as comunidades ao esforço – abandonado pelas camadas sociais mais favorecidas da sociedade industrial – de encontrar estratégias funcionais para a construção de seu abrigo.<sup>466</sup>

A partir do texto referenciado acima podemos perceber uma certa continuidade dentro do órgão em relação à valoração das técnicas construtivas populares. Já em 1937 autores como Gilberto

---

<sup>464</sup> José Zanine Caldas é considerado por Gunter Weimer como um dos profissionais que desafiam os limites entre a arquitetura popular e a erudita por produzir obras “que por suas qualidades arquitetônicas ficaram gravadas em minha memória.” Ainda de acordo com Weimer Caldas “despontou em Brasília como “fazedor” de maquetes e como comprador de material de demolição, com o qual compunha casas “estranhas”, que não se submetiam aos cânones acadêmicos, mas tinham um vigor expressivo diante do qual não se conseguia ficar indiferente. (...) arquitetos cariocas hostilizavam sua atuação profissional exercida à revelia da lei, por não poder comprovar a devida formação.” In: WEIMER, Gunter. Op. Cit. 2005, p. 313.

<sup>465</sup> IPHAN. Sistemas Construtivos. *Boletim IPHAN*, n. 3, p. 14, 1979.

<sup>466</sup> *Ibidem*.

Freyre saudavam a boa acomodação climática e ecológica dos mocambos estudados por ele.<sup>467</sup> Como discutido no ponto 2.2 essa argumentação foi utilizada por outros autores na Revista do Patrimônio e está presente também no artigo publicado no Boletim. Podemos perceber também como a reestruturação física e teórica que o órgão passava refletiu em ações de novos tipos, que - para além de processos de tombamento - visavam a educação patrimonial e a valoração de bens considerados não monumentais.

No Boletim de n. 5, último a ser editado pelo IPHAN, a discussão da arquitetura civil do ciclo do ouro é continuada. Nesse momento é discutido a possibilidade do tombamento do conjunto urbano de Rio de Contas (ver fig. 32), cidade do interior baiano. Diferentemente do texto referente à cidade de Pilar de Goiás, o artigo “Novos Tombamentos” descreve as principais características dos bens a serem tombados, como o conjunto urbano da cidade de Rio das Contas.<sup>468</sup> O texto que se baseia no estudo preparado pelo arquiteto Fernando Machado Leal para justificar o tombamento da cidade, inicia a discussão de que como ocorrido nas cidades de Goiás e em Mato Grosso, poucos foram os estudos desenvolvidos acerca dos núcleos urbanos da Bahia nascidos no ciclo do ouro.<sup>469</sup>

Se é verdade – afirma Fernando Leal – que em Minas Gerais se concretam os núcleos urbanos mais desenvolvidos do ciclo do ouro, não se pode negar a importância dos povoados formados nas outras regiões auríferas. O relativo desconhecimento sobre esses povoados pode ser atribuído ao isolamento em que permaneceram até pouco tempo essas regiões do país. Se por um lado esse isolamento prejudicou estudos e pesquisas, por outro possibilitou que determinados núcleos, como o de Rio de Contas, se mantivessem resguardados de alterações mutiladoras de suas características iniciais.<sup>470</sup>

Figura 32 - Conjunto urbano de Rio das Contas - BA.



Fonte: IPHAN (1980).

<sup>467</sup> FREYRE, Gilberto. Op. Cit. 1937.

<sup>468</sup> IPHAN. Novos tombamentos. *Boletim IPHAN*, N. 5, p.3-6, 1980. P. 3

<sup>469</sup> Ibidem.

<sup>470</sup> Ibidem.

Embora os textos não classifiquem como “arquitetura civil” ou ainda “popular”, podemos perceber que mesmo com a introdução de novos núcleos urbanos na linha editorial, os núcleos da “arquitetura civil” mineira ainda seguem sendo ponto de partida para as demais análises. Os demais núcleos são vistos sempre como menos desenvolvidos, ou de importância secundária. O “esquecimento” referido por Leal, pode ser também um esquecimento construído pela não aparição em meios como a Revista?

Podemos notar ainda como os textos publicados dentro do Boletim se desenvolvem no decorrer dos números publicados, apresentando novas informações, crescendo, assim, em tamanho e em reflexões. A partir das figuras 31 e 32 podemos notar, ainda, como o órgão busca representar os novos conjuntos urbanos tombados a partir de uma visão mais ampliada se comparado com as imagens presentes na Revista do Patrimônio, incluindo a população e novos elementos da paisagem urbana (ver, a exemplo, figura 32).

Entre os números 7 e 16 foram publicados pequenos relatos acerca do tombamento e projetos de restauro que envolveram a arquitetura popular. Contudo, os textos se constituíram como pequenas notas informativas, geralmente ocupando menos da metade de uma página. Assim, não trouxeram informações para além das ações da SPHAN/FNpM. Nesse sentido, foram publicadas notícias acerca de projetos de revitalização em estados como Espírito Santo e Goiás, e processos de tombamento como da cidade de Cuiabá – MS, Planaltina – DF e Mucugê – BA. Esse último foi protegido por conta da sua arquitetura “trivial e modesta” do sertão baiano (ver fig. 33), publicado no Boletim de n. 7, referente a julho-agosto de 1980.<sup>471</sup> Como apontam Márcia Sant’Anna<sup>472</sup>, Juliana Nery e Felipe Amaral<sup>473</sup>, o conjunto urbano da cidade foi tombado devido a forma como o conjunto edificado popular se associa com o meio natural em que é inserido. Sant’Anna explicita, também, que o processo de tombamento de Mucugê é representativo de quando a população local levantou reações contrárias ao processo de tombamento, que chegaram a ser violentas. Algo que não foi expresso no Boletim SPHAN/FNpM, que não se detalhou acerca das diferentes nuances do processo de tombamento, apenas notificando o fato ocorrido.

---

<sup>471</sup> SPHAN/FNpM. Novos tombamentos: Direito do Recife e Mucugê. *Boletim SPHAN/FNpM*, N. 7, p. 15-16, 1980. P. 16.

<sup>472</sup> SANT’ANNA, Márcia. Op. Cit. 1995. P. 215.

<sup>473</sup> NERY, Juliana; AMARAL, Felipe. *As Expressões Da Arquitetura Popular De Mucugê E Sua Importância Na Configuração Da Cidade*. In: 2º Seminário Arquitetura Vernácula, Belo Horizonte, 2019.

Figura 33 - Conjunto urbano de Mucugê - BA.



Fonte: SPHAN/FNpM (1980).

No Boletim de n. 14, referente aos meses de setembro-outubro de 1981, é publicado o artigo “Rio Grande do Norte: Vila Flor, patrimônio em reconstituição”<sup>474</sup> em que é divulgada a ação da Fundação José Augusto, do Governo do Estado do Rio Grande do Norte; o “Projeto de Revitalização do Conjunto Urbano da Vila Flor”, “que tem a finalidade de reconstituir e revalorizar um dos mais expressivos e autênticos documentos arquitetônico-urbanísticos do século XVIII.”<sup>475</sup> O projeto contou com o apoio financeiro da SPHAN/FNpM por meio do PCH e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU. O projeto se constitui, assim, como representativo da descentralização das políticas preservacionistas da época, em que os Estados e Municípios passam a ter maior autonomia nos projetos.

O conjunto urbanístico da Vila Flor ainda na década de 1980 preservara as características de casario com a solução plástica e sistema construtivo – taipa de sapo, cobertas com telhas de fabricação manual ou palha – do séc. XVIII. Podemos perceber a partir da figura 34 que a tipologia da Vila Flor se aproxima das “tipologias primitivas” discutidas por autores como Afonso Arinos Melo

<sup>474</sup> SPHAN/FNpM. Rio Grande do Norte: Vila Flor, patrimônio em reconstituição. *Boletim SPHAN/FNpM*, n. 14, p. 1-2, 1981.

<sup>475</sup> *Ibidem*, p. 1.

Franco<sup>476</sup> e Robert Smith.<sup>477</sup> Sendo o primeiro conjunto urbano dessa tipologia reproduzido na linha editorial do órgão.

Tais características puderam ser conservadas devido ao pouco desenvolvimento da Vila, e a sua evolução histórica “curiosa, uma vez que é um dos poucos Municípios do Brasil que foi instalado, extinto e, posteriormente, restaurado.”<sup>478</sup> O Município foi instalado em 1769 e a “extinção se deu a 19 de julho de 1858, com a transferência da sede para a Vila de Canguaretama. Em 31 de dezembro de 1963, Vila Flor retornou à categoria de Município e desmembrou-se definitivamente de Canguaretama, da qual era um simples Distrito”.<sup>479</sup>

Figura 34 - Conjunto Urbano de Vila Flor - RN.



Fonte: SPHAN/FNpM (1981).

No projeto “está prevista a reconstituição de fachadas de algumas casas do entorno do largo da Casa de Câmara e Cadeia, a fim de que retornem as características primitivas de sua construção.”<sup>480</sup> Além do projeto de restauro da Casa de Câmara e Cadeia e demolição de prédios que estavam descaracterizando a “a harmonia do conjunto urbano de Vila Flor, um dos últimos remanescentes das primeiras implantações de nossas vilas e núcleos do século XVIII”<sup>481</sup>

Podemos perceber assim que, no projeto, apesar de ser articulado de forma descentralizada, ainda estavam presentes ações já bastante sedimentadas dentro do SPHAN, como a restauração de obras para o seu estado original. Além disso, ao analisar a lista de bens tombados e em andamento, é

<sup>476</sup> FRANCO, Afonso Arinos Melo. Op. Cit. 2005.

<sup>477</sup> SMITH, Robert. Op. Cit. 1969,

<sup>478</sup> SPHAN/FNpM. Op. Cit. 1981, p. 3.

<sup>479</sup> Ibidem.

<sup>480</sup> Ibidem, p. 2.

<sup>481</sup> Ibidem, p. 1.

possível identificar apenas o tombamento N 665 – T – 62 da Casa de Câmara e Cadeia, anterior ao projeto da década de 1980. Dessa forma o projeto de revitalização da Vila Flor não resultou em novos tombamentos para além dos edifícios governamentais ali presentes. O que é visto, também, como uma continuação das ações já sedimentadas no período anterior do órgão.

Também no Boletim de n. 14 está presente o artigo intitulado “A inserção da arquitetura contemporânea em áreas antigas” de autoria de Briane Panitz Bicca, que por estar inserido na coluna “Opinião”, teve a autoria revelada. Bicca, que na época era técnica da SPHAN/FNpM no PCH, opina inclusive contra a prática realizada na Vila Flor, em que se busca voltar à imagem antiga, embora não se refira especificamente a tal caso:

Da maneira como hoje se processam, tais intervenções tomam duas formas predominantes e opostas entre si: ou se imita o antigo ou se adota uma arquitetura absolutamente nova, “tipo Brasília”. Ou se mimetiza o novo, fantasiando-o de velho, ou se apaga o velho, pelo contraste com o ultramoderno. Ambas soluções inaceitáveis e predatórias. A primeira desvaloriza o verdadeiramente antigo pela sua imitação e a segunda o aniquila pela supervalorização do novo. Desnecessário repetir que na mediana está a verdade e forçoso reconhecer a conveniência de sua busca sob pena de persistirem as aberrações perpetuadas a cada dia nas nossas áreas antigas, cujo somatório acabará por tornar inócuo o trabalho de preservação desse ou daquele conjunto.<sup>482</sup>

Embora se refira a práticas gerais, sem citar o órgão em seu texto, podemos notar que tal artigo, como também toda a coluna “Opinião”, se constitui como uma inovação na linha editorial do órgão, que até então não abria espaço para artigos com cunho de crítica e reflexão. Bicca faz também uma reflexão pertinente aos modos de fazer da arquitetura popular, afirmando que apenas nesses casos seria aceitável a “repetição” do modo de fazer, uma vez que as técnicas ainda estão vivas, passando de geração para geração:

[...] no interior do Brasil, há populações que repetem os modelos de dois séculos atrás, sem que isso conote imitação no sentido antes aqui empregado. Muito pelo contrário, há uma busca – consciente ou não, pouco importa – de uma homogeneidade espacial, retrato de uma real comunhão de meios e de princípios estéticos, entre outros. As exigências programáticas, a tipologia e as técnicas construtivas mantêm-se praticamente inalteradas, partindo de dentro da sociedade e não impostos desde seu exterior.<sup>483</sup>

A autora continua:

---

<sup>482</sup> BICCA, Briane Elisabeth Pantiz. A inserção da arquitetura contemporânea em áreas antigas. *Boletim SPHAN/PróMemória*, n.14, p. 11-12, 1981. p. 11.

<sup>483</sup> *Ibidem*, p. 12.

É nesse sentido que situações díspares verificadas nas nossas cidades históricas, quanto ao emprego de técnicas mais ou menos tradicionais, permitem uma larga utilização da taipa de sopapo no Serro (MG) em contraste com Ouro Preto, onde esse fazer já desapareceu completamente. Havendo mão-de-obra especializada, matéria-prima e respostas às exigências estéticas e aos programas de atividades a terem lugar no prédio, porque deixaria a população do Serro de utilizar a taipa para as suas edificações, trocando-a por concreto, tijolo e argamassa, bem mais onerosos?<sup>484</sup>

Apesar de não ser o foco do texto, que buscava problematizar a inserção de novos projetos em centro históricos, a reflexão de Bicca para o modo de fazer popular é de grande importância. A autora mostra que o modo de fazer popular é algo vivo, que para além da repetição há também um princípio estético, que busca certa harmonia, seja ele intencional ou não, e que não precisaria ser modernizado, se não fosse algo imperativo para a população local. Assim, Bicca nos mostra também que a análise do saber fazer popular precisa ser feita caso-a-caso. Só assim seria possível entender as necessidades e possibilidades para a arquitetura popular daquela região.

No Boletim de n. 17, referente aos meses de março/abril de 1982, é publicada matéria referente ao distrito de Mazagão Velho, pertencente à cidade de Mazagão no Estado do Amapá, intitulada “Mazagão Velho mantém viva a sua história”.<sup>485</sup>

No século XVII Portugal desativa a cidade de Mazagão<sup>486</sup> no continente africano (hoje Mauritânia e Marrocos), após anos de guerra entre árabes mulçumanos e portugueses católicos, e envia 340 famílias portuguesas que aportam em Belém do Pará. “O Governador do Grão-Pará, Athayde Teive, mandou construir uma nova Mazagão, em plena Região Amazônica, para abrigar as famílias portuguesas e seus escravos.”<sup>487</sup> Cerca de metade dessas famílias se muda para a nova Mazagão que permanece até meados do séc. XIX como um importante ponto, que passa a entrar em decadência devido à má administração e das doenças como malária, varíola e cólera. O pouco desenvolvimento econômico do Distrito de Mazagão Velho fez com que os moradores conservassem as suas moradias.

Embora o artigo traga imagens (ver fig. 35) das moradias populares do Distrito, a matéria foca nas ações do Patrimônio e Arquivo Histórico do Amapá, que buscavam conscientizar a população local acerca dos seus bens móveis, como imagens de santos dos séculos XVII e XVIII, trazidas pelos portugueses. Foram também conscientizados acerca da “importância e conservação e transmissão de

---

<sup>484</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>485</sup> SPHAN/FNpM. Mazagão Velho mantém viva a sua história. *Boletim SPHAN/FNpM*, n. 17, p.16-17, 1982.

<sup>486</sup> Para aprofundamento na temática cf VIDAL, Laurent. *Mazagão: a cidade que atravessou o Atlântico*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

<sup>487</sup> SPHAN/FNpM. Op. Cit. 1982, p. 16.

seu amplo conhecimento de medicina popular e de técnicas artesanais em palha, barro e na feitura da farinha de mandioca, que é a base econômica do lugar.”<sup>488</sup>

A partir da figura 35 podemos perceber, ainda, que as moradias do distrito não se assemelham à tipologia da “arquitetura civil lusitana” presente em outros pontos de colonização do século XVIII. O material de revestimento de tais habitações é a madeira, diferentemente da pedra e cal característicos da arquitetura civil de outras localidades.

Figura 35 - Conjunto urbano de Mazagão Velho - AM.



Fonte: IPHAN (1982).

Embora não possua o foco na arquitetura popular da região, a notícia - ao apresentar a arquitetura popular de Mazagão Velho - insere o Estado do Amapá na linha editorial do órgão, ao menos no tangente à temática popular. A notícia nos mostra também como parcerias entre o SPHAN/FNpM, a partir do trabalho conjunto de diversas áreas do saber, passaram a entender o patrimônio para além do monumento edificado, se antecipando em décadas às discussões do patrimônio intangível, que só veio ser discutido pela UNESCO no início dos anos 2000.

No Boletim n. 18, referente aos meses maio/junho de 1982, é registrada a ação em conjunto da SPHAN/FNpM e o Instituto dos Arquitetos do Brasil para a exposição “Arquitetura da Terra”, montada no Solar Grandjean de Motigny, na PUC-Rio na notícia “Mostra documenta técnicas

---

<sup>488</sup> Ibidem, p. 17.

alternativas de construção”.<sup>489</sup> De acordo com a notícia, a exposição resgatou “técnicas construtivas antigas como pau-a-pique, o adobe, o barro cru socado e, mais atual, o solo-cimento (versão contemporânea da taipa de pilão)”, que estariam marginalizadas no mundo arquitetônico e agora arquitetos e engenheiros buscavam se voltar mais uma vez para o resgate de tais experiências.<sup>490</sup>

Como foi possível ser discutido no tópico “Um termo e um recorte” dessa dissertação, técnicas tradicionais não são exclusivas da arquitetura popular, no entanto, ao se voltar para tais técnicas o SPHAN/FNpM possibilitou também uma maior exposição e discussão acerca do saber fazer para além da pedra e cal, e assim, para o saber fazer popular, que se insere também em algumas das técnicas construtivas discutidas. Entendemos a conscientização de técnicos como de extrema importância para o reconhecimento dos valores da arquitetura popular.

No Boletim n. 20, referente aos meses setembro-outubro de 1982, é citado pela primeira vez o processo de tombamento do Mercado de Carne da cidade de Aquiraz (ver fig. 36), considerado pelo SPHAN/FNpM como “uma das obras mais importantes de arquitetura popular do país.”<sup>491</sup> Nesse primeiro momento o processo ainda estava sendo analisado. O mercado na época estava correndo perigo de perder parte da sua ambiência, com a construção de uma edificação para o uso da Companhia Telefônica do Estado, impossibilitada pela ação da SPHAN/FNpM.<sup>492</sup> O processo de tombamento volta a ser citado no ano seguinte, no Boletim n. 25, referente aos meses de julho/agosto de 1983 na notícia “Ceará: Aquiraz, preservando a arquitetura popular”.<sup>493</sup>

Na notícia referente ao Boletim n. 25<sup>494</sup> há uma descrição do Mercado de Carne, voltada aos aspectos técnicos da obra e o que ela representa para a região:

Com seu núcleo central ladeado por alpendres e um telhado montado sobre uma estrutura de carnaúba, em formato piramidal, cujo vértice apoia-se a uma coluna de alvenaria, o Mercado da Carne é exemplo da criatividade popular, pois deposita nas características de sua construção o elemento principal da região, que é a carnaúba participando diretamente da estrutura construtiva, numa solução original, eficiente e, principalmente de baixo custo. Tal método deve ser preservado e revitalizado não só

<sup>489</sup> SPHAN/FNpM. Mostra documenta técnicas alternativas de construção. *Boletim SPHAN/FNpM*, N. 18, p. 20, 1982.

<sup>490</sup> Ibidem.

<sup>491</sup> SPHAN/FNpM. Ceará: Em estudo, tombamento do mercado de carne da cidade de Aquiraz. *Boletim SPHAN/FNpM*, N. 20, p. 20, 1982, p. 20.

<sup>492</sup> Ibidem, p. 20.

<sup>493</sup> Idem. Ceará: Aquiraz, preservando a arquitetura popular. *Boletim SPHAN/FNpM*, N. 25, p. 1-2, 1983.

<sup>494</sup> O Boletim N. 25 é o primeiro no nosso recorte de estudo a apresentar os responsáveis pela coordenação de Comunicação da FNpM, são eles: Editora responsável: Maria de Lourdes Castro Oliveira; Editor chefe: Marcus Vinícius de Lamônica Freire; Redação: Marcus Vinícius de Lamônica Freire, Maria da Graça Nobre Mendes, Ulisses Lacava Bigaton; Revisão: Maria da Graça Nobre Mendes; Diagramação e Arte-Final: Rosival Batista Arruda.

por constituir testemunho da inventividade do povo, como também por representar solução para habitações de populações de baixa renda.<sup>495</sup>

Apesar de não apresentar dados acerca da história da obra, exatamente por não existir registros documentais, o SPHAN/FNpM avança, ao se comparar com as descrições técnicas presentes na Revista do Patrimônio, ao não registrar somente as características técnicas da obra mas também como o uso de uma árvore local faz parte do imaginário local, ressaltando a criatividade popular.

Figura 36 - Mercado de Carne de Aquiraz - CE.



Fonte: SPHAN/FNpM (1983).

A notícia ainda indica que a preservação do Mercado de Carne de Aquiraz faz parte de uma ampliação do significado do patrimônio nacional, em que o SPHAN/FNpM “realiza na prática o discurso no sentido de que a cultura brasileira não pode ser entendida em seu conjunto se não for levado em consideração o vasto acervo de bens culturais não consagrados, não tradicionais, existentes no país.”<sup>496</sup> Liberal de Castro<sup>497</sup> afirma que: “entre a Igreja de São Francisco, em Ouro Preto e o Mercado há uma diferença muito grande, o que, no entanto, não impede que ambos sejam considerados monumentos nacionais.”<sup>498</sup> Apesar de não desenvolver tal pensamento, imaginamos que a diferença estaria no valor estético do barroco mineiro, que ainda no Boletim SPHAN/FNpM era

<sup>495</sup> SPHAN/FNpM. Op. Cit. 1983, p. 1.

<sup>496</sup> Ibidem, p.2.

<sup>497</sup> Liberal de Castro é um arquiteto cearense que desde 1957 é representante honorário do IPHAN realizando trabalhos de orientação em processos de tombamento de edificações, além de restauração de significativos exemplares, como a Igreja Matriz de Aracati. Participou da instrução de processos de tombamento tais como: da Casa José de Alencar, do Teatro José de Alencar e do Mercado da Carne, da Fortaleza de N. Sra. da Assunção e da Estação Ferroviária do Crato, todos no Ceará. In: PAIVA, Ricardo Alexandre; DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. A contribuição de José Liberal de Castro à arquitetura no Ceará. *Arquitextos*, São Paulo, ano 13, n. 154.04, Vitruvius, mar. 2013 <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.154/4695>>.

<sup>498</sup> SPHAN/FNpM. Op. Cit. 1983, p. 2.

entendido como o centro do parâmetro comparativo do patrimônio nacional. É ainda informado que o Mercado de Carne, após ser restaurado, serviria como escola comunitária visando ao atendimento de crianças carentes do Município, dentro do “Projeto Casulo”.<sup>499</sup>

Outro tombamento referente à tipologia popular foi também exposto no Boletim SPHAN/FNpM n. 20, referente ao Terreiro da Casa Branca (ver fig. 37).<sup>500</sup> O Terreiro da Casa Branca é o mais antigo terreiro de candomblé do Brasil e foi o primeiro a ser preservado como patrimônio histórico e cultural. O tombamento é fruto do convênio assinado entre a FNpM, a Prefeitura de Salvador, as Secretarias Estaduais de Planejamento e Educação e a Fundação Cultural da Bahia, além da Comissão de Defesa da Casa Branca, que reuniu em 1980 um grupo de intelectuais, além de representantes de várias entidades. Com o intuito de proteger os terreiros de candomblé, e as áreas onde estão situados da especulação imobiliária. Assim, se deu início ao Projeto Mapeamento de Sítios e Monumentos Religiosos Negros da Bahia – MAMNBA.<sup>501</sup>

Figura 37 - Terreiro da Casa Branca - BA.



Fonte: SPHAN/FNpM (1982).

Na notícia há ainda a fala do antropólogo Olympio Serra, técnico da SPHAN, que assim discorre: “tombar ou mesmo estabelecer mecanismos para preservar o terreiro da Casa Branca significa abrir espaço para o legado das demais culturas que compõem o Brasil”. Vemos que dentro

<sup>499</sup> Ibidem.

<sup>500</sup> SPHAN/FNpM. Bahia terá monumentos religiosos negros preservados. *Boletim SPHAN/FNpM*, N. 20, p. 21-22, 1982.

<sup>501</sup> Ibidem, p. 20.

da linha editorial do órgão a inserção do Terreiro da Casa Branca também é uma adição, uma vez que ainda não havia existido, até então, discussão acerca de arquiteturas de matrizes africanas.

O relatório do processo de tombamento afirma ainda quais são os pontos de maior destaque no conjunto arquitetônico da Casa Branca:

a coluna central do salão de festas, cuja concepção se prende a uma simbologia extremamente rica, e o “okoiluiaie” (barco), monumento simbólico e único do seu gênero no Brasil. Além desses elementos, o sítio do Candomblé do Engenho Velho comporta ainda uma casa grande central – Casa Sagrada –, várias casas-de-santos, árvores sagradas e plantas cultivadas especialmente para serem utilizadas nos rituais.<sup>502</sup>

Como poderá ser visto, a introdução do Terreiro da Casa Branca na linha editorial do SPHAN/FNpM se constitui como um ponto de partida para uma discussão mais abrangente de diferentes setores da sociedade que até então não figuravam nas publicações do órgão. O primeiro deles, referente à arquitetura popular, está presente no Boletim SPHAN/FNpM n. 22, referente aos meses janeiro-fevereiro de 1983, no artigo “Brasília”.<sup>503</sup>

Em artigo longo para o padrão do Boletim – nove páginas – se discute as ações do Grupo de Brasília, criado em 1981 e formado por representantes da SPHAN, do Governo do Distrito Federal – GDF e da Universidade de Brasília. O grupo buscava investigar a cidade por três eixos: “o plano físico da cidade, compreendendo as construções e o patrimônio cultural; o plano legal, abrangendo a questão dos instrumentos legais necessários à preservação e as medidas que o GDF deverá tomar para melhor proteger seu patrimônio, ou seja, a coleta de tudo que existe em Brasília.”<sup>504</sup> Entre os mais diversos aspectos discutidos no artigo, é noticiado também que o Grupo considerou as “invasões” urbanas como de grande importância (ver fig. 38), uma vez que tal processo acompanha a cidade desde a época da sua fundação até os dias da pesquisa.<sup>505</sup>

---

<sup>502</sup> Ibidem, p. 22.

<sup>503</sup> SPHAN/FNpM. Brasília. *Boletim SPHAN/FNpM*. N. 22, p. 1-9, 1982.

<sup>504</sup> Ibidem, p. 4

<sup>505</sup> Ibidem, p. 7.

Figura 38 - "Invasões" em Brasília - DF.



Fonte: SPHAN/FNpM (1983).

Ainda de acordo com o noticiado, apesar do valor histórico das “invasões” para a cidade, seria muito difícil propor a sua preservação. “Visto que o trabalho do grupo tem como objetivo principal a conservação da cidade, aliada ao bem-estar da sua população e, recomendar a preservação das “invasões”, algumas vezes implicaria em conservar a péssima condição de vida dos habitantes, perpetuando-se uma situação desumana”.<sup>506</sup> No entanto, o grupo não indicava a erradicação dessas invasões. Apesar de não se discutir sobre, é possível perceber uma mudança de pensamento dentro do órgão. Uma vez que, como foi discutido no ponto 1 do estudo, nas décadas de 1930-1940 a ideologia em ação seria erradicar tais tipologias e construir conjuntos de habitações sociais. Apesar de se constituir parte integrante da sociedade brasileira desde a criação da SPHAN e da sua linha editorial, tipologias que foram classificadas no Boletim acima referido como “invasões”, ou até mesmo as favelas não haviam figurado na linha editorial do órgão, muito menos sido consideradas como exemplares do patrimônio cultural.

Outra tipologia adicionada à linha editorial do órgão, por meio do Boletim SPHAN/FNpM, foi a arquitetura de imigrantes. De acordo com Paulo César Garcez Marins tal ausência seria uma das heranças da aversão que Mário de Andrade, e outros de sua época, tinham perante a arquitetura do imigrante. Mário de Andrade seria “intransigente e intolerante em relação, por exemplo, à imigração,

---

<sup>506</sup> Ibidem, p. 7.

cujos legados não lhe interessavam por acreditar, como muitos de sua geração, que não eram essencialmente brasileiros”.<sup>507</sup>

O primeiro artigo a tratar do assunto esteve presente no Boletim SPHAN/FNpM n. 29,<sup>508</sup> referente aos meses de março/abril de 1984, intitulado “No Sul um projeto para resgatar a memória da imigração italiana”.<sup>509</sup> O artigo busca dar visibilidade ao projeto de pesquisa desenvolvido pela Universidade de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, que desde 1978 investiga os segmentos da arquitetura, usos e costumes deixados pelos imigrantes italianos no Nordeste do Rio Grande do Sul.<sup>510</sup> Na subseção “Aspectos da cultura italiana no Rio Grande do Sul” é mostrado o artigo de Cleodes Maria Piazza Júlio Ribeiro, publicado na Revista Cultura, do MEC (nº 41, jul./dez. 1983). Ribeiro busca entender o modo de falar, a arquitetura, usos e costumes, móveis e utensílios da casa, indústria doméstica e literatura oral, originários da imigração de 1875.<sup>511</sup>

Em relação à arquitetura, Ribeiro afirma que enquanto que as tipologias encontradas no Estado em muito se assemelham com as tipologias italianas, a organização espacial no lote é bastante diferente, uma vez que no Brasil o lote costuma ser bem maior do que no norte da Itália. “Lá, a cozinha, a casa de dormir, o estábulo, o paiol e o celeiro formavam uma unidade construtiva compacta. Aqui, estes elementos passaram a ser edificados em separado. Só tardiamente é que a cozinha passou a ser incorporada ao corpo principal da casa.”<sup>512</sup> Ribeiro afirma, ainda, que as primeiras construções eram feitas de varas ou pranchas de pinheiro lascadas, com cobertura de folhas ou com tabuinhas lascadas. “Na sua versão definitiva, a casa do imigrante podia ser de pedra in natura, de pedra talhada, de tijolos de olaria, ou, mais frequentemente, de madeira.”<sup>513</sup>

O assunto volta a ser tratado no Boletim SPHAN/FNpM n. 34, referente aos meses de janeiro/fevereiro de 1984, na Seção “Conselho Consultivo” em que são explicitados alguns projetos referentes à arquitetura de imigrantes. O primeiro deles é o tombamento ao nível estadual pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF, da Casa Rural (ver fig. 39), considerada

<sup>507</sup> MARINS, Paulo César Garcez. Op. Cit. 2016, p. 19.

<sup>508</sup> No Boletim de N. 29 a mesma equipe do Boletim N. 25 coordena a publicação, com a inclusão de Francisco Correia, Laudessi Torquato, Lucia Cristina de Oliveira e Rodney Dias Ribeiro, todos estagiários e Glauco Campello e Roberto Sabato como colaboradores. A produção gráfica ficou responsável por Aimoiara Xavier e Gioietta Lana.

<sup>509</sup> SPHAN/FNpM. No Sul um projeto para resgatar a memória da imigração italiana. *Boletim SPHAN/FNpM*, N. 29, p. 1-10, 1984.

<sup>510</sup> *Ibidem*, p.1

<sup>511</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>512</sup> *Ibidem*.

<sup>513</sup> *Ibidem*.

um exemplar representativo da construção luso-brasileira de Santa Catarina, localizada na costeira do Ribeirão da Ilha em Florianópolis. Segundo a notícia a Casa rural foi “construída entre os séculos XVII e XIX, a Casa Rural esteve ligada ao desenvolvimento de atividades agrícolas de subsistência e conserva ainda seu engenho de farinha e terreiro de café, valiosos documentos de sua história.”<sup>514</sup>

Figura 39 - Casa Rural em Florianópolis - SC.



Fonte: SPHAN/FNpM (1984).

O segundo bem a ser tratado foi a Casa do Professor em Timbó, também no Estado de Santa Catarina. A Casa do Professor está ligada ao desenvolvimento histórico da cidade, uma vez os habitantes da então Vila de Timbó resolveram, em 1887, construir uma escola mais próxima à vila. Cada morador colaborava mensalmente com uma quantia, a fim de cobrir as despesas de manutenção.<sup>515</sup> “O primeiro professor da antiga escola chamava-se Schulz e sabe-se que este constituiu família e requereu uma moradia. Seu pedido foi aceito e em 1987 já havia junto ao colégio uma construção em enxaimel, com espaço suficiente para abrigar uma família.”<sup>516</sup> (ver fig. 40)

---

<sup>514</sup> Idem. Conselho Consultivo. Boletim SPHAN/FNpM, N. 34, p. 33, 1984.

<sup>515</sup> Ibidem, p. 34.

<sup>516</sup> Ibidem.

Figura 40 - Casa do Professor e colégio em Timbó - SC.



Fonte: SPHAN/FNpM (1984).

O Conselho Consultivo do SPHAN/FNpM decidiu incluir a Casa do Professor nos Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Histórico e de Belas Artes. É ainda noticiada a fala do Conselheiro Alcídio Mafra de Souza<sup>517</sup> que observa no processo: “É com satisfação, pois, que vemos, no presente processo (...) a primeira postulação ao tombamento de imóvel que configura essa interação entre o imigrante de linhagem germânica e o país que o acolheu.”<sup>518</sup>

A partir dos três exemplos citados acima podemos perceber como a questão da arquitetura de imigrantes foi sendo inserida progressivamente na SPHAN e na sua linha editorial. Em um primeiro momento foi divulgado uma pesquisa de instituto parceiro, um tombamento ao nível estadual para que fosse possível o tombamento ao nível federal. Embora o órgão não trate tais tipologias como exemplares de arquitetura popular nós podemos perceber as características de construção coletiva dos próprios imigrantes, o que as caracterizam também como parte do nosso objeto de estudo.

O tombamento do Casarão do Chá, em Mogi das Cruzes – SP (ver fig. 41), também é discutido na Seção “Conselho Consultivo” do Boletim n. 34. O Casarão do Chá foi construído pelo imigrante

<sup>517</sup> Filósofo, foi membro do Conselho Consultivo do órgão de 1981 à 1990, época em que esteve à frente também da direção do Museu Nacional de Belas Artes do Ministério da Educação e Cultura. In: ALCÍDIO Mafra de Souza. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa686/alcidio-mafra-de-souza>>. Acesso em: 18 de Ago. 2020. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

<sup>518</sup> Ibidem, p. 35.

japonês Kazuo Hanaoka em 1942 e é considerado um dos mais valiosos exemplares da arquitetura nipo-brasileira, que na década de 1980 estava sendo objeto de estudos no Estado de São Paulo.<sup>519</sup>

Figura 41 - Casarão do Chá em Mogi das Cruzes - SP.



Fonte: Boletim SPHAN/FNpM (1984).

A construção da fábrica de chá do arquiteto-carpinteiro – como era conhecido – Kazuo Hanaoka, bota em cheque os limites entre a arquitetura erudita e a popular por se constituir de um programa de necessidades complexo, o de uma fábrica, e construído por um construtor sem formação acadêmica. Hanaoka aprendeu o ofício da construção com o seu pai, sem nunca ter passado por uma escola de arquitetura. Em sua obra, adaptou as “técnicas construtivas japonesas, (...) aos condicionantes impostos pela localização e pelos materiais, técnicas e mão-de-obra existentes na região.”<sup>520</sup> Com o tombamento aprovado pelo Conselho Consultivo da SPHAN, o imóvel foi restaurado e transformado no Museu da Colônia Japonesa. Podemos perceber, assim, que o estudo da civilização material dos imigrantes extrapola os limites da região sul e dos imigrantes europeus. Embora se encerre no Casarão do Chá, ao menos na linha editorial do órgão, neste momento.

No Boletim n. 39, referente aos meses de janeiro-fevereiro de 1988, o patrimônio dos imigrantes em Santa Catarina é mais uma vez citado. No artigo “Santa Catarina valoriza o patrimônio deixado por imigrantes” é introduzido o programa “Roteiros Nacionais de Imigração”, trabalho conjunto dos municípios catarinenses, o Ministério da Cultura e o Governo do Estado. O programa

---

<sup>519</sup> Ibidem.

<sup>520</sup> Ibidem, p. 35.

visava a preservação de aproximadamente 500 casas, além da valorização de parte expressiva de Santa Catarina.<sup>521</sup> É interessante notar que durante os anos o programa proporcionou diversos tombamentos no Estado de Santa Catarina e resultou ainda em duas publicações do IPHAN: Roteiros Nacionais de Imigração: Santa Catarina vol. 1 e vol. 2, de 2011.<sup>522</sup>

Para além da arquitetura dos imigrantes, foram também publicados artigos acerca de localidades pouco recorrentes na linha editorial do órgão. No Boletim n. 34, por exemplo, está presente um artigo acerca da “arquitetura civil” do Piauí, estado esse que possuiu um único artigo publicado na Revista do Patrimônio ainda em 1938.<sup>523</sup> O artigo apresenta a arquitetura intitulada de morada inteira (ver fig. 42) que também foi estudada no artigo de Paulo T. Barreto. Embora não cite o artigo de 1938, o artigo presente no Boletim avança ao tratar especificamente dos materiais utilizados em tais construções:

Os materiais empregados são os tradicionais adobes, tijolos maciços pré-cozidos e taipa de sopapo com carnaúba para as alvenarias; carnaúba e madeira lavrada – aroeira, preferencialmente – para a estrutura do teto e telhas de barro de avantajadas dimensões. Os principais espaços são forrados com tábuas de madeira lavrada, formando desenhos pela simples distribuição das peças. Nos espaços secundários e de serviço, o teto é de telha vã, deixando à vista elegantes peças de carnaúba como caibros e fatias longitudinais de sua casca, como ripas.<sup>524</sup>

Figura 42 - Casa de morada completa em Amarante - PI.



Fonte: SPHAN/FNpM (1984).

<sup>521</sup> SPHAN/FNpM. Santa Catarina valoriza o patrimônio deixado por imigrantes. *Boletim SPHAN/FNpM*, N. 39, p. 1-3, 1988.

<sup>522</sup> Cf IPHAN. *Roteiros nacionais de imigração: Santa Catarina - Vol. 1*. Brasília: Iphan, 2011; Idem. *Roteiros nacionais de imigração: Santa Catarina - Vol. 2*. Brasília: Iphan, 2011.

<sup>523</sup> BARRETO, Paulo Thedim. Op. Cit. 1938.

<sup>524</sup> SPHAN/FNpM. Piauí: O traçado urbano e a arquitetura. *Boletim SPHAN/FNpM*, N. 34, p. 20-22, 1985, p. 22.

Podemos perceber, também, que em alguns momentos os artigos apresentados no Boletim SPHAN/FNpM se assemelham aos publicados na Revista do Patrimônio. Mesmo que mais concisos, apresentam em alguns casos o tom descritivo característico da Revista em sua primeira fase.

No Boletim seguinte, n. 35, referente aos meses março/abril de 1985, está presente artigo que introduz o projeto piloto do PCH em Olinda.<sup>525</sup> De acordo com o artigo o objetivo central do PCH seria a

preservação de áreas urbanas históricas como um todo, que possuam igual valor cultural ao dos monumentos nelas existentes, de forma integrada. [...] visando melhorar a qualidade de vida das comunidades destas áreas simultaneamente à recuperação das habitações, como forma de manter a população original em seu espaço.<sup>526</sup>

O projeto foi formado por um acordo do MINTER/MEC, o BNH e o CNDU e a SPHAN/FNpM. No caso de Olinda participaram ainda Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE e a Secretaria de Planejamento de Olinda. O projeto abrangeu cinco ações básicas: levantamento, análise e cadastramento das habitações, o desenvolvimento comunitário, a regularização e a aquisição de imóveis e a recuperação e restauração dos imóveis.<sup>527</sup> Como podemos notar a partir das figuras 43 e 44, presentes no artigo do Boletim n. 33, o programa também buscou trabalhar com exemplares de arquitetura popular, ao entender todo o núcleo como histórico.

---

<sup>525</sup> SPHAN/FNpM. Revitalização de Núcleos Históricos tem Olinda como projeto-piloto. *Boletim SPHAN/FNpM*, N. 35, p. 8-11, 1985.

<sup>526</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>527</sup> *Ibidem*, p. 10.

Figura 43 - Imóvel em Olinda - PE “que sofreu descaracterização, de feitio modernizante, considerada de gosto duvidoso”.



Fonte: SPHAN/FNpM (1985).<sup>528</sup>

Figura 44 - Moradia na rua do Amparo em Olinda - PE “com banheiro externo. Exemplo de saneamento precário”.



Fonte: SPHAN/FNpM (1985).

O artigo publicado no Boletim buscou introduzir o projeto piloto de Olinda, não existindo assim grandes conclusões sobre tal projeto. No entanto, autoras como Flávia Nascimento e Márcia Sant’Anna apontam que o programa foi uma das propostas do IPHAN onde houve uma maior participação das comunidades na recuperação do patrimônio urbano.<sup>529</sup>

---

<sup>528</sup> Legenda conforme está escrito no Boletim SPHAN/FNpM. Não buscamos na presente dissertação discutir se tal objeto arquitetônico realmente passou por descaracterizações, como também, não procuramos emitir juízo de valor acerca do valor estético da obra.

<sup>529</sup> SANT’ANNA, Márcia. Op Cit, 1995.

Todavia, o Projeto Piloto foi uma exceção. Não sendo replicado em outras cidades. Em Olinda o projeto foi finalizado sem deixar grandes lastros.

O que determinou o seu fim foi que o grupo à sua frente não era nem do IPHAN, nem de técnicos do CNRC, mas sim de egressos do PCH. O que significa dizer que não eram ações do IPHAN por inteiro, e sim de um determinado grupo que, infelizmente, não estava suficientemente articulado politicamente para sustentar novas aplicações. A política habitacional nos centros urbanos praticamente não saiu do discurso e após a experiência de Olinda não houve novas tentativas no IPHAN. De resto, houve a conscientização da necessidade de mudança do enfoque tradicional das tarefas de fiscalização, restauração e controle de intervenções.<sup>530</sup>

Outro projeto conduzido pela SPHAN/FNpM foi o projeto “Memória de Quissamã” na recém criada cidade de Quissamã do Estado do Rio de Janeiro e registrado no Boletim n. 41, referente aos meses maio-junho de 1988.<sup>531</sup> O projeto foi “executado de forma articulada com a comunidade e o Instituto Nacional do Folclore da FUNARTE, totalmente patrocinado pela Petrobrás, o projeto teve custo zero para a SPHAN/FNpM.”<sup>532</sup>

Apesar do projeto possuir um enfoque mais amplo do conceito do patrimônio cultural, que abrangeu “toda a cultura da região, da produzida pela elite à popular, para que houvesse um entendimento do todo, e não apenas dos inúmeros fatores isoladamente”<sup>533</sup> ao analisarmos os processos de tombamento que sucederam esse projeto, podemos perceber que tais processos foram vinculados aos bens de pedra e cal, referentes às fazendas da região. Os demais tipos de patrimônio (ver fig. 45) foram registrados em vídeos e na produção de um livro. Precisamos lembrar, ainda, que a política de preservação cultural do patrimônio intangível só veio acontecer duas décadas após o projeto.

---

<sup>530</sup> NASCIMENTO, Flávia Brito do. *Blocos de memórias: Habitação Social, arquitetura moderna e patrimônio cultural*. São Paulo: EDUSP, 2017, p. 215.

<sup>531</sup> SPHAN/FNpM. Quissamã. *Boletim SPHAN/FNpM*, N. 41, p. 16-17, 1988.

<sup>532</sup> *Ibidem*, p. 16.

<sup>533</sup> *Ibidem*, p. 17.

Figura 45 - Diferentes patrimônios encontrados em Quissamã - RJ.



*O maquetista local Francisco de Carvalho — Francisquinho: a memória em miniatura.*



*Casa de taipa.*



*Interior de um terreiro de umbanda.*



*Músicos executando o fado.*

Fonte: SPHAN/FNpM (1988).

A circulação do Boletim SPHAN/FNpM é encerrada no ano seguinte, com a publicação do n. 46. Dentre os quarenta e seis números estudados cerca de 32%, 15 números, apresentam notícias ou artigos relacionados à arquitetura popular. Embora o termo só apareça em dois artigos, e apenas um bem imóvel – o Mercado de Carne, em Aquiraz – CE, seja categorizado como arquitetura popular, podemos perceber que o Boletim SPHAN/FNpM se constituiu como um local para a extensão do conceito de patrimônio cultural brasileiro, e, principalmente, a atuação da SPHAN/FNpM em tal expansão patrimonial.

Pode ser percebido dois movimentos de expansão: em um primeiro momento o territorial, em que foram tratadas tipologias já trabalhadas pelo órgão, como o barroco do ciclo do ouro que na primeira fase de atuação do órgão se centrava principalmente no Estado de Minas Gerais. No Boletim SPHAN/FNpM pode figurar também em estados do Centro-Oeste como Goiás e Mato Grosso do Sul, como também no interior da Bahia.

O segundo movimento de expansão se dá a partir da inclusão de novas tipologias arquitetônicas. Ainda em relação ao patrimônio luso-brasileiro pode ser representada dentro do Boletim tipologias para além da arquitetura civil de pedra e cal. Em locais como a Vila Flor – RN e

Mazagão Velho – AM pode ser visto como a SPHAN/FNpM trabalhou com tipologias antes caracterizadas como “primitivas”,<sup>534</sup> referentes às primeiras ocupações lusitanas, em que eram utilizados materiais como taipa e madeira. Os estados do Rio Grande do Norte e o Amapá foram pela primeira vez registrados na linha editorial do órgão, ao menos no tangente à arquitetura popular.

Dentre os artigos analisados pode-se perceber, ainda, como o processo de descentralização das políticas preservacionistas influenciou nos novos projetos do órgão. Diversas instituições – universidades públicas, instituições estaduais e municipais – foram parceiras do órgão durante o recorte estudado. Ainda, pode-se notar como as ações do órgão foram além dos processos de tombamento, com a produção de filmes, livros, exposições, entre outras.

Tipologias como as chamadas “invasões” foram pela primeira vez investigadas a partir do seu valor histórico, ao menos dentro da linha editorial do órgão. Processo semelhante ao dos terreiros, com o Terreiro da Casa Branca, que pela primeira vez foi representado na linha editorial e também tombado pela SPHAN/FNpM. Dentro do movimento de expansão patrimonial a tipologia que mais recebeu espaço dentro do Boletim SPHAN/FNpM foi a arquitetura de imigrantes, que mesmo sem ter sido categorizada como “arquitetura popular”, foi categorizada no presente estudo como tipologias populares, a partir do caráter da autoconstrução comunitária apresentado dentro do Boletim. Foi também a partir das tipologias arquitetônicas de imigrantes que a região Sul pode figurar pela primeira vez na linha editorial do órgão, no que se refere à arquitetura popular. O quadro 11 sintetiza a discussão feita até aqui, relacionando a localidade e a tipologia dos artigos presentes no Boletim SPHAN/FNpM.

Quadro 11 - Relação localidade x tipologia dos artigos presentes no Boletim SPHAN/FNpM.

Estado	Tipologia tratada	Número de artigos
Amapá	Arquitetura luso/brasileira em madeira	1
Bahia	Arquitetura civil ciclo do ouro; terreiros	4
Ceará	Arquitetura popular	2
Distrito Federal	“Invasões”	1
Goiás	Arquitetura do ciclo do ouro	2
Mato Grosso do Sul	Arquitetura do ciclo do ouro	1

<sup>534</sup> SMITH, Robert. Op. Cit. 1969.

Pernambuco	Arquitetura popular	1
Piauí	Arquitetura civil	1
Rio de Janeiro	Construção em Taipa	1
Rio Grande do Norte	Arquitetura luso/brasileira “primitiva”	2
Rio Grande do Sul	Arquitetura de imigrantes	1
Santa Catarina	Arquitetura de imigrantes	4
São Paulo	Arquitetura de imigrantes	1
Sem local	Arquitetura popular	1

Fonte: O autor (2021).

A partir do quadro 11 podemos entender que a arquitetura do ciclo do ouro foi a mais registrada dentro do Boletim. Essa representação aconteceu nos primeiros números do Boletim. Já nos números finais a tipologia mais recorrente foi a da arquitetura de imigrantes. O Nordeste é ainda a Região mais referenciada e a que comporta o número mais diverso de tipologias: arquitetura do ciclo do ouro, a arquitetura “primitiva”, terreiros, arquitetura civil e arquitetura popular.

Em relação ao recorte temporal dos artigos apresentados no Boletim SPHAN/FNpM podemos perceber que enquanto as tipologias luso-brasileiras representam os séculos XVII e XVIII as tipologias referentes à arquitetura dos imigrantes estão ligadas aos séculos XIX e XX, quando ocorreu a vinda da maior parte dos imigrantes para além dos portugueses. A grande maioria dos artigos não apresentam as datas certas das tipologias, pela falta de documentos comprobatórios.

Encerrado os estudos do Boletim SPHAN/FNpM podemos agora nos voltar mais uma vez à Revista do Patrimônio. Como poderá ser visto, a Revista é também influenciada pelo Boletim, como a divisão da publicação a partir de seções, a inserção da Seção “Cartas” e a introdução de artigos analíticos permeados de autocríticas.

#### 4.3 A REVISTA DO PATRIMÔNIO ENTRE 1984-1999 E A ARQUITETURA POPULAR

De acordo com Aluizio Carvalho, os primeiros passos para a formação de um novo núcleo responsável pela editoração da Revista do Patrimônio foram dados ainda em 1979, quando Aloísio Magalhães forma uma equipe de assessoria composta por João Leite, José Laurênio, Herval da Cruz Braz e Lelia Coelho Frota. Após o falecimento de Magalhães, em 1982, essa mesma equipe formaria

o núcleo de editoração da instituição.<sup>535</sup> Para além da formação original se juntaram ao núcleo de editoração:

Irapoã Cavalcanti Lyra, subsecretário do patrimônio histórico; Gizela Abadi, designer da Fundação Nacional de Artes - Funarte; Vera Bernardes, também designer; Bernardo Mendonça, do Instituto Nacional de Artes Cênicas – Inacen; e Augusto Carlos da Silva Teles, então diretor do Departamento de Proteção da Sphan. O dirigente da instituição deixou desta forma de centralizar o desenvolvimento da revista, como havia ocorrido na primeira fase da revista, com Rodrigo Melo Franco de Andrade e Renato Soeiro, e a produção editorial do órgão passou a ser desenvolvida em um setor específico.<sup>536</sup>

O grupo de editoração buscou um maior alcance da Revista do Patrimônio nessa nova fase. João Leite discorre que havia a “intenção de disponibilizar a revista em livrarias e em bancas, questão essa que mudava toda a estrutura da revista: ela precisava de uma aparência e um formato mais comercial.”<sup>537</sup> A Revista absorve certas características encontradas no Boletim SPHAN/FNpM, como textos mais curtos; as linhas que antes ocupavam toda a página da publicação foram divididas em três colunas, tal como acontecia no *Boletim*, e os textos passaram a ter menos um perfil descritivo, trazendo textos autocríticos acerca das experiências do próprio órgão, assim como registros de projetos em andamento da SPHAN/FNpM. A Revista também foi dividida em seções, que agruparam artigos com mesma temática. Também foi incluída a Seção “Cartas”, já presente no *Boletim*. Mostrava-se, assim, certa continuidade entre as publicações da linha editorial da SPHAN/FNpM daquela época.

Ainda de acordo com Aluizio Carvalho, a nova proposta de distribuição da Revista do Patrimônio não era compatível com a logística de distribuição do setor público nacional, que não contava também com meios de processar vendas diretas.<sup>538</sup> Ainda de acordo com o autor, foi a partir da FNpM, que possuía autonomia para realizar vendas, que a Revista pode alcançar um maior número de leitores. A Revista passou também a fazer parte do catálogo da Revista Projeto, revista de arquitetura que divulgava uma série de outras publicações.<sup>539</sup> Ou seja, a Revista do Patrimônio poderia ser também adquirida a partir da Revista Projeto.

---

<sup>535</sup> CARVALHO, Aluizio Victor de Souza. *Os projetos gráficos da Revista do Patrimônio: trajetórias do design e do Iphan*. Dissertação (Mestrado) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2013.

<sup>536</sup> *Ibidem*, p. 61-62.

<sup>537</sup> LEITE, João, 2012 apud CARVALHO, Aluizio Victor de Souza. Op. Cit. p. 62.

<sup>538</sup> *Ibidem*.

<sup>539</sup> *Ibidem*.

Analucia Thompson et al.,<sup>540</sup> escrevendo para a Revista do Patrimônio no n. 34, complementam acerca das mudanças no editorial da revista:

Já a partir da década de 1980, a edição do periódico acompanha o esforço da Instituição federal em posicionar-se no campo de debates e ideias sobre a preservação cultural, campo este em processo de ampliação e diversificação desde princípios da década de 1970 (Fonseca, 2005). O editorial do número de retomada, em 1984, após o intervalo marcado pela publicação no número 18, em 1978, sublinhava que se mantinha “o compromisso fundamental com a pesquisa e o debate, firmado por Rodrigo M. F. de Andrade” e que se pretendia, com aquela publicação, “multidisciplinar por excelência e aberta à colaboração acadêmica, inclusive estrangeira”, “incorporar e refletir a inquietação teórica em torno do que é patrimônio cultural e de como preservá-lo, mesclando artigos especializados à discussão de conceitos e ideias de interesse geral” (nº 19, 1984). Esse editorial, juntamente com o contexto em que se deu tal relançamento, aponta para várias características importantes incorporadas à Revista a partir de então: para além de evocar a tradição do periódico com a afirmação de seu “compromisso fundamental”, vale notar o destaque dado à discussão sobre o próprio conceito de patrimônio cultural, à intenção de atingir um público amplo e à publicidade das ações institucionais.<sup>541</sup>

O tom de autocritica presente em alguns dos artigos publicados na Revista do Patrimônio pode ser percebido já no primeiro número 19<sup>542</sup>, publicado em 1984. No texto intitulado “O tombamento na preservação de áreas naturais”<sup>543</sup>, de Antônio Luiz Dias de Andrade, há uma discussão entre as diferenças presentes no anteprojeto de Mário de Andrade de 1936 e o Decreto Lei 25/37. O autor indica que, embora o Decreto Lei 25/37 tenha ampliado a conceituação do que seria patrimônio histórico e artístico, também limitou os bens a serem preservados com o uso das noções de “monumento” e “notável”, que “intencionava constringer à proteção federal somente aqueles bens cujas características e significado fossem relevantes face à sua excepcionalidade, relegando ao plano secundário o que tipifica o padrão comum”.<sup>544</sup> O autor discorre ainda que as manifestações culturais

---

<sup>540</sup> Bacharel e licenciada em história pela UFF e mestre em antropologia social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É técnica pesquisadora do Iphan, lotada na Coordenação Geral de Pesquisa e Documentação (Copedoc), do Departamento de Apoio e Fomento (DAF), no Rio de Janeiro, onde coordena o projeto Memória Oral sobre a Preservação do Patrimônio Cultural. Doutoranda em museologia na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, em Lisboa. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, p. 441.

<sup>541</sup> THOMPSON, Analucia; LEAL, Cláudia F. Baeta; SORGINE, Juliana; TEIXEIRA Luciano dos Santos. História e civilização material na revista do Patrimônio. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 34, p.167-198, 2012, p. 190.

<sup>542</sup> O conselho editorial do nº 19 foi formado por Augusto Carlos da Silva Telles, Fernando Moreira Salles, Irapoan Cavalcanti de Lyra, José Mindlin, Luís Otávio de Melo Cavalcanti e Marcos Vinícios Vilaça. Com coordenação de João de Souza Leite e edição de Bernardo Mendonça.

<sup>543</sup> ANDRADE, Antônio Luiz Dias de. O tombamento na preservação de áreas naturais. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, N. 19, p. 41-44, 1984.

<sup>544</sup> *Ibidem*, p. 42.

de natureza vernácula, presentes no projeto de Mario de Andrade, como a arquitetura popular, não foram traduzidas para o escopo de proteção do Decreto Lei 25/37. A preservação de áreas naturais, foco do seu artigo, também não estariam totalmente amparadas pela legislação vigente, que dificultava ou mesmo impedia tais proteções.<sup>545</sup>

O movimento de abertura para autocríticas se solidifica na Revista do Patrimônio nos próximos números. O nº 22, por exemplo, é dividida em duas seções: “Estado e Cultura” e “Preservação”, em que podem ser encontrados diversos artigos que buscam entender o papel do Estado nas políticas de preservação, como também, criticar a forma como essas políticas estão sendo empregadas. Entre os artigos presentes em tal número está o artigo de Sergio Miceli, anteriormente citado, em que o autor tece críticas acerca da experiência de preservação do SPHAN, revelando a marca classicista das políticas patrimoniais do órgão. Para ele, firmou-se a opção de salvaguarda dos “espécimes da classe dirigente brasileira em seus ramos público e privado, leigo e eclesiástico, rural e urbano, afluente e decadente.”<sup>546</sup>

Em relação a temática da arquitetura e da cultura popular<sup>547</sup>, devemos voltar para o nº 19 da Revista do Patrimônio em que está presente o artigo intitulado “Produção de artesanato popular e identidade cultural”,<sup>548</sup> escrito em 1984 por Lélia Gontijo Soares<sup>549</sup> que, na época, estava à frente do Instituto Nacional de Folclore da Fundação Nacional de Arte – FUNARTE. O texto busca “empreender uma leitura etnográfica do produto artesanal e das relações do artesão com seu contexto social e natural, processos de produção do artesanato, tecnologias, tipologias dos objetos, seus

---

<sup>545</sup> Ibidem.

<sup>546</sup> MICELI, Sergio. Op. Cit. 1987, p. 44.

<sup>547</sup> Partimos do pressuposto que as discussões acerca da cultura popular, dentro da linha editorial do IPHAN, influenciam de forma direta o modo como as demais expressões populares, como a arquitetura, são também tratadas. Desta maneira, incluímos os textos sobre a cultura popular em nosso recorte de estudo.

<sup>548</sup> SOARES, Lélia Gontijo. Produção de artesanato popular e identidade cultural. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 19, p.138-148, 1984.

<sup>549</sup> Lélia Gontijo Soares ou Lélia Coelho Frota foi uma escritora, antropóloga, historiadora de arte. Foi diretora do Instituto Nacional do Folclore da Funarte e ex-presidente do Instituto do IPHAN (Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Entre 1978 e 1988, foi curadora das representações brasileiras na Bienal de Veneza. Em 1987, foi curadora da mostra "Brasil, Arte Popular Hoje", no quadro do Projeto França-Brasil, exposta no Grand Palais. Entre 1989 e 1990, foi coordenadora e curadora, pelo Ministério da Cultura, da instalação da Exposição Permanente de Arte Popular Brasileira, no Centro Cultural de São Francisco, em João Pessoa, Paraíba. Entre 1995 e 1996, foi coordenadora pela Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais do programa "Apoio ao Desenvolvimento Cultural do Vale do Jequitinhonha". Exerceu o cargo de Diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. In: *Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira*.

aspectos simbólicos e funcionais e formas de comercialização”.<sup>550</sup> Por mais que o artigo não foque na arquitetura popular, traz no texto conceituações importantes como a de cultura e de popular.

A cultura, de acordo com as diretrizes da Secretária de Cultura – SEC,<sup>551</sup> citada por Soares, seria vista

como o processo global em que não se separam as condições do meio ambiente daquelas do fazer do homem, em que não se deve privilegiar o produto – habitação, templo, artefato, dança, canto, palavra – em detrimento das condições históricas, sócio-econômicas, étnicas e do espaço ecológico em que tal produto se encontra inserido e principalmente do homem, seu gerador. Nesse processo, destacam-se alguns bens culturais – aqueles fortemente impregnados de valor simbólico e continuamente reiterados – ao lado de outros, manifestações em processo que se constituem em evidências da dinâmica cultural. E é na interação entre os contextos que elegem e desenvolvem esses bens que se instaura a tensão criadora que impulsiona o processo cultural.<sup>552</sup>

A cultura popular não seria unívoca segundo a autora. De acordo com Soares,

embora por razões operativas, de cunho administrativo, a expressão cultura popular possa manter-se no singular, deixa-se claro que, em território de formação social tão diversificada como o do Brasil, visa-se avaliar tantas culturas quantos sejam os grupos que as produzem em contextos naturais e econômicos específicos. Em nenhum momento se conceituará o popular **como uma categoria indistinta, nivelada por uma oposição ao erudito**, ou o equivalente a uma cultura de elite. [...] Sabe-se, na realidade, que é cada vez mais difícil estabelecer os contornos entre as esferas do popular e do culto, que até o século passado eram traçados com diferenciação bem mais nítida. Com a propagação acelerada do *ethos* urbano, veiculado pelos processos de difusão da civilização industrial, a mudança que se opera nos diversos segmentos da população de um país em desenvolvimento é profunda, ocasionando modificações nas suas visões de mundo e de vida, com inevitáveis reflexos sobre as suas culturas. (grifo nosso).<sup>553</sup>

Podemos perceber, a partir dos trechos supracitados, como as ideias difundidas por Lélia Gontijo Soares, e presentes também na SEC, se aproximam do discurso de Aloísio Magalhães e dos “bens culturais” e da pluralidade cultural nacional. O que mostra que mesmo com processos de

<sup>550</sup> SOARES, Lélia Gontijo. Op. Cit. 1984, p. 138.

<sup>551</sup> No governo Figueiredo (1979-1985), durante as gestões de Eduardo Portela e de Rubem Ludwig no MEC, ocorreu uma reestruturação da área cultural no governo federal, que culminou com a criação da Secretaria de Cultura (SEC), em 1981, onde se aglutinaram todos os órgãos culturais do ministério, sob a direção de Aloísio Magalhães. A SEC foi substituída em 1985 pelo Ministério da Cultura – MinC, criado pelo Presidente Tancredo Neves. In FONSECA. Maria Cecília Londres da. Op. Cit. 2005, p. 146-170.

<sup>552</sup> SOARES, Lélia Gontijo. Op. Cit. 1984, p. 138-139.

<sup>553</sup> Ibidem, p. 140.

distanciamento teórico e prático entre os recém criados órgãos culturais, haveria também o caminho oposto, de coesão.

O entendimento do popular, trazido por Soares, para além da dicotomia popular/erudito, é também visto como uma questão positiva, em que os patrimônios populares devem ser entendidos a partir de preceitos próprios, e não a partir de preceitos vinculados aos bens eruditos. Tal narrativa entra de acordo também com as questões trazidas por Ginzburg, e anteriormente citadas, acerca de como o popular é visto a partir de uma visão de periferia, e o erudito é visto como o centro irradiador de ideias.

O texto de Lélia Gontijo Soares pode ser visto como uma introdução à discussão da ampliação da percepção do patrimônio que antes era visto como histórico e artístico, e a partir do fim da década de 1980 passa a ser “cultural”. Diversos autores irão ao longo dos próximos números da revista discutir questões ligadas a esse processo.<sup>554</sup> No nº 20<sup>555</sup> da Revista, de 1984, podemos localizar, por exemplo, o artigo de Joaquim Falcão<sup>556</sup> intitulado “Política de preservação e democracia” em que o autor tece críticas à política de preservação brasileira:

A política de preservação que opta por apenas uma ideologia cultural e, por exemplo, sistematicamente privilegia a restauração dos monumentos de elite ou reforça a influência europeia na arte e arquitetura brasileiras não preserva integralmente o patrimônio cultural de uma nação. É socialmente limitada e pouco representativa. Sobretudo para uma nação, como o Brasil, que molda sua jovem identidade cultural a partir da complexidade e heterogeneidade de suas diversas etnias, religiões, classes sociais e religiões geográficas.<sup>557</sup>

O desafio para a atualização da política de preservação brasileira, no período da criação da futura Constituição de 1988, estaria para Falcão em desenhar uma política patrimonial para uma

---

<sup>554</sup> Ver, por exemplo, os textos presentes no Nº 20 da Revista do Patrimônio de 1984: TOLEDO, Benedito Lima de. Bem cultural e identidade cultural; MENESES, Ulpiano Bezerra de. Identidade cultural e arqueologia; VELHO, Gilberto. antropologia e patrimônio cultural; MAGALHÃES, Aloísio. bens culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso; FALCÃO, Joaquim. Política de preservação e democracia.

<sup>555</sup> O conselho editorial, coordenação e edição do nº 20 foi formado pela mesma equipe do nº 19.

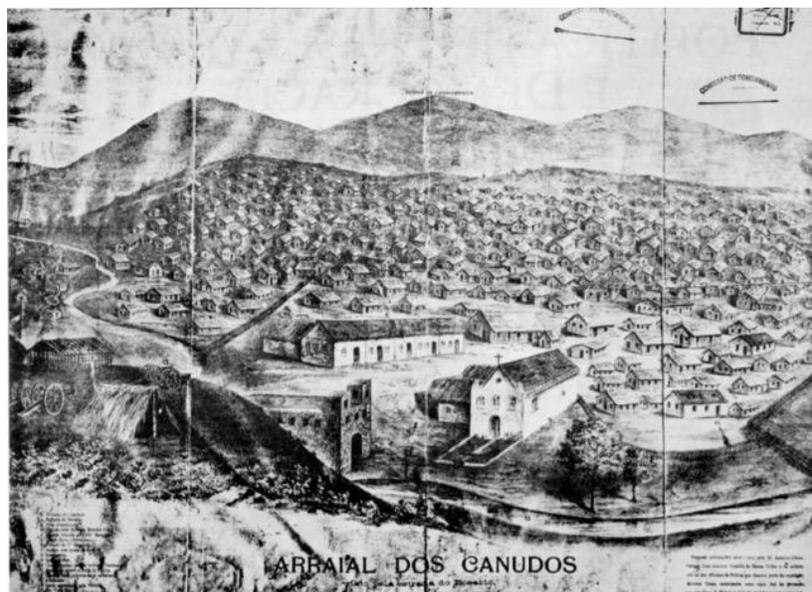
<sup>556</sup> Joaquim Falcão é Doutor em Educação pela University of Génève (1981), LLM pela Harvard Law School (1968), graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1966). Foi pesquisador visitante na Harvard Law School (1991). Atualmente, é professor titular de Direito Constitucional na Escola de Direito da Fundação Getulio Vargas (RJ) onde também foi fundador e diretor. É membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. É vice-diretor do Itaú Cultural. Membro do Instituto dos Advogados do Brasil. Editor da Revista de Direito Administrativo. Foi Membro do Conselho do IPHAN; Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória (Patrimônio Cultural Brasileiro) (1986 – 1987); entre outras diversas atividades. In: *ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS*. Seção biografia. (online). Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/joachim-falcao/biografia>> (acesso em: 16/03/2020).

<sup>557</sup> FALCÃO, Joaquim. Política de preservação e democracia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 20, p.45-49, 1984, p. 45.

cultura que deveria ser somatória e não eliminatória, ao consolidar diferentes segmentos sociais como expressão de cultura nacional.<sup>558</sup> Para exemplificar o seu ponto de vista, Falcão traz o exemplo da região de Canudos (ver fig. 46) que foi preservada a nível estadual com a justificativa de ter abrigado um importante movimento político-popular.

No Brasil, é verdade, preservação patrimonial e cultura de massa nunca caminharam juntas. **Esta é uma dicotomia histórica.** Fruto, com certeza, de fatores variados. Fruto com certeza da transformação da preservação patrimonial em tarefa exclusiva de arquitetos, da despreocupação com o uso social dos edifícios restaurados e de um processo de tombamento restrito ao âmbito da burocracia estatal. Mas é fruto também da crescente influência da cultura estrangeira em nossos meios de comunicação de massa e do expansionismo da indústria cultural urbana do centro-sul. De tudo resulta que muitas vezes se utiliza o conceito de cultura de massa para fazer a crítica da preservação patrimonial e vice-versa. O que provoca uma esquemática dicotomia que dilacera e empobrece a política cultural. A cultura de massa passa a ser expressão do popular, do moderno e do internacionalizado. A preservação patrimonial é a expressão de elitismo, do conservadorismo e do “nacional”. (Grifo nosso).<sup>559</sup>

Figura 46 - Arraial de Canudos, hoje alagado por uma represa.



Fonte: Falcão (1984).

Podemos notar como o texto de Joaquim Falcão se insere no contexto geral até aqui discutido. Para criticar as políticas de preservação a nível federal o autor nos traz uma experiência a nível estadual,

<sup>558</sup> Ibidem.

<sup>559</sup> Ibidem, p. 47.

o que mostra como no processo de descentralização exemplares de arquitetura popular, como o conjunto do Arraial de Canudos, poderiam agora ser passíveis de proteção patrimonial. Falcão em sua fala se aproxima também do que Aloísio Magalhães discutia acerca de como o patrimônio nacional estava sendo coberto pelo “tapete europeu cheio de bolor”.<sup>560</sup> Apesar de não discorrer acerca do conjunto urbano do Arraial de Canudos vemos como de grande importante a inserção da imagem 41 no texto de Falcão: uma vez que hoje o Arraial está submerso, a inserção de tal imagem se faz, assim, como uma maneira de manter tal conjunto vivo na memória nacional.

Gilberto Velho<sup>561</sup> no texto “Antropologia e Patrimônio Cultural”, também presente no n. 20 de 1984 da Revista do Patrimônio, discorre sobre a maior participação que antropólogos estavam possuindo nas discussões e decisões em relação ao patrimônio cultural e mais especificamente aos processos de tombamento da SPHAN. De acordo com o autor, dentro do campo patrimonial não há uma “fórmula antropológica” a ser trabalhada, no entanto, o pensamento antropológico ajudaria a visualizar a sociedade brasileira de uma forma complexa e heterogênea, caracterizada “pela coexistência, mais ou menos harmoniosa, de diferentes tradições e visões do mundo.”<sup>562</sup>

Tal tarefa se tornaria complexa ao levar em conta “os costumes e valores dos grupos e segmentos sociais que ocupam posições subordinadas e hierarquicamente inferiores na sociedade”<sup>563</sup>, uma vez que as culturas da elite já estariam legitimadas em nossa sociedade. O papel do antropólogo seria exatamente o de “procurar interpretar o significado de rituais, sítios, etc. dentro da especificidade de seu contexto” das diferentes culturas presentes em nossa sociedade. Gilberto Velho indica ainda que foi esse processo que possibilitou o tombamento do Terreiro da Casa Branca. De acordo com o autor:

Constituíria-se, sem dúvida, em uma situação rica e fascinante, na medida em que um sítio, de grande importância e significado para vastos segmentos da sociedade brasileira, encontrava-se ameaçado. A decisão de tombamento implica no reconhecimento da legitimidade de uma tradição cultural e de um sistema de valores que, até relativamente pouco, fora objeto de discriminação e até perseguições. Esta iniciativa tem como consequência o reconhecimento de que a sociedade brasileira é muito mais rica e diversificada em termos

---

<sup>560</sup> MAGALHÃES, Aloísio. Op. Cit. 1985, p. 15.

<sup>561</sup> Gilberto Velho foi chefe do Departamento de Antropologia do Museu Nacional e membro do Conselho Consultivo da SPHAN e do Conselho Científico da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC. Doutor em Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo é autor, entre outros livros, de *A utopia Urbana* (1973) e *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea* (1981). In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 20, p. 37, 1984.

<sup>562</sup> *Ibidem*, p. 37.

<sup>563</sup> *Ibidem*.

culturais do que se poderia supor a partir de uma visão mais tradicional do patrimônio.<sup>564</sup>

O autor nos traz ainda a questão de que seria de grande importância a verificação se o tombamento seria a melhor maneira de lidar com fatos e fenômenos culturais, em que o passado e presente estão indissolivelmente associados. Esse processo também deve ocorrer no nível dos grupos sociais, buscando entender como eles percebem e representam o que comumente é chamado de patrimônio. Velho indica que na discussão da expansão do patrimônio cultural deve-se estar aberto para revisões da legislação atual, para a proteção de novos patrimônios, como também, releituras “de legislação vigente que facilite e agilize nossas intenções, em vez de inibi-las e cerceá-las”.<sup>565</sup> Tal passagem mostra que Gilberto Velho, por ser também do Conselho Consultivo do IPHAN, está atento às dificuldades que uma mudança da legislação tão sedimentada do órgão poderia trazer à tona. Indica, então, uma releitura do Decreto 25/37 e do próprio tombamento, que facilitasse os processos patrimoniais da atualidade.

É possível também perceber, assim, que Gilberto Velho se antecipa a questões tratadas em âmbito internacional como o “Documento de Nara” (1994), em que a noção do patrimônio é discutida e alargada para além dos termos das nações dominantes do ocidente.

No nº 21<sup>566</sup> da Revista do Patrimônio, datada de 1986, está presente o artigo de Xavier Maureau<sup>567</sup> intitulado “Tecelagem manual no triângulo mineiro: uma política sistemática de inventário tecnológico”.<sup>568</sup> O artigo pode ser entendido como um registro de uma das experiências da FNpM: o “Inventário da tecelagem manual no Triângulo Mineiro”. Apesar de estar voltado a uma experiência que foge do nosso recorte da arquitetura popular, o artigo traz registros da tecelagem sendo produzida em pequenas propriedades rurais, em aldeias e na periferia de cidades mineira. Tais registros nos ajudam a perceber como questões tangíveis e intangíveis estão intrinsicamente associadas. Neste caso, a produção artesanal estava também atrelada ao habitar popular rural, que aparece como plano de fundo da fotografia de Maureau a seguir:

---

<sup>564</sup> Ibidem.

<sup>565</sup> Ibidem, p. 38.

<sup>566</sup> Augusto Carlos da Silva Telles e Fernando Moreira Salles permanecem no conselho editorial da Revista no nº 21, Oswaldo do Araújo Santos, Joaquim de Arruda Falcão e José Midlin passam a participar do conselho. A coordenação da Revista é a mesma, e a edição passa para Julio Bandeira.

<sup>567</sup> Xavier Maureau, fotógrafo, integrou a equipe da Fundação Nacional Pró-Memória que fez o inventário da tecelagem manual do Triângulo Mineiro. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Nº 21, 1986.

<sup>568</sup> MAUREAU, Xavier. Tecelagem manual no triângulo mineiro: uma política sistemática de inventário tecnológico. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Nº 21, p. 56-63, 1986.

Figura 47 - Tecedeira preparando o algodão para fiação manual.



Fonte: Maureau (1986).

Também no nº 21 da Revista do Patrimônio é introduzido pela primeira vez o termo “arquitetura vernacular” no artigo de Antônio Luiz Dias de Andrade, mais conhecido como Janjão,<sup>569</sup> intitulado “Arquitetura Vernacular: Vale do Paraíba”.<sup>570</sup> O autor trabalha com a noção de sistemas de dominação e dependência em diferentes escalas, inclusive dentro de uma mesma cidade. Para o autor, haveria um contraste entre “a moderna sociedade urbana e industrial (...) e o rústico mundo rural.”<sup>571</sup> Situa, assim, a região do Vale do Paraíba em duas realidades: a primeira delas voltada para a industrialização da área; a segunda, constituída como as áreas rurais e que passaria a conservar “formas de organização do trabalho fundamentadas no isolamento”.<sup>572</sup> A arquitetura vernacular estaria presente nas cidades das zonas mais pobres, como também na periferia dos principais centros urbanos que receberam populações imigradas das áreas rurais. Para ele,

Os mais incautos, precipitando-se em juízos eivados pela ideologia urbana, nisso enxergaram anomalias a serem superadas, contrapondo-se àqueles que, ameaçados em seus domínios pela ativação econômica das áreas sob a tutela e total controle de estratos sociais acomodados em privilégios, se assustaram com as subversões dos velhos hábitos e costumes.<sup>573</sup>

<sup>569</sup> Antônio Luiz Dias de Andrade (Janjão) é arquiteto, foi diretor regional da 9ª DR da SPHAN (São Paulo e Paraná) até a extinção do SPHAN em 1990. Foi também professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* nº 21, 1986.

<sup>570</sup> ANDRADE, Antônio Luiz Dias de. Op. Cit. 1986.

<sup>571</sup> *Ibidem*, p. 158.

<sup>572</sup> *Ibidem*, p. 159.

<sup>573</sup> *Ibidem*.

Podemos perceber, assim, que mesmo ao tratar a questão da arquitetura vernacular a partir do sistema centro (moderno) - periferia (rural), Andrade nega a total dependência da periferia e do rural, se afastando, assim, da visão de que a arquitetura e os modos de viver dessas áreas precisariam ser modernizados. Para isso, o autor se baseia no texto de José de Souza Martins intitulado “Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil” em que o autor nega a “unilateral dependência do rural em relação ao urbano, que se moderniza e neste se integra apenas na medida em que consome os produtos e os estilos de vida da sociedade urbana.”<sup>574</sup>

A permanência dos hábitos e costumes tradicionais no alto curso do Paraíba estaria para Andrade na possibilidade de manter sob custos mínimos a produção de gêneros alimentícios, dispensando, assim, maiores investimentos para a modernização dessa produção.<sup>575</sup> A população mantém assim padrões tradicionais de atividades, “como o mutirão, as festas propiciatórias no fim do ano agrícola [...] Mantendo, enfim, os costumes na organização da cultura, da sociedade e da economia e rebatendo para um plano muitas vezes tangencial os efeitos da participação em uma economia monetária.”<sup>576</sup>

No quadro da arquitetura, por conseguinte, encontramos formas persistentes na organização espacial, inalteradas as solicitações dos programas, sistemas construtivos, partidos e intenções plásticas. Referimo-nos não apenas ao conjunto das unidades rurais, mas também às pequenas residências situadas nas sedes municipais, habitadas pelos segmentos mais pobres da população. Na simplicidade de tais arquiteturas encontramos informações preciosas para se estudar os sistemas construtivos tradicionais.<sup>577</sup>

Andrade se aproxima, assim, dos autores já discutidos no ponto “Um termo e um recorte”, como Weimer, que categoriza a arquitetura vernacular a partir de questões econômicas, em que tais tipologias são referentes às classes mais pobres da sociedade. No entanto, o autor introduz também a arquitetura rural como uma tipologia vernacular, categorização não presente nos estudos de Weimer. Andrade não faz menção também ao termo da arquitetura popular, nem discute a sua escolha pelo termo vernacular. Entendemos, assim, que apesar de Andrade conceituar seu estudo como vernacular, tais tipologias se assemelham ao nosso recorte da arquitetura popular.

No Vale do Paraíba haveria uma enorme variedade de tipologias populares (ver fig. 48 e 49). Andrade afirma que, por exemplo, no morro do Cruzeiro, em São Luís do Paraitinga, é comum que

---

<sup>574</sup> MARTINS, 1975 apud ANDRADE, Antônio Luiz Dias de. Op. Cit. 1986, p. 159.

<sup>575</sup> ANDRADE, Antônio Luiz Dias de. Op. Cit. 1986, p. 159.

<sup>576</sup> MARTINS, 1975 apud ANDRADE, Antônio Luiz Dias de. Op. Cit. 1986, p. 159.

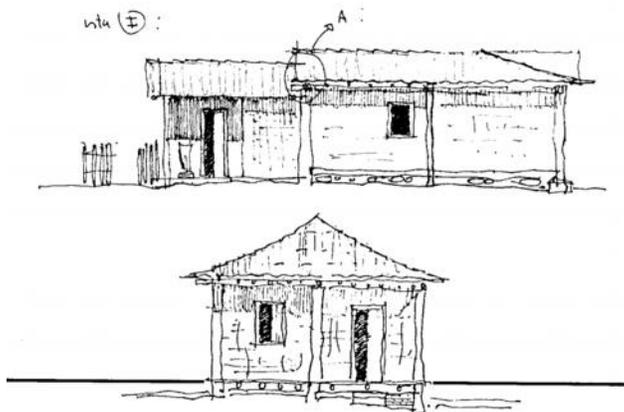
<sup>577</sup> Ibidem, p. 159.

se construam habitações semelhantes entre si, não obstante a época de sua construção; já nos morros vizinhos à cidade de Piquete, as habitações populares são construídas com os mais diversificados sistemas construtivos - tanto o sistema construtivo do pau-a-pique quanto a alvenaria de tijolos de barro e os blocos de cimento.<sup>578</sup> Na cidade de Natividade da Serra, por sua vez, “as residências foram edificadas conforme os projetos fornecidos pela Prefeitura Municipal. Trata-se de projetos simples e vulgares”.<sup>579</sup> Assim, o autor faz menção aos diversos processos em que a arquitetura vernacular, ou ainda, popular, passava na década de 1980. A permanência de tipologias populares durante o tempo, como vimos, já havia sido apontada por Brianne Bicca<sup>580</sup> em seu texto para o *Boletim SPHLAN/FNPM*.

Segundo o autor, nas áreas rurais pode-se ver com maior intensidade as permanências de sistemas construtivos tradicionais, com a mínima aplicação de recursos financeiros.

Paredes de pau-a-pique vedam a estrutura portante de madeira, na qual se erguem os esteios centrais para receber a cumeeira. Sobre as linhas que atiram os frechais, escoras sustentam as terças. A junção das peças de madeira é extremamente simples, grosseiramente escavada a machado, com os frechais apoiados frequentemente em esteios com forquilha, auxiliada a fixação por amarras de embira.<sup>581</sup>

Figura 48 - Residência rural em Cunha, SP.



Fonte: Andrade (1986).

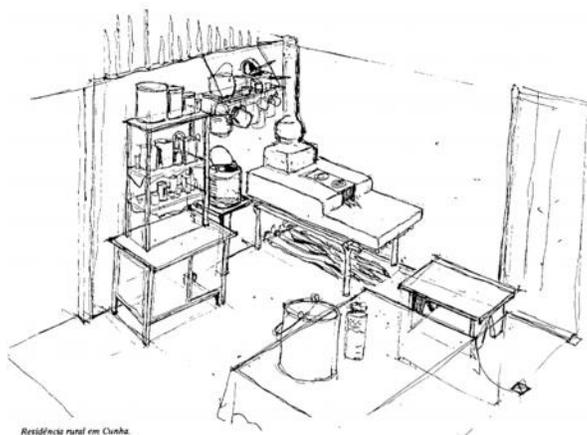
<sup>578</sup> Ibidem.

<sup>579</sup> Ibidem, p. 160.

<sup>580</sup> BICCA, Briane Elisabeth Pantiz. Op. Cit. 1981.

<sup>581</sup> ANDRADE, Antônio Luiz Dias de. Op. Cit. 1986, p. 161.

Figura 49 - Interior de uma residência rural em Cunha, SP.



Fonte: Andrade (1986).

Na parte IV de seu texto, o autor, ao se basear nos estudos de Antônio Candido, se utiliza do termo “caipira” para a construção final da sua narrativa. Tal termo foi bastante utilizado por autores do Estado de São Paulo no século XX<sup>582</sup> para designar o homem rústico “preto”, “branco”, “caboclo” e “mulato”, nas palavras de Antônio Cândido. Segundo tal autor seria “a maneira justa de usar os termos, inclusive porque sugere a acentuada incorporação dos diversos tipos étnicos ao universo da cultura rústica de São Paulo.”<sup>583</sup>

Assim, Antônio Luiz Dias de Andrade discute as formas de organização das sociedades “caipiras”, que seriam organizadas em torno de padrões mínimos.<sup>584</sup> Seriam centradas na religiosidade e nos valores tradicionais e sagrados. As festividades tradicionais, nessas sociedades, possuiriam tanta força que ficariam responsáveis pela geração de espaços próprios. Segundo o autor, essa seria a resposta para a concepção de tantas capelas rurais, que seriam “na maior parte toscas construções de quatro esteios e cobertas de palha, erguidas em devoção a algum santo, em cumprimento de promessa, onde se rezam novenas, enfeitam-se com flores e diante das quais os transeuntes tiram o chapéu e fazem o sinal da cruz”.<sup>585</sup>

<sup>582</sup> Ver QUEIROZ, Renato da Silva. Caipiras negros no Vale da Ribeira: um estudo da antropologia econômica. São Paulo: Edusp, 2006.; CÂNDIDO, Antônio. Os parceiros do Rio Bonito. São Paulo: Edusp, 2018. (1964).

<sup>583</sup> CÂNDIDO, 1964 apud QUEIROZ, Renato da Silva. Op. Cit., 2006, p. 22. Inezita Barbosa nos alerta que tal termo, que, em princípio, estaria vinculado a aquele que se “conserva ligado à terra, à cultura original” passou a ser atualmente “pejorativo, sinônimo de brega, mal vestido, idiota, velho, quando é ser exatamente o contrário.” Cf BARROSO, Inezita apud NEPOMUCENO, Rosa. Música Caipira: da roça ao rodeio. São Paulo: Editora 34, 2001, p. 24.

<sup>584</sup> CÂNDIDO, 1979 apud ANDRADE, Antônio Luiz Dias de. Op. Cit. 1986, p. 162.

<sup>585</sup> Ibidem, p. 163.

A partir do texto de Antônio Luiz Dias de Andrade podemos notar que embora o autor comece a sua exposição a partir da discussão entre as questões de dependência entre o meio urbano e o rural, se posicionando de forma crítica, quando passa a discutir a arquitetura vernacular o autor possui um tom mais descritivo, embora se mantenha parcial em suas descrições, como no caso das capelas rurais, em que as taxa de “toscas construções”. Assim, podemos notar uma certa continuidade entre os textos referentes à arquitetura popular da primeira fase da Revista e os novos textos da década de 1980. Isso acontece principalmente devido ao caráter inaugural das tipologias populares ainda na década de 1980 dentro da Revista. A escrita descritiva seria, então, a maneira de se conhecer melhor os bens populares.

Maria Cecília Londres da Fonseca,<sup>586</sup> no nº 24<sup>587</sup> da Revista do Patrimônio, aponta as questões, já tratadas no presente estudo, acerca da descentralização das políticas de preservação brasileiras. Para a autora, o CNRC teria sido um dos protagonistas para a ampliação do conceito de patrimônio no país, e isso foi possível porque era um trabalho feito nas “bordas” do IPHAN. Durante toda a década conviveram de forma não tão pacífica no interior do novo sistema “diferentes orientações quanto à preservação do patrimônio”. A linha mais tradicional era representada pelo IPHAN, que buscava manter à proteção de bens patrimoniais já consagrados em sua história.<sup>588</sup> Já a partir dos técnicos do CNRC e da FNpM foram propostos alguns tombamentos “inusitados”.<sup>589</sup> Inusitados para a realidade do órgão que até então priorizava certas tipologias patrimoniais, como foi o caso do tombamento do terreiro Casa Branca, Ilê Axé Iyá Nassô Oká<sup>590</sup> (ver fig. 50) e da Serra da Barriga, sítio onde se situara Palmares, o mais notório dos quilombos do período colonial, em 1982, representando um marco na política de preservação de bens imóveis populares.

Fonseca discorre sobre o tombamento do terreiro Casa Branca:

O tombamento da Casa Branca, sobretudo, provocou intensos debates junto aos setores técnicos da SPHAN, à medida que se julgava que esse bem, por suas características e devido

---

<sup>586</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. Op. Cit. 1996.

É licenciada em letras pela PUC-RJ e mestre em Teoria da Literatura pela UFRJ. Em 1976 ingressou no Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), em Brasília, depois na Fundação Nacional Pró-Memória, onde participou de vários projetos. É doutora em Sociologia da Cultura pela Universidade de Brasília.

<sup>587</sup> O nº 24 da Revista possuiu Conselho Editorial formado por Heloisa Buarque de Hollanda, Ítalo Campofiorito, Jurema Arnault, Lauro Cavalcanti e Glauco Campello. A organização do número foi feita por Antonio Augusto Arantes e a coordenação editorial por Sebastião Uchoa Leite.

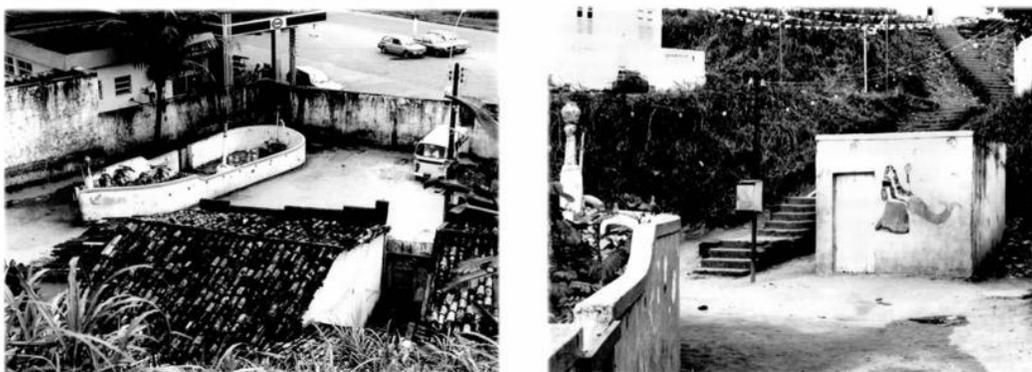
<sup>588</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. Op. Cit. 1996, p. 157.

<sup>589</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres da. Op. Cit. 1996, p. 157.

<sup>590</sup> De acordo com Fonseca o tombamento do terreiro Casa Branca, assim como o da Serra da Barriga em União dos Palmares, AL, foram possíveis a partir da criação da área “Etnias e Sociedade Nacional” da Fundação Nacional Pró-Memória no fim da década de 1970. Ibidem.

ao uso a que se propunha, não apresentava os requisitos necessários para o tombamento. Prevaleceram, no entanto, os argumentos políticos, e, em sessão memorável do Conselho Consultivo da SPHAN, realizada em Salvador, com a presença de representantes dos grupos interessados no tombamento e com farta cobertura da imprensa, o terreiro foi tombado por estreita margem de votos (três votos a favor, um voto contra, duas abstenções e um pedido de adiamento), fato inusitado na história do Conselho.<sup>591</sup>

Figura 50 - Terreiro Casa Branca.



Fonte: Fonseca (1996).

O texto de Fonseca fortalece a ideia de cisão criada dentro do órgão durante a década de 1980. O tombamento do Terreiro da Casa Branca não foi unânime, quebrando assim a coesão conceitual que, ao menos dentro do Conselho Consultivo, o órgão apresentava. A autora, alguns anos à frente, afirma que tal expansão patrimonial foi feita também a partir da ação do CNCR e da noção de referências culturais, que seria “uma forma nova e moderna de atuação na área da cultura”.<sup>592</sup> As referências culturais iriam ser elencadas para que valores simbólicos, além do de excepcionalidade, pudessem ser valorizados nos tombamentos do órgão. Seriam, assim, produzidas informações para a construção de um sistema referencial da cultura de contextos específicos. Neles, a troca de experiências entre pesquisadores e as comunidades deveriam ser feitas de forma horizontal, para que todos possam sair enriquecidos.

para os agentes externos, valores antes desconhecidos virão ampliar seu conhecimento e compreensão do patrimônio cultural; e para a comunidade, esse contato pode significar a oportunidade de identificar e valorizar partes do acervo

<sup>591</sup> Ibidem, p. 157.

<sup>592</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres da. Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio. In: IPHAN. *Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000, p. 15.

material e simbólico que constitui uma riqueza às vezes desconhecida ou não devidamente avaliada.<sup>593</sup>

A autora discorre ainda que,

as referências que o CNRC se propunha a apreender eram as da cultura em sua dinâmica (produção, circulação e consumo) e na sua relação com os contextos socioeconômicos. Ou seja, um projeto bastante complexo e ambicioso, e que visava exatamente aqueles bens que o IPHAN considerava fora de sua escala de valores. E, gradualmente, a preocupação com os “novos patrimônios” passou a incluir os sujeitos a que se referiam esses patrimônios, primeiro com a ideia de “devolução” dos resultados das pesquisas às populações interessadas e, posteriormente, com sua participação enquanto parceiros (Cf. MEC,1983). Infelizmente, inúmeros projetos desenvolvidos pelo CNRC não chegaram a essa fase, ficando seus relatórios e eventuais resultados guardados nas gavetas.<sup>594</sup>

Foi nesse contexto que, na década de 1980, segundo Lúcia Lippi Oliveira, houve uma diversificação de bens tombados: “fábricas, vilas operárias, mercados, estações ferroviárias, estúdios de rádio, observatórios astronômicos, hospitais, escolas, bens representativos de correntes migratórias, de etnias indígenas e afro-brasileiras, templos de outras religiões que não a católica, além de bens imateriais”.<sup>595</sup>

No nº 21 da Revista do Patrimônio, datado de 1986, sendo assim anterior ao texto de Fonseca,<sup>596</sup> está presente o artigo de Maria Bernardete Capinam e Orlando Ribeiro<sup>597</sup>, intitulado “A coroa de Xangô no Terreiro da Casa Grande”.<sup>598</sup> O artigo foi escrito após o tombamento do conjunto do Terreiro da Casa Branca, a fim de destacar um elemento do interior desse conjunto que é característico de grande parte dos conjuntos de candomblés baianos: a coroa de Xangô presente no Poste Central – coluna de madeira ou pilar de alvenaria implantado quase sempre no centro do barracão ou do salão de festas – (ver fig. 51 e 52), como posto pelos autores:

Na cosmologia nagô o Poste Central é a representação material do elemento de ligação ente as duas dimensões cósmicas, o Aiyê (Terra, mundo dos vivos) e o Orum (Céu, domínio das divindades). Esta representação do Universo relaciona-se com o

---

<sup>593</sup> Ibidem, p. 19.

<sup>594</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>595</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Op. Cit. 2008, p. 127.

<sup>596</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres da. Op. Cit. 1996.

<sup>597</sup> Maria Bernardete Capinam, antropóloga, e Orlando Ribeiro, arquiteto, desenvolveram em Salvador os projetos Mapeamento dos Sítios e Monumentos Religiosos Negros da Bahia e Arte Sacra Negra da Fundação Nacional Pró-Memória. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* nº 21.

<sup>598</sup> Maria Bernardete Capinam e Orlando Ribeiro. A coroa de Xangô no Terreiro da Casa Grande. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 21, p.165-171, 1986.

Enquanto que no título está Casa Grande, no decorrer do texto os autores se referem ao Terreiro da Casa Branca.

“mito do casamento do céu e da terra-mãe, mito que se encontra justamente entre os vorubas, sob a forma do casamento entre Obatalá (o céu) e Odudua (a terra).<sup>599</sup>

Figura 51 - Detalhe da Coroa de Xangô.



Fonte: Capinam; Ribeiro (1986).

Figura 52 - Salão de festas do Terreiro da Casa Branca.



Fonte: Capinam; Ribeiro (1986).

Os autores relatam que durante os reparos (termo utilizado pela filha de santo D. Julieta Alves) do terreiro, a antiga coroa de Xangô havia sido jogada no lixo. D. Julieta Alves recebe a missão do próprio Xangô de confeccionar uma nova coroa para o terreiro. Os autores, ao relatar as características da Coroa criada por D. Julieta Alves, mostram que a filha de santo incorpora diferentes influências na sua criação:

Embora tematize uma representação claramente africana e faça apelo em sua composição a motivos religiosos tradicionais associados com a divindade Xangô (oxê, xerê, etc), a obra de D. Julieta tem outras fontes de inspiração nitidamente brasileiras

<sup>599</sup> BASTIDE, 1977 apud CAPINAM, Maria Bernardete; RIBEIRO, Orlando. Op. Cit. 1986, p. 165.

que, aliás, prevalecem no seu arranjo final, revelando, inclusive, traços de uma exuberância barroca. A própria coroa obedece a um modelo similar aos das coroas dos infantes de Portugal e Espanha, em que dois motivos básicos (florões e pérolas) se alternam. Esse tipo de coroa é também muito encontrado nas estampas e litografias populares de santos católicos. Há até mesmo elementos inspirados nas armas do Império, como os ramos de café que circundam a figura central dos florões na coroa de Xangô.<sup>600</sup>

De acordo com o relato dos autores, a criação de D. Julieta Alves se caracterizaria, assim, em uma expressão popular, que apesar de se basear em uma estilização – nesse caso “os padrões de contenção geométrica dominantes nas peças de Arte Sacra Iorubá”<sup>601</sup> – reinterpreta diversos elementos. Apesar de os autores apontarem a influência de modelos ibéricos, acreditamos, nos apoiando ao relato da própria D. Julieta Alves, que afirmara não ter conhecimentos acadêmicos,<sup>602</sup> que tal reinterpretação aconteceu a partir, principalmente, da sua própria criatividade, sem o intuito de seguir modelos fixos.

O artigo impressiona por tratar de um elemento tão específico de um exemplar da arquitetura popular, impressiona também o fato de os autores trabalharem para além da materialidade do local, tensionando os aspectos da cosmologia da religião e suas impressões na parte construída do terreiro, algo considerado por nós como uma complexificação dentro da linha editorial do IPHAN, confirmando a ideia de que os processos de mudança de infraestrutura e teórica em que o órgão estava inserido também refletiam nas publicações da Revista do Patrimônio.

O nº 22<sup>603</sup> da Revista do Patrimônio, datado de 1987 não possui artigos voltados à arquitetura popular. Entretanto, possui seção inteira para discutir questões referentes à cultura, possuindo, ainda, artigo referente à cultura popular, escrito por Octavio Ianni.<sup>604</sup> É, também, nesse número, que é publicado o célebre artigo, já anteriormente citado, “SPHAN: refrigério da cultura oficial” de Sergio Miceli,<sup>605</sup> onde o autor tece uma crítica aos processos de tombamentos do SPHAN que celebraram apenas o patrimônio de pedra e cal erudito.

---

<sup>600</sup> Ibidem, p. 169.

<sup>601</sup> Ibidem.

<sup>602</sup> Ibidem.

<sup>603</sup> O nº 22 da Revista foi editado pela Assessoria de Comunicação Social da Fundação Pró-Memória que tinha como assessora Ivonne Felman da Cunha Rêgo. O editor de redação foi José Laurenio de Melo.

<sup>604</sup> IANNI, Octavio. Cultura Popular. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 22, p.30-32, 1987.

Foi um sociólogo, professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo e autor de *Revolução e Cultura*, entre outros livros. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico* nº 22.

<sup>605</sup> MICELI, Sérgio. Op. Cit. 1987.

Nascido no Rio de Janeiro em 1945, é professor titular do departamento de sociologia na Universidade de São Paulo. Doutor em sociologia pela USP e pela École des Hautes Études em Sciences Sociales (Paris), lecionou nas universidades

No artigo acerca da cultura popular, Ianni discute que no “acervo da cultura erudita, predominantemente, estão presentes criações oriundas da cultura popular.”<sup>606</sup> Citando, a partir de Alfredo Bosi, famosas obras da literatura brasileira para dar suporte a sua hipótese:

Obras-primas da literatura brasileira deste século, como Macunaíma de Mário de Andrade, Vidas Secas de Graciliano Ramos, Grande Sertão: Veredas de Guimarães Rosa e Morte e Vida Severina de João Cabral de Melo Neto, nunca poderiam ter-se produzido e ter-se comunicado sem que seus autores tivessem atravessado longa e penosamente as barreiras ideológicas e psicológicas que os separavam do cotidiano ou do imaginário popular.<sup>607</sup>

A partir do exposto podemos notar que Ianni considera a cultura popular para além de apenas cópia, mimese, da erudita, ou ainda, apenas receptora de cultura. O autor coloca a cultura popular como produtora e receptora, no sentido de que famosas obras eruditas tenham sido inspiradas a partir da cultura popular. Ianni aponta ainda que as maiores diferenças entre esses dois níveis de cultura estão em como essas se situam na sociedade, e como criam e recriam essa cultura em seus múltiplos elementos e no seu todo.<sup>608</sup> O texto de Ianni pode ser entendido como um dos registros de como a cultura popular e seus respectivos bens estavam sendo agora interpretados também como um dos patrimônios nacionais, no processo de ampliação do conceito patrimonial que acontecia em nível federal.

Como aponta Maria Cecília Londres da Fonseca, o discurso de ampliação do conceito patrimonial advindo de instituições como o CNRC, foi recebido para a avaliação “por ocasião da elaboração da nova Constituição Federal, promulgada em 1988, com os artigos 215 e 216 que trazem sua marca”.<sup>609</sup> Um bem cultural seria entendido na Constituição Federal como sendo os bens de natureza material e imaterial, “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.<sup>610</sup> O patrimônio se torna agora mais abrangente, deixa de ser “histórico e artístico” para ser “cultural”. Aguiar discorre sobre essa ampliação:

Entender o conceito de “patrimônio histórico e artístico” para “patrimônio cultural” significa compreender que o valor de um bem transcende em muito o seu valor histórico comprovado ou reconhecido oficialmente, ou as suas possíveis qualidades artísticas. É compreender que este bem é parte de um conjunto maior de bens e valores que envolvem processos múltiplos e diferenciados de apropriação, recriação

---

de Chicago e Gainesville, na Escuela Nacional de Antropología y Historia (Cidade do México) e na École des Hautes Études em Sciences Sociales. In: Companhia de Letras (online).

<sup>606</sup> IANNI, Octavio. Op. Cit. 1987, p. 30.

<sup>607</sup> BOSI, 1983 apud IANNI, Octavio. Op. Cit. 1987, p. 30.

<sup>608</sup> Ibidem.

<sup>609</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres da. Op. Cit. 1996, p. 156.

<sup>610</sup> BRASIL. Op. Cit. 1988 art 216.

e representação construídos e reconhecidos culturalmente e, aí sim, histórica e cotidianamente, portanto anterior à própria concepção e produção daquele bem.<sup>611</sup>

Dessa forma, o IPHAN passa, a partir da década de 1980, a ampliar o que começara a se definir como a “diversidade cultural”<sup>612</sup> ao incluir no rol de registros e tombamentos expressões até então ignoradas pelo instituto. Entretanto, é necessário frisar que esse caminhar para o “alargamento conceitual da noção de patrimônio estabelecida na Constituição de 1988”<sup>613</sup> tem tido épocas de maior e de menor expressão. Como aponta Paulo César Garcez Marins, as correntes mais conservadoras de proteção existentes dentro do IPHAN, tais como as de defesa do patrimônio colonial e do patrimônio modernista carioca, contribuíram, ainda, nesse momento, com a ampliação de processos a bens vinculados a tais períodos. Nesta narrativa, excluem-se outras expressões culturais do país.<sup>614</sup>

A retomada dos tombamentos dos edifícios da escola carioca na década de 1980 pode ser compreendida como uma ação de autoperpetuação dos herdeiros da geração formadora do SPHAN e, por certo, um sinal de evidente de reação conservadora diante de tantas oscilações conceituais pelas quais passavam os antigos critérios de seleção da memória e da identidade nacionais construídos pelo IPHAN desde a década de 1930.<sup>615</sup>

Marins aponta que o tombamento das práticas populares na década de 1980 não iria “deitar raízes nos tombamentos das décadas seguintes. Deixou-se primordialmente ao registro do patrimônio imaterial a tarefa de olhar o frágil, o rústico, o improvisado e o instável, características opostas às noções de ancianidade, monumentalidade e originalidade que sempre pautaram o IPHAN”.<sup>616</sup> Assim, na década seguinte, devido a diversos fatores como a extinção do SPHAN/FNpM durante a gestão Collor e a “a crescente transferência de interesse do Estado do tombamento para as restaurações subsidiadas pela Lei Rouanet”,<sup>617</sup> houve pouco investimento governamental na continuação do alargamento da discussão patrimonial da década de 1980.

O que é exposto por Marins, para o *locus* de ação do tombamento, é também refletido dentro da linha editorial do IPHAN, mais especificamente na Revista do Patrimônio. Nesse sentido podemos perceber que a arquitetura popular seria objeto de interesse de artigos da Revista apenas no fim da

---

<sup>611</sup> AGUIAR, 1987 apud RABELLO, Sônia. *O Estado na Preservação de Bens Culturais: O Tombamento*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009, p. 91.

<sup>612</sup> MARINS, Paulo César Garcez. Op. Cit. 2016, p. 12.

<sup>613</sup> FONSECA, 1997 apud MARINS, Paulo César Garcez. Op. Cit. p. 14.

<sup>614</sup> Ibidem.

<sup>615</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>616</sup> Ibidem, p. 14.

<sup>617</sup> Ibidem, p. 15.

década de 1990. O n° 25<sup>618</sup>, de 1997, por exemplo, teve suas publicações centradas na temática do negro no Brasil, nos mais diversos aspectos da cultura brasileira. No tangente à arquitetura popular, os textos que mais se aproximam da temática são os de Roberto Motta<sup>619</sup> “Palmares e o comunitarismo negro no Brasil” e o de Mário Maestri Filho<sup>620</sup> “O negro no sul do país” que fazem referências aos quilombos brasileiros, mas não os categorizam a partir das suas arquiteturas ou técnicas construtivas, tendo uma leitura mais etnográfica dos modos de vida e resistência comunitária. Por sua vez, o ensaio fotográfico de André Vilaron<sup>621</sup> “O quilombo Kalunga” traz imagens que revelam a arquitetura popular do grupo, mesmo que como um plano de fundo para as atividades do dia-a-dia, conforme pode ser visto nas figuras 53 e 54. Apesar da espacialidade do quilombo ser tratada em segundo plano, tais imagens nos revelam importantes questões acerca de como aquela população interage em seu espaço privado. Já o texto de Carlos Vogt<sup>622</sup> e Peter Fry<sup>623</sup> “Os caçadores de tesouro: em busca de línguas africanas no Brasil”,<sup>624</sup> também traz registros da arquitetura popular da comunidade africana do Cafundó.

---

<sup>618</sup> O número 25 da Revista teve Conselho Editorial formado por Heloísa Buarque de Hollanda, Ítalo Campofiorito, Jurema Arnaut, Lauro Cavalcanti e Glauco Campello. Teve organização de Joel Rufino dos Santos, e coordenação editorial de Sebastião Uchoa Leite.

<sup>619</sup> MOTTA, Roberto. Palmares e o comunitarismo negro no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N° 25, p.223-230, 1997.

Antropólogo e professor da UFPE, publicou numerosos trabalhos sobre cultura negra, religião e sociedade no Brasil e no exterior. Dirigiu o departamento de Antropologia da Fundação Joaquim Nabuco. Publicou, com outros, os livros *Bandeira do Alairá*, *Sobrevivência e fontes de renda* e *Edjé Balé: sobre o sacrifício afro-brasileiro*. In: *Ibidem*.

<sup>620</sup> Mário Maestri Filho O negro no sul do país. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N° 25, p.231-240, 1997.

É um historiador, professor de pós-graduação em História pela Universidade de Louvain Bélgica. Publicou: *Servidão negra* (1988); *Lo Schivo Coloniale* (1989); *Storia del Brasile* (1991); *L'Esclavage en Brésil* (1990); *o escravo gaúcho* (1990). In: *Ibidem*.

<sup>621</sup> VILARON, André. O quilombo Kalunga. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N° 25, p.246-260, 1997.

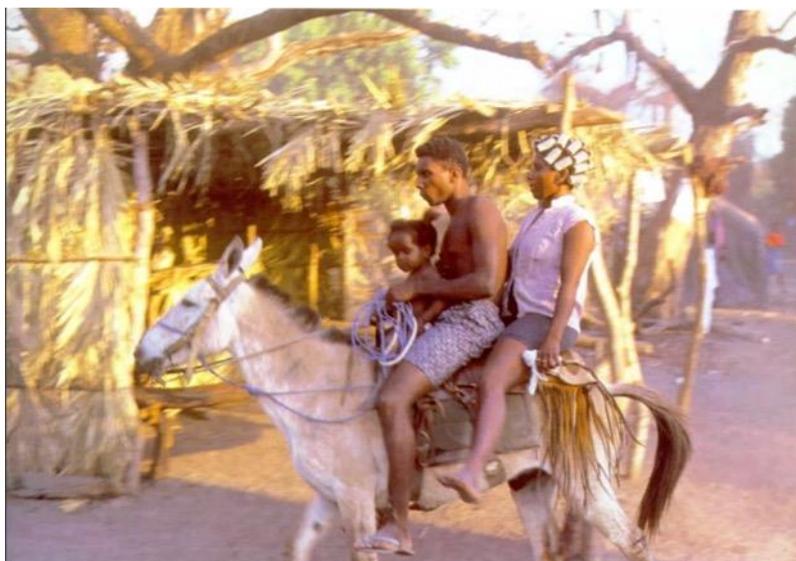
É formado na Faculdade de Cinema da UFF. Fotógrafo free-lancer da Folha de São Paulo e Manchete. Colabora, desde 1995, para Impact Vision de Nova York e a agência Imagens da Terra/RJ. Tem fotos em Miami Herald, Chicago Tribune, Photos e San Francisco Chronicle. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico* n° 25.

<sup>622</sup> Carlos Vogt foi reitor da Unicamp, onde coordenou o laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo. Diretor executivo do Instituto Uniemp-Fórum Permanente das Relações Universidade-Empresa. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico* n° 25.

<sup>623</sup> Peter Fry é um antropólogo e professor. Leciona no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ. Ajudou a implantar e foi professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico* n° 25.

<sup>624</sup> VOGT, Carlos; FRY, Peter. Os caçadores de tesouro: em busca de línguas africanas no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N° 25, p.317-326, 1997.

Figura 53 - Quilombo Kalunga.



Fonte: Villaron (1996).

Figura 54 - Quilombo Kalunga.



Fonte: Villaron (1996).

Embora não haja esforços para conceituação ou até descrição dos quilombos registrados nos artigos supracitados, que visualizaram tais tipologias como planos de fundo para análises de cunho antropológicos, encaramos a inserção de tais registros como mais uma das ampliações que aconteceram na linha editorial do IPHAN, que até agora havia registrado apenas o Terreiro da Casa Branca como tipologia de matriz africana presente no Boletim SPHAN/FNpM e na Revista do Patrimônio.

É interessante notar, ainda, que, até 1988, de acordo com Arantes,<sup>625</sup> o IPHAN tratava os quilombos apenas como sítio arqueológico, sem envolver relações com os sujeitos e a identidade de tais grupos. Vemos que a inserção de tais imagens podem ser entendidas como um passo inicial para mudar tal paradigma. De acordo com Márcia Chuva a Constituição de 1988 colocou em debate “o reconhecimento da existência de grupos detentores de modos de vida específico associados à vivência da territorialidade e da diferenciação étnica, em oposição à perspectiva passadista e de abordagem arqueológica que predominava entre legisladores e também no Iphan.”<sup>626</sup>

No entanto, apontamos, ainda, que tal inserção não dispensa a necessidade de artigos voltados exclusivamente para a espacialidade de tais tipologias.

No mesmo número da revista está presente o artigo de Amélia Zaluar<sup>627</sup> acerca da Casa da Flor em São Pedro de Aldeia, RJ, inscrita no Livro de Tombo de Belas Artes em 2012.<sup>628</sup> O texto, como poderá ser visto, possui caráter descritivo da história da construção da Casa e do seu construtor (ver fig. 55 e 56). A casa começou a ser construída em 1912 por Gabriel Joaquim dos Santos “negro, pobre, trabalhador de salinas e lavrador (...) filho de um ex-escravo e feitor numa fazenda da região de uma índia “pega no laço” por seu pai”.<sup>629</sup>

Inspirado por um sonho, resolveu, em 1912, construir seu lar. Fez um pequeno quarto, onde logo passou a viver, e pouco a pouco, quando dispunha de tempo e material, ergueu mais uma sala e um depósito. A área construída não chega a 40m<sup>2</sup>, é uma casa de pé direito baixo, que em alguns pontos não chega a dois metros. Não faz banheiro nem cozinha. Não dispunha de energia elétrica; para iluminar suas noites, uma lamparina de querosene. Não há água encanada: para obter água potável, ele criou um sistema engenhoso de captação da água da chuva. No alto de um pequeno morro, 7m acima do nível da rua, ela é cercada por árvores, arbustos e muitas flores, perfeitamente integrada à natureza ao redor. [...] Em 1923, veio-lhe, através ainda de um sonho, a ideia de enfeitar a casa. Sem recursos para comprar o material necessário resolveu, depois de muito “maturar”, aproveitar o refúgio das construções locais e o lixo doméstico, coisas jogadas fora, como imprestáveis para uso. “Pensei em fazer do nada.” Criou um primeiro bordado, ao lado de sua cama, de jacarandá, também construída por ele. Prosseguiu com outros enfeites, e sem terminar a parte interna,

<sup>625</sup> ARANTAS, Antônio Augusto. Trajetórias e desafios do Inventário Nacional de Referências Culturais. Entrevista com Antonio Augusto Arantes. *Revista CPC*, São Paulo, n° 20, dez. 2015 p. 221–260.

<sup>626</sup> CHUVA, Márcia. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N° 35, p. 79-104, 2017, p.93.

<sup>627</sup> Amélia Zaluar é pesquisadora em arte popular, e foi presidente da Sociedade dos Amigos da Casa da Flor, criada em 1987. Autora da monografia *Rendeiras de bilro no Estado do Rio de Janeiro e de Casa da Flor – Tudo caquinho transformado em beleza*, 1993. Colaborou em *A mão afro-brasileira* e no *Guia do folclore fluminense*, entre outros. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico* n° 25.

<sup>628</sup> ZALUAR, Amélia. A casa da flor: uma arquitetura poética. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N° 25, p.299-305, 1997.

<sup>629</sup> *Ibidem*, 299.

passou a embelezar também a parte externa. Não havia um projeto com regras rígidas a seguir. A inspiração quase sempre lhe vinda dos sonhos, ou ainda, de seus devaneios, antes de dormir.<sup>630</sup>

Figura 55 - Detalhe da fachada da Casa da Flor.



Fonte: Januário Garcia, disponível em: Zaluar (1997).

Figura 56 - Vista geral da casa da Flor, com escadaria de acesso no primeiro plano.

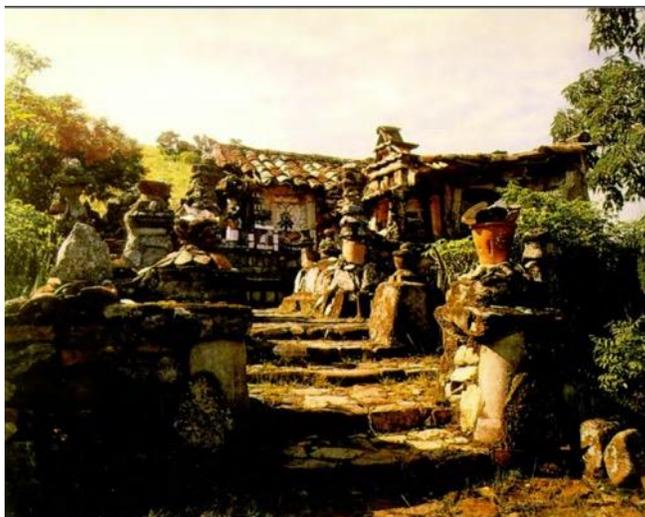


Foto: Januário Garcia, disponível em: Zaluar (1997).

O construtor passou a recolher materiais do lixo até 1985, quando faleceu. Zaluar revela a extensa lista de materiais utilizados por Gabriel dos Santos para a decoração da Casa da Flor:

<sup>630</sup> Ibidem, p. 299.

Sem preconceitos, foi recolhendo, ao longo de uma eterna peregrinação, pedaços de telhas, tijolos, postes, jarras, ladrilhos, copos, garrafas, espelhos, xícaras, pratos, bibelôs e muitos materiais insólitos, como lâmpadas queimadas, faróis de automóvel, correntes, ossos de animais, pedras, ralos de chão, canaletas de iluminação elétrica, caramujos, conchas, uma estrela do mar, um emblema metálico da Volkswagen, uma grade de radiador. [...] Outros ornamentos de decoração, nunca iguais, foram ainda acrescentados: mosaicos com caquinhos ou seixos; colunas de pedra e cimento; esculturas fantásticas; formas modeladas com cimento – cacho de uvas, flores, folhas, volutas; luminárias de lâmpadas queimadas; nichos para abrigar objetos importantes – um osso de baleia, um cachorrinho de louça; retratos afixados às paredes, dele mesmo, de um amigo, de Getúlio Vargas. À medida que completava um enfeite considerado como mais importante, modelava com cimento, ou escrevia com caneta nas paredes, frases e datas para registrar o acontecimento.<sup>631</sup>

É interessante notar que, mesmo ao dar lugar a um exemplar tão único da arquitetura popular brasileira, é notória a dificuldade de compreensão e conceituação do mesmo pela autora. Zaluar por vezes chama a obra de barroco intuitivo; ora de arquitetura espontânea; em um momento a classifica como uma arquitetura fantástica, comparando a obra àquela do arquiteto catalão Gaudí e ao pintor neerlandês Piet Mondrian.

É difícil classificar ou analisar a Casa da Flor; ela subverte as normas estabelecidas de produção estética. Os estranhos materiais usados e o magnífico resultado obtido com os arranjos ornamentais que cercam toda a casa fogem aos padrões convencionais da arquitetura e da arte. Mas “é talvez o que o fantástico significa: ser tão excitante ou estranho, como ser indescritível”.<sup>632</sup>

Para além das considerações acerca da Casa da Flor, o texto de Amélia Zaluar, professora de arte popular que desde 1978 lutava pelo tombamento do imóvel, constitui-se como um esforço teórico que vai na contracorrente ao usual da linha editorial do IPHAN, que privilegia obras já preservadas pelo órgão. Nesse sentido, o texto de Zaluar se caracteriza como representante de uma obra que pleiteava abertamente o seu lugar no *hall* de tombamentos. Os esforços de Zaluar – que para além do texto supracitado lançou também outros livros sobre a Casa da Flor<sup>633</sup> – se concretizaram cerca de duas décadas à frente. A Casa da Flor, como já dito, foi tombada em nível federal apenas em 2012.

---

<sup>631</sup> Ibidem. p. 300.

<sup>632</sup> Ibidem, p. 301.

<sup>633</sup> Ver ZALUAR, Amélia. *A autobiografia de Gabriel Joaquim dos Santos: uma presença no mundo*. In: Imaginário, cotidiano e poder: memória afro-brasileira. São Paulo: Selo Negro, 2007.; Idem. *A Casa da Flor: tudo caquinho transformado em beleza*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2012.; Idem. *Gabriel, mestre da arquitetura fantástica e sua casa-escultura*. In: ARAUJO, Emanuel (org.). *A mão afro-brasileira, significado da contribuição artística e histórica*. São Paulo: Tenenge, 1988.; Idem. *Um prato quebrado transformado em flor*. *Revista Arte Contemporânea*. N. 2. Rio de Janeiro, 1981.; Idem. *Uma pesquisadora sob a influência do objeto de sua pesquisa*. *Revista Arteterapia*. N. 9, Rio de Janeiro: Pomar, 2002.

Em 1998 é lançado o nº 27<sup>634</sup> da Revista do Patrimônio que teve o eixo temático “fotografia”. No número está presente o texto de Luis de Castro Faria<sup>635</sup> intitulado “O antropólogo e a fotografia: um depoimento”.<sup>636</sup> Nele, o autor discute a complexidade das construções populares, uma vez que os construtores populares se validam de uma variedade de saberes. No entanto, essa não seria a primeira vez que o autor se dedica à temática da arquitetura popular. Em 1951 Faria publica no Boletim do Museu Nacional o artigo “Origens Culturais de Habitação Popular do Brasil”, em que o autor se alinha a escritos como o de Gilberto Freyre em suas concepções. A análise de tal obra nos auxilia, assim, a entender como Luis de Castro Faria se alinha a autores consagrados dentro do IPHAN.

No artigo supracitado, de 1951, o autor busca entender a influência da tríade que se acreditava ser a base da cultura brasileira: o índio, o negro e o português. O que, na época, já havia sido defendido por diversos autores dentro da linha editorial do IPHAN. Antes de discutir a habitação popular brasileira, o autor tenta compreender tais diferentes culturas. Chega a discutir questões como a habitação na África e a habitação dos tupis-guaranis no Brasil. Nesse sentido, o autor nos traz a conclusão de que a influência africana está presente principalmente nos mocambos do Nordeste, mostrando que o mocambo no séc. XVII era sinônimo de “quilombo, ou habitação feita nos matos pelos escravos pretos fugidos no Brasil”.<sup>637</sup>

Em relação à influência dos índios para a arquitetura popular brasileira, o autor conclui que essa se refere à técnica indígena “no aproveitamento do material fornecido pela natureza”.<sup>638</sup> Faria conclui, também, que os índios pouco influenciaram a forma lusitana, entretanto, incorporaram muitos elementos estruturais ibéricos. Assim, podemos notar como o autor converge com os estudos de Afonso Arinos de Melo Franco para a civilização material brasileira.

Para Faria, a influência lusitana se deu mais fortemente devido à facilidade de adaptação das suas técnicas ao meio exótico, ou ainda no sentido *Freyreano*, de amolecimento. Passa então a discorrer

---

<sup>634</sup> O nº 27 da Revista do Patrimônio contou com o Conselho Editorial do IPHAN formado por Benício Neiva Medeiros, Glauco Campello, Heloísa Buarque de Hollanda, Italo Campofiorito, Jurema Arnaut, Lauro Cavalcanti. O número foi organizado por Maria Inez Turazzi e teve coordenação editorial de Sebastião Uchoa Leite.

<sup>635</sup> Luis de Castro Faria foi um professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Fluminense, atuou nas mais importantes instâncias da vida universitária. Pesquisou e ensinou Antropologia Biológica, Arqueologia, Etnologia e Antropologia Social. Tendo ingressado no Museu Nacional em 1936, foi também diretor da instituição. Foi presidente de honra da Associação Brasileira de Antropologia. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico nº 27.

<sup>636</sup> FARIA, Luis de Castro. O antropólogo e a fotografia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 27, p.162-171, 1998.

<sup>637</sup> FARIA, Luis de Castro. Origens culturais da habitação popular no Brasil. In: Boletim do Museu Nacional. Antropologia. Nº12, Rio de Janeiro, 1951, p. 15.

<sup>638</sup> *Ibidem*, p. 34.

acerca da cronologia das técnicas lusitanas, da taipa, técnica usual dos portugueses no início da colonização brasileira até a utilização da pedra e cal. O autor procura, também, mostrar as qualidades da casa popular brasileira. Uma vez que essa “representa em muitos casos uma solução feliz e adequada do problema de habitação em zonas pioneiras”.<sup>639</sup> Define a habitação popular em dois termos principais: a variedade ecológica e a contingência econômica.

As imagens que o autor traz no fim do estudo também se mostram de grande interesse (ver fig. 57 e 58). Faria retrata habitações do Centro-Oeste, região pouco trabalhada nos estudos da arquitetura popular brasileira. Retrata, também, a forma de construir da população com diferentes técnicas de construção.

Figura 57 - Casa construída sobre estacas em Pimenta Bueno, norte do Mato Grosso.



Fonte: Faria (1951).

Figura 58 -Taipa de pilão. Um muro em construção. Cuiabá, Mato Grosso.



Fonte: Faria (1951).

---

<sup>639</sup> Ibidem, p. 49.

No texto para a Revista do Patrimônio, Luis Castro de Faria dá continuidade aos estudos das técnicas e qualidades da arquitetura popular brasileira, buscando, ainda, retratar a técnica de construção da taipa (ver fig. 59). Segundo o autor:

As construções das moradas de famílias pobres do interior, ou mesmo da periferia das cidades, dispensam arquitetos, e mesmo o mestre de obras. São, no entanto, construções tecnicamente exigentes, considerada a variedade de saberes dos quais se valem os seus construtores. Conhecimentos botânicos sobre as qualidades das diferentes madeiras próprias para cada “projeto”; sobre o manejo dessas madeiras; dos cipós mais convenientes para as amarrações; das palhas mais resistentes e do seu manejo para obtenção de uma cobertura eficaz e durável; conhecimentos geológicos sobre os barros, argilas e elementos que devem ser adicionados à massa para assegurar maior plasticidade no momento do uso e maior dureza depois do acabamento. Além de tudo isso, conhecimentos topográficos e métricos que permitem escolhas acertadas em termos de localização e de proporções relativas em termos de espaços internos [...].<sup>640</sup>

Podemos perceber, assim, que o seu texto da década de 1990, diferentemente do texto de 1951, se afasta dos preceitos discutidos por autores como Gilberto Freyre e Afonso Arinos de Melo Franco, dando ênfase à técnica construtiva popular, em seus diferentes aspectos. A valorização do autor possui uma ênfase nos diversos saberes populares que estão atrelados às construções. Os construtores seriam também biólogos, geólogos e topógrafos sem formação. A valoração na tese de Luis Castro Faria desloca, assim, os valores da própria edificação para os seus construtores, como também o faz Amélia Zaluar para o construtor Gabriel Joaquim dos Santos. Tal fato nos revela como os artigos da temática possuíam nesse momento uma certa convergência teórica.

O autor defende ainda que seria a fotografia o único meio “capaz de revelar todas as faces dessa ciência popular, nem sempre igualmente partilhada”.<sup>641</sup> Seria importante, nesse sentido, também o registro de todas as fases da construção, a fim de se revelar o que está oculto na moradia. O autor tece uma série de considerações acerca da casa de taipa a fim de mostrar um exemplo (ver fig. 59) onde “a foto mostra o que está por dentro, o que sustenta a forma sólida, concluída, da construção que identificamos como casa, morada, e que, nem mesmo mentalmente, pode-se avaliar como ela chegou a ser o que é”.<sup>642</sup>

---

<sup>640</sup> Ibidem, p. 168.

<sup>641</sup> Ibidem, p. 169.

<sup>642</sup> Ibidem, p. 169.

Percebemos que tal proposta metodológica, de utilizar a fotografia como forma de registro da arquitetura popular nas diversas etapas da sua construção, seria uma das formas de se registrar o próprio projeto popular, que na grande maioria das vezes não é embasado por desenhos técnicos.

Figura 59 - Construção de uma casa de taipa de mão, Rio de Janeiro – RJ.



Fonte: Luis de Castro Faria (1950).

No mesmo número há também o texto de Angela Magalhães<sup>643</sup> e Naja Peregrino<sup>644</sup> acerca do “O regionalismo nordestino e as suas marcas na fotografia brasileira”.<sup>645</sup> Nele, as autoras discutem o movimento do foto-documentarismo que ganhou forças na década de 1980 e pode circular nos espaços de arte com maior constância. Entre os exemplos citados pelas autoras está o trabalho da artista plástica/fotógrafa documental Anna Mariani, que se constituiu em uma exposição fotográfica intitulada “pinturas e platibandas” que fez parte da 19ª Bienal de arte de São Paulo em 1987, exposição essa que no mesmo ano foi publicada em forma de livro homônimo. A partir de tal registro, a arquitetura de platibandas decorativas do Nordeste brasileiro pode figurar nas páginas da Revista do Patrimônio pela primeira vez.

<sup>643</sup> Angela Magalhães é formada em Comunicação Social pela UFRJ. Trabalhou na Funarte desde 1979, exercendo as funções de curadoria, pesquisa e produção de inúmeros eventos culturais. Coordenou a área de fotografia da Funarte. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico* nº 27.

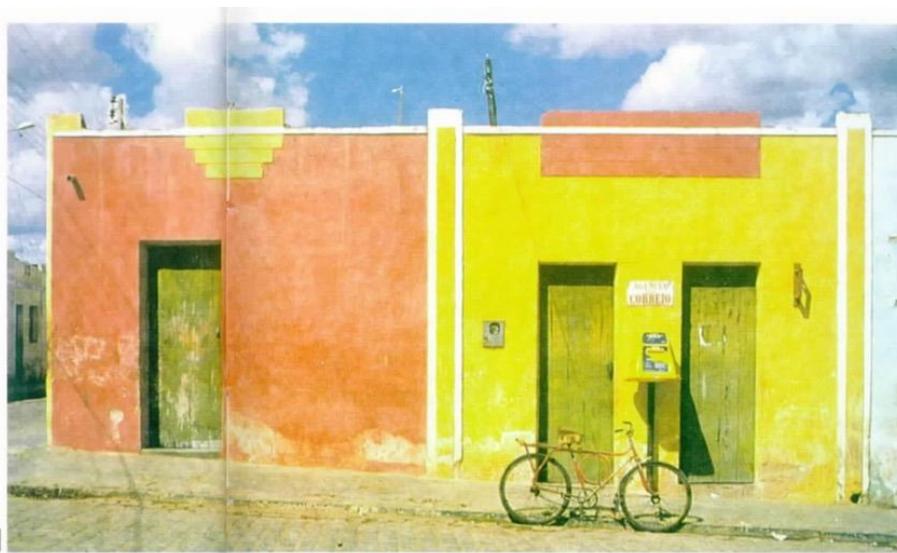
<sup>644</sup> Naja Peregrino é mestre em Comunicação Social pela UFRJ (1990). Entre 1977 e 1990, coordenou na Funarte a área de exposições, realizando diversos projetos como curadora e pesquisadora. Na década de 1990 coordenou o Setor de Fotografia do Centro de Artes da UFF, em Niterói. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico* nº 27.

<sup>645</sup> MAGALHÃES, Angela, PEREGRINO, Naja. O regionalismo nordestino e suas marcas na fotografia brasileira. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 27, p.242-269, 1998.

As autoras montam um paralelo entre a experiência de Mário de Andrade e a de Anna Mariani, que, para montar a sua exposição, catalogou mais de mil exemplares de arquitetura popular em mais de oitenta cidades do interior nordestino<sup>646</sup> (ver fig. 60):

A exemplo de Mário de Andrade, que, na busca da valorização do nosso processo cultural, perambulava pelo Brasil afora, registrando e fotografando músicas, festas e assentamento paupérrimos do interior, a fotógrafa constrói uma arqueologia fotográfica da identidade cultural e da memória social, captando imagens constitutivas da realidade e do espírito do país. Com certeza, trata-se de uma justa homenagem aos arquitetos e pintores populares da região, que no seu anonimato realizam silenciosamente esse instigante momento de beleza.<sup>647</sup>

Figura 60 - Anna Mariani. “Uauá”, Bahia, 1986.



Fonte: Magalhães, Peregrino, 1998.

O artigo de Ângela Magalhães e Naja Peregrino é mais um dos exemplos em que o IPHAN, em sua linha editorial, recorre a experiências de diferentes instâncias e profissionais para fomentar a discussão patrimonial daquele momento. Também, é visto que o conjunto de artigos referentes à temática da fotografia no n. 27 encaram tal temática para além da mera representação iconográfica, ao indicar as diversas possibilidades e experiências de utilização de tal instrumento.

<sup>646</sup> MARIANI, Anna. *Pinturas e Platibandas*. Editora Mundo Cultural Ltda. São Paulo, 1987.

<sup>647</sup> MAGALHÃES, Angela, PEREGRINO, Naja. Op. Cit. 1998. p. 251.

O nº 28<sup>648</sup> da Revista do Patrimônio é datado de 1999 e tem como temática a “Arte e cultura popular” apresentando, assim, artigos referentes às mais diversas representações da cultura popular: literatura, pintura, escultura, danças, músicas, etc. Possuindo, ainda, artigo acerca das já citadas missões folclóricas chefiadas por Mário de Andrade, com ênfase na tradição oral do Nordeste.<sup>649</sup> Em meio a tais discussões é também introduzido o artigo de Alayde Mariani “A memória popular no registro do patrimônio”, em que a autora se compromete a montar a primeira narrativa historiográfica acerca de como a arquitetura e outras representações populares foram preservados pelo IPHAN em suas políticas de preservação.<sup>650</sup>

Para iniciar tal narrativa, Mariani volta à gênese de criação do SPHAN e os ideais modernistas em que se buscou uma “recuperação de uma história, de uma produção cultural acumulada e de uma estética brasileira, como traços distintivos da alteridade e universalidade que se queria firmar.”<sup>651</sup> De acordo com a autora, existiria ainda uma dicotomia de proposições dos próprios modernistas nessa busca, de um lado estariam as noções de povo e das artes populares como um dos possíveis caminhos para se conhecer a verdadeira tradição brasileira. Do outro lado, estaria o fluxo da vida moderna, do processo de urbanização e de industrialização, do cosmopolitismo, que vibrava por uma modernidade nacional.<sup>652</sup>

Segundo a autora, seria nesse contexto em que se é criado o SPHAN, a partir da instituição do Decreto-Lei 25/37. Ao analisar tal documento, Mariani parece não saber diferenciar os limites entre o anteprojeto de Mário de Andrade, de 1936, e o documento final de 1937. Como pode ser visto na seguinte passagem:

O sentido que adquire o popular no decreto-lei fundador do SPHAN remetia aos estudos e preocupações folclóricas do autor modernista (Mário de Andrade), entendido enquanto manifestações culturais das classes populares [...] O etnográfico integrado ao paisagístico, na imaginação criativa de Mário, conferia um estatuto de distinção à arte popular [...].<sup>653</sup>

Como já pode ser anteriormente discutido, as proposições de Mário de Andrade para o anteprojeto de 1936, acerca da proteção de bens populares e do folclore não foram absorvidas no

---

<sup>648</sup> O nº 28 da Revista do Patrimônio possuiu conselho editorial composto por Heloísa Buarque de Holanda, Ítalo Campofiorito, Jurema Arnaut, Lauro Cavalcanti e Glauco Campello. Foi organizado por Elizabeth Travassos.

<sup>649</sup> SANDRONI, Carlos. Notas sobre Mário de Andrade e a missão de pesquisas folclóricas. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* nº 28, p. 60-73, 1999.

<sup>650</sup> MARIANI, Alayde. Op. Cit. 1999.

<sup>651</sup> MARIANI, Alayde. Op. Cit. 1999, p. 159.

<sup>652</sup> Ibidem.

<sup>653</sup> Ibidem, p. 160.

texto de 1937, que busca não categorizar o que seria o patrimônio nacional. A autora justifica seu ponto de vista afirmando que o popular estaria inscrito no Livro de Tombo Etnográfico enquanto que o erudito seria inscrito no Livro de Belas Artes. No entanto, Mariani admite que tal distinção não seria totalmente concretizada na trajetória do órgão, uma vez que por muitas vezes haveria um tensionamento entre a valoração de bens populares e eruditos.<sup>654</sup>

A autora passa, então, a identificar os pontos de valoração do popular dos fundadores do SPHAN, assim, chega à publicação de Gilberto Freyre “Mucambos do Nordeste”, e a questão da arquitetura portuguesa e da influência dos índios nos telhados brasileiros, destacados por Lúcio Costa. No entanto, de acordo com Mariani, tal valorização não chega a criar raízes na prática do SPHAN:

À valorização do popular no conjunto da composição arquitetônica brasileira não correspondeu a crença em sua continuidade criadora. A fusão do erudito com o popular, gerando tradição, desmanchou-se, na visão dos modernistas, pela impossibilidade de sedimentação da arte popular. O perseguido elo entre passado e futuro destituía a inventividade popular, face à ruptura social que se processava no país, causada pelos modernos processos construtivos.<sup>655</sup>

A partir de escritos de Lúcio Costa e Lauro Cavalcanti, Mariani passa a narrar o deslocamento que o modernismo, e, assim, o SPHAN, passa a ter para com os saberes populares. O processo é iniciado a partir da industrialização em que a expressão “artesanal” dos construtores populares perdeu valor para a construção em massa, a segunda resposta para tal processo estaria na negação às técnicas populares pelos “idealistas” que se aproximavam da ótica dos edificadores do SPHAN e que entendiam que a “questão habitacional popular deveria ser tratada através de processos de construção em série para suprir com mais eficácia o déficit das casas populares.”<sup>656</sup> A autora se aproxima, assim, ao que foi discutido no tópico “Anúncios do popular”, em que chegamos à questão da habitação social da ditadura varguista, em que os mocambos foram vistos como um dos grandes problemas sociais, sendo, assim, destruídos para dar lugar a novos conjuntos habitacionais.

A partir de tal problematização, a autora passa a investigar os processos de tombamento de bens populares pelo SPHAN em seus trinta primeiros anos, em que ocorreu um “obscurecimento oficial do bem de tradição popular, seja o arquitetônico, seja o móvel. Obscurecimento oficial, uma

---

<sup>654</sup> Ibidem.

<sup>655</sup> Ibidem, p. 161-162.

<sup>656</sup> Ibidem, p. 163.

vez que quase não nominado, restrito parcimoniosamente às páginas do Livro de Tombo Etnográfico.”<sup>657</sup>

Segundo a autora, que se baseia nos pareceres técnicos de Lúcio Costa e Rodrigo Melo Franco de Andrade, apenas um exemplar da arquitetura popular é reconhecido pelo seu valor: o Sobradão do Foro, em Minas Novas – MG. Para tecer críticas ao processo de tombamento a autora cita o parecer de Rodrigo. M. F. de Andrade:

Ao número avultado de obras de arquitetura erudita inscritos nos Livros de Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional não tem correspondido proporção ponderável das de feição popular [...] estas só se justificariam quando possuem requisitos de valor plástico excepcional [...] embora o interesse despertado por este edifício seja produzido mais por seu volume insólito no logradouro e no próprio conjunto da cidade, do que por sua composição ou pelas características de seus pormenores; a feição monumento que o distingue contribui, tanto quanto posso ajuizar da espécie, para torna-lo efetivamente notável, no arrojado rústico de suas proporções.<sup>658</sup>

Mariani discorre que tal parecer possui fraca argumentação acerca do valor artístico do edifício, o que sugeriria a resistência em se conceder estatuto artístico, de valor excepcional, a um monumento de feição popular. Ainda segundo a autora: “Uma vez polarizados e segmentados, os critérios de classificação nos três Livros de Tombo: Belas-Artes, Histórico, Etnográfico, a feição de cunho popular, ou não erudita, é encoberta ou disfarçada nos dois primeiros registros.”<sup>659</sup> Gunter Weimer, como já pode ser visto, alguns anos à frente, converge com tais dizeres: para ele, a arquitetura popular seria disfarçada de erudita para que fosse possível o seu tombamento.

Para a autora, o momento em que os saberes populares passaram progressivamente a figurar no conjunto de bens tombados pelo IPHAN estaria centrado no fim da década de 1970, momento em que Aloísio Magalhães esteve à frente do órgão. Nesse momento, de acordo com Mariani, foi adotado o “nacional-popular” para se repensar a nação. “O popular passa a ser entendido segundo as determinações da divisão de classes na sociedade e o nacional, na possibilidade de resgatar o passado histórico-cultural como patrimônio das classes populares.”<sup>660</sup> Ainda segundo a autora:

---

<sup>657</sup> Ibidem, p. 163.

<sup>658</sup> IPHAN. Processo de tombamento N° 597 – T – 59, Sobradão, Minas Novas – MG. apud MARIANI, Alayde. Op. Cit. 1999, p. 163.

<sup>659</sup> MARIANI, Alayde. Op. Cit. 1999, p. 164.

<sup>660</sup> Ibidem, p. 165.

Com a mesma perseverança com que na *fase heroica* do Patrimônio se perseguia a proteção dos monumentos arquitetônicos, nesse novo momento partiu-se para a mobilização dos sujeitos sociais portadores das tradições e dos fazeres populares que, em sua diversidade, construíram a nação. Tratava-se assim de um projeto político-pedagógico, no qual a preservação adquiria um sentido pelo cumprimento de uma integração social. Um projeto pela mobilização, conscientização das comunidades em torno de seus valores e tradições e, finalmente, pela inserção dessas práticas na vida social e econômica, tornando-as vivas e duradouras.<sup>661</sup>

A autora passa, então, a citar as experiências do CNCR e os novos processos de tombamento do IPHAN em que os contornos entre as esferas populares e a culta tornaram-se mais tênues.<sup>662</sup> Entre os tombamentos citados, a autora elucida a inscrição nos Livros de Tombo Histórico e de Belas Artes da Coleção constituída de 89 ex-votos pintados pertencentes ao Santuário do Bom Jesus de Matozinhos, Congonhas - MG<sup>663</sup>, em 1981, em que a estética popular é reconhecida no monumento ou artefato final. De acordo com a autora, o parecer cedido por Lélia Gontijo Soares enfatiza essa perspectiva. “Os ex-votos de Congonhas possuem alto valor artístico e documental, por constituírem uma expressão de duas estéticas: a erudita e a popular, a se manifestarem num mesmo sítio e numa ordenação cronológica contínua, pelo espaço de 300 anos”.<sup>664</sup> Foram ainda tombadas experiências de “outros passados coletivos” como os da imigração para além da herança lusitana. A autora cita os processos de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Antonio Prado – RS, da Casa Presser no mesmo estado, e o Casarão do Chá, de arquitetura japonesa.<sup>665</sup>

O artigo de Alayde Mariani pode ser entendido como a gênese dos estudos acerca de como a arquitetura popular tem sido valorizada e preservada pelo IPHAN. Importante registro que nos gera bases para pesquisas acerca da atuação do órgão para além do *locus* da sua linha editorial. No entanto, Mariani não adentra as questões da linha editorial em si, exemplificando principalmente os processos de tombamento. A autora se alinha, ainda, com o que foi discutido até aqui acerca do processo de reestruturação física e conceitual que o órgão passa nas décadas de 1970 e 1980. Encerra seu artigo com pequenas introduções à questão do patrimônio imaterial, que naquele momento também se encontra no processo inicial de discussão.

---

<sup>661</sup> Ibidem, p. 166.

<sup>662</sup> Ibidem, p. 170.

<sup>663</sup> O Santuário de Bom Jesus de Matozinhos: conjunto arquitetônico, paisagístico e escultórico já havia sido inscrito no livro de belas artes em 1939.

<sup>664</sup> SOARES, 1982 apud MARIANI, Alayde, Op. Cit. 1999, p. 170.

<sup>665</sup> Ibidem.

O artigo de Alayde Mariani encerra o recorte de estudos acerca das décadas de 1980 e 1990. Com a publicação de nº 28 da Revista do Patrimônio se pode notar como o tema da arquitetura popular foi um dos mais recorrentes nas publicações da revista nesse momento. Estando em 43% dos números da Revista, havendo, ainda, números em que houveram mais de um artigo voltado à temática. No presente recorte foram analisados doze artigos que fazem referência à arquitetura popular e a cultura popular em geral. Essa última categoria pode ser entendida como uma das introduções presentes na Revista do Patrimônio, tendo maior evidência durante os primeiros anos de publicação (1984-1987), em que foram publicados três dos quatro artigos da temática. Com o mesmo número de artigos (quatro) a arquitetura de matriz africana foi também a temática mais presente no recorte, estando em evidência em dois momentos (1986 e 96/97). A arquitetura popular/vernacular, por sua vez, possuiu três artigos também publicados em dois momentos distintos (1986 e 97/99). O quadro 12 abaixo faz uma síntese dos assuntos referentes à temática presentes no recorte pelos anos de publicação.

Quadro 12 - Predominância das temáticas por ano de publicação da Revista do Patrimônio (1937-1970).

Tipologia	1984	1986	1987	1996	1997	1998	1999
“Cultura Popular”	2		1				1
“Arquitetura de Matrizes Africanas”	1	1		1	2		
“Arquitetura Popular”		1			1	1	
“Fotografia”		1				2	

Fonte: O autor (2021).

É visto, ainda, que, apesar da Revista passar a ser formada por eixos temáticos, como o número de 1998 que foi voltado à fotografia, as diferentes tipologias presentes no recorte, em sua maioria, não possuíram ênfase em um só número, podendo ser encontradas em até quatro números diferentes da Revista. As discussões acerca da cultura popular e da arquitetura de matrizes africanas, que até então não haviam figurado na Revista do Patrimônio, podem ser entendidas como reflexos diretos das discussões que aconteciam em nível federal acerca da Assembleia Constituinte de 1988, em que

diferentes grupos minoritários reivindicaram, entre outras questões, a salvaguarda de suas manifestações culturais.<sup>666</sup>

Para além dos grupos citados, podemos incluir também nesse recorte os grupos de imigrantes, que, embora não tenham tido suas tipologias incluídas na Revista do Patrimônio, possuíram certa ênfase no Boletim SPHAN/FNpM. O momento foi propício para a execução de pesquisas acadêmicas dentro e fora do IPHAN, o que refletiu também na linha editorial do órgão. No entanto, é visto que os povos indígenas não foram contemplados, ao menos na linha editorial do órgão, com pesquisas em relação as suas manifestações culturais. Isso pode ter tido, como uma de suas razões, às diferentes pautas que tais grupos possuíram nesse momento, como “autorização congressual para exploração em terras indígenas, relações das comunidades indígenas com suas terras, preservação de suas línguas, usos, costumes, tradições e crenças.”<sup>667</sup> Assim, a questão patrimonial de bens imóveis não foi uma das principais questões discutidas por tais grupos, não estando presente, coincidentemente ou não, na linha editorial do IPHAN.

É visto que as diferentes terminologias utilizadas para categorizar as tipologias populares nos artigos mostram momentos de continuidade e ruptura dentro da linha editorial do órgão. A “arquitetura civil”, termo mais presente na linha editorial em sua primeira fase, assim como no Boletim SPHAN/FNpM, não esteve presente no novo recorte de estudo. Isso também pode ser entendido como um dos reflexos do contexto daquele momento, em que se buscava a multiplicidade da cultura nacional. O termo “arquitetura vernacular” é uma das inserções do período, que pela primeira vez categoriza exemplares anteriormente citados como “capelas rústicas” como da criação vernácula, e no nosso entendimento, popular.

É possível, ainda, contrapor quais denominações trataram a temática da arquitetura popular como a principal do artigo. Uma das características mais presentes no recorte é a utilização de imagens de bens imóveis populares para a caracterização de um contexto maior. Sem haver, no entanto, uma discussão mais aprofundada acerca da tipologia. Essa característica esteve presente nos artigos acerca

---

<sup>666</sup> Sobre os processos de reivindicações de grupos de matriz africana e grupos indígenas, conferir CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. Desafios propostos pela Constituição de 1988 ao patrimônio cultural. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N° 35, p. 203-211, 2017.

<sup>667</sup> Art. 231 da Constituição de 1988. In: BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, p. 292.

Maria Cecília Londres da Fonseca destaca ainda que os povos indígenas não chegaram a marcar presença na Subcomissão de Educação, Cultura e Esporte da Assembleia Constituinte, que por sua vez resultou no artigo 216 da Constituição de 1988, referente ao patrimônio cultural brasileiro. FONSECA, Maria Cecília Londres da. Op. Cit. 1996, p. 160.

dos quilombos, em que foi priorizado o estudo antropológico da vida naqueles locais, e os artigos acerca da temática da fotografia, em que exemplos de fotografias de arquitetura popular também foram inseridos na Revista do Patrimônio. Os demais artigos acerca de tipologias de matrizes africanas, em especial do Terreiro da Casa Branca – BA, possuem tal exemplar como o foco principal do artigo.

A arquitetura popular aparece também em segundo plano nos artigos voltados à cultura popular, em que a arquitetura popular ora é vista como integrante do contexto maior, como é o caso do artigo de Alayde Mariani, ora não chega a ser citada. Por sua vez, os artigos voltados à arquitetura vernacular/popular possuem tais tipologias como os tópicos principais de seus artigos. No quadro 13 abaixo é sintetizado a discussão supracitada:

Quadro 13 - Temática dos artigos publicados x predominância do tema da arquitetura popular na Revista do Patrimônio (1984-1999).

Tipologia	Artigo e número da revista	Predominância da temática em números
“cultura popular”	Produção de artesanato popular e identidade cultural – Lélia Gontijo Soares (n. 19); Política de preservação e democracia – Joaquim Falcão (n. 20); Cultura popular – Octavio Ianni (n. 22); A memória popular no registro do patrimônio – Alayde Mariani (n. 28)	Secundário (4)
“arquitetura de matrizes africanas”	A coroa de Xangô no Terreiro da Casa Grande. Vale do Paraíba – Maria Capinam; Orlando Ribeiro (n. 21); Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80 – Maria Cecília Fonseca (n. 24); Antropologia e Patrimônio Cultural – Gilberto Velho (n. 24); O quilombo Kalunga – André Villaron (n. 25); Os caçadores de tesouro: em busca de línguas africanas no Brasil – Carlos Vogt; Peter Fry (n. 25)	Principal (2) Secundário (3)
“arquitetura vernacular/popular”	Arquitetura vernacular: Vale do Paraíba – Antônio Luiz Dias de Andrade (n. 21); A casa da flor: uma arquitetura poética – Amélia Zaluar (n. 25)	Principal (2)
“fotografia”	Tecelagem manual no triângulo mineiro: uma política sistemática de inventário tecnológico – Xavier Maureau (n. 21); O antropólogo e a fotografia – Luiz de Castro Faria (n. 27);	Secundário (3)

	O regionalismo nordestino e suas marcas na fotografia brasileira – Angela Magalhães; Nadja Peregrino (n. 27).	
	TOTAL	Principal (4) Secundário (10)

Fonte: O autor (2021).

É visto, assim, que apesar dos processos de expansão conceitual que aconteciam dentro e fora do IPHAN, a arquitetura popular possuiu enfoque principal apenas nos artigos que tratavam exemplares populares específicos, como a Casa da Flor e a arquitetura do Vale do Paraíba e no Terreiro da Casa Branca, embora esse último não tenha sido caracterizado como uma tipologia popular. Diferentemente do que aconteceu no primeiro período da Revista do Patrimônio, agora o interesse pela arquitetura popular nos artigos em que tiveram a temática em plano principal, não restou nas mãos apenas de autores arquitetos. Embora Antônio Luiz Dias de Andrade e Orlando Ribeiro, arquitetos e técnico do IPHAN e FNpM, respectivamente, tenham sido autores nesse recorte, Amélia Zaluar é educadora, Maria Cecília Londres da Fonseca é socióloga e Maria Bernadete Capinam antropóloga. Em relação aos técnicos ligados ao órgão que dedicaram textos à temática, a comparação com a primeira fase da Revista mostra uma certa continuidade e permanência da temática entre os técnicos do órgão, uma vez que dentre os cinco autores apenas Amélia Zaluar não esteve ligada ao IPHAN/FNpM. O quadro 14 abaixo sintetiza as principais ocupações dos autores no recorte.

Quadro 14 - Profissão e ligação ao IPHAN dos autores e presentes no recorte de estudo (1984-1999).

Autor	Profissão	Ligação com o IPHAN
Lélia Gontijo Soares	Museóloga	Ligada a Secretaria de Cultura
Joaquim Falcão	Advogado	Membro do Conselho Consultivo do IPHAN
Octavio Ianni	Sociólogo	Professor da USP
Alayde Mariani	Educadora	Técnica do IPHAN
Maria Capinam	Antropóloga	Técnica da FNpM
Orlando Ribeiro	Arquiteto	Técnico do FNpM
Gilberto Velho	Antropólogo	Membro do Conselho Consultivo do IPHAN
Maria Cecília Londres da Fonseca	Socióloga	Técnica da FNpM
André Vilaron	Comunicólogo	Técnico do IPHAN
Carlos Vogt	Linguista	Professor da UNICAMP

Peter Fry	Antropólogo	Professor UFRJ
Xavier Maureau	Fotógrafo	Técnico da FNpM
Antônio Luiz Dias de Andrade	Arquiteto	Técnico do IPHAN
Amélia Zaluar	Educadora	Ligada ao Instituto Cultural Casa da Flor
Luiz de Castro Faria	Antropólogo	Ligado ao Museu Nacional
Angela Magalhães	Comunicóloga	Ligada a FUNARTE
Nadja Peregrino	Comunicóloga	Ligada a FUNARTE

Fonte: O autor (2021).

A partir do quadro 14 pode-se perceber que a presença dos autores ligados ao IPHAN perde minimamente um pouco da força no recorte de 1984-1999, dentre os dezessete autores dez estiveram ligados ao órgão, cerca de 58% dos autores, contra 62% da primeira fase da Revista, em termos de porcentagem essa diferença, como vemos, é irrisória. Pode ser percebido também a pluralidade de áreas dos autores que escreveram na temática, entre elas, a área da comunicação e da antropologia foram as mais presentes, cada uma delas possuindo três autores.

A mesma lógica não vale para a edição da Revista. Entre os oito números estudados, seis foram editados por pessoas ligadas ao IPHAN/FNpM. João de Souza Leite que editou os números 19, 20, 21 foi conselheiro do IPHAN; Antônio Augusto Arantes Neto (editou o nº 22) foi presidente do IPHAN, Maria Inez Turazzi (editou o nº 27) e Ivonne Felman da Cunha Rego (editou o nº 24) estavam ligadas a Fundação Pró-Memória. Apenas os números 25, coordenado por Joel Rufino dos Santos, e 28 – coordenado por Elizabeth Tavares – possuíram edição de estudiosos não ligados ao órgão, mas sim ao campo temático dos respectivos números. Acredita-se que, mesmo com a adição dos outros números que não entraram no recorte de estudo, a hegemonia dos editores ligados ao IPHAN/Pró-Memória ainda seria a mesma, com certa flexibilidade pontual.

Um dos grandes momentos de ruptura entre a primeira fase da Revista e o recorte de estudo está no tipo de análise dos artigos da temática. A hegemonia do tom descritivo dos estudos da primeira fase perde força com a inserção de análises críticas da experiência das políticas de preservação do IPHAN, inclusive no tangente à arquitetura e cultura popular, como são os casos dos estudos de Alayde Mariani, Maria Cecília Londres da Fonseca, Gilberto Velho e Joaquim Falcão. Os textos acerca da cultura popular também possuíram um viés teórico, em que buscou-se compreender de qual cultura estavam tratando naquele momento. Nesse recorte pode-se elucidar os textos de Lélia Soares Gontijo

e Octavio Ianni. No entanto, os textos que possuíram a arquitetura popular como tópico principal de discussão, como os textos de Antônio Luiz Dias de Andrade, Amélia Zaluar, Maria Bernadete e Orlando Ribeiro, podem ser entendidos como análises majoritariamente descritivas, embora seja possível ser identificado momentos de análises também críticas. Vemos, assim, que os textos acerca da arquitetura popular mantêm uma certa continuidade do tipo de análise visto na primeira fase da Revista. O quadro 15 abaixo sintetiza os principais tipos de análises encontrados no recorte:

Quadro 15 - Tipo de análise dos artigos do recorte 1984-1999.

Tipo de análise	Artigos	Número total
Análise crítica	Política de preservação e democracia – Joaquim Falcão (n. 20); Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80 – Maria Cecília Fonseca (n. 24); Antropologia e Patrimônio Cultural – Gilberto Velho (n. 24); A memória popular no registro do patrimônio – Alayde Mariani (n. 28)	4
Conceituação teórica	Produção de artesanato popular e identidade cultural – Lélia Gontijo Soares (n. 19); Cultura popular – Octavio Ianni (n. 22)	2
Descritivo	A coroa de Xangô no Terreiro da Casa Grande.– Maria Capinam; Orlando Ribeiro (n. 21); Arquitetura vernacular: Vale do Paraíba – Antônio Luiz Dias de Andrade (n. 21); A casa da flor: uma arquitetura poética – Amélia Zaluar (n. 25)	3
Imagética	Tecelagem manual no triângulo mineiro: uma política sistemática de inventário tecnológico – Xavier Maureau (n. 21); O quilombo Kalunga – André Vilaron (n. 25); Os caçadores de tesouro: em busca de línguas africanas no Brasil – Carlos Vogt; Peter Fry (n. 25); O regionalismo nordestino e suas marcas na fotografia brasileira – Angela Magalhães; Nadja Peregrino (n. 27)	4
Proposta metodológica	O antropólogo e a fotografia – Luis de Castro Faria (n. 27)	1

Fonte: O autor (2021).

Para além das categorias supracitadas foi possível localizar ainda a categoria “imagética” em que a principal contribuição para a temática foi a exposição de imagens, sem que houvesse uma conceituação por trás, uma vez que os artigos tratavam de temáticas para além da arquitetura popular,

como a vida nos quilombos – artigos de Vilarom Vogt e Fry – e a fotografia – artigo de Xavier Maureau; Magalhães e Peregrino –. A categoria “proposta metodológica”, também presente no primeiro recorte temporal da Revista, possui apenas um artigo nesse segundo momento, referente ao artigo de Luis de Castro Faria, em que o autor propõe o uso da fotografia como uma das possíveis formas de registro da técnica e da construção popular.

Uma das maiores diferenças entre os dois momentos da Revista até aqui estudados está nas bases teóricas utilizadas nos artigos da temática. Enquanto que no primeiro momento foi comum que autores ligados ao órgão como Gilberto Freyre e Afonso Arinos Melo de Franco fossem revividos por autores que os seguiram, no segundo momento da Revista tal questão não teve continuidade. Foi possível identificar o alinhamento dos novos autores apenas para o que foi discutido por Aloísio Magalhães em relação à cultura popular e os bens patrimoniais, como foi o caso do texto de Lélia Gontijo Soares. Em verdade, houve uma ruptura com as bases teóricas da primeira fase da Revista, como foi possível ser discutido anteriormente, autores como Luis de Castro Faria e Amélia Zaluar fazem uma valoração da técnica popular mais voltada ao próprio construtor e outros sentidos, algo não presente ainda nas obras de Gilberto Freyre e Afonso Arinos Melo de Franco, por exemplo. Isso se justifica, entre outras questões, devido ao distanciamento temporal dos autores supracitados, além do contexto geral que os novos autores estavam inseridos.

Com os principais aspectos dos autores e artigos sintetizados, podemos agora entender o conteúdo dos artigos, em outras palavras, podemos investigar os diferentes aspectos acerca das tipologias populares tratadas nos estudos do recorte de 1984-1999. Começaremos pela localização dos artigos estudados, categoria sintetizada no quadro 16 abaixo:

Quadro 16 - Localização dos objetos de estudo dos artigos no recorte 1984-1999.

Localização	Artigo	n. total
Sudeste	Arquitetura vernacular: Vale do Paraíba – Antônio Luiz Dias de Andrade (n. 21); Tecelagem manual no triângulo mineiro: uma política sistemática de inventário tecnológico – Xavier Maureau (n. 21); A casa da flor: uma arquitetura poética – Amélia Zaluar (n. 25); Os caçadores de tesouro: em busca de línguas africanas no Brasil – Carlos Vogt; Peter Fry (n. 25);	4

Nordeste	A coroa de Xangô no Terreiro da Casa Grande – Maria Capinam; Orlando Ribeiro (n. 21); Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80 – Maria Cecília Fonseca (n. 24);	2
Centro-Oeste	O quilombo Kalunga – André Vilaron (n. 25);	1
Entre regiões	A memória popular no registro do patrimônio – Alayde Mariani (n. 28)	1
Sem local definido	Produção de artesanato popular e identidade cultural – Lélia Gontijo Soares (n. 19); Política de preservação e democracia – Joaquim Falcão (n. 20); Cultura popular – Octavio Ianni (n. 22) O regionalismo nordestino e suas marcas na fotografia brasileira – Angela Magalhães; Nadja Peregrino (n. 27) O antropólogo e a fotografia – Luis de Castro Faria (n. 27)	5

Fonte: O autor (2021).

Assim como no primeiro recorte de estudo da Revista, no segundo momento as regiões Sudeste e Nordeste são ainda as mais privilegiadas pelos artigos encontrados na Revista. As diferenças entre os dois momentos estão na região Norte que não figurou no segundo momento de estudo e a região Centro-Oeste que foi introduzida no último recorte. Outra grande diferença pode ser encontrada quando se cruza o tipo de análise com a localidade. Nesse sentido é possível notar que quase metade dos artigos não possuíram uma região definida por não possuírem ênfase no estudo de uma tipologia. Tais bens foram utilizados apenas como forma de caracterizar o que estava sendo discutido, como foi o caso dos artigos de Luis de Castro Faria e Angela Magalhães e Nadja Peregrino.

A região Sudeste é ainda aquela com uma diversidade maior de bens imóveis tratados, uma vez que os artigos de Capinam e Ribeiro; Velho e Fonseca, referentes à região Nordeste, tratam de um único bem imóvel, o Terreiro da Casa Branca – BA. Na região Sudeste, por sua vez, são tratados três exemplares diferentes de arquitetura popular/vernacular e um quilombo. Os artigos acerca da cultura popular, por seu caráter teórico-conceitual, não possuíram um recorte geográfico, com exceção do texto de Joaquim Falcão que utilizou a região de Canudos na Bahia para justificar seu argumento.

Em relação ao recorte temporal dos bens imóveis tratados nos artigos do recorte é possível visualizar uma certa continuidade no tangente à presença de bens imóveis do século XX, que também foi o recorte mais presente na primeira fase da Revista. Dentre os artigos nesse recorte podemos visualizar os artigos de Antônio Luiz Dias de Andrade, Amelia Zaluar, Xavier Maureau, Luis Castro

de Faria, Carlos Vogt e Peter Fry, André Vilaron e o de Angela Magalhães e Nadja Peregrino. Diferentemente do que acontece na primeira fase da Revista, os artigos no presente recorte não investigam bens imóveis de séculos anteriores ao XIX. Essa ruptura pode ser justificada, principalmente, devido à falta de artigos acerca da “arquitetura civil”, principal tipologia popular que figura entre arquivos históricos. Os artigos que se voltam para o século XIX são os artigos de Maria Capinam e Orlando Ribeiro, Gilberto Velho e o de Maria Cecília Londres da Fonseca, referentes ao Terreiro da Casa Branca, e o artigo de Joaquim Falcão que trata do Arraial de Canudos. Os demais artigos não possuem recorte temporal, por se constituírem como análises teóricas. Apenas o texto de Alayde Mariani pode ser caracterizado “entre séculos”, uma vez que os bens móveis e imóveis tratados pela autora são referentes a diferentes períodos temporais. O quadro 17 sintetiza tal discussão:

Quadro 17 - Recorte temporal dos objetos de estudo dos artigos no recorte 1984-1999.

Recorte temporal	Artigo	n. total
Século XX	Tecelagem manual no triângulo mineiro: uma política sistemática de inventário tecnológico – Xavier Maureau (n. 21); Arquitetura vernacular: Vale do Paraíba – Antônio Luiz Dias de Andrade (n. 21); A casa da flor: uma arquitetura poética – Amélia Zaluar (n. 25) O quilombo Kalunga – André Vilaron (n. 25); Os caçadores de tesouro: em busca de línguas africanas no Brasil – Carlos Vogt; Peter Fry (n. 25); O antropólogo e a fotografia – Luis de Castro Faria (n. 27); O regionalismo nordestino e suas marcas na fotografia brasileira – Angela Magalhães; Nadja Peregrino (n. 27)	6
Século XIX	Política de preservação e democracia – Joaquim Falcão (n. 20); A coroa de Xangô no Terreiro da Casa Grande – Maria Capinam; Orlando Ribeiro (n. 21); Antropologia e Patrimônio Cultural – Gilberto Velho (n. 24); Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80 – Maria Cecília Fonseca (n. 24);	4
Entre séculos	A memória popular no registro do patrimônio – Alayde Mariani (n. 28)	1
Sem data definida	Produção de artesanato popular e identidade cultural – Lélia Gontijo Soares (n. 19); Cultura popular – Octavio Ianni (n. 22)	2

Fonte: O autor (2021).

A partir dos dados supracitados pode-se entender que referente à temática da arquitetura popular na Revista do Patrimônio, há movimentos de continuidade e ruptura. Enquanto que os arquitetos ligados ao IPHAN continuam a ser aqueles a ter tipologias populares como tópicos principais de suas pesquisas descritivas, é possível perceber ainda que tais investigações deixam de se centrar na “arquitetura civil” e passam a elucidar diferentes tipologias de nossa cultura. Devido a tal movimento, o recorte temporal de tais artigos se volta principalmente ao século XX. No entanto, tal volta parece não contemplar toda pluralidade cultural brasileira, uma vez que as regiões Norte e Sul não passam a ser objeto de investigações. O Nordeste e o Sudeste continuam a ser os principais expoentes estudados e divulgados pela linha editorial do IPHAN.

A Revista do Patrimônio é ainda diretamente afetada pelo contexto cultural que o país passava em tal período, assim como também por toda reestruturação conceitual e administrativa que acontecia dentro do próprio órgão. Vemos, assim, como o Boletim SPHAN/FNpM influenciou estruturalmente a Revista do Patrimônio, embora alguns tópicos tratados dentro do Boletim não tenham sido explorados pela Revista, ao menos nesse primeiro momento pós reestruturação, como foi o caso da arquitetura dos imigrantes.

No contexto social, a década de 1990 foi marcada pela paralisação do Estado e das instituições culturais federais durante o governo de Fernando Collor de Mello. O Ministério da Cultura, assim como as atividades do IPHAN e da FNpM foram extintas. De acordo com Schlee e Queiroz,<sup>668</sup> devido às atribuições legais e o grande apoio da sociedade, em 1992 foi criado o Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural – IBPC, que em 1994 novamente passa a ser intitulado de IPHAN. Ainda segundo o autor, foi apenas na década de 2000 que o órgão consegue se reestruturar, havendo um “redesenho organizacional e da realização de concursos para novos servidores. Observou-se também a ampliação efetiva dos instrumentos de acautelamento.”<sup>669</sup>

Passaremos, agora, a investigar quais raízes plantadas durante as décadas de 1980-1990 deixaram frutos na Revista do Patrimônio do século XXI, entre os anos 2000-2019.

---

<sup>668</sup> SCHLEE, Andrey Rosenthal; QUEIROZ, Hermano F. O. G. O jogo de olhares. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N° 35, p. 105-119, 2017.

<sup>669</sup> *Ibidem*, p. 112.



## 5 UM BRASIL AINDA MAIS PLURAL: A ARQUITETURA POPULAR NA REVISTA DO PATRIMÔNIO ENTRE 2000-2019

A partir do nº 30, datada de 2002, a Revista do Patrimônio passa a possuir eixos temáticos específicos que não necessariamente contemplam a arquitetura popular, como é o caso do nº 31 referente a museus; o nº 32 referente ao patrimônio imaterial e biodiversidade e o nº 33 referente ao patrimônio arqueológico. Nesse contexto, a revista passa também a ter números dedicados a regiões específicas como o Norte e o Sul do Brasil.

Aliado a isso, e de acordo com Paulo César Garcez Marins, o baixo investimento governamental feito na década de 1990 foi também compensado na década de 2000 com o advento da proteção ao patrimônio imaterial. Segundo esse autor, “O Decreto 3551/2000, que instituiu o registro de bens imateriais, foi uma das bandeiras patrimoniais da era FHC, sendo inclusive antecessor da criação da nomeação internacional do patrimônio imaterial pela Unesco, por meio da convenção assinada em 2003 e ratificada pelo Brasil em 2006”.<sup>670</sup>

No tangente ao reconhecimento dos bens móveis e imóveis populares nacionais por parte do IPHAN, a criação do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural (originário do PEP – Programa de Especialização do Patrimônio, criado em 2004) se mostra de grande importância. O Mestrado Profissional tem o intuito de “ampliar as linhas de investigação científica, estabelecendo novos padrões, métodos e objetos de reflexão para a salvaguarda e a proteção do patrimônio cultural brasileiro”.<sup>671</sup> Assim, vieram à luz dissertações como a de Andreia Loureiro Cardoso, que trata acerca da expressão do modernismo popular “O raio que o parta” em Belém do Pará,<sup>672</sup> a de Beatriz Accioly Vaz, que discute a questão dos quilombos como patrimônio cultural<sup>673</sup> e a de Renata Domingues Sampaio que trata dos monumentos indígenas da tribo Kadiwéu.<sup>674</sup>

Referente à Revista do Patrimônio, o nº 34 reuniu artigos que abordam as diferentes relações da história com a preservação do patrimônio cultural brasileiro. Organizado por Márcia Chuva, o

<sup>670</sup> MARINS, Paulo Cesar Garcez. Op. Cit. 2016, p. 17.

<sup>671</sup> IPHAN. *Relatório de atividades 2011-2014*. Brasília: IPHAN, 2014, p. 49.

<sup>672</sup> CARDOSO, Andréia Loureiro. *A valoração como Patrimônio Cultural do “Raio que o parta”: expressão do Modernismo Popular*, em Belém/PA. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2012.

<sup>673</sup> VAZ, Beatriz Accioly. *Quilombos e Patrimônio Cultural: reflexões sobre direitos e práticas no campo do patrimônio*. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Iphan, Rio de Janeiro, 2014.

<sup>674</sup> SAMPAIO, Renata Domingues. *Para além da excepcionalidade: a patrimonialização do Monumento Indígena Marco Zero Kadiwéu*, Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2018.

número buscou “apresentar diferentes usos e perspectivas que a história pode oferecer para o campo da preservação, trabalhando no sentido de abrir caminhos para um tratamento integral do patrimônio cultural, ultrapassando a divisão histórica e ainda existente na atualidade entre patrimônio material e imaterial.”<sup>675</sup> Em relação à temática da arquitetura popular, o número encontra pontos de contiguidade no texto de Marcus Tadeu Ribeiro,<sup>676</sup> “Entre o ser e o coletivo: o tombamento das casas históricas”<sup>677</sup>. Dentre as imagens utilizadas por Ribeiro, pode-se destacar a Casa de Chico Mendes, último objeto a ser tombado no recorte cronológico de Ribeiro (ver fig. 61 e quadro 18).

Figura 61 - Casa Chico Mendes, Xapuri AC.



Foto: José Aguilera, em Ribeiro (2012).

O texto de Marcus Tadeu Ribeiro, apesar de não categorizar as tipologias das casas históricas como exemplares de arquitetura popular, traz uma discussão bastante pertinente à temática. Entendemos que nem toda casa histórica seria um exemplar popular, mas a maior parte se encaixa em tal categoria, como a Casa de Chico Mendes. De acordo com o autor, as casas históricas estariam sendo tombadas apenas “quando elas forem depositárias de acervo arquivístico, documental ou

<sup>675</sup> CHUVA, Márcia. Introdução – História e patrimônio: entre o risco e o traço, a trama. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N° 34, p. 11-26, 2012.

<sup>676</sup> Marcus Tadeu Daniel Ribeiro é historiador da arte, mestre e doutor em história social pelo IFCS/UFRJ. É pesquisador do IPHAN, atuando, principalmente, na área de estudos de tombamento. É professor de história da arte do Colégio São Bento e de história geral da arte sacra do Curso de Pós-Graduação em História da Arte Sacra da Faculdade São Bento (Rio de Janeiro). Leciona no curso de Introdução à História da Arte, do Museu Nacional de Belas-Artes. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* n° 34.

<sup>677</sup> RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. Entre o ser e o coletivo: o tombamento das casas históricas. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N° 34, p.223-248, 2012.

artístico relacionados ao personagem em si.”<sup>678</sup> Ribeiro se pergunta, então, se caso tais bens imóveis não estivessem vinculados a um acervo, ou ainda, a um personagem célebre da cultura nacional, se seriam, ainda, declarados de interesse patrimonial.

Para o autor, no texto do Decreto-Lei 25/37 se escolheu encarar a história privilegiando o viés factual, em que os “fatos memoráveis da história do país” foram celebrados.<sup>679</sup> Assim, por toda a trajetória do IPHAN se celebrou vultos, fatos e personagens ilustres da história. Provando que tal problemática perpassou e continua a ser presente no IPHAN da atualidade, Ribeiro cita todos os tombamentos de casas históricas no Livro do Tombo Histórico. Desde os primeiros ainda em 1938, com o tombamento da Barraquinha de Euclides da Cunha, até o mais recente, em 2011, referente à Casa de Chico Mendes. O quadro 18 abaixo sintetiza os tombamentos citados por Ribeiro:

Quadro 18 - Tombamentos de casas históricas no Livro de Tombo Histórico realizados pelo IPHAN.

<b>Casa histórica / ano de tombamento</b>	<b>Localização</b>
Casa de Castro Alves (1938)	Salvador (BA)
Sobrado da rua Peregrino de Carvalho, onde revolucionário de mesmo nome esteve preso (1938)	João Pessoa (PB)
Barraquinha de Euclides da Cunha (1938)	São José do Rio Pardo (SP)
Casa natal de Bento Gonçalves (1940)	Triunfo (RS)
Casa natal de Ana Nery (1941)	Cachoeira (BA)
Prédio na rua Sete de Setembro onde nasceu Teixeira de Freitas (1941)	Cachoeira (BA)
Casa de Garibaldi (1941)	Piratini (RS)
Casa do General Osório (1949)	Rio de Janeiro (RJ)
Casa de Joaquim Nabuco (1949)	Recife (PE)
Museu Casa natal de Victor Meirelles (1950)	Florianópolis (SC)
Casa do Sítio Cabangu, onde nasceu Alberto Santos Dumont (1950)	Santos Dumont (MG)
Casa de Davi Canabarro (1953)	Santana do Livramento (RS)
Museu Anita Garibaldi (1954)	Laguna (SC)
Casa natal de Oswaldo Cruz (1956)	São Luís do Paraitinga (SP)
Casa natal de Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas (1958)	Rio de Contas (BA)
Casa de Benjamin Constant (1958)	Rio de Janeiro (RJ)
Casal do Marechal Deodoro da Fonseca (1958)	Rio de Janeiro (RJ)
Casa do Barão de Pontal (1962)	Mariana (MG)
Casa de Monteiro Lobato (1962)	Taubaté (SP)
Casa de Casimiro de Abreu (1963)	Casimiro de Abreu (RJ)
Casa na rua da Conceição, onde funcionou o Museu Café Filho (1963)	Natal (RN)

<sup>678</sup> RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. Op. Cit. p. 223.

<sup>679</sup> Ibidem.

Casa do Visconde de Pelotas (1963)	Porto Alegre (RS)
Casa do Marechal Deodoro da Fonseca (1964)	Marechal Deodoro (AL)
Casa natal de José de Alencar (1964)	Fortaleza (CE)
Casa do Visconde de Itaboraí (1964)	Itaboraí (RJ)
Sobrado onde residiu o conselheiro João Alfredo (1966)	Recife (PE)
Museu Antônio Parreiras (1967)	Niterói (RJ)
Casa de Oliveira Lima (1968)	Recife (PE)
Casa de Rodrigues Alves (1969)	Guaratinguetá (SP)
Fazenda do Pombal, onde nasceu José Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes (1971)	Ritópolis (MG)
Sobrado na praça Fernando Abott onde se hospedou D. Pedro II (1974)	São Gabriel (RS)
Casa que pertenceu a Carlos Oswald (1987)	Petrópolis (RJ)
Casa de Chico Mendes (2011)	Xapuri (AC)

Fonte: Adaptado de Ribeiro (2012).

De acordo com o autor, é possível dividir tal lista entre os tombamentos referentes aos heróis nacionais, como Tiradentes, Santos Dumont e Deodoro da Fonseca; os tombamentos relacionados aos líderes que mobilizaram ideais como Garibaldi, Chico Mendes e Bento Gonçalves; como também o tombamento da “casa de intelectuais e artistas que tiveram importância particular para a formação literária, jurídica e artística do país, como Castro Alves, José de Alencar, Euclides da Cunha [...]”<sup>680</sup>. O autor cita, ainda, os exemplos de imóveis ligados a personagens célebres, mas que devido à importância artística do imóvel, foram também inseridos no Livro de Tombo de Belas Artes. No entanto, vemos que tais imóveis fogem à temática da arquitetura popular, por serem caracterizados majoritariamente por grandes sobrados e solares.

Ribeiro discorre, ainda, que a valoração a partir do atributo histórico não foi uma prioridade institucional, tendo a visão artística a prioridade dentro do IPHAN. O tombamento histórico, foi assim, “uma forma de arte menor. De fato, às vezes, a inscrição feita no Livro de Tombo Histórico se devia mais ao fato de o bem não apresentar um valor artístico excepcional do que demonstrar valor histórico em si”.<sup>681</sup> Em relação ao tombamento das casas históricas, Ribeiro discute que dentro do IPHAN havia pouco interesse em se acautelar esse tipo de bem imóvel. O tombamento seria, na maioria das vezes, advindo de solicitação de membros da própria sociedade. No entanto, dentro do

<sup>680</sup> Ibidem, p. 228.

<sup>681</sup> Ibidem, p. 231.

próprio IPHAN, não houve uma política voltada à seleção de tais bens<sup>682</sup>. No decorrer do texto, Ribeiro passa a adentrar em questões ligadas à história como disciplina dentro do IPHAN, se afastando assim do nosso recorte de estudo.

Apesar de Ribeiro não adentrar nessa questão, podemos entender o baixo número de políticas de preservação para bens de caráter histórico, ou ainda, vinculadas a personalidades históricas, por parte do IPHAN, naquele momento, a partir da definição do termo valor histórico em voga para com os técnicos do instituto. Nos primeiros anos de funcionamento do SPHAN a historiadora de arte Hanna Levy foi contratada para dar uma série de cursos acerca dos valores histórico e artístico para os técnicos do órgão. Tais cursos resultaram em artigo publicado no nº4 da Revista do SPHAN. Em tal artigo Hannah Levy defende que o “valor histórico de uma obra de arte quer, portanto, dizer que esta obra foi causa ou efeito (ou as duas coisas ao mesmo tempo) no correr da história da arte.”<sup>683</sup>

A historiadora distingue, ainda, o valor histórico do valor documentário. Toda obra de arte possuiria além do valor histórico (em relação à história da arte), um valor histórico em relação à história geral, como fonte, documento, mas não necessariamente, este valor documentário influenciara a história da arte nacional.<sup>684</sup> Nesse sentido, as casas históricas – ligadas apenas ao fato histórico, sem ser valorada por via estética – não seriam entendidas por Hanna Levy, e assim, pelos técnicos do IPHAN, como exemplares de bens com valor histórico, mas, sim, a partir do seu valor documentário. Isso explicaria, também, o fato de que muitos dos bens tombados a partir do valor histórico, nos primeiros anos do SPHAN, foram também inscritos no Livro de Belas Artes. Como Marcus Ribeiro afirma “A maior parte dos tombamentos nessa rubrica derivou ou de um interesse artístico que o imóvel apresentasse ou, de outro lado, de solicitação de membros da sociedade. E a Casa atendia.”<sup>685</sup>

---

<sup>682</sup> O que, para nós, não parece ser um fato concreto, pois, ao se olhar para os processos de tombamento da época, encontramos exemplares em que o tombamento a nível federal foi solicitado pelo próprio diretor do órgão, como é o caso do processo de tombamento nº 524 – T – 55, referente à Casa Natal de Euclides da Cunha em Cantagalo – RJ, em que Rodrigo M. F. de Andrade escreve telegrama para o governador do Rio de Janeiro e para o Prefeito da cidade de Cantagalo, questionando se havia ato do governo estadual ou municipal declarando proteção oficial ao referido imóvel. Cf. DPHAN. processo de tombamento nº 524 – T – 55, referente à Casa Natal de Euclides da Cunha em Cantagalo – RJ.

<sup>683</sup> LEVY, Hanna. Valor artístico e valor histórico: importante problema da Historia da Arte. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. nº 04, p.181-192, 1940, p. 186.

<sup>684</sup> Ibidem.

<sup>685</sup> RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. Op. Cit. p. 233.

Também presente no nº 34 da Revista do Patrimônio está o texto de Alberto da Costa e Silva<sup>686</sup> intitulado “O Brasil na África Atlântica”,<sup>687</sup> em que o autor faz pioneira análise, dentro da linha editorial do IPHAN, da influência brasileira nos países da África Atlântica – Gana, República do Benim e Nigéria.

O autor discorre que entre os diversos elementos presentes em tais países é na arquitetura “que se mostra de modo mais ostensivo a presença da cultura brasileira na África Atlântica”.<sup>688</sup> Segundo Silva, diferentemente do que ocorre em países como Angola e Moçambique em que a arquitetura brasileira é bastante semelhante à lusitana, na Nigéria, República de Benim e Gana, foi possível uma maior diferenciação a partir dos diversos mestres de obras, pedreiros, carpinteiros, entre outros profissionais brasileiros, que atuaram durante a ocupação colonial de tais países<sup>689</sup>. De acordo com o autor:

Alguns ex-escravos e filhos livres de escravos, treinados como mestres de obras no Brasil, tornaram-se, na África Ocidental, excelentes arquitetos. E alguns, como João Batista da Costa, Lázaro Borges da Silva e Francisco Nobre, entraram para a história. Nos territórios que viriam a ser, após as independências, Gana, Togo, Daomé (depois República do Benim) e Nigéria, sobretudo nas cidades de Acra, Lomé, Porto Seguro, Popô Pequeno, Aguê, Cotonu, Ajudá, Abomé, Porto Novo, Badagry e Lagos, construíram eles residências não só para os membros das comunidades de retornados, mas também para a gente da terra, que passou a ter como símbolo de riqueza e prestígio aquela arquitetura trazida do Brasil, na qual se haviam adaptado ao clima tropical as lições do barroco e do neoclássico europeu em suas versões portuguesas.<sup>690</sup>

Silva não faz diferenciação entre arquitetura popular e erudita. Pelo exposto, podemos perceber que ex-escravos, que no Brasil eram mestre de obras, tornaram-se na África expoentes da

---

<sup>686</sup> Alberto Vasconcellos da Costa e Silva nasceu em São Paulo, em 12 de maio de 1931. Professor do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do Instituto Rio Branco em 1971-1972. Presidente da Banca Examinadora do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, de 1983 a 1985, e vice-presidente de 1995 a 2000. Membro do Conselho Nacional de Direito Autoral, em 1984 e 1985. Membro do Comitê Científico do Programa Rota do Escravo, da UNESCO, de 1997 a 2005. Doutor *Honoris Causa* em Letras pela Universidade Obafemi Awolowo (ex-Universidade de Ifé), da Nigéria, em 1986, e em História pela Universidade Federal Fluminense, em 2009, e pela Universidade Federal da Bahia, em 2012. Membro do PEN Clube do Brasil. Sócio titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Portuguesa da História. Presidente da Academia Brasileira de Letras em 2002-2003; Secretário Geral em 2001; Primeiro Secretário em 2008-2009 e Diretor das Bibliotecas em 2010-15. In: ALBERTO DA COSTA E SILVA. *Academia Brasileira de Letras*. Seção Biografias. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/alberto-da-costa-e-silva/biografia>>. (Acesso em 06/11/2020).

<sup>687</sup> SILVA, Alberto da Costa. O Brasil na África Atlântica. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, p. 361-373, 2012.

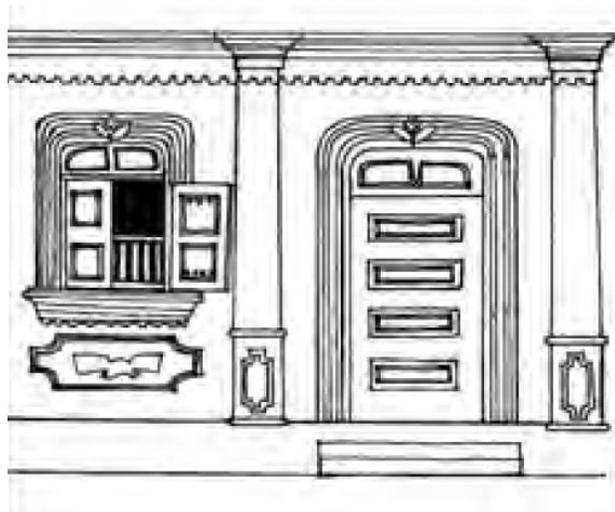
<sup>688</sup> Ibidem, 364.

<sup>689</sup> Ibidem.

<sup>690</sup> Ibidem, p. 366.

arquitetura. Os limites entre essas duas esferas se tornam, nesse caso, ainda mais difusos, semelhante ao caso do período colonial brasileiro aqui anteriormente mostrado. Nesse último, buscamos entender a arquitetura popular como aquela voltada para o povo de classe social mais simples. Em relação a tais tipologias, na África Atlântica, Silva relata que mesmo nas casas mais simples, de “porta e janela” é possível identificar decorações a modo brasileiro (ver fig. 62), o autor discorre sobre uma “flor de quatro pétalas, ladeada por duas folhas, que o enfeite mais parece a assinatura coletiva dos mestres de obras brasileiros”.<sup>691</sup>

Figura 62 - Casa de porta e janela ao gosto brasileiro em Lagos, Nigéria.



Fonte: Silva (2012)

Apesar de ser uma análise inicial de tal processo, o texto de Alberto Costa e Silva se faz de grande importância ao discutir pela primeira vez o caminho inverso que comumente é tomado na linha editorial do IPHAN. Agora não são as influências externas que são discutidas dentro da arquitetura brasileira, mas sim essa arquitetura sendo expoente em outros países.

No nº 35<sup>692</sup> da Revista do Patrimônio, publicado em 2017, está presente o artigo de Márcia Chuva, intitulado “Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002”.<sup>693</sup> A autora, ao discutir os desafios das questões patrimoniais entre as décadas de 1980 e 2000 elenca a questão dos

<sup>691</sup> Ibidem, p. 367.

<sup>692</sup> O nº 35 da Revista do Patrimônio foi organizado por Andrey Rosenthal Schlee; Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN (2012-2019).

<sup>693</sup> CHUVA, Márcia. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 35, p. 79-104, 2017.

quilombos como um dos novos problemas conceituais e de operacionalização para o IPHAN. Como anteriormente discutido no capítulo 3.3 o quilombo era entendido pelo órgão, até a promulgação da Constituição de 1988, como remanescentes arqueológicos, em que a vivência e identidade de tais grupos não fazia parte da discussão patrimonial. Chuva se baseia na conceituação da Associação Brasileira de Antropologia – ABA para o novo entendimento patrimonial dos quilombos:

Contemporaneamente, portanto, o termo Quilombo não se refere a resíduos ou resquícios Arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio.<sup>694</sup>

Chuva discorre ainda que, diferentemente das questões ligadas aos terreiros de candomblé, que estiveram presentes na discussão patrimonial desde meados da década de 1980, os quilombos passam a entrar na pauta nacional a partir de batalhas jurídicas e legislativas apenas em 1995, ano de comemoração dos trezentos anos da morte de Zumbi de Palmares.<sup>695</sup> “Nesse mesmo ano, os conflitos fundiários tornaram-se manchete nacional com o massacre de Corumbiara, em Rondônia, e, em 1996, o massacre do Eldorado dos Carajás, no Pará.”<sup>696</sup>

Ainda segundo Chuva, o IPHAN, após ser convocado a posicionar-se nesse debate, a partir de um parecer técnico, manteve, já em 1998, “a posição institucional restrita às situações em que fossem encontrados vestígios materiais de existência dos antigos quilombos.”<sup>697</sup> A partir disso, onze processos de tombamento foram abertos pelo órgão, mas apenas um, referente ao Antigo Quilombo do Ambrósio,<sup>698</sup> foi tombado por possuir “restos arqueológicos, bem como marcos geográficos e referências históricas da existência de quilombo constituído de negros fugidos do sistema escravista no local.”<sup>699</sup>

<sup>694</sup> ABA, 1994 apud CHUVA, Marcia. Op. Cit. p. 93-94.

<sup>695</sup> CHUVA, Márcia. Op. Cit. 2017, p. 94.

<sup>696</sup> Ibidem.

<sup>697</sup> Ibidem.

<sup>698</sup> Beatriz Vaz nos mostra ainda que o Antigo Quilombo do Ambrósio não é ocupado atualmente por população que se reconhecem como quilombolas, ou remanescentes de quilombo, mas um território historicamente consagrado como lugar em que existiu um quilombo, na concepção mais restrita do termo. O que significa que para o IPHAN daquele momento o valor histórico/arqueológico dos quilombos ainda prevalecia em detrimento dos valores sociais atuais. Ver VAZ, Beatriz Accioly. *Quilombos e Patrimônio Cultural: reflexões sobre direitos e práticas no campo do patrimônio*. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Iphan, Rio de Janeiro, 2014.

<sup>699</sup> CHUVA, Márcia. Op. Cit. 2017, p. 94.

De acordo com Márcia Chuva, tal panorama vem a ser modificado em 2003 quando o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva assina o Decreto nº 4.887 em que se regulamentou o “procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.”<sup>700</sup> Em tal documento ficou instituído o que Chuva chama de “quilombo contemporâneo”, em que os remanescentes de comunidades quilombolas são entendidos no Art. 2º a partir de critérios de auto atribuição, “com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com a presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.<sup>701</sup> A noção do “quilombo contemporâneo”, para Chuva, foi a chave interpretativa para que o IPHAN implementasse políticas de patrimônio imaterial para tais tipologias.

A questão explanada por Chuva nos ajuda a entender também porquê nas décadas de 1980-1990 os quilombos, e as suas respectivas arquiteturas, não foram elegidos como um dos patrimônios a ser representado na linha editorial do IPHAN, para além de poucos registros fotográficos. Naquele momento, a arquitetura e os valores atribuídos aos quilombos não eram entendidos como patrimônios nacionais. Percebemos, ainda, que, após 2003, os quilombos reaparecem apenas a partir do próprio texto de Chuva, mas suas tipologias arquitetônicas e urbanísticas deixam de se constituir aos poucos como lacunas bibliográficas na linha editorial do IPHAN, uma vez que trabalhos como o de Beatriz Vaz, dentro do PEP, se voltaram para tais tipologias.

Também no nº 35 da Revista do Patrimônio está presente o artigo de Milton Guran<sup>702</sup> intitulado “Sobre o longo percurso da matriz africana pelo seu reconhecimento patrimonial como uma condição para a plena cidadania”<sup>703</sup>, em que, como o título indica, o autor faz uma retrospectiva

---

<sup>700</sup> Ibidem, p. 95.

<sup>701</sup> BRASIL. Decreto Nº 4.889, de 20 de novembro de 2003. Art 2º.

<sup>702</sup> Milton Roberto Monteiro Ribeiro Guran (Rio de Janeiro RJ 1948). Fotógrafo. Publica, em 1979, o livro *Encontro na Bahia*, sobre a primeira reunião da União Nacional dos Estudantes - UNE depois do fechamento da entidade pela ditadura militar em 1968. Já radicado em Brasília, funda no ano seguinte a Agência Ágil de Fotojornalismo. Entre 1980 e 1983, é presidente da União dos Fotógrafos de Brasília e secretário da Federação Nacional dos Jornalistas - Fenaj. A partir de meados dos anos 80 passa a se dedicar ao estudo da antropologia visual; especializando-se na questão indígena, torna-se fotógrafo do Museu do Índio, no Rio de Janeiro, entre 1986 e 1989. Obteve o grau de mestre em comunicação social pela Universidade de Brasília - UnB, em 1992 e o de doutor em antropologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales de Marselha (França) em 1996. Recebe a Bolsa Vitae de fotografia em 1990. Foi coordenador *ad hoc* da elaboração do dossiê de candidatura do Cais do Valongo a Patrimônio Mundial da UNESCO. In: MILTON GURAN. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa3002/milton-guran>>. Acesso em: 06 de Nov. 2020. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

<sup>703</sup> GURAN, Milton. Sobre o longo percurso da matriz africana pelo seu reconhecimento patrimonial como uma condição para a plena cidadania. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 35, p. 213-225, 2017.

historiográfica para a experiência do IPHAN em pontos de tensionamento com bens móveis e imóveis da cultura de matrizes africanas.

De acordo com Guran, e como anteriormente apontado no presente estudo, durante a primeira fase de atuação do IPHAN a única civilização – tomando o termo de Afonso Arinos de Melo Franco – agraciada por políticas de salvaguarda patrimonial teria sido a de influência lusitana. Para comprovar seu objetivo Guran volta-se aos poucos exemplares de bens móveis de matrizes africanas que foram tombados pelo órgão. O primeiro deles seria o tombamento do Acervo do Museu de Magia Negra, no Rio de Janeiro.

Segundo o autor, tal tombamento não poderia ser entendido como uma valoração das comunidades de matrizes africanas, mas sim “como prova da ligação da cultura de matriz africana com práticas então consideradas ilegais e associadas ao mal”.<sup>704</sup> Naquele momento, o acervo do Museu de Magia Negra estava em posse da Polícia do Distrito Federal (atual Rio de Janeiro), na “Seção de Tóxicos e Mystificações” - uma vez que de acordo com o artigo 197 do Código Penal Republicano de 1890, era ainda proibido o “espiritismo, a magia e seus sortilégios.”<sup>705</sup> Apesar de discordar de tal narrativa, o IPHAN não nos deixa registros significativos – uma vez que o processo de tombamento se constituiu como um despacho direto – para refutarmos a posição de Guran. No entanto, é visto que técnicos como Mário de Andrade se mostram sensíveis a tais tipos de patrimônio, nesse sentido, tendemos a acreditar que apesar de estar em posse da polícia, o acervo do Museu de Magia Negra é tombado como efetiva forma de proteger tal conjunto de bens móveis, e não como objeto representativo de práticas ilegais, por parte do órgão.

Ainda segundo o autor, tal tombamento só vai figurar na lista de bens tombados pelo IPHAN na publicação do próprio órgão sobre tombamentos em 1984,<sup>706</sup> o que fortaleceria, para o autor, a hipótese de que tal tombamento não poderia ser entendido como forma de valoração de bens culturais de matrizes africanas.

O segundo momento indicado por Guran aconteceria quase cinco décadas após o tombamento do acervo do Museu da Magia Negra, e seria caracterizado pelo, já amplamente

---

<sup>704</sup> Ibidem, p. 215.

<sup>705</sup> Ibidem.

<sup>706</sup> Ibidem.

comentado dentro da linha editorial do IPHAN, tombamento do Terreiro da Casa Branca em 1986.<sup>707</sup> Tal processo, segundo o autor, marca uma “mudança de paradigma no entendimento do que seria um patrimônio cultural, pondo definitivamente em questão a noção de que a ‘pedra e cal’ constitui a mais importante categoria entre os bens culturais a serem valorizados.”<sup>708</sup> Guran, tomando como base o discurso de Gilberto Velho, relator do processo de tombamento do Terreiro da Casa Branca, passa a narrar as disputas dentro do próprio Conselho Consultivo para o tombamento ou o indeferimento de tal bem.

Gilberto Velho, transcrito por Guran, aponta a função fundamental que a “atuação de um verdadeiro movimento social com base em Salvador, reunindo artistas, intelectuais, jornalistas, políticos e lideranças religiosas”<sup>709</sup> para a vitória do tombamento do Terreiro da Casa Branca. Seria, ainda, importante lembrar esses fatos “pois a vitória foi muito difícil e encontrou fortíssima resistência. Foi necessário um esforço muito grande de um grupo de conselheiros, do próprio Secretário de Cultura do MEC e de setores da sociedade civil para que afinal fosse obtido sucesso.”<sup>710</sup>

E de fato, como pode ser visto até o momento, o processo de tombamento do Terreiro da Casa Branca foi um dos mais trabalhados por textos e notícias na linha editorial do IPHAN. Percebemos que esse movimento, entrando em consonância com o que foi discutido por Velho, para além de relatar a importância de tal processo, tem também o objetivo de continuar a validar tal processo, dando ênfase também nas dificuldades e oposições ao tombamento. Como posto por Foucault, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.”<sup>711</sup> Assim, a validação contínua do processo de tombamento do Terreiro da Casa Branca pode ser entendida, também, como uma forma de reforçar o árduo processo para que outras culturas, para além da lusitana, fossem entendidas dentro do IPHAN como merecedoras de proteção patrimonial.

A importância de tal processo de tombamento é ainda justificada por Guran devido à descontinuidade de processos referentes a bens de matrizes africanas, pois apenas em “2000 um novo bem entrou na lista de tombamentos, no caso o Terreiro Axé Opô Afonjá, em Salvador (BA).”<sup>712</sup> O

---

<sup>707</sup> O autor menciona ainda o tombamento da Serra da Barriga – AL, mas permanece apenas a tecer questões acerca do tombamento do Terreiro da Casa Branca.

<sup>708</sup> *Ibidem*, p. 216.

<sup>709</sup> VELHO, 2006 apud GURAN, Milton. Op. Cit. 2017, p. 220.

<sup>710</sup> *Ibidem*.

<sup>711</sup> FOUCAULT, Michel. Op. Cit. 2012, p. 10.

<sup>712</sup> GURAN, Milton. Op. Cit. 2017, p. 221.

autor aponta que no período entre 2000-2017 outros sete terreiros foram tombados na Bahia e que o IPHAN criou mecanismos específicos para contemplar da melhor forma os bens de matriz africana, como “o Grupo de Trabalho Interdepartamental e Interdisciplinar para procedimentos relacionados aos remanescentes das comunidades de quilombo, em 2011, e, mais recentemente, o Grupo Interdepartamental para Preservação do Patrimônio Cultural de Terreiros.”<sup>713</sup>

Apesar de tais esforços, o autor aponta que, se comparado ao número de bens tombados pelo órgão, os bens de matriz africana ainda são ínfimos, treze bens tombados numa lista com 1.241 bens. Esse panorama muda quando se compara aos bens imateriais registrados. “Em um total de quarenta bens registrados, doze são vinculados à matriz africana.”<sup>714</sup> O que revela um maior interesse em relação às culturas afrodescendentes pelo IPHAN, nessa categoria.

Guran encerra sua narrativa ressaltando o processo de inscrição do Cais do Valongo na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO em 2014 e sua inserção em 2017, constituindo-se o primeiro bem ligado à diáspora africana nas Américas da lista. Ato esse que “testemunha a excepcionalidade da atitude política do Brasil.” Esse processo, para o autor, redimiria o IPHAN dos desencontros do passado no tangente à matriz africana “e se apresenta em perfeita sintonia com a nação”.<sup>715</sup> Apesar de reconhecermos a importância de tal iniciativa, precisamos ainda relativizar o tom trazido por Guran, que por ter sido coordenador do processo de inscrição do Cais do Valongo, escreve com certo apego emocional acerca de tal processo.

Também presente no nº 35 da Revista do Patrimônio está o artigo de Lúcia Hussak van Velthem<sup>716</sup> intitulado “Patrimônios culturais indígenas”,<sup>717</sup> em que a autora não se propõe a compor uma narrativa historiográfica da trajetória dos patrimônios culturais indígenas no IPHAN, uma vez que, como Velthem cita, no órgão houve uma “pequena fresta aos patrimônios indígenas, porém

---

<sup>713</sup> Ibidem.

<sup>714</sup> Ibidem.

<sup>715</sup> Ibidem, p. 225.

<sup>716</sup> Graduação em Museologia pela UNIRIO (1972), mestrado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (1983), doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (1995) e Pós-Doutorado no EREA-CNRS na França (2006). Pesquisador Titular do MCTIC, vinculada ao Museu Paraense Emílio Goeldi e professora do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Sociocultural do MPEG. Dedicou-se à área de Antropologia, com ênfase em Etnologia Indígena, a saber, índios Wayana e, Aparai no Norte do Pará; índios Baré no Noroeste do Amazonas e também pequenos agricultores no Acre, atuando principalmente nos seguintes temas: arte, estética e cosmologia indígenas, cultura material, coleções etnográficas e curadoria de exposições.

<sup>717</sup> VELTHEM, Lúcia Hussak van. Patrimônios culturais indígenas. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural*. Nº 35, p.227-243, 2017.

redefinidos enquanto peças etnográficas de acervos museológicos.”<sup>718</sup> Nesse sentido, a autora passa então a tecer comentários acerca da pluralidade dos patrimônios indígenas, dando ênfase aos patrimônios ditos imateriais. As habitações indígenas, segundo a autora, seriam um dos muitos patrimônios materiais de tais grupos. Ao mencionar os territórios de povos indígenas, Velthem nos mostra que os elementos materiais e imateriais não podem ser dissociados. Tais territórios seriam “constituídos por espaços distintos que encerram dimensões concêntricas de aproximação e afastamento do núcleo social representado pelas aldeias e comunidades que abrigam os seres humanos.”<sup>719</sup> A autora continua:

O conhecimento do território está, portanto, associado a técnicas e saberes específicos, necessários para a exploração dos recursos ambientais. Ademais, esse conhecimento requer comportamentos apropriados em relação a determinados lugares, que representam contextos espacial e temporalmente importantes para os processos de sociabilidade.<sup>720</sup>

Velthem, no entanto, não toma os territórios, ou ainda, as habitações indígenas, como objeto principal de seu artigo. Sendo esses dois elementos parte dos diversos patrimônios indígenas. As figuras que a autora traz em seu artigo, como a figura 63 abaixo, também revelam as habitações indígenas como parte integrante de um universo em que o material e o imaterial estão intrinsicamente ligados. Percebemos, assim, que mesmo após mais de sessenta anos, o artigo de Curt Nimuendaju para a Revista em 1944 continua a ser o único estudo que foca na arquitetura das habitações indígenas como objeto de estudo principal.

Figura 63 - Ritual Yaokwa do Povo indígena Enawene Nawe.



Fonte: Acervo: Iphan. Em Venthel (2017).

<sup>718</sup> Ibidem, p. 227.

<sup>719</sup> Ibidem, p. 235.

<sup>720</sup> Ibidem.

No nº 36<sup>721</sup> da Revista do Patrimônio, datada de 2017, Juan Luis Isaza Londoño<sup>722</sup> em seu artigo “Uma ordem imaginada”,<sup>723</sup> monta uma narrativa de como desde as “Sete Maravilhas da Antiguidade” a humanidade constrói a sua “Lista do Patrimônio Mundial”. O autor afirma que para se inscrever um sítio em tal lista, atualmente, está “cada vez mais difícil e complicado, assim como também a argumentação para demonstrar seu Valor Universal Excepcional.”<sup>724</sup> Interessante notar, ainda, que Londoño não é um autor brasileiro, mas sim colombiano. O que mostra a abertura da Revista para temáticas e autores mais diversos do que o habitual. É visto que no primeiro recorte autoras internacionais, com a alemã Hanna Levy, também tiveram presença na publicação. No entanto, vemos agora a inserção de autores também da América Latina.

Segundo Londoño, apesar de ser uma lista extensa – cerca de 1.500 bens listados, ao somar as listas de bens materiais e imateriais –, a Lista do Patrimônio da Humanidade não é representativa da nossa sociedade como um todo. O autor questiona se favelas, arranha-céus, monoculturas de alta tecnologias, entre outros bens materiais e imateriais, não deveriam também ser integrantes da lista. Dentre as tipologias citadas pelo autor, também está a arquitetura popular, que segundo ele, em um futuro possível, terá uma maior proteção patrimonial:

No futuro, é possível arriscar e afirmar que protegeremos relíquias de arquitetura popular, tradicional ou genuína que ainda permaneçam à margem dos grandes desenvolvimentos tecnológicos e estilísticos, construídos com o concreto armado, as estruturas metálicas e da arquitetura moderna como patrimônio por destruição, extinção ou subtração. Também, como já têm feito alguns Estados, protegeremos legados materiais e imateriais das minorias culturais étnicas, políticas, religiosas, sexuais e sociais, entre outras.<sup>725</sup>

Londoño, ao olhar para trás e para as nossas sociedades atuais prevê possíveis futuros para o patrimônio mundial. Apesar do autor tratar uma escala maior do que a trabalhada no presente estudo, podemos perceber como a ideia de excepcionalidade contida no “Valor Universal Excepcional”, e também em nossa normativa nacional, tem sido um dos entraves para a preservação da arquitetura

<sup>721</sup> O nº 36 possuiu o mesmo organizador da edição anterior, Andrey Rosenthal Schlee.

<sup>722</sup> Juan Luis Isaza Londoño é um arquiteto colombiano. Pós-graduado em História da Arte Latino-Americana. Professor da faculdade de Estudos do Patrimônio da Universidad Externado de Colombia. Ex-Diretor do Instituto Carlos Arbeláez Camacho para el Patrimonio Arquitectónico y Urbano, Universidad Javeriana; e ex-Diretor de Monumentos Nacionales da Colômbia. Autor de Centro Histórico de Mompox, Colombia, 1996 (2004); Santa Cruz de Mompox, en Los Andes: Patrimonio Vivo (2005); e Poblamiento y urbanismo entre los siglos XVI y XVII (2005). In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* nº 36

<sup>723</sup> LONDOÑO, Juan Luís Isaza. Uma ordem imaginada. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 36, p.13-22, 2017.

<sup>724</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>725</sup> Ibidem, p. 19.

popular também em nível nacional. O autor cita ainda a escolha pela arquitetura moderna, e o concreto armado em detrimento às tipologias populares, algo que também ocorreu em nível nacional, como pode ser visto no ponto “Anúncios do Popular”.

Apesar de não se estender em tais preposições, podemos perceber que a inserção da arquitetura popular na Lista do Patrimônio Mundial para o autor se daria a partir de uma expansão da própria lista, que para Londoño, deverá se tornar mais inclusiva em sua ordem imaginada. Podemos perceber ainda, que o texto de Londoño, diferentemente dos demais textos considerados de “autocrítica”, não busca montar uma narrativa historiográfica baseada em fontes documentais – vemos, por exemplo, que o texto do autor não cita nenhuma bibliografia. Um texto propositivo, com tom especulativo, o que mostra, também, uma certa flexibilidade que a Revista tem tido nos últimos anos para os textos nela presentes.

Já o n° 37<sup>726</sup> da Revista do Patrimônio, publicado em 2018, tem como tema principal “O Norte do Brasil: identificação e Reconhecimento do Patrimônio Cultural”. Em seus diversos artigos nos são apresentados alguns exemplares da arquitetura popular da Região Norte. O texto “A Amazônia viajante ‘até dizer chega’. A contribuição dos viajantes ao porvir amazônico – do século 16 ao fim do ciclo da borracha” de João Meirelles Filho<sup>727</sup> e Fernanda de O. Martins<sup>728</sup>, por exemplo, nos apresenta alguns exemplares de arquitetura popular que fizeram parte de pinturas e litografias do século XIX e XX da região amazônica.<sup>729</sup> Tais figuras, como a 64 a seguir, em conjunto com relatos de viajantes, são tratados pelos autores como responsáveis para a construção do imaginário da região amazônica que hoje conhecemos. No entanto, não há comentários significativos de discursos de tais viajantes acerca das habitações por eles registrados. Como posto por Meirelles Filho e Martins, nesse momento não se via valor em tais bens imóveis, “afinal, o que se busca é o enriquecimento rápido e retornar à

---

<sup>726</sup> O n° 37 da Revista do Patrimônio foi organizado por Maria Dorotéa de Lima, técnica de preservação do IPHAN na regional do Pará durante 1989-201.

<sup>727</sup> João Meirelles Filho é um escritor e ativista socioambiental. Nascido em São Paulo, desde 2004 vive em Belém, Pará. É autor de dezessete livros, entre contos e ensaios, destacando-se: O abridor de letras, Record, 2017 (Prêmio Sesc de Literatura – Contos); Grandes expedições à Amazônia brasileira, Ed. Metalivros (2 volumes: 2009 e 2011); e Livro de ouro da Amazônia, Ediouro, 2004. Como ativista socioambiental, atua há 33 anos no terceiro setor, vinte dos quais no Instituto Peabiru, organização da sociedade civil que trabalha na Amazônia, com a missão de facilitar processos de fortalecimento da organização social e da valorização da sociobiodiversidade. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* n° 37.

<sup>728</sup> Fernanda de Oliveira Martins é uma pesquisadora nas áreas de memória gráfica brasileira e tipografia, coordena o projeto “Letras que Flutuam”. Doutora em Design pela ESDI/UERJ. Especialização em Semiótica e Cultura Visual pela UFPA (2008) e Licenciatura em Artes Plásticas pela USP (1982). *Ibidem*.

<sup>729</sup> MEIRELLES FILHO, João; MARTINS, Fernanda de O. A Amazônia viajante “até dizer chega”: A contribuição dos viajantes ao porvir amazônico – do século 16 ao fim do ciclo da borracha. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N° 37, p.73-98, 2018.

terra natal”.<sup>730</sup> Assim, os registros se centram mais em questões econômicas e do dia-a-dia de tais viajantes nas terras amazônicas.

Por sua vez, o artigo de Ana Pizarro<sup>731</sup> intitulado “O trânsito da oralidade para a escrita amazônica latino-americana”,<sup>732</sup> que possui enfoque nas tradições imateriais orais e da literatura do que a autora chama de “pan-amazônia”, também retrata tipologias populares, ao mostrar exemplares da arquitetura dos grupos Kayapó Kuben-Krân-Krên, Kobéua e Koróa, como plano de fundo para os rituais de tais grupos, (ver fig. 65). Assim como no texto de Meirelles Filho e Martins, não há comentários significativos acerca de tais tipologias, se constituindo assim, como uma contribuição também imagética para a temática.

Figura 64 - Capela de Nazaré, próximo ao Pará (Belém). Litografia.



Fonte: In: Alfred Russel Wallace, 1889. Em: Meirelles Filho e Martins (2018)

<sup>730</sup> Ibidem, p. 78.

<sup>731</sup> Professora da Universidade de Santiago do Chile. Publicou os livros *América Latina: palavra, literatura e cultura* (3 volumes: 1993, 1994 e 1995), *Gabriela Mistral: el proyecto de Lucila* (2005), *O sul e os trópicos: ensaios de cultura latino-americana* (2006), *Amazônia. As vozes do rio* (2012), entre outros. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 37, 2017, p. 332.

<sup>732</sup> PIZARRO, Ana. O trânsito da oralidade para a escrita amazônica latino-americana. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 37, p.99-114, 2018.

Figura 65 - Ritual de dança dos Kayapó Kuben-Krân-Krên, sul do Pará.

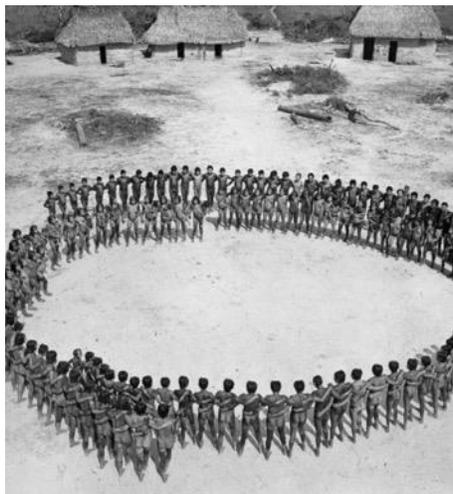


Foto: José Medeiros, 1957. Em: Pizarro (2018)

No nº 37 da Revista o texto em que a arquitetura popular tem maior ênfase é o de Fernando Mesquita,<sup>733</sup> intitulado “Pilotis são palafitas: sobre ecologia da arquitetura e saberes que resistem na Amazônia Marajoara”.<sup>734</sup> Nele, o autor procura associar a questão dos instrumentos de preservação do patrimônio cultural e a “arquitetura popular/vernacular”<sup>735</sup> marajoara da cidade de Afuá, no Pará (ver fig. 66). Segundo o autor, o tombamento, que tem embasamento jurídico pelo Decreto Lei 25/37, atualmente, demanda parâmetros “voltados, sobretudo, a certo desempenho e excepcionalidade estética ou histórica daquilo que se almeja preservar, não se coadunando a configurações espaciais transitórias, tais como as habitações ribeirinhas.”<sup>736</sup> Desse modo, o caráter efêmero de tais habitações, assim como a sociabilidade entre as habitações ribeirinhas e os cursos d’água em que se encontram, não são validados pelo tombamento. Mesquita continua:

Nesse ínterim, avaliei que, pelo viés do patrimônio cultural, a proteção de conjuntos em pequenas cidades e vilas na Amazônia deveria ser pautada nas peculiaridades relativas à gênese dos seus assentamentos humanos, à consolidação da ocupação

<sup>733</sup> Fernando Mesquita é arquiteto e urbanista, especialista em Desenho Urbano, com mestrado profissionalizante em Preservação do Patrimônio Cultural/Iphan. É técnico em preservação da Superintendência do Iphan no Pará. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* nº 37, 2018, p. 332.

<sup>734</sup> MESQUITA, Fernando. Pilotis são palafitas: sobre ecologia da arquitetura e saberes que resistem na Amazônia Marajoara. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 37, p.169-194, 2018.

<sup>735</sup> O autor se utiliza dos dois termos em seu texto. Apesar de entendermos como “arquitetura popular”, buscamos deixar expressa a forma que o autor conceitua seus objetos de estudo, para uma melhor compreensão de quais terminologias aparecessem na Revista do Patrimônio.

<sup>736</sup> *Ibidem*, p. 169.

regional em decorrência dos inúmeros ciclos econômicos que têm caracterizado seu processo de urbanização e, ainda, à lógica social que produz o espaço habitado e lhe dá significado. Um estudo da situação urbana, e aí está incluída a valoração cultural de assentamentos humanos, [...] deve ser voltado ao entendimento da realidade em transformação na região, onde uma nova ordem provinda de uma reinvenção do campo e conseqüentemente do urbano na Amazônia tem promovido uma reorganização urbana que não demonstra correspondência entre as transformações espaciais e a cultura da região.<sup>737</sup>

Figura 66 - Ribeirinhos, Afuá, Ilha de Marajó (PA).



Foto: Eder Furtado, 2013. Em: Mesquita (2018)

De acordo com o autor, a abordagem sanitária, que prioriza o aterramento de áreas alagadas, e a construção de conjuntos habitacionais em série, longe das áreas antes habitadas pelos ribeirinhos, tem proporcionado também um certo afastamento da população e sua cultura natal. Para o autor “coloca-se em risco tanto o modo de vida como também a herança urbanística dos primeiros espaços habitados na Amazônia.”<sup>738</sup> Vemos, assim, que mesmo distantes em quase um século, a reorganização urbana mencionada por Mesquita para as habitações ribeirinhas em muito se assemelha aos processos vistos anteriormente acerca do desbastamento dos mocambos na cidade do Recife.

<sup>737</sup> Ibidem, p. 170.

<sup>738</sup> Ibidem, p. 171.

Segundo o autor, esse tipo de prática do IPHAN, que nega a arquitetura tradicional ribeirinha, tem feito com que a tipologia popular tenha passado por processos de negação que vem também da população que tem preferido soluções arquitetônicas consideradas mais modernas, que não necessariamente “conversam” com a paisagem local. Para o autor, “o tipo característico da cidade vem sendo substituído por versões adaptadas de uma arquitetura presente em não lugares metropolitanos, que é assumida ali como uma concepção correta de produção espacial”.<sup>739</sup>

Mesquita procura também montar um panorama de como a arquitetura chamada por ele de “vernacular” tem sido entendida em investigações patrimoniais e acadêmicas. Ao problematizar a pouca visibilidade dada a tais tipologias, Mesquita chega à conclusão de que não se deve reconhecer a produção vernacular “pelo prisma do saber arquitetônico reificado”,<sup>740</sup> mas sim como um fenômeno arquitetônico próprio. Nessa perspectiva, o autor sugere o estudo das palafitas como materialidade “prenhe de simbolismo desde sua concepção”.<sup>741</sup> De acordo com o autor, o fato de tomar a palafita como algo sem valor, se comparado à matéria de arquiteturas eruditas, tem auxiliado também no processo de negação a tais tipologias.

Mesquita encerra seu artigo refletindo que o tombamento, para os bens em estudo, parece ser o instrumento adequado para a sua preservação, enquanto entendido a partir de uma abordagem ampliada “para além do artefato que se quer preservar”, abordando também os aspectos imateriais atrelados a tais bens, em especial “as referências aos modos de vida impressos neles”,<sup>742</sup> algo que até então não estaria ocorrendo para com a arquitetura vernacular em estudo.

O autor nos mostra, assim, como em bens vernaculares, ou ainda, populares, a matéria está intrinsicamente atrelada ao imaterial. Essa proposta de valoração segue o caminho inverso até aqui apontado por outros artigos na linha editorial do IPHAN, em que o estudo do imaterial por vezes tem a arquitetura popular como plano de fundo, como foi o caso da tecelagem e as casas rurais mineiras. Entendemos que nesse processo não deve haver uma parte tida como a de maior importância, o material e o imaterial, assim como aponta Mesquita, devem ser estudados e valorados de forma conjunta.

---

<sup>739</sup> Ibidem, p. 182.

<sup>740</sup> Ibidem, p. 179.

<sup>741</sup> Ibidem.

<sup>742</sup> Ibidem, p. 185.

É interessante notar, ainda, o hiato existente entre o registro de habitações ribeirinhas na Revista do Patrimônio, que tem até o momento dado preferência para objetos de povos indígenas referentes à região Norte. Em 1937, no primeiro número da Revista, no texto de Heloísa A. Torres, as habitações ribeirinhas são registradas a partir de uma fotografia, também como plano de fundo para a arte dos índios marajoaras. Foi preciso quase oitenta anos, e trinta e seis novos números, para que a Revista dedicasse um artigo completo para a temática.

Também no nº 37 da Revista do Patrimônio está presente o artigo de Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses<sup>743</sup> intitulado “O patrimônio cultural e a guinada da Constituição de 1988: A Casa de Chico Mendes”.<sup>744</sup> Tal artigo foi extraído do parecer de Meneses, enquanto conselheiro do IPHAN, na 56ª reunião do Conselho Consultivo em que Meneses foi favorável ao tombamento do bem imóvel. O autor discute as mudanças proporcionadas a partir da promulgação da Constituição de 1988, em que o poder público declaradamente tem que reconhecer os diversos grupos formadores da sociedade brasileira. Nesse sentido, de acordo com o autor, o patrimônio nacional passa a ser de interesse de toda a sociedade brasileira e questões como “identidade nacional, memória nacional, história nacional deixam de contar como critérios de integridade e homogeneidade: o todo, agora, é a escala de referência para ressaltar a importância das partes”, o patrimônio agora seria um “fato social”.<sup>745</sup>

Meneses se questiona então se a Casa de Chico Mendes, assim como seu entorno e seus pertences, teriam sido mediadores sociais de memória, identidade e ação.<sup>746</sup> O autor passa a definir as três questões tensionando-as para o bem tombado. Meneses afirma que não se trata de um “culto ao herói”, mas sim de verificar se os eventos atrelados à experiência de Chico Mendes constituem uma referência que possa ser vinculada a todo território nacional. Meneses se volta, então, para a biografia de Chico Mendes para chegar à conclusão de que tanto o ideário, quanto as ações de Mendes deixaram marcas específicas no imaginário brasileiro.

---

<sup>743</sup> Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses é licenciado em Letras Clássicas e doutor em Arqueologia Clássica. Professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, titular aposentado de História Antiga, docente do Programa de Pós-graduação em História Social. Dirigiu o Museu Paulista/USP, organizou e dirigiu o Museu de Arqueologia e Etnologia/USP (1963–1968) e foi membro da Missão Arqueológica Francesa na Grécia. Autor de *Para uma política arqueológica da Sphan* (1987) e *Premissas para a formulação de políticas públicas em arqueologia* (2007). Recebeu a Comenda da Ordem Nacional do Mérito Científico e é membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* nº 37.

<sup>744</sup> MENESES, Ulpiano Toledo de Bezerra. O patrimônio cultural e a guinada da Constituição de 1988: A casa de Chico Mendes. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 37, p. 199 – 209, 2018.

<sup>745</sup> *Ibidem*, p. 202.

<sup>746</sup> *Ibidem*, p. 203.

Meneses baseou a sua fala a partir do patrimônio como fator social, a partir das mudanças que a Constituição de 1988 traria para o patrimônio cultural, processo em que os movimentos sociais que estiveram muito presentes na Assembleia Constituinte. Meneses, assim, aponta que a Casa de Chico Mendes é capaz de alimentar a memória social, a ação e a identidade não só de Xapuri, mas de todo o Brasil. O autor passa então a procurar entender se a casa e os pertences também são reconhecidos pela sociedade “afinal, não se tombam processos de memória, processos identitários ou trajetórias de vida.”<sup>747</sup>

Dessa forma, Meneses busca entender como a materialidade – lugares e coisas – podem ser também condensadores e legitimadores de memórias. De acordo com o autor “uma casa e seu lugar podem apresentar potencial para tal mediação sensorial de ideias, significados, valores, ideologias, expectativas, representações.”<sup>748</sup> Para entender tal processo, Meneses passa então a trazer as informações presentes no processo de tombamento do parecerista José Aguilera. Descreve então as principais características do bem imóvel, valorizando também o “saber-fazer” de tal tipologia: “Toda feita de madeira, é fruto de um processo construtivo simples, mas eficaz e econômico, testemunhando um “saber-fazer” longamente depurado pela experiência.” E continua: “Para resumir, é uma casa despojada, quase monástica – mas acolhedora e sobretudo digna, nessa simplicidade, justa medida das necessidades: é cômoda sem desperdício.”<sup>749</sup> A materialidade, atrelada ao ideário, as ações e ao assassinato de Chico Mendes, que ali ocorrera, torna o bem imóvel portador de referências de valores culturais.

Meneses em seu texto responde às nossas críticas anteriores de que a arquitetura popular e a imaterialidade não estavam sendo tratadas de forma conjunta dentro da Revista do Patrimônio. A fala do conselheiro é clara em mostrar como os aspectos materiais e imateriais trabalham juntos na construção dos valores do bem patrimonial. O que proporcionou, também, a inscrição da Casa de Chico Mendes no Livro de Tombo Histórico em 2011.

Também na Revista de número 37 está presente o texto de Luciana Gonçalves de Carvalho<sup>750</sup> intitulado “Aporias da proteção do patrimônio cultural e natural de uma comunidade remanescente

---

<sup>747</sup> Ibidem, p. 206.

<sup>748</sup> Ibidem, p. 208.

<sup>749</sup> Ibidem.

<sup>750</sup> Bacharel em Ciências Sociais (UFRJ), mestre em Sociologia e doutora em Antropologia pelo PPGSA/UFRJ. Professora na Ufopa desde 2010, atuando nos cursos de graduação em Antropologia, mestrado em Ciências da Sociedade e doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (Ciências Ambientais). Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFPA. No Grupo de Pesquisa Diversidade Cultural, Território e Novos Direitos na

de quilombo na Amazônia”,<sup>751</sup> em que a autora, ao problematizar o processo de tombamento n. 1724-T-14, referente à proteção de toda a Floresta Amazônica, que foi indeferido, e os seus rebatimentos na preservação do patrimônio cultural e natural das comunidades tradicionais dessa região, chega ao debate das comunidades de território quilombola ali presentes. Carvalho elege o Território Quilombola Alto Trombetas II em Oriximiná – PA, como objeto de investigação.

Tal território quilombola, atualmente, está sendo objeto de “processos simultâneos de tombamento, titulação e licenciamento ambiental, que tramitam em órgãos distintos”.<sup>752</sup> De um lado estaria o IPHAN por meio da Superintendência do Pará, com o tombamento aberto em 1995 relativo aos Territórios Quilombolas de Oriximiná; de outro lado o Instituto de Colonização e Reforma Agrária, que está em andamento com vistas à titulação definitiva do Território Quilombola Alto Trombetas II, e, por fim, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e a Fundação Cultural Palmares – FCP, que estão envolvidos no processo de licenciamento ambiental, iniciado em 2012, para a exploração de bauxita no interior e no entorno do Território Quilombola por meio de uma mineradora. Segundo a autora, tais processos apresentam sobreposições e lacunas, que contribuem para ações contraditórias no que tange os direitos coletivos do grupo.<sup>753</sup>

De acordo com Carvalho, a ocupação do território acontece ainda no século XIX, quando negros fugidos montam mocambos – ou ainda, povoados – no alto curso encachoeirado do rio Trombetas. No entanto, foi apenas em 1980 que houve uma identificação e delimitação formal da comunidade, devido a implantação de projetos minerários em 1976 e da Reserva Biológica do Rio Trombetas, em 1979. “Esses dois eventos feriram violentamente os descendentes dos mocambeiros. Além de promoverem a expulsão de família que viviam na região, ambos os projetos implicaram restrições de acesso e uso do território ocupado.”<sup>754</sup>

A partir da década de 1980, com a promulgação da Constituição de 1988 que deu bases legais para a posse de terra ocupada por grupos quilombolas – iniciou-se assim um longo processo de

---

Amazônia, tem trabalhos em andamento sobre memória, conhecimentos tradicionais, patrimônio cultural, direitos coletivos e conflitos socioambientais em comunidades rurais, ribeirinhas e extrativistas afetadas por projetos de desenvolvimento e Unidades de Conservação. Coordena o Programa de Extensão Patrimônio Cultural na Amazônia (Proext/MEC) desde 2010, com atuação na região da Calha Norte. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 37, 2018, 334.

<sup>751</sup> CARVALHO, Luciana Gonçalves. Aporias da proteção do patrimônio cultural e natural de uma comunidade remanescente de quilombo na Amazônia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 37, p. 210-231, 2018.

<sup>752</sup> *Ibidem*, p. 211.

<sup>753</sup> *Ibidem*, p. 211-212.

<sup>754</sup> *Ibidem*, p. 220.

unificação dos grupos quilombolas da área. Em 1989 é formada a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Município de Oriximá – ARQMO. De acordo com o que foi posto por Carvalho, é a partir desse movimento que podemos observar movimentações acerca do patrimônio cultural construído de tais grupos. Uma vez que, para se apropriar de uma maior faixa territorial, começaram a ser construídas moradias dispersas pela região, como também, foram criadas “sedes comunitárias com estruturas de uso comum: barracão para reuniões e festividades, capelas e, em alguns casos, escola.”<sup>755</sup>

Tais edificações, para além dos marcos físicos na paisagem, são imbuídas de significados, de um processo de superação de preconceitos e negação de direitos, como posto por Carvalho.<sup>756</sup> Mesmo sem se detalhar acerca das tipologias construtivas, ou ainda, acompanhar os textos com imagens, podemos perceber como a arquitetura popular de grupos minoritários tem sido influenciada diretamente, por toda história nacional – lembremos do Diretório Indígena do século XVI anteriormente citado –, por movimentos de segregação, dominação e aculturamento.

Carvalho, tomando como base a dissertação de Beatriz Vaz, mostra também que o processo de tombamento do IPHAN para o quilombo se encontra desde 1995 em instrução. Segundo a autora, o órgão tem tido uma visão colonial, o que faz com que a história e a materialidade do quilombo não sejam compatíveis com o instrumento do tombamento. Aponta ainda a possibilidade da preservação dos bens imateriais de tais grupos, ou a criação de uma lei específica para regulamentar o tombamento de quilombos.<sup>757</sup>

O nº 38 da Revista do Patrimônio, que possui a temática “O patrimônio do Norte: Outros olhares para a gestão”, não possui artigos que trabalhem a arquitetura popular. No entanto, a contribuição deste número é de ordem imagética. A formatação da Revista dos anos 2000 se utiliza de grandes imagens que por vezes ocupam todas as páginas e não necessariamente conversam com o texto ali escrito, ou seja, não há comentários significativos acerca de tais imagens. Assim, percebemos que tais imagens são ilustrativas do universo patrimonial. A inserção de tipologias populares nessa narrativa iconográfica pode ser entendida também como uma maneira, intencional ou não, de fixar no leitor novas perspectivas do patrimônio cultural, como um texto a parte. Assim, podemos destacar algumas das imagens impressas no número 38 da Revista, como a construção coletiva do povo

---

<sup>755</sup> Ibidem, p. 225.

<sup>756</sup> Ibidem.

<sup>757</sup> Ibidem, p. 228.

indígena Baniwa Awiñapamiana, em Aiari – AM (ver fig. 67); a arquitetura popular em madeira do Centro Histórico de Rio Branco – AC (ver fig. 68) e as casas de torcidas rivais dos boibumbás Garantido e Caprichoso, em Parintins – AM (ver fig. 69).

Figura 67 - Trabalho comunitário entre os Baniwa Awiñapamiana, do médio rio Aiari.



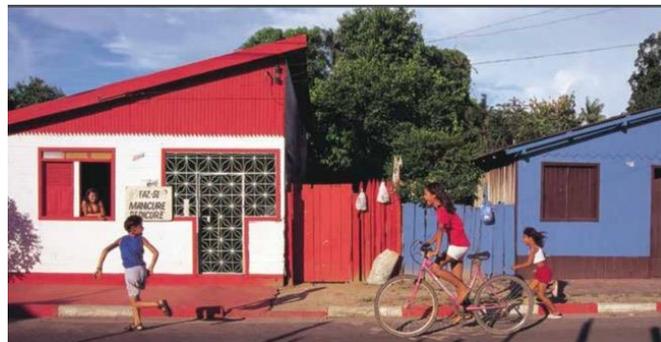
Foto: João Vianna, 2015.

Figura 68 - Casas no centro histórico de Rio Branco (AC).



Fonte: Oscar Liberal, 2018 /Acervo Iphan.

Figura 69 - Casas de torcidas rivais dos boibumbás Garantido e Caprichoso, Parintins – AM.



Fonte: Andreas Valentim (2001).

Processo semelhante acontece para o número 39 da Revista do Patrimônio que tem como eixo principal a temática “Gestão turística em sítios patrimoniais: boas práticas internacionais”, em que não há artigos específicos acerca da arquitetura popular. A contribuição principal deste número para a temática é também imagética, em que diversas tipologias de arquitetura popular figuram nas páginas da edição. Dentre as imagens retratadas na edição estão o interior de uma casa de caráter popular de imigrantes ucranianos da cidade de Prudentópolis – PR (ver fig. 70); uma serraria, na cidade de Benedito Novo – SC (ver fig. 71) e um imóvel em Santo Amaro da Purificação – BA, com a presença de Dona Nicinha (ver fig. 72).

Figura 70 - Interior de casa, Prudentópolis (PR).



Fonte: Larissa Guimarães 2016, série Ukrainos.

Figura 71 - Serraria, Benedito Novo (SC).



Fonte: Leopoldo Plentz, 1985.

Figura 72 - Nicinha no Bairro Bembé do Mercado, Santo Amaro da Purificação (BA).



Fonte: Zeza Maria (2018) / Acervo IPHAN.

Apesar de se constituírem como interessantes registros do universo popular, podemos perceber que a inserção das imagens sem um texto base acompanhando-as diminui em certo grau o entendimento acerca de tais tipologias. Enquanto o leitor as conhece de forma visual, acaba não conhecendo a história, as características e diversos outros valores associados a tais bens.

No número 40<sup>758</sup> da Revista do Patrimônio, também do ano de 2019, que teve como temática principal o patrimônio do imigrante e o turismo na região Sul, há a inserção da discussão acerca das paisagens culturais de imigrantes europeus no Sul do país, em que o patrimônio material e o imaterial de tais grupos fundadores é discutido em relação ao impacto na paisagem e ao potencial turístico decorrente de tais experiências. Entre os textos que tensionam as questões da paisagem cultural com a arquitetura de imigrantes da região sul, está o artigo de Margareth de Castro Afeche Pimenta<sup>759</sup> intitulado “Santa Catarina: Entre regiões e paisagens culturais”.<sup>760</sup> Nele, a autora busca entender os patrimônios culturais deixados por imigrantes italianos e alemães no estado de Santa Catarina. Pimenta monta, assim, uma narrativa histórica acerca dos assentamentos de tais imigrantes e como esse

<sup>758</sup> O nº 40 da Revista do Patrimônio foi organizado por Marcelo Brito, diretor do Departamento de Cooperação e Fomento (Decof) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

<sup>759</sup> Doutora em Geografia pela Universidade de Paris IV-Sorbonne (França). Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe-UFRJ). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo. É professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenou a edição de três livros e publicou diversos artigos sobre planos diretores, paisagens históricas, paisagens culturais, patrimônio, desenvolvimento urbano e regional. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nº 40, 2019, p. 376.

<sup>760</sup> PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. Santa Catarina: entre regiões e paisagens culturais. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 40, p. 191-215, 2019.

processo construiu diversas paisagens culturais no estado, buscando, ainda, expressar os traços regionais dominantes de tais processos.

Pimenta aponta que os imigrantes eram hábeis construtores, que conseguiam manipular com maestria a madeira, cerâmica e a pedra.<sup>761</sup> Essas aptidões, em conjunto com a carga cultural de terras longínquas, teriam promovido o florescimento de cidades e pequenos núcleos urbanos em que as culturas alemães e italianas foram aos poucos criando novas paisagens. Para a autora, tais agrupamentos teriam um “legado singelo”, que por não deixar a “luxuosidade como herança, de apreciação mais imediata”,<sup>762</sup> não teriam recebido a devida atenção patrimonial. Em verdade, como pode ser anteriormente discutido, a arquitetura de imigrantes só vem ser objeto patrimonial por parte do IPHAN na década de 1980.

Segundo a autora:

A marca migratória está em toda parte: na escolha do sítio urbano encrustado entre morros no vale dos rios; no traçado dos primeiros lotes rurais; na formação da sede; na rua comercial alongada, paralela ao rio, substituindo a praça central portuguesa; ou na arquitetura enxaimel (Broos, 2004). Esses são os traços visíveis da paisagem, mas, por trás dela, há relações sociais que foram tecidas silenciosamente e se apresentam na culinária, nas festas, nos encontros, na maneira de pensar o mundo.<sup>763</sup>

Pimenta discute ainda que a principal contribuição dos imigrantes alemães estaria retratada nas construções em estilo enxaimel, já a principal contribuição dos imigrantes italianos estaria centrada na arquitetura rural, uma vez que os últimos criaram edificações “em madeira, pedra, taipa ou cantaria, bem como desenvolveram a cerâmica para o fabrico de tijolos e telhas.”<sup>764</sup> No entanto, o artigo não se mune de imagens acerca de tais produções arquitetônicas, a única imagem trazida no decorrer do texto representa uma das primeiras construções de imigrantes na região de Brusque (SC) do século XIX (ver fig. 73). Podemos perceber que tal construção é feita a partir de materiais perenes como a palha, se assemelhando mais aos mocambos discutidos por Gilberto Freyre, do que à arquitetura de enxaimel tratada pela autora.

---

<sup>761</sup> Ibidem, p. 195.

<sup>762</sup> Ibidem, p. 197.

<sup>763</sup> Ibidem, p. 206.

<sup>764</sup> Ibidem.

Figura 73 - Primeiras moradias de imigrantes, região de Brusque (SC), entre 1860 e 1880.



Fonte: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva – Fundação Cultural de Blumenau; Portal Brusque Memória. Em: Pimenta (2019).

É interessante notar, ainda, como o texto de Pimenta introduz a temática da arquitetura não só de imigrantes, mas como toda arquitetura popular, na discussão recente da paisagem cultural.<sup>765</sup> A autora por diversas vezes em seu texto retrata como a paisagem singela construída pelos imigrantes tem também um valor patrimonial. A partir do texto de Pimenta podemos perceber possíveis caminhos para além do tombamento, para a salvaguarda de tipologias populares, como a chancela da paisagem cultural.

Também no número 40 da Revista do Patrimônio está presente o artigo de Gladys Sievert<sup>766</sup> intitulado “Rota do enxaimel: Patrimônio e Turismo em Pomerode”,<sup>767</sup> que busca relacionar a criação da Rota do Enxaimel à preservação do patrimônio histórico e ao turismo na cidade de Pomerode –

<sup>765</sup> Se as discussões da paisagem cultural, como mostra Pimenta, estão presentes na geografia cultural desde início do século XX, a chancela da paisagem cultural fora promulgada pelo IPHAN apenas em 2009, a partir da portaria 127/2009.

<sup>766</sup> Gladys Sievert é especialista em Turismo e Lazer pelo Instituto Nacional de Pós-Graduação e pela Universidade Regional de Blumenau (INPG/Furb). É vice-prefeita e secretária de Turismo e Cultura de Pomerode. Foi secretária de Turismo, vice-prefeita do município e atuou como diretora da antiga Secretaria de Desenvolvimento Regional. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* n° 40.

<sup>767</sup> SIEVERT, Gladys Dinah. Rota do Enxaimel: patrimônio e turismo em Pomerode. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N° 40, p.359-373, 2019.

SC. Na seção “Técnica Enxaimel”, Sievert, assim como o fez Pimenta, associa tal técnica aos imigrantes alemães em solo brasileiro. A autora busca montar as principais características da tipologia em solo brasileiro, ressaltando o esmero do artesão imigrante que produziu um sistema autônomo e de montagem.<sup>768</sup>

Segundo a autora, devido à decoração relativamente restrita da técnica enxaimel brasileira, se torna difícil compará-la a estilos específicos alemães. “Mesmo assim, a composição do exterior é geralmente austera, ainda que sempre muito elegante e plenamente arquitetônica.”<sup>769</sup> Segundo a autora, a tipologia brasileira recebeu influência, ainda, de outros povos imigrantes como dos italianos “dos quais provêm o uso de arcos plenos em alpendres e também a técnica da alvenaria autoportante, que acaba sendo utilizada por imigrantes de ambas as ascendências.”<sup>770</sup>

Sievert destaca, ainda, que o fim do ciclo da técnica de enxaimel no Brasil está atrelado à inserção dos tijolos autoportantes nas construções da região, nas primeiras décadas do século XX.<sup>771</sup> Ainda segundo a autora, várias edificações em enxaimel passaram por mudanças estéticas para se assemelharem às novas tendências, ou ainda, “para silenciar seu acento germânico na época de perseguições da Era Vargas.”<sup>772</sup>

Assim, Sievert se constitui como a primeira autora dentro da linha editorial do IPHAN a valorar por via estética a técnica do enxaimel. Como pode ser visto, por diversas vezes a autora cultua o valor estético – por mais simples que a adaptação brasileira seja – de tais tipologias. Buscando entender, ainda, as principais características da técnica. Percebemos, ainda, que o artigo de Sievert, assim como o de Mesquita para as palafitas de Afuá – PA, se constituem como esforços para o entendimento das características singulares de tipologias populares. Esse tipo de análise, que possuiu maior frequência durante a primeira fase da Revista, para outras tipologias, como a arquitetura civil e a arquitetura rural, nesse momento tem tido baixa entrada na Revista do Patrimônio, uma vez que a arquitetura tem sido entendida a partir de outros aspectos como a paisagem cultural e questões ligadas ao turismo. Assim, poucos são os artigos que buscam entender tipologias arquitetônicas, possuindo

---

<sup>768</sup> Ibidem, p. 363.

<sup>769</sup> Ibidem, p. 364.

<sup>770</sup> Ibidem.

<sup>771</sup> Ibidem.

<sup>772</sup> Ibidem.

um tom mais descritivo. Tais análises são possíveis também pelo fato de tais arquiteturas se constituírem como inéditas, e, assim, pouco exploradas e entendidas dentro da Revista do Patrimônio.

A autora passa, então, a investigar o conjunto de arquitetura teuto-brasileira da cidade de Pomerode – SC, que possui o maior conjunto do estilo no Brasil. Dos 233 bens imóveis presentes na cidade, 12 são tombados pelo IPHAN, 13 pela Fundação Catarinense de Cultura e todas são protegidas pela legislação municipal.<sup>773</sup> Sievert entra em consonância com o que foi discutido por Pimenta acerca da paisagem cultural formada a partir das construções enxaimel e a paisagem catarinense, que revelam dentre os vales catarinenses, casas enxaimel e seus jardins (ver fig. 74), que segundo a autora, oferecem “ao observador um retrato vivo da Pomerode de outros tempos.”<sup>774</sup>

Figura 74 - Casa enxaimel, zona rural de Pomerode (SC).



Fonte: Valdemir Cunha (2013). Em: Sievert (2019).

O artigo de Gladys Sievert encerra a publicação de nº 40 da Revista do Patrimônio, assim como o nosso recorte de estudo da linha editorial do IPHAN.

\*\*\*

O recorte 2000-2020 em verdade, após as análises das edições publicadas, se torna 2012-2019, no passo que foram encontrados artigos referentes à temática apenas a partir de 2012, com a publicação do nº 35 da Revista do Patrimônio. É visto, assim, que entre os seis últimos números

---

<sup>773</sup> Ibidem, p. 364.

<sup>774</sup> Ibidem, p. 365.

publicados (35-40), a temática manteve uma certa constância, estando presente em cinco desses, e figurando em treze artigos publicados. Este recorte apresentou, também, grande pluralidade de temáticas da arquitetura popular: as chamadas casas históricas; a arquitetura de influência brasileira em países africanos, os quilombos, habitações indígenas e a inserção da arquitetura de imigrantes na Revista. O quadro 19 abaixo sintetiza a predominância dos temas por ano/número de publicação:

Quadro 19 - Predominância de temas por ano / número de publicação no recorte 2000/2020.

Tipologia	Nº 34 (2012)	Nº 35 (2017)	Nº 36 (2017)	Nº 37 (2018)	Nº 40 (2020)
Casas históricas	1			1	
Arquitetura de influência brasileira na África	1				
Quilombos / Matriz Africana		2		1	
Habitação indígena		1		1	
Arquitetura popular			1	2	
Arquitetura de imigrantes					2

Fonte: O autor (2021).

A edição de número 37 da Revista do Patrimônio ganha destaque ao conter cinco dos treze artigos publicados. Importante ressaltar, ainda, que tal edição possuiu temática voltada à Região Norte do Brasil, que comumente é associada às habitações indígenas. No entanto, no presente recorte foram registradas casas históricas, quilombos, habitações indígenas e exemplares de arquitetura popular na região. O recorte inova ainda em outros dois pontos, o primeiro deles é referente a tipologias arquitetônicas para além do território nacional, como foi o caso da arquitetura africana com influência brasileira. O segundo ponto de inserção está na arquitetura de imigrantes, que havia sido retratada apenas no Boletim SPHAN/FNpM. Houve, ainda, a inserção da discussão dessa última tipologia nas questões da paisagem cultural, outra novidade presente no recorte.

Em especial, pode-se destacar os artigos acerca dos quilombos e de tipologias de matriz africana. Como pode ser visto anteriormente, dentre os dois primeiros recortes de estudo não existiram artigos voltados para a temática dos quilombos. A inserção de tais textos são resultados da promulgação do Decreto n 4.887 em 2003 que regulamentou a demarcação e titulação das comunidades dos quilombos. Assim, os artigos presentes no recorte refletem os novos processos em que tais grupos estão inseridos na atualidade.

Podemos analisar, ainda, qual a predominância principal ou secundária da arquitetura popular em cada uma das temáticas apresentadas. Tal análise é representada a partir do quadro 20 abaixo:

Quadro 20 - Temática dos artigos publicados x predominância do tema da arquitetura popular na Revista do Patrimônio (2012-2019).

Tipologia	Artigo e número da revista	Predominância da temática em números
Casas históricas	“Entre o ser e o coletivo: o tombamento das casas históricas” – Marcus T. Ribeiro (nº 34); “O patrimônio cultural e a guinada da Constituição de 1988: A casa de Chico Mendes” – Ulpiano Meneses (nº 37)	Principal (2)
Arquitetura de influência brasileira na África	“O Brasil na África Atlântica” – Alberto da Costa e Silva (nº 34)	Secundária (1)
Quilombos / Matriz Africana	“Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002” – Márcia Chuva (nº 35); “Sobre o longo percurso da matriz africana pelo seu reconhecimento patrimonial como uma condição para a plena cidadania” – Milton Guran (nº 35); “Aporias da proteção do patrimônio cultural e natural de uma comunidade remanescente de quilombo na Amazônia” – Luciana Gonçalves de Carvalho (nº 37)	Secundária (3)
Habitação indígena	“Patrimônios culturais indígenas” – Lúcia Hussak van Velthem (nº 35); “O trânsito da oralidade para a escrita amazônica latino-americana” – Ana Pizarro (nº 37)	Secundária (2)
Arquitetura popular	“Uma ordem imaginada” – Juan Luis I. Londoño (nº 36); “A Amazônia viajante ‘até dizer chega’” – João M. Filho; Fernanda de O. Martins (nº 37); “Pilotis São Palafitas” - Fernando Mesquita (nº 37)	Secundária (2) Principal (1)
Arquitetura de imigrantes	Santa Catarina: Entre regiões e paisagens culturais – Margareth C. A. Pimenta (nº 40); Rota do enxaimel: Patrimônio e Turismo em Pomerode – Gladys Sievert (nº 40)	Secundária (1) Principal (1)
	TOTAL	Secundária (9) Principal (6)

Fonte: O autor (2021).

Assim, vemos que entre os três recortes de estudo investigados, 1937-1970, 1984-1999 e 2012-2019, houve uma certa continuidade, uma vez que, nos três recortes a temática da arquitetura popular apresentou análises mais secundárias do que de forma primária.

O processo iniciado no nosso segundo recorte de estudo - em que a escrita dos artigos com temática da arquitetura popular como principal foco deixa as mãos de arquitetos e passa também para antropólogos, sociólogos e historiadores - é continuado no recorte da década de 2000. O quadro 21 abaixo faz uma síntese entre a profissão dos autores e a ligação institucional deles.

Quadro 21 - Profissão e ligação ao IPHAN dos autores e presentes no recorte de estudo (2012-2020).

Autor	Profissão	Instituição vinculadora
Marcus Tadeu Ribeiro	Historiador de arte	Pesquisador do IPHAN
Márcia Chuva	Historiadora	Técnica do IPHAN
Alberto da Costa e Silva	Historiador	IHGB
Milton Guran	Antropólogo	Parecerista <i>ad hoc</i> IPHAN*
Lúcia Hussak van Velthem	Museóloga	Museu Paraense Emílio Goeldi
Juan Luis Isaza Londoño	Arquiteto	Universidad Externado de Colômbia
João Meirelles Filho	Escritor	Instituto Peabiru
Fernanda de O. Martins	Artista Plástica	UFPA
Ana Pizarro	Professora Universitária	Universidade de Santiago
Fernando Mesquita	Arquiteto	Técnico do IPHAN
Ulpiano Toledo B. de Meneses	Historiador, arqueólogo, professor	Membro do Conselho Consultivo do IPHAN
Luciana G. de Carvalho	Socióloga	UFPA
Margareth de C. A. Pimenta	Arquiteta	UFSC
Gladys Sievert	Política	Prefeitura de Pomerode – SC

Fonte: O autor (2021).

\* Tal ligação foi elegida por perceber que ela influenciou diretamente na escrita e publicação do artigo.

A partir do quadro 20 podemos perceber também que o percentual de autores ligados em algum momento com o IPHAN é reduzido, sendo em torno de 36% - cinco dos quatorze autores -, os outros dois recortes apresentaram cerca de 60% dos autores ligados ao IPHAN. Essa maior abertura, no entanto, prioriza, ainda, os autores ligados a importantes instituições públicas nacionais, como o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Há ainda a inserção de autores latino-americanos na temática, algo que até então não havia acontecido em outros momentos da Revista do Patrimônio. Os arquitetos se tornam minoria, sendo apenas cerca de 22% dos autores – três dos quatorze –, o que mostra que a pluralidade dos autores na temática é ampliada para o recorte. Autores da linguagem, das artes, e até mesmo do campo político agora estão presentes.

Em relação às questões editoriais e de autores convidados, também há mudanças se comparado ao recorte anterior. Dentre os cinco números da Revista estudados, todos eles foram organizados por alguém relacionado ao IPHAN. Márcia Chuva (nº 34) e Maria Dorotéa (nº 37) foram técnicas do IPHAN, enquanto que Andrey Rosenthal Schee (nº 35 e 36) foi diretor do Departamento do Patrimônio Material e Marcelo Brito (nº 40) é diretor do Departamento de Cooperação e Fomento - DECOF do IPHAN. O que nos mostra que, ao menos no recorte estudado, o IPHAN continua a ter um maior controle institucional acerca da organização da Revista do Patrimônio.

O tom crítico dos artigos presente no último recorte é também ampliado no recorte da década de 2000. Como mostra o quadro 22 abaixo, apenas quatro artigos possuem o caráter meramente descritivo. É importante ressaltar ainda que dos quatro artigos, três são voltados a tipologias estreadas na Revista do Patrimônio: a arquitetura africana de influência brasileira e o patrimônio de imigrantes. Assim, podemos perceber que a entrada da temática da Revista geralmente se dá com textos descritivos, ou ainda, em textos em que a arquitetura popular comparece sobretudo a partir de imagens.

Quadro 22 - Tipo de análise dos artigos do recorte 2012-2020.

Tipo de análise	Artigos	Número total
Análise crítica	<p>“Entre o ser e o coletivo: o tombamento das casas históricas” – Marcus T. Ribeiro (nº 34);</p> <p>“Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002” – Márcia Chuva (nº 35);</p> <p>“Sobre o longo percurso da matriz africana pelo seu reconhecimento patrimonial como uma condição para a plena cidadania” – Milton Guran (nº 35);</p> <p>“Aporias da proteção do patrimônio cultural e natural de uma comunidade remanescente de quilombo na Amazônia” – Luciana Gonçalves de Carvalho (nº 37);</p> <p>“Pilotis São Palafitas” - Fernando Mesquita (nº 37)</p>	5
Descritivo	<p>“O Brasil na África Atlântica” – Alberto da Costa e Silva (nº 34);</p> <p>“Patrimônios culturais indígenas” – Lúcia Hussak van Velthem (nº 35);</p>	4

	Santa Catarina: Entre regiões e paisagens culturais – Margareth C. A. Pimenta (nº 40); Rota do enxaimel: Patrimônio e Turismo em Pomerode – Gladys Sievert (nº 40)	
Imagético	“O trânsito da oralidade para a escrita amazônica latino-americana” – Ana Pizarro (nº 37); “A Amazônia viajante ‘até dizer chega’” – João M. Filho; Fernanda de O. Martins (nº 37)	2
Teórico conceitual	“O patrimônio cultural e a guinada da Constituição de 1988: A casa de Chico Mendes” – Ulpiano Meneses (nº 37)	1
Especulativo	“Uma ordem imaginada” – Juan Luis I. Londoño (nº 36)	1

Fonte: O autor (2021).

Em relação aos textos com cunho de análise crítica, percebemos que a trajetória do IPHAN foi tensionada e investigada a partir de diversas tipologias – casas históricas; patrimônio de matriz africana; e arquitetura de palafita –, que refletiram não apenas erros, mas também acertos das políticas preservacionistas do órgão. Dois artigos fogem das categorias anteriormente citadas: o de Ulpiano Meneses e o artigo de Juan Londoño. Enquanto Meneses propõe o estudo teórico de como a arquitetura pode ser também embrião dos aspectos imateriais de memória, Londoño monta um quadro especulativo, ao olhar para a trajetória da Lista do Patrimônio da Humanidade, defendendo que a arquitetura popular poderá também figurar em tal lista.

Com os principais aspectos dos artigos sintetizados, podemos, agora, investigar mais a fundo as características dos bens imóveis tratados nos artigos, ou seja, questões como o recorte temporal e geográfico de tais bens. Começaremos pela localização dos bens imóveis presentes no recorte, sintetizados no quadro 23 abaixo:

Quadro 23 - Localização dos objetos de estudo dos artigos no recorte 2012-2020.

Localização	Artigo	Número total
Norte	“Aporias da proteção do patrimônio cultural e natural de uma comunidade remanescente de quilombo na Amazônia” – Luciana Gonçalves de Carvalho (nº 37); “Pilotis São Palafitas” - Fernando Mesquita (nº 37);	5

	<p>“Patrimônios culturais indígenas” – Lúcia Hussak van Velthem (nº 35);</p> <p>“A Amazônia viajante ‘até dizer chega’” – João M. Filho; Fernanda de O. Martins (nº 37);</p> <p>“O patrimônio cultural e a guinada da Constituição de 1988: A casa de Chico Mendes” – Ulpiano Meneses (nº 37);</p>	
Sul	<p>Santa Catarina: Entre regiões e paisagens culturais – Margareth C. A. Pimenta (nº 40);</p> <p>Rota do enxaimel: Patrimônio e Turismo em Pomerode – Gladys Sievert (nº 40)</p>	2
Entre regiões	<p>“Entre o ser e o coletivo: o tombamento das casas históricas” – Marcus T. Ribeiro (nº 34);</p> <p>“Sobre o longo percurso da matriz africana pelo seu reconhecimento patrimonial como uma condição para a plena cidadania” – Milton Guran (nº 35);</p>	2
Exterior ao Brasil	<p>“O Brasil na África Atlântica” – Alberto da Costa e Silva (nº 34);</p> <p>“O trânsito da oralidade para a escrita amazônica latino-americana” – Ana Pizarro (nº 37);</p>	2
Sem local definido	<p>“Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002” – Márcia Chuva (nº 35);</p> <p>“Uma ordem imaginada” – Juan Luis I. Londoño (nº 36)</p>	2

Fonte: O autor (2021).

Nota-se, assim, que a região Norte é a grande privilegiada do recorte de estudo, cessando a hegemonia que as regiões Nordeste e Sudeste apresentaram nos dois outros recortes estudados. A publicação dos números 37 e 38 da Revista do Patrimônio voltados à região proporcionou que mais bens imóveis populares fossem também representados. É visto ainda que mesmo com publicações voltadas à região Sul, que pela primeira vez figura na Revista do Patrimônio na temática da arquitetura popular, essa região possuiu apenas dois artigos no recorte de estudo, isso é resposta também à temática geral da publicação de número 40, voltada à região, mas que tratou como foco principal o turismo, sendo a arquitetura e a arquitetura popular questões secundárias.

As regiões Nordeste e Sudeste são representadas apenas pela categoria “entre regiões” que apresenta artigos acerca de bens imóveis em todo o país. Uma outra inovação do período é a inserção de artigos para além do Brasil, como o artigo de Costa e Silva que trata da arquitetura africana com influência brasileira, ou ainda da tradição dos povos indígenas de toda América-Latina, objeto de estudo de Ana Pizarro. A categoria “sem local definido”, por sua vez, se constitui de artigos teóricos que não possuíram objeto empírico de estudo.

Outra mudança significativa entre o período de estudo de 2000-2019 para os outros anteriormente estudados é referente a localização dos objetos de estudo dos artigos publicados. Enquanto que nos dois primeiros recortes os bens imóveis eram referentes em sua maioria ao século XX, no presente recorte a categoria “entre séculos” é a mais presente, com seis dos treze artigos publicados. O quadro 24 abaixo faz uma síntese de tal questão:

Quadro 24 - Recorte temporal dos objetos de estudo dos artigos no recorte 2012-2020.

Recorte Temporal	Artigo	Número total
Século XIX	“Aporias da proteção do patrimônio cultural e natural de uma comunidade remanescente de quilombo na Amazônia” – Luciana Gonçalves de Carvalho (nº 37);	1
Século XX/XXI	“O Brasil na África Atlântica” – Alberto da Costa e Silva (nº 34); “Pilotis São Palafitas” - Fernando Mesquita (nº 37); “O patrimônio cultural e a guinada da Constituição de 1988: A casa de Chico Mendes” – Ulpiano Meneses (nº 37); “Patrimônios culturais indígenas” – Lúcia Hussak van Velthem (nº 35);	4
Entre séculos	“A Amazônia viajante ‘até dizer chega” – João M. Filho; Fernanda de O. Martins (nº 37); “Entre o ser e o coletivo: o tombamento das casas históricas” – Marcus T. Ribeiro (nº 34); “Sobre o longo percurso da matriz africana pelo seu reconhecimento patrimonial como uma condição para a plena cidadania” – Milton Guran (nº 35);	6

	<p>“O trânsito da oralidade para a escrita amazônica latino-americana” – Ana Pizarro (nº 37);</p> <p>Santa Catarina: Entre regiões e paisagens culturais – Margareth C. A. Pimenta (nº 40);</p> <p>Rota do enxaimel: Patrimônio e Turismo em Pomerode – Gladys Sievert (nº 40)</p>	
Sem data	<p>“Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002” – Márcia Chuva (nº 35);</p> <p>“Uma ordem imaginada” – Juan Luis I. Londoño (nº 36)</p>	2

Fonte: O autor (2021).

A característica dos artigos com recorte temporal entre séculos é reflexo também do tipo de análise proposta em tais escritos. A maior parte dos artigos busca fazer uma análise autocrítica da experiência do IPHAN na relação com os bens, indo, assim, para recortes e bens imóveis construídos em mais de um século. Enquanto que os artigos de João M. Filho; Fernanda O. Martins, Margareth Pimenta e Gladys Sievert, não se caracterizam como análises críticas, trazem exemplares construídos com certo espaço temporal das tipologias estudadas. Sievert, por exemplo, nos mostra que a tipologia de enxaimel é construída desde o século XIX até os dias de hoje.

Por todo o exposto até aqui, podemos entender que o último recorte de estudo representa um maior período de ruptura dentro da Revista do Patrimônio, enquanto continua também a construir as noções do que é o patrimônio brasileiro.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação buscou investigar qual tem sido o lugar ocupado pela arquitetura popular na linha editorial do IPHAN. Procurou-se, também, identificar quais atores participaram desta produção e qual o contexto sociocultural em que tais publicações foram produzidas.

Para alcançar tais objetivos, foi necessário um longo passeio por toda a produção das principais publicações do órgão: foram analisados os quarenta números da Revista do Patrimônio, os quarenta e sete números do Boletim SPHAN/FNpM e duas das publicações da “Série Publicações do SPHAN”. Assim, foram investigados trinta e sete artigos, vinte e duas notícias e trinta e nove autores, um conjunto extenso de produção e de agentes a situar, por vezes fora das condições de tempo de um mestrado. É o caso, sobretudo, dos autores dos artigos, que por vezes possuíam uma larga produção dentro e fora do IPHAN, como Lúcio Costa, Gilberto Freyre e Mário de Andrade, e sobre os quais há inúmera e densa produção acadêmica. De qualquer forma, dentro do possível, constam dados biográficos, mesmo que em nota, dos autores dos artigos.

A narrativa histórica aqui apresentada se deu de forma diacrônica, acompanhando os fatos dentro e fora da linha editorial de acordo como eles aconteceram durante os anos. Essa perspectiva pode nos mostrar como a linha temporal do espaço editorial do órgão foi marcada também por momentos de continuidade, inflexão e ruptura, que não necessariamente respeitaram a cronologia temporal, acontecendo, sim, a partir de diversas variantes que atuam diretamente nas necessidades e objetivos do órgão e de seus colaboradores. Esses, por sua vez, utilizaram da linha editorial como uma das ferramentas para validar e difundir a ideia de um patrimônio nacional para além das ações preservacionistas do IPHAN.

Embora não tenha sido nosso objeto de investigação, a trajetória preservacionista do órgão foi, também, um dos nossos pontos de partida, uma vez que o seu tom elitista, ao menos nos primeiros anos de funcionamento do SPHAN, já era considerado um consenso nos estudos historiográficos acerca do órgão. Partimos, assim, do pressuposto que a arquitetura popular, como campo de estudo que engloba diversas tipologias, não teria sido de interesse patrimonial do SPHAN. No entanto, as primeiras publicações do órgão de 1937 já nos mostram um outro lado do órgão: o SPHAN da linha editorial seria um espaço mais plural, em que diversos patrimônios nacionais seriam discutidos e difundidos, sendo a arquitetura popular um deles. No entanto, percebemos que tal pluralidade apresentada no texto de Freyre para a “Série Publicações do SPHAN”, para os mocambos do

Nordeste, e a primeira publicação da Revista do Patrimônio - que possuiu temáticas diversas como a arte e arquitetura popular - não acompanha as demais publicações da época, uma vez que a Revista do Patrimônio passa a valorizar o patrimônio de herança lusitana e a arquitetura intitulada de “civil”.

No entanto, a publicação de estreia da linha editorial escrita por Freyre e prefaciada por Rodrigo M. F. de Andrade nos mostra, também, interessantes movimentos de controle do discurso dentro do SPHAN, e para com o regime de governo que também o cancelava. Enquanto Rodrigo M. F. de Andrade, como diretor do órgão, solicita o estudo a Freyre, é ele também que, ao escrever o prefácio, mesmo sem dominar a temática (como confessa em seu texto), acaba por validar a obra, ao ser a autoridade máxima dentro do SPHAN. Mais interessante, para a temática, seria, por exemplo, que um técnico como Lúcio Costa, citado extensivamente por Rodrigo M. F. de Andrade, escrevesse tal prefácio. No entanto, o controle total do então diretor era utilizado, também, como forma de validação das obras publicadas pelo órgão. O papel centralizador de Rodrigo M. F. de Andrade se mostrou evidente, ainda, a partir de interdições no discurso que viria a ser institucionalizado, como foi o caso do artigo de Luis Saia, que ao criticar proposições defendidas por Gilberto Freyre, foi interdito por Andrade.

Ainda em relação à publicação “Mucambos do Nordeste”, podemos perceber como ela, enquanto representativa da linha editorial do SPHAN, nos mostra uma certa autonomia do órgão em relação ao regime do Estado Novo. Como vimos, tal regime priorizava a erradicação de mocambos e obras populares para a construção de habitações sociais. O texto de Freyre vai na contramão e valoriza as qualidades higiênicas dos mocambos nordestinos. O Estado Novo, mesmo ao possuir mãos de ferro em relação a órgãos institucionais que não estavam em consonância com seus ideais, deixa o SPHAN livre para publicar tal obra e os volumes da Revista do Patrimônio.

O texto de Freyre, assim como o de Curt Nimuendaju para as habitações indígenas, publicado no nº 8 da Revista, nos mostram como a linha editorial possuiu, também, uma maior abrangência patrimonial em relação aos outros *locus* de atuação do órgão, como o do tombamento. É a partir dela que tais tipologias são unicamente trabalhadas pelo órgão. A discussão acerca das habitações indígenas, por exemplo, ia contra ao que era discutido por técnicos do órgão, como aconteceu com Afonso Arinos de Melo Franco, que por sua vez se negava a estudar os registros materiais de tais povos, na publicação “Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil”, publicada como parte da “Série Publicações do SPHAN”.

Nesse recorte podemos observar, também, que enquanto o controle da linha editorial estava intrinsecamente ligado à pessoa de Rodrigo M. F. de Andrade, os autores dos textos também eram convidados por Andrade e os demais técnicos do SPHAN, quando não eram eles próprios a escrever para as publicações. Assim, foi possível notar uma grande centralidade da temática da arquitetura popular nas mãos dos arquitetos que estavam ligados ao órgão. Essa característica nos ajuda a explicar, ainda, duas características principais da publicação naquele momento: o maior enfoque na arquitetura chamada de “civil”, e o tipo de análise descritiva acerca de tais tipologias, que, por vezes, funcionaram como verdadeiros inventários que subsidiaram, ou não, os processos de tombamento da época. Enquanto a arquitetura “civil” foi investigada principalmente pelos arquitetos ligados ao órgão, outras tipologias populares estiveram como foco secundário de pesquisas de historiadores, antropólogos, entre outros profissionais, que fizeram parte da rede de contatos criada na linha editorial do SPHAN em seus trinta primeiros anos.

Até o momento, quando nos referimos à chamada arquitetura “civil”, estamos nos referindo à fração urbana de tais tipologias. No entanto, um aspecto se mostrou de grande interesse em nossas análises para a fração rural de tais tipologias. Nos primeiros escritos que se voltaram às tipologias rurais, como foi o caso do texto de Mário de Andrade para a Capela de Santo Antônio - SP, havia, ainda, uma certa resistência à valoração de tais bens imóveis, sendo o valor histórico o único atrelado ao patrimônio rural. Nos textos que seguem, de Luis Saia e Joaquim Cardozo, percebemos, também, que essa noção inicial é aos poucos modificadas quando os autores passaram a valorar as questões estéticas da arquitetura civil rural. O que mostra uma certa flexibilização nas análises presentes na Revista do Patrimônio, que embora tenham, ainda, a arquitetura “civil” urbana e colonial como o patrimônio de valor universal para o órgão, outras expressões arquitetônicas passam, também, a serem valoradas pela via estética.

A partir de todos os pontos discutidos acima podemos identificar que em nosso primeiro recorte de estudo a ideia do que seria o patrimônio popular construída na linha editorial do IPHAN se referiu principalmente à expressão da herança lusitana na arquitetura brasileira, em que houve uma certa hegemonia de tal arquitetura “civil”. Essa noção, fruto de uma visão que perpassa pelos estudos de diferentes técnicos do SPHAN, em que a civilização lusitana sofre um movimento de “amolecimento” cultural, nos mostra que embora a linha editorial do SPHAN tenha se constituído como um espaço de ampliação da noção de patrimônio, essa noção ainda está em sua maioria atrelada ao tom elitista das suas práticas preservacionistas. Destacamos, por exemplo, o uso de termos como

casa de “pobres”, “simples” ou “rústicas”, para a designação da parcela popular da arquitetura “civil”, nos textos de autores como Aluísio de Almeida e José Watsh Rodrigues. Neles, a arquitetura popular é valorizada sempre como uma arquitetura periférica, que ao comparada com a arquitetura civil, seria aquela em que sempre se falta algo, não sendo de mesmo valor que a outra.

No segundo momento estudado, tal panorama passa a ser desmistificado. A linha editorial do IPHAN entre os anos 1970-1990 passa a refletir os diversos conflitos do contexto nacional, com as disputas dos grupos minoritários acerca da nova Constituição de 1988, assim como os derivados da reestruturação conceitual e técnica que o IPHAN passa em 1979, sendo ligado ao CNCR, ao PCH e à FNpM. É nesse contexto em que a publicação da Revista do Patrimônio é pausada, e a partir de uma nova equipe de editoração formada por Aloísio Magalhães é lançado o Boletim SPHAN/FNpM.

O Boletim pode ser entendido como um meio de comunicação mais ágil entre o órgão e a população. Nesse sentido, ao invés dos longos estudos publicados na Revista do Patrimônio, nos deparamos com curtos textos de opinião e notícias ligadas à atuação do SPHAN/FNpM. Tal característica da publicação pode nos revelar como as ações do órgão estavam alinhadas ao contexto sociocultural da época, em que patrimônios para além da herança lusitana passam também a figurar na linha editorial do órgão com uma maior frequência. É interessante notar, ainda, que os primeiros patrimônios populares registrados no Boletim estavam ligados à arquitetura civil de locais pouco estudados como o interior da Bahia e do Centro Oeste do Brasil. Embora ainda expressões da arquitetura civil, a forma de registro no Boletim mostrou uma posição diferenciada do primeiro recorte de estudo. Assim, foi possível localizar, por exemplo, que tanto no texto como nas fotografias registradas no Boletim a população passa a figurar no centro da narrativa.

É também a partir do Boletim SPHAN/FNpM que foi registrado o primeiro tombamento de um bem intitulado como “arquitetura popular”, o Mercado de Carne de Aquiraz – CE. Outros tombamentos como o do Terreiro da Casa Branca – BA, primeiro terreiro de matriz africana a ser protegido pelo SPHAN, também é registrado. São ainda registrados diversos tombamentos em diferentes níveis de proteção – à nível estadual e municipal – uma vez que o Boletim também refletiu a descentralização das políticas de preservação nacional. O que nos leva a entender que nesse momento os diferentes *locus* de ação do SPHAN parecem ter uma maior convergência. Assim como no primeiro recorte, há uma expansão do que seria o patrimônio nacional no Boletim, mas tal expansão, agora, acompanha também a atuação preservacionista do órgão.

O Boletim SPHAN/FNpM é representativo, também, do momento em que o órgão busca o anonimato dos textos e fotos publicadas. Agora o que é mais importante não é o renome do autor publicado, mas, sim, as ações do próprio órgão, ao se comunicar de forma mais direta com o público. Essa comunicação é também expandida com a introdução de seções como a “Cartas” em que qualquer pessoa poderia entrar em contato com o órgão para elogiar, criticar, ou ainda, corrigir algo publicado no Boletim. Houve, também, a inserção de espaço para textos de autocritica, em que a experiência do órgão foi alvo, pela primeira vez na linha editorial do IPHAN, de um olhar crítico. Todos os critérios acima destacados nos mostram como o discurso institucionalizado do Boletim SPHAN/FNpM diverge com a proposta de Rodrigo M. F. de Andrade nos primeiros anos do SPHAN. O órgão havia se consolidado durante os primeiros trinta anos de atuação, ao mesmo tempo em que se afasta da população e os novos mecanismos de rarefação do discurso institucionalizado no Boletim SPHAN/FNpM buscaram reverter isso.

Esse direcionamento, em certa medida, também foi experienciado na Revista do Patrimônio a partir do ano de 1984. Embora ainda com um alto número de autores ligados ao órgão, vemos a introdução de outros profissionais para a publicação de artigos referentes à temática da arquitetura popular. Algumas das características do Boletim são mantidas, como a seção “Cartas” e o teor de autocritica de alguns dos textos.

É nesse recorte em que o popular deixa apenas de estar ligado ao material, sendo também discutido a partir das questões da cultura popular. Nessa narrativa não se apresenta apenas o que seria o patrimônio nacional, mas, sim, questiona-se quais eles seriam. A cultura popular é vista como algo plural. Enquanto que o patrimônio de herança lusitana desaparece das páginas da Revista do Patrimônio vemos a inserção das demais culturas – ou ainda, civilizações – fundadoras do nosso país. Somando a Revista do Patrimônio e o Boletim SPHAN/FNpM, foram introduzidos o patrimônio de imigrantes europeus, de matriz africana, e até mesmo a discussão dos valores patrimoniais das chamadas “invasões”. Nesse momento, o patrimônio de grupos indígenas não é investigado, uma vez que tais grupos estavam lutando por questões como a demarcação de terras indígenas, sendo o patrimônio construído algo pouco discutido nas assembleias constituintes. O que vemos é uma conexão entre os debates a nível federal, as pesquisas que surgiam a partir de tais debates, e, por fim, a publicação de alguns dos dados na linha editorial do IPHAN.

Na valoração da técnica popular há ainda uma nova inserção na Revista do Patrimônio. Agora não apenas a técnica é valorada, mas também o próprio construtor popular. Autores como Luiz de

Castro Faria e Amélia Zaluar nos mostram a excepcionalidade dos construtores populares que seriam muitas vezes artesões, “biólogos”, “topógrafos”, entre outras profissões autodidatas. Aliado a essa característica, vemos, também, artigos como o de Bernadete Capinam e Orlando Ribeiro, em que aspectos intangíveis são atrelados ao material, para a discussão dos valores do Terreiro da Casa Branca, algo inédito na linha editorial do órgão, que priorizara até então a descrição material de bens imóveis. Agora a expansão patrimonial não é apenas tipológica, mas, também, metodológica. Há um novo olhar para a produção popular dentro da linha editorial do órgão.

O recorte de estudo do período é finalizado com o artigo de Alayde Mariani “A memória no registro do patrimônio”, que pode ser entendido como a gênese dos estudos acerca de como os bens populares tem sido preservados pelo IPHAN. A autora se volta apenas para o *locus* do tombamento, buscando entender qual seria o patrimônio popular preservado pelo órgão. Tal narrativa foi de extrema importância para a confecção do nosso estudo, que pode levantar lentes de investigação próximas das de Mariani para a linha editorial do IPHAN.

Dentre os dois períodos iniciais estudados podemos notar, ainda, uma certa continuidade no tom descritivo de alguns textos voltados à temática. Assim como ocorre entre 1937-1970, no segundo período alguns textos descrevem bens populares a partir dos seus valores histórico e artístico, como um inventário inicial para a proposta de tombamento, como é o caso do texto de Amélia Zaluar referente à Casa da Flor. Embora englobe outros aspectos, podemos perceber como tipologias “estreadas” na Revista do Patrimônio tendem a possuir formas de descrição dos seus atributos semelhantes ao do período anterior, como é o caso da arquitetura “vernacular” do Vale do Paraíba, tratada no artigo de Antônio Luiz Dias de Andrade. O que mostra que uma história linear e evolutiva não daria conta do que percebemos na análise dos artigos da Revista: certa continuidade nos modos de analisar. Enquanto há textos que inserem novas temáticas, ou ainda, formas de investigar uma tipologia popular, há aqueles que remetem à forma descritiva presente em textos da década de 1940.

É no terceiro momento, no curto espaço temporal de 2012 a 2019, que podemos identificar os maiores momentos de ruptura dentro da Revista do Patrimônio. A pluralidade do que seria o patrimônio nacional é ainda mais expandida no período. Nesse sentido, tipologias como as chamadas casas históricas, os quilombos, as habitações indígenas, a arquitetura de imigrantes e até a arquitetura de influência brasileira em países africanos, puderam figurar nas páginas da Revista. Enquanto “inovações” dentro da Revista do Patrimônio, percebemos, ainda, uma certa continuidade no tom descritivo de tipologias estreadas, embora, nesse período, a maioria dos artigos possuíssem um tom

de análise crítica. Foi também nesse período em que, pela primeira vez, a rede de autores colaboradores para além do IPHAN é majoritariamente maior entre os artigos estudados. É o momento, também, em que os arquitetos passam a ser minoria pela primeira vez desde 1937. Assim, podemos perceber as continuidades e rupturas existentes na publicação que perpassam os três períodos estudados.

A discussão do patrimônio imaterial, que começa efetivamente a partir dos anos 2000, também ganha força dentro da publicação. Podemos ver como alguns textos tratam o patrimônio edificado, ou ainda, a arquitetura popular como mero cenário para as representações intangíveis, enquanto textos como o de Ulpiano Meneses discutem a indissociabilidade do patrimônio intangível e tangível para a preservação do patrimônio. Vemos, assim, que a coerência teórica apresentada em períodos como o de 1937-1970 perde força, em que diferentes autores irão ter diferentes posturas perante o patrimônio material e imaterial. O discurso institucional do IPHAN, dentro da Revista do Patrimônio é, assim, mais flexível. Identifica-se uma pluralidade de visões para a construção do que seria o nosso patrimônio nacional.

Uma outra característica da publicação, no presente recorte de estudo, é, talvez, uma das que mais se afasta do *modus operandi* da linha editorial em seus primeiros anos: o uso de imagens. Na década de 1930 - mesmo em um contexto em que fotografias eram artefato de alto valor monetário, tanto para a sua confecção, quanto para a sua publicação - as imagens eram cuidadosamente escolhidas para a criação de uma maior interlocução com o texto citado. No último recorte de estudo há um certo afastamento entre texto e imagem. Há imagens autônomas, como recurso de diagramação e paginação, que não deixam de instituir um discurso. As imagens passam a tomar todo o espaço da Revista, como forma de atrair o leitor, e, também, criar uma imagem do que seria o patrimônio nacional. Nessa narrativa percebemos que tipologias populares foram comumente utilizadas.

A partir de todo esse percurso por diferentes recortes temporais e diferentes publicações da linha editorial do IPHAN, descobrimos duas temporalidades: as das mudanças e as das transformações.

Em termos de transformações, podemos notar um patrimônio popular que é incrementado em termos de pluralidade. A herança lusitana para a arquitetura popular, tão forte nos primeiros anos de atuação do órgão, deixa de ser o único patrimônio popular a ser elegido dentro e fora da linha editorial do IPHAN. Tal herança lusitana aparece principalmente na forma da arquitetura civil, sendo valorizada pela simplicidade da forma construtiva, enquanto poucos são os estudos para as demais

civilizações materiais no país. A partir da década de 1970 o patrimônio passa a ser visto de uma maneira mais plural, em que patrimônios de matriz africana, como também os dos imigrantes, arquitetura de palafitas, construções populares únicas, como a Casa da Flor e outras tipologias que não figuravam nas publicações do órgão, podem ser pela primeira vez discutidas.

Outra importante mudança ocorre na forma de valoração da técnica construtiva, que antes estava ligada meramente ao patrimônio construído e a boa aclimatação da arquitetura, agora passa, também, a ser validada a partir da experiência do próprio construtor e de quem usufrui, ou, ainda, da indissociabilidade do patrimônio material e imaterial. Enquanto que durante as décadas de 1980 e 1990 o construtor popular passa a ser valorado como autodidata não apenas na arquitetura, mas em outras áreas de atuação, no recorte mais recente vemos que a arquitetura é imbuída também de diversos outros tipos de valores, como o social, o simbólico e o de uso. Questões contextuais, como a promulgação da Constituição, poderiam fazer pensar em uma história para a relação do IPHAN com a arquitetura popular, caracterizada por rupturas mais contundentes nos modos de olhar esses bens, mas percebemos, como apontado a pouco, também a temporalidade das permanências. Foi possível entender, que há, em maioria, uma arquitetura popular descrita, inventariada.

Tais questões nos ajudam a elucidar, mas, no entanto, não encerram a questão posta ainda no início de tal dissertação: “Por que a arquitetura popular não foi entendida como um dos patrimônios do país a ser preservados na narrativa histórica criada pelo IPHAN?” Todavia, vemos que o questionamento, após todo o exposto, não deveria ser este primeiro. O interesse pela arquitetura popular, seja de investigação patrimonial, ou não, surge, em verdade, no solo brasileiro, juntamente com a confecção da linha editorial do IPHAN. Assim, a arquitetura popular também foi um dos patrimônios validados em tal narrativa. Mesmo que tal valoração não aconteça em todos os momentos, nem ocorra por todas as vias possíveis. Nos perguntamos, então, de que maneira acontece tal valoração e quais os processos e bases teóricas são levantadas para o entendimento da arquitetura popular como patrimônio nacional.

Tais questionamentos, contudo, não serão encerrados dentro da linha editorial do órgão. Para encontrar as respostas apropriadas deveremos nos voltar para outro *locus* de ação do IPHAN: a proteção legal, caracterizada pelo tombamento. Essa investigação será o nosso próximo desafio a ser enfrentado durante o doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano.

## REFERÊNCIAS

AFONSO ARINOS. In: **Biografias FGV CPDOC** (online). Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/afonso\\_arinos](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/afonso_arinos)>. Acesso em; 17 de set. 2020.

ALBERTO DA COSTA E SILVA. **ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS**. Seção Biografias. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/alberto-da-costa-e-silva/biografia>>. (Acesso em 06/11/2020).

ALCÍDIO Mafra de Souza. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa686/alcidio-mafra-de-souza>>. Acesso em: 18 de ago. 2020. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

ALUÍSIO DE ALMEIDA. In: **Enciclopédia Sorocabana**. (online) Disponível em: <<http://www.sorocaba.com.br/enciclopediasorocabana/index.php/files/index.php?local=titulos&tipo=verbetes&ler=1102991292>> (acesso em 16/03/2020).

ALMEIDA, Aluísio de. Casas dos séculos 18 e 19 em Sorocaba. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. N° 9, p.351 – 368, 1945.

ALMEIDA, Rita Heloísa. **O Diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII**, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1997.

ANDRADE, Antônio Luiz Dias de. O tombamento na preservação de áreas naturais. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. N° 19, p. 41-44, 1984.

\_\_\_\_\_. Arquitetura vernacular: Vale do Paraíba. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. N° 21, p.158-164, 1986.

ANDRADE, Francisco de Carvalho Dias de. **Uma poética da técnica: a produção da arquitetura vernacular no Brasil**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s.n.], 2016.

ANDRADE, Mário de. A capela de Santo Antônio **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. N° 01, p.119-126, 1937.

\_\_\_\_\_. Anteprojeto elaborado por Mário de Andrade, a pedido do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. In: IPHAN. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: Uma trajetória**. Publicações da Secretária do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, N° 31, 1981.

\_\_\_\_\_. Carta de Mário de Andrade a Rodrigo Melo Franco de Andrade, 29 jul. 1936. In: Mario de Andrade: cartas de trabalho. Brasília, MEC/Sphan /Pró-Memória, 1981.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Brasil: monumentos históricos e arqueológicos** (1952). Reedição comentada. Organização de Maria Beatriz Setubal Rezende da Silva. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: FREYRE, Gilberto. **Mucambos do Nordeste**. Algumas notas sobre o tipo de casa popular mais primitivo do Nordeste do Brasil. Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 1, Ministério da Saúde e Educação, Rio de Janeiro, 1937a.

\_\_\_\_\_. Programa. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 01, p.03-04, 1937b.

\_\_\_\_\_. **Rodrigo e o SPHAN**: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

\_\_\_\_\_. **Rodrigo e seus tempos**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

ARANTES, Antônio Augusto. Documentos históricos, documentos de cultura. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, Nº 22, p.48-55, 1987.

\_\_\_\_\_. Trajetórias e desafios do Inventário Nacional de Referências Culturais. Entrevista com Antonio Augusto Arantes. **Revista CPC**, São Paulo, nº 20, dez. 2015 p. 221–260.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES. **Arquitectura popular em Portugal**. 3.ed. -. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988.

BACELAR, Aline; PEREIRA, Juliana; PONTUAL, Virgínia. Patrimônio, Planejamento urbano e Turismo cultural: os Encontros de Governadores de Brasília e Salvador. **Revista Jatobá**, v. 2, 2 nov. 2020.

BARRETO, Paulo Thedim. O Piauí e sua arquitetura. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 02, p.187-224, 1938.

BENCHIMOL, Alegria; PINEIRO, Lena Vania Ribeiro. **Nimuendaju**: do “coração verde” da Alemanha às matas verdes do Brasil. In: XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2010.

BICCA, Briane Elisabeth Pantiz. A inserção da arquitetura contemporânea em áreas antigas. **Boletim SPHAN/PróMemória**, N.14, p. 11-12, 1981.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 4.889, de 20 de novembro de 2003**. Regulamente o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei nº25 de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília, 1937.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil**: uma trajetória. Brasília: Sphan/Pró-Memória, 1980.

BONDUK, Nabil. Origens da habitação social no Brasil. **Análise Social**. vol. xxix (127), 1994. 711-732.

BURKE, Peter. **A cultura popular na Idade Média**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

CABRAL, Renata Campello. A gênese da proteção legal para além do monumento no Brasil: o projeto de José Wanderley de Araújo Pinho e seus diálogos com a legislação estrangeira. **Anais do Museu Paulista**, v. 27, 2019.

\_\_\_\_\_; JACQUES, Berestein. O antropófago Oswald de Andrade e a preservação do patrimônio: um "devorador" de mitos? **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 26, 2018.

CALABRE, Lia. Intelectuais e política cultural: o Conselho Federal de Cultura. **Revista Intellèctus**. Ano 05, V. II, 2006.

CALVINO, Italo. **Palomar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. Desafios propostos pela Constituição de 1988 ao patrimônio cultural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 35, p. 203-211, 2017.

CAPINAM, Maria Bernadete; RIBEIRO, Orlando. A coroa de Xangô no Terreiro da Casa Grande. Vale do Paraíba. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 21, p. 165-171, 1986.

CARDOSO, Andréia Loureiro. **A valoração como Patrimônio Cultural do "Raio que o parta": expressão do Modernismo Popular, em Belém/PA**. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2012.

CARDOSO, Joaquim. Um tipo de casa rural do Distrito Federal e Estado do Rio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 7, p. 209-254, 1943.

CARVALHO, Aluizio Victor de Souza. **Os projetos gráficos da Revista do Patrimônio: trajetórias do design e do Iphan**. Dissertação (Mestrado) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. Prefácio. In: MELO FRANCO, Afonso Arinos de. **Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 3ª. ed., 2005.

Carta de Veneza (1964). In: CURY, Isabelle. **Cartas Patrimoniais** - 3ª Ed. Brasília: IPHAN, 2000.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. San Pablo: Cortez, 2007.

CHUVA, Márcia. Introdução – História e patrimônio: entre o risco e o traço, a trama. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 34, p. 11-26, 2012.

\_\_\_\_\_. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

\_\_\_\_\_. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 35, p. 79-104, 2017.

CLARIVAL do Prado Valladares. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa25557/clarival-do-prado-valladares>>. Acesso em: 15 de Mar. 2020. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. **O Programa de Cidades Históricas (PCH): por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural – 1973/1979**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

CORREIA, Telma de B. Gilberto Freyre e Amaury de Medeiros: tensões entre culto à tradição e messianismo sanitário (Recife, 1923-1926). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. L.], v. 28, p. 1-60, 2020. DOI: 10.1590/1982-02672020v28e13.

COSTA, Elisabeth. No Norte, do Norte, do Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 38, p.37-64, 2019.

COSTA, Francisco. A legião de Euclides da Cunha. **Revista USP**. N. 54, p. 52-65, São Paulo, 2002.

COSTA, Lúcio. A arquitetura jesuítica no Brasil. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 05, p. 12-13, 1941.

\_\_\_\_\_. Documentação necessária. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 01, p.31-39, 1937.

\_\_\_\_\_. Notas sobre a evolução do mobiliário luso-brasileiro. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 03, p. 149-150, 1939.

COUTINHO, Aluizio Bezerra. O problema da habitação higiênica nos países quentes em face da “arquitetura viva”. **Revista Risco**, n. 2, EESC-SUP, São Carlos, 2005.

DANTAS, Hugo Stefano Monteiro; CABRAL, Renata Campello. Arquitetura popular nordestina de platibanda: notas sobre enquadramentos discursivos e terminologias. **Mnemosine Revista**, v. 11, p. 110-123, 2020.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2008.

DIAS, Welbia Carla. **Boletim SPHAN/FnPM: um espaço de comunicação do patrimônio cultural**. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2012.

DIMITRI ISMAILOVITCH. In: **DICIONÁRIO DE ARTISTAS DO BRASIL**. (online). Disponível em: < [http://brasilartesciclopedias.com.br/tablet/nacional/ismailovitch\\_dimitri.php](http://brasilartesciclopedias.com.br/tablet/nacional/ismailovitch_dimitri.php)> (acesso em 15/03/2020)

DOMINGUES, William César Lopes. Patrimônio cultural indígena do Médio Xingu: entre a falta de identificação e a necessidade de reconhecimento. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. N° 37, p. 135-149, 2017.

ESTEVÃO PINTO. In: **FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO**. Biografia: (online). Disponível em: [http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=882%3Aestevao-pinto&catid=40%3Aletra-e&Itemid=1](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=882%3Aestevao-pinto&catid=40%3Aletra-e&Itemid=1) (acesso em: 09/03/2020).

FALCÃO, Joaquim. Política de preservação e democracia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. N° 20, p.45-49, 1984.

FARIA, Luís de Castro. O antropólogo e a fotografia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. N° 27, p.162-171, 1998.

\_\_\_\_\_. **Origens culturais da habitação popular no Brasil**. Boletim do Museu Nacional. Antropologia. N°12, Rio de Janeiro, 1951.

FLORES, Carlos. **Miradas a la arquitetura popular en España**. Zamora: Museo Etnográfico de Castilla y León, 2017.

FONSECA, Brenda Coelho; CERQUEIRA, Telma Soares. Mapeamento preliminar das atividades dos fotógrafos do IPHAN. In: GRIECO, Bettina Zellner (org.) **Entrevista com Erich Joachim Hess**. Memórias do patrimônio, 3. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/CONPEDEC, 2013.

FONSECA, Maria Cecília Londres da. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. N° 24, p.153-164, 1996.

\_\_\_\_\_. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005.

\_\_\_\_\_. Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio. In: IPHAN. **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FREYRE, Gilberto. Casas de Residência no Brasil: Introdução. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 7, p.99-127, 1944.

\_\_\_\_\_. **Manifesto Regionalista**. (1926). 7.ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996.

\_\_\_\_\_. **Mucambos do Nordeste.** Algumas notas sobre o tipo de casa popular mais primitivo do Nordeste do Brasil. Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 1, Ministério da Saúde e Educação, Rio de Janeiro, 1937.

\_\_\_\_\_. Sugestões para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e das Colônias. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Nº 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.

\_\_\_\_\_. **Um engenheiro francês no Brasil.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olumpio Editôra, 1960.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil.** 3ª Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

GIESZ, Ludwig. El hombre-kitsch como turista. In: DORFLES, Gillo. **El kitsch.** Barcelona: Editorial Lumen, 1973, p. 155.

GINZBURG, Carlo. História da arte italiana. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. (Org.) **A micro história e outros ensaios.** Editora DIFEL: Lisboa, 1989. P. 54-55.

\_\_\_\_\_. **O queijo e os vermes:** O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. Tradução: Maria Betania Amoroso, São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Marco Aurélio A. de Figueiras; ESPINOZA, José Carlos Huapaya. Olhares cruzados: visões do urbanismo moderno na América do Sul, 1930-1960. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Figueiras (Org.) **Urbanismo na América do Sul:** circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960. Salvador: EDUFBA, 2009.

GONSALES, Patricia Cecilia. A missão de pesquisas folclóricas realizada pelo Departamento de Cultura de São Paulo na gestão de Mário de Andrade (1934 a 1938) e sua contribuição para a cultura popular brasileira. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 01, n. 07, 2013.

GONÇALVES, José Reginaldo. **A retórica da perda:** os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora IPHAN, 1996, p. 68.

GUEDES, Tarcila. **O lado doutor e o gavião de penacho:** movimento modernista e patrimônio cultural no Brasil: O serviço do patrimônio histórico (SPHAN). São Paulo: Annablume, 2000.

GUIMARAENS, Cêça. Os museus do sistema SPHAN/FnPM. In: **XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR:** Salvador, 2005.

GUIMARAENS, Dinah; CAVALCANTI, Lauro. **Arquitetura kitsch:** suburbana e rural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GURAN, Milton. Sobre o longo percurso da matriz africana pelo seu reconhecimento patrimonial como uma condição para a plena cidadania. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Nº 35, p. 213-225, 2017.

IANNI, Octavio. Cultura popular. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 22, p.30-32, 1987.

IPHAN. **Casas do Patrimônio**. Brasília, DF: Iphan, 2010.

\_\_\_\_\_. IPHAN conclui obra em Pilar de Goiás. **Boletim IPHAN**. N. 3, p. 9-10, 1979.

\_\_\_\_\_. **Lista de bens tombados e em processo**, 2019. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/BENS%20TOMBADOS%20E%20PROCESSOS%20EM%20ANDAMENTO%202019%20MAIO.pdf> (acesso em: 05/12/2019).

\_\_\_\_\_. Novos tombamentos. **Boletim IPHAN**, N. 5, p. 3-6, 1980.

\_\_\_\_\_. **Plano nacional de desenvolvimento sustentável dos povos comunidades tradicionais de matriz africana 2013-2015**. 1ª edição. Brasília: Iphan, 2013

\_\_\_\_\_. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: Uma trajetória**. Publicações da Secretária do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Nº 31, 1980.

\_\_\_\_\_. **Relatório de atividades 2011-2014**. Brasília: IPHAN, 2014.

\_\_\_\_\_. **Roteiros nacionais de imigração: Santa Catarina - Vol. 1**. Brasília: Iphan, 2011.

\_\_\_\_\_. **Roteiros nacionais de imigração: Santa Catarina - Vol. 2**. Brasília: Iphan, 2011.

\_\_\_\_\_. Sistemas Construtivos. **Boletim IPHAN**, N. 3, p. 14, 1979.

JOAQUIM CARDOZO. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa3908/joaquim-cardozo>>. Acesso em: 13 de Nov. 2020. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

JOAQUIM FALCÃO. In: **ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS**. Seção biografia. (online). Disponível em: < <http://www.academia.org.br/academicos/joaquim-falcao/biografia> > (acesso em: 16/03/2020)

KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 18, n. 2, p. 287-320, 2010. DOI: 10.1590/S0101-47142010000200008.

LADEIRA, Maria Elisa. Uma aldeia timbira. In: NOVAES, Sylvia. (Org.) **Habitações indígenas**. São Paulo: Nobel: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1983.

LANARI, Raul de Oliveira. **O patrimônio por escrito: a política editorial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo (1937-1946)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, 2010.

LASSUS, Bernard. Mesurable et démesurable chez les habitants-paysagistes. **L'Architecture d'aujourd'hui**. N. 179, p. 2-28, 1975.

LE-GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE, Serafim. Aldeia dos Reis Magos. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 8, p. 189-210, 1944.

LÉLIA COELHO FROTA. Biografia: in **Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira**. (online) Disponível em: < <http://dicionariompb.com.br/lelia-coelho-frota/biografia> > (acesso em: 16/03/2020)

LEMONS, Carlos. **História da casa brasileira**. São Paulo: Pinsky, 1989,

LEOPOLDI, José Savio. Rousseau – o estado de natureza, o “bom selvagem” e as comunidades indígenas. **Revista Alceu**. V. 2, n. 4, p. 158-172, 2002, p. 159.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raza y Cultura**. Altaya: Madrid, 1999.

LEVY, Hanna. Valor artístico e valor histórico: importante problema da História da Arte. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. nº 04, p.181-192, 1940.

LIGA SOCIAL CONTRA OS MOCAMBOS. **Relatório da liga social contra os mocambos** – julho de 1939 a julho de 1942. Recife, PE.

LIMA, Ricardo Gomes; FERREIRA, Cláudia Márcia. O museu do folclore e as artes populares. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 28, p.100-119, 1999.

LIRA, José Tavares Correia de. A construção discursiva da casa popular no Recife (década de 30). **Análise Social**, n. 3, volume XXIX (127), 1994.

LONDOÑO, Juan Luis Isaza. Uma ordem imaginada. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 36, p.13-22, 2017.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. **Leituras, projetos e (Re)visita(s) do Brasil (1916-1944)**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017.

LUCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia Editora, 1975.

LUÍS JARDIM. IN: **FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO**. Biografia (online). Disponível em: < [http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=803%3Aluis-jardim&catid=47%3Aletira-l&Itemid=1](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=803%3Aluis-jardim&catid=47%3Aletira-l&Itemid=1) > (acesso em: 16/03/2020)

MAESTRI FILHO, Mário. O negro no sul do país. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 25, p.231-240, 1997.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. A Inspetoria de Monumentos Nacionais do Museu Histórico Nacional e a proteção de monumentos em Ouro Preto (1934-1937). **Anais do Museu Paulista**. vol. 25, nº3, p. 233-290, São Paulo, Nova Série, 2017.

MAGALHÃES, Aloísio. Apresentação do Boletim. **Boletim IPHAN**. N. 0, p.1-2, 1979.

\_\_\_\_\_. Bens culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 20, p.40-44, 1984.

\_\_\_\_\_. **E Triunfo?** a questão dos bens culturais no Brasil. Pró-Memória: Nova Fronteira, 1985.

MAGALHÃES, Angela; PEREGRINO, Nadja. O regionalismo nordestino e suas marcas na fotografia brasileira. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 27, p.242-269, 1998.

MALHANO, Clara Emília Sanches Monteiro de Barros. **Da materialização à legitimação do passado:** a monumentalidade como metáfora do estado: 1920-1945. Rio de Janeiro: Lucerna: FAPERJ, 2002.

MARIANI, Alayde. A memória popular no registro do patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 28, p.156-173, 1999.

MARIANI, Anna. **Pinturas e Platibandas**. Editora Mundo Cultural Ltda. São Paulo, 1987.

MARINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. **Estudos Históricos**, v. 29, n.57, Rio de Janeiro, 2016.

MARSON, Izabel. Um Engenheiro Francês no Brasil: (Re)descobrimo Louis-Léger Vauthier. Resenha. **Acervo**, v. 23, no 1, p. 175-180, 2010.

MARTIN, Paul Louis. **À la façon du temps présent: trois siècles d'architecture populaire au Québec**. Québec: Les Presses de l'Université Laval, 1999.

MARTINS, Carlos Alberto Ferreira. “Há algo de irracional...” notas sobre a historiografia da arquitetura brasileira. In. GUERRA, Abílio (Org.) **Textos fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira:** v 2. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

MAUREAU, Xavier. Tecelagem manual no triângulo mineiro: uma política sistemática de inventário tecnológico. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Nº 21, p. 56-63, 1986.

MAYUMI, Lia. **Taipa, canela-preta e concreto**. Estudo sobre o restauro de casas bandeiristas. São Paulo: Romano Guerra, 2008.

MEIRELLES FILHO, João; MARTINS, Fernanda de O. A Amazônia viajante “até dizer chega”: A contribuição dos viajantes ao porvir amazônico – do século 16 ao fim do ciclo da borracha. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 37, p.73-98, 2017.

MENESES, Ulpiano Bezerra. Cidade capital, hoje? In: SALGUEIRO, Heliana. Angotti. (Org.) **Cidades capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos.** São Paulo: Edusp, 2001.

\_\_\_\_\_. Identidade cultural e arqueologia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Nº 20, p.33-36, 1984.

\_\_\_\_\_. O patrimônio cultural e a guinada da Constituição de 1988: A casa de Chico Mendes. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Nº 37, p.199-210, 2017.

MESQUITA, Fernando. Pilotis são palafitas: sobre ecologia da arquitetura e saberes que resistem na Amazônia Marajoara. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Nº 37, p.169-194, 2017.

MESQUITA, Gustavo Rodrigues. **O projeto regionalista de Gilberto Freyre e o Estado Novo: da crise do pacto oligárquico à modernização contemporizadora das disparidades regionais do Brasil.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2012.

MICELI, Sérgio. SPHAN: Refrigério da cultura oficial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Nº 22, p.44-47, 1987.

MILTON Guran. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras.** São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa3002/milton-guran>>. (acesso em: 06/11/2020).

MOTTA, Roberto. Palmares e o comunitarismo negro no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Nº 25, p. 223-230, 1997.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. **Blocos de memórias: Habitação Social, arquitetura moderna e patrimônio cultural.** São Paulo: EDUSP, 2017.

NEPOMUCENO, Rosa. **Música Caipira: da roça ao rodeio.** São Paulo: Editora 34, 2001.

NÉSPOLO, Edson Humberto. Patrimônio cultural e turismo rural em Gramado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Nº 40, p.261-274, 2019.

NERY, Juliana; AMARAL, Felipe. **As expressões da arquitetura popular de Mucugê e sua importância na configuração da cidade.** In: 2º Seminário Arquitetura Vernácula, Belo Horizonte, 2019.

NIMUENDAJU, Curt. A habitação dos timbira. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Nº 08, p.76-101, 1944.

NOVAES, Sylvia Caiuby. As casas na organização social do espaço bororó. In: NOVAES, Sylvia. (Org.) **Habitacões indígenas.** São Paulo: Nobel: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1983.

\_\_\_\_\_. Introdução in: NOVAES, Sylvia. (Org.) **Habitacões indígenas.** São Paulo: Nobel: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1983.

OCTAVIO IANNI. In: **Companhia de letras** (online). Disponível em: < <https://www.companhiadasletras.com.br/autor.php?codigo=00338> > (acesso em: 16/03/2020).

OLIVEIRA, André de Araújo. **Novos Velhos Patrimônios: Trajetória da Norma de Preservação das Culturas Populares Brasileiras (1988-2013)**. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFBA: Salvador, 2016.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2008.

\_\_\_\_\_. Gilberto Freyre e a valorização da província. In: **Revista Sociedade e Estado**, v.26, n.1, 2011.

OLIVER, Paul. **Built to meet needs: Cultural issues in vernacular architecture**. Oxford: Elsevier, 2006.

PAIVA, Ricardo Alexandre; DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. A contribuição de José Liberal de Castro à arquitetura no Ceará. **Arquitextos**, São Paulo, ano 13, n. 154.04, Vitruvius, mar. 2013 <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.154/4695>>.

PARENT, Michel. Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico. In: LEAL, Claudia Feirabend (Org.) **As Missões da Unesco no Brasil: Michel Parent**. (Série Pesquisa e Documentação do IPHAN, 3). Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

PEREIRA, Cecília Ribeiro **O turismo cultural e as missões UNESCO no Brasil**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAC. Desenvolvimento Urbano, 2012.

PEREIRA, Cristiane; SCHMID, Aloisio; CASTELNOU NETO, Antonio. Arquitetura neovernacular em Curitiba: Prospecção de suas contribuições para a sustentabilidade em três estudos de caso. **Arquitextos**. São Paulo, ano 20, n. 232.03, Vitruvius, 2019.

PEREIRA, Juliana Melo. **Admiráveis insensatos: Ayrton Carvalho, Luís Saia e as práticas no campo da conservação no Brasil**. Dissertação (Mestrado). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, CAC. Desenvolvimento Urbano, 2012.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. Santa Catarina: entre regiões e paisagens culturais. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 40, p. 191-215, 2019.

PINTO, Estevão. Alguns aspectos da cultura artística dos pancarús de Tacaratú. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 02, p.57-92, 1938.

PINTO, Roquette. Estilização. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 01, p.51-68, 1937.

PIZARRO, Ana. O trânsito da oralidade para a escrita amazônica latino-americana. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 37, p.99-114, 2017.

QUEIROZ, Renato da Silva. **Caipiras negros no Vale da Ribeira: um estudo da antropologia econômica**. São Paulo: Edusp, 2006.

RABELLO, Sônia. **O estado na preservação de bens culturais: O Tombamento**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

RABELLO, Sônia. O tombamento. In: **Dicionário IPHAN do patrimônio cultural**. (online). Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/48/tombamento> > (acesso em 13/04/2020)

RAPOPORT, Amos. **House form and culture**. New Jersey: Prentice-Hall Inc, 1969.

RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. Entre o ser e o coletivo: o tombamento das casas históricas. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 34, p.223-248, 2012.

RIBEIRO, Robson Orzari. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: textos de história da arte engajados na política de preservação no Brasil**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, IFCH, Campinas, 2013.

RODRIGUES, José Wash. A casa de moradia no Brasil antigo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 9, p. 159-198, 1945.

RODRIGUES, Rodrigo José Cantarelli. **Ante o vandalismo dos homens e os estragos do tempo: experimentos, preparações e invenções nas práticas de preservação do patrimônio brasileiro**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, UFPE: Recife, 2019.

ROQUETTE PINTO. In: **ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS**. Seção biografias (online). Disponível em: < <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D198/biografia>, > (acesso em 08/03/2020).

RUBINO, Silvana. **As fachadas da história - as origens, a criação e os trabalhos do SPHAN, 1936-1967**. Dissertação (Mestrado), UNICAMP/IFCH/Antropologia Social, Campinas, 1992.

\_\_\_\_\_. Entre o CIAM e o SPHAN: diálogos entre Lúcio Costa e Gilberto Freyre. In: KOMINSKY, Ethel Volfzon; LÉPINE, Claude; PEIXOTO, Fernanda Arêas. (Orgs.). **Gilberto Freyre em quatro tempos**. Bauru: EDUSC; São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

\_\_\_\_\_. O mapa do Brasil passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 97-105, 1996.

\_\_\_\_\_. **Ocupação Mario de Andrade**. [entrevista cedida a Duanne Ribeiro]. Itaú Cultural: 27 de junho de 2013. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=E3sAaYXFO\\_E](https://www.youtube.com/watch?v=E3sAaYXFO_E) [acesso em 21/09/2019]

RUDOLFSKY, Bernard. **Architecture without architects**. A Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture. London: Academy Editions, 1964.

RUSKIN, John. John Ruskin: Selvaticidade (excerto de A Natureza do Gótico). In: **Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo (Online)**, (4), 67-76. 2008. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v0i4p67-76>

SÁ, Cristina. Observações sobre a habitação em três grupos indígenas brasileiros. In: NOVAES, Sylvia. (Org.) **Habitações indígenas**. São Paulo: Nobel: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1983.

SAIA, Luis. Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 8, p. 211- 275, 1944.

\_\_\_\_\_. O alpendre nas capelas brasileiras. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 03, p.235-250, 1939.

SANDRONI, Carlos. **O acervo da Missão de Pesquisas Folclóricas, 1938-20121**. *Debates*, UNIRIO, v. 12, p. 55-62, 2014.

\_\_\_\_\_. Notas sobre Mário de Andrade e a missão de pesquisas folclóricas. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 28, p. 60-73, 1999.

SANT'ANNA, Marcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento**. A trajetória da Norma de Preservação de áreas urbanas no Brasil. (1937-1990). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). UFBA, Salvador, 1995.

SCHLEE, Andrey Rosenthal; QUEIROZ, Hermano F. O. G. O jogo de olhares. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 35, p. 105-119, 2017.

SEGALA, Lygia. A coleção fotográfica de Marcel Gautherot. In: **Anais do Museu Paulista**, São Paulo.N. Sér. v.13. n.2.p. 73-134, 2005.

SIEVERT, Gladys Dinah. Rota do Enxaimel: patrimônio e turismo em Pomerode. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 40, p.359-373, 2019.

SILVA, Aracy Lopes da. Xavante: Casa – Aldeia – Chão – Terra – Vida. In: NOVAES, Sylvia. (Org.) **Habitações indígenas**. São Paulo: Nobel: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1983.

SILVA, Alberto da Costa. O Brasil na África Atlântica. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 34, p. 361-373, 2012.

SILVA, Cíntia Mayumi de Carli. **Revista do Patrimônio**: editor, autores e temas. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais). CPDOC, Rio de Janeiro, 2010.

SMITH, Robert. Arquitetura civil do período colonial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 17, p. 27-126, 1969.

SOARES, Lélia Gontijo. Produção de artesanato popular e identidade cultural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 19, p.138-148, 1984.

SODRÉ, José Clark de Abreu. Viagem e repartição: Luis Saia e o saber histórico. In: **I ENANPARQ** – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro: 2010.

SOUZA, Jessé. SOUZA, Jessé. Democracia racial e multiculturalismo: ambivalente singularidade cultural brasileira. **Estud. afro-asiát.** Rio de Janeiro, n. 38, p. 135-155, 2000. s/p.

SPHAN/FNpM. Bahia terá monumentos religiosos negros preservados. **Boletim SPHAN/FNpM**, N. 20, p. 21-22, 1982.

\_\_\_\_\_. Brasília. **Boletim SPHAN/FNpM**. N. 22, p. 1-9, 1982.

\_\_\_\_\_. Cartas. **Boletim SPHAN/FNpM**. N. 13, p. 26, 1981.

\_\_\_\_\_. Cartas. **Boletim SPHAN/FNpM**, N.23, p. 20, 1983.

\_\_\_\_\_. Ceará: Aquiraz, preservando a arquitetura popular. **Boletim SPHAN/FNpM**, N. 25, p. 1-2, 1983.

\_\_\_\_\_. Ceará: Em estudo, tombamento do mercado de carne da cidade de Aquiraz. **Boletim SPHAN/FNpM**, N. 20, p. 20, 1982.

\_\_\_\_\_. Conselho Consultivo. **Boletim SPHAN/FNpM**, N. 34, p. 33, 1984.

\_\_\_\_\_. Mazagão Velho mantém viva a sua história. **Boletim SPHAN/FNpM**, N. 17, p.16-17, 1982.

\_\_\_\_\_. Mostra documenta técnicas alternativas de construção. **Boletim SPHAN/FNpM**, N. 18, p. 20, 1982.

\_\_\_\_\_. No Sul um projeto para resgatar a memória da imigração italiana. **Boletim SPHAN/FNpM**, N. 29, p. 1-10, 1984.

\_\_\_\_\_. Novos tombamentos: Direito do Recife e Mucugê. **Boletim SPHAN/FNpM**, N. 7, p. 15-16, 1980.

\_\_\_\_\_. Piauí: O traçado urbano e a arquitetura. **Boletim SPHAN/FNpM**, N. 34, p. 20-22, 1985, p. 22.

\_\_\_\_\_. Quissamã. **Boletim SPHAN/FNpM**, N. 41, p. 16-17, 1988.

\_\_\_\_\_. Revitalização de Núcleos Históricos tem Olinda como projeto-piloto. **Boletim SPHAN/FNpM**, N. 35, p. 8-11, 1985.

\_\_\_\_\_. Rio Grande do Norte: Vila Flor, patrimônio em reconstituição. **Boletim SPHAN/FNpM**, N. 14, p. 1-2, 1981.

\_\_\_\_\_. Santa Catarina valoriza o patrimônio deixado por imigrantes. **Boletim SPHAN/FNpM**, N. 39, p. 1-3, 1988.

TEIXEIRA, Luciano dos Santos. Civilização Material, História e Preservação em Afonso Arinos. In: XXV Simpósio da ANPUH. Fortaleza: 2009.

TELLES. Augusto da Silva. Entrevista com Augusto da Silva Telles. IN: THOMPSON, Analucia (Org.) **Memórias do Patrimônio**, 2. Entrevista com Augusto da Silva Telles. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedec, 2010.

\_\_\_\_\_. Vassouras (estudo da construção residencial urbana) **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 16, p.9-136, 1968.

THEVET, Andre. **La cosmographie universelle d'Andre Thevet cosmographe du roy**: illustree de diverses figures des choses plus remarquables veves par l'auteur, [et] incogneues de noz anciens [et] modernes: Tome second. Paris: Chez Pierre l'Huiller, 1575.

THOMPSON, Analucia. (org.) **Memórias do patrimônio**, 1. Entrevista com Judith Martin. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedec, 2009.

\_\_\_\_\_; LEAL, Cláudia F. Baeta; SORGINE, Juliana; TEIXEIRA, Luciano dos Santos. História e civilização material na revista do Patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 34, p.167-198, 2012.

TOLEDO, Benedito Lima de. Bem cultural e identidade cultural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 20, p.28-32, 1984.

TORRES, Heloisa Alberto. Contribuição Para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 01, p.9-30, 1937.

TRINDADE, Joelson Bitran. Patrimônio e história: a abordagem territorial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 34, p.303-336, 2012.

VAUTHIER, Louis L. Casas de Residência no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 07, p.128-208, 1943.

\_\_\_\_\_. **Diário íntimo do Engenheiro Vauthier**. Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. N. 4, Rio de Janeiro, 1940, p. 108.

VAZ, Beatriz Accioly. **Quilombos e patrimônio cultural**: reflexões sobre direitos e práticas no campo do patrimônio. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Iphan, Rio de Janeiro, 2014.

VELHO, Gilberto. antropologia e patrimônio cultural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 20, p.37-39, 1984.

VELTHEM, Lucia Hussak van. Patrimônios culturais indígenas. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural**. Nº 35, p.227-243, 2017.

VENÂNCIO FILHO, Francisco. A barraquinha de Euclides da Cunha. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 02, p.241-254, 1938.

VIDAL, Laurent. **Mazagão**: a cidade que atravessou o Atlântico. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VIDAL, Lux. O espaço habitado entre os Kaiapó-xikrin (Jê) e os Parakanã (Tupi), do médio Tocantins, Pará. In: NOVAES, Sylvia. (Org.) **Habitacões indígenas**. São Paulo: Nobel: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1983.

VILARON, André. O quilombo Kalunga. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 25, p.246-260, 1997.

VOGT, Carlos; FRY, Peter. Os caçadores de tesouro: em busca de línguas africanas no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 25, p.317-326, 1997.

WAISMAN, Marina. **O interior da história**. Historiografia para latino-americanos. São Paulo: Perspectiva, 2013.

WASTH Rodrigues. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa1867/wasth-rodrigues>>. (acesso em: 16/03/2020). Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2005.

ZALUAR, Amélia. **A autobiografia de Gabriel Joaquim dos Santos**: uma presença no mundo. In: Imaginário, cotidiano e poder: memória afro-brasileira. São Paulo: Selo Negro, 2007.

\_\_\_\_\_. **A Casa da Flor**: tudo caquinho transformado em beleza. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2012.

\_\_\_\_\_. A Casa da Flor: uma arquitetura poética. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 25, p.299-305, 1997.

\_\_\_\_\_. **Gabriel, mestre da arquitetura fantástica e sua casa-escultura**. In: ARAUJO, Emanuel (org.). A mão afro-brasileira, significado da contribuição artística e histórica. São Paulo: Tenenge, 1988.

\_\_\_\_\_. Um prato quebrado transformado em flor. **Revista Arte Contemporânea**. N. 2. Rio de Janeiro, 1981.

\_\_\_\_\_. Uma pesquisadora sob a influência do objeto de sua pesquisa. **Revista Arteterapia**. N. 9, Rio de Janeiro: Pomar, 2002.